UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

SILVIA RAMOS BEZERRA

Ciberativismo: a política em tempos de Internet

São Paulo
2015

SILVIA RAMOS BEZERRA

Ciberativismo: a política em tempos de Internet

São Paulo

2015

SILVIA RAMOS BEZERRA

Ciberativismo: a política em tempos de Internet

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em
Ciências da Comunicação

Área de concentração: Interfaces
Sociais da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Celso Frederico

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bezerra, Silvia Ramos

Ciberativismo: a política em tempos de Internet / Silvia Ramos Bezerra. -- São Paulo: S. R. Bezerra, 2015.
239 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Celso Frederico

Bibliografia

1. Internet 2. Política 3. Ciberativismo I. Frederico, Celso II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

NOME: BEZERRA, Silvia Ramos.

Título: Ciberativismo: a política em tempos de Internet

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor
em Ciências da Comunicação

APROVADO EM:

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

Às minha filhas amadas Alice e Olívia, como prova de que sempre é possível dar um passo na construção de uma sociedade mais justa e digna.

Ao meu esposo Joelton, por tudo que vivemos e viveremos, pelo amor e pelo zelo e pela graça de nossa caminhada.

Aos meus pais queridos, Salomão e Nilda, pelo incentivo, pelos anos de dedicação aos meus estudos e pelo amor devotado.

À minha inesquecível e terna Vó Avanir Cardoso Carvalho (*in memoriam*), pelo colo de todas as horas que acolchoou os caminhos que me conduziram até aqui.

À minha irmã Natalia, pelo carinho e apoio.

À Ângela, pela força de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Celso Frederico pelo encorajamento e apoio diante dos desafios postos.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pelo auxílio rotineiro nestes anos todos.

Ao Dr. Joelton Nascimento, meu esposo, pelos conselhos, sugestões e revisões que puderam tornar este trabalho uma realidade.

À Dra. Alessandra Devulsky Tisescu, pelas colaborações inesperadas, mas pela amizade de sempre.

Não faz mais sentido falar em paciência como uma virtude revolucionária ou falar sobre “revolução futura”. Que futuro? Precisamos de uma revolução agora, aqui e agora. Tão absurdo, tão necessário, tão óbvio. Nada mais comum, nada mais óbvio. Não há nada especial em ser um revolucionário anticapitalista. Esta é a história de muitas, muitas pessoas, de milhões, talvez de bilhões.

John Holloway

RESUMO

BEZERRA, S.R. **Ciberativismo: a política em tempos de Internet**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O objetivo desta tese foi compreender como o ciberativismo, na condição de práxis centrada no uso programático da Internet, se insere no contexto das manifestações políticas ocorridas na Europa, Oriente Médio, EUA e Brasil, entre os anos de 2010 e 2013. Com isso, buscou-se refletir sobre as transformações da política na contemporaneidade, em face do transcurso da atual crise econômico-ecológica. Por intermédio de análises dos pensadores da *teoria crítica* (Marx, Adorno, Horkheimer, Debord) e da Nova Crítica do Valor (Kurz, Jappe, Trenkle), este estudo apresenta um modelo teórico que denominamos *paradigma do antipoder*, que partiu da obra de John Holloway, para entender a *esfera pública oposicional* praticada na Internet em sua tendência a uma práxis de ação direta, aberta, livre e anticapitalista.

Palavras-chave: Internet, Política, Ciberativismo.

ABSTRACT

BEZERRA, S.R. **Cyberactivism: politics in Internet time.** 2015. 230 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

The objective of this thesis was to understand how the cyber activism, on condition of praxis focused on programmatic use of the Internet, fits into the context of political demonstrations occurred in Europe, Middle East, USA and Brazil, between 2010 and 2013. Thus, reflections were made on of the politics transformations in contemporary society, given the course of the current economic and ecological crisis. By means of analyzes of the thinkers of critical theory (Marx, Adorno, Horkheimer, Debord) and New Value Critique (Kurz, Jappe, Trenkle), this study presents a theoretical model that we call *paradigm of antipower*, which was based work on John Holloway's work, to understand the oppositional public sphere practiced on the Internet in their tendency to a praxis of direct, open, free and anti-capitalist action.

Key-words: Internet, Politics, Cyberactivism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo da <i>Web 2.0</i> com a <i>Web 1.0</i>	70
Tabela 2 - A dialética do cibercomunismo.....	83
Tabela 3- Os principais aspectos dos modelos de <i>e-democracia</i>	111
Tabela 4- Movimentos e os mecanismos de conexão utilizados.....	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Artigos acadêmicos em inglês sobre Comunicação e Política, entre 1995- 2006.....	104
Gráfico 2- Tipos de ciberativismo.....	139
Gráfico 3- Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, população de 10 anos de idade ou mais, Brasil, 2005-2001.....	195

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Cartaz que circulou nos eventos do	
Maio de 1968 na França.....	51

LISTA DE SIGLAS

ARPA	Advanced Research Projects Agency
ARPANET	Advanced Research Projects Agency Net
IPTO	Information Processing Techniques Office
TCP/IP	Transmission Control Protocol
BBS	Bulletin board systems
FSF	Free Software Foundation
HTTP	Hyper Text Transfer Protocol
HTML	Hyper Text Markup Language
ONG	Organização Não-Governamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
MPL	Movimento Passe Livre
OMC	Organização Mundial do Comércio

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OS SENTIDOS DA PRÁXIS E DA POLÍTICA	
2.1	Práxis e política na filosofia clássica	18
2.2	Práxis e Poíesis na Modernidade: Smith e Marx	22
2.3	De Marx a Marx: fetichismo, crítica do valor e práxis	27
2.4	Ativismo, pseudo-atividade e práxis na sociedade do espetáculo	39
3	A POLÍTICA NO NASCIMENTO DA INTERNET	
3.1	A política e a cultura da Internet	51
3.2	O nascimento da Internet	57
3.3	As ferramentas de participação: da <i>Web 2.0</i> a <i>Deep Web</i>	67
3.4	Da economia da dádiva <i>high tech</i> ao cibercomunismo	75
4	CIBERDEMOCRACIA: OS LIMITES DA CIDADANIA DIGITAL	
4.1	A Terceira Revolução Industrial e a Internet	86
4.2	Ciberdemocracia: o paradigma cívico-liberal	100
4.3	A sociedade em rede e os limites da cidadania digital	112
4.4	Da ciberdemocracia ao ciberativismo: paradigmas em debate	123
5	CIBERATIVISMO: PRÁXIS E POLÍTICA EM TEMPOS DE INTERNET	
5.1	Ciberativismo: definições	132
5.2	Ciberativismo e o paradigma do anti-poder	140
5.3	Ciberativismo, o paradigma do antipoder e a Nova Crítica do Valor	157
5.4	Ciberativismo, antipoder e as fissuras ao capitalismo	166
6	DAS TELAS ÀS PRAÇAS: CIBERATIVISMO E POLÍTICA NO SÉCULO XXI	
6.1	Origens do ciberativismo: a Batalha de Seattle e a Internet	175
6.2	Ciberativismo pelo mundo	182
6.3	Ciberativismo no Brasil: as Jornadas de Junho de 2013	195
6.4	Revolução e Internet: janelas ciberativistas	206
7.	CONCLUSÃO	215
	REFERÊNCIAS	224

1. INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX, quando as primeiras descobertas no campo da Computação começaram a fazer parte do cotidiano das pessoas até a recente expansão da Internet para as plataformas móveis (como celulares e *tablets*), alcançando a marca de mais de dois bilhões de pessoas conectadas na segunda década do século XXI, poucos poderiam prever o protagonismo que a Internet assumiria nas dezenas de eventos e revoltas políticas ocorridas em todo o mundo (dos países árabes à Europa; dos Estados Unidos ao Brasil) entre os anos de 2010 e 2013.

Se a relação entre Internet e Política no passado não era tão evidente, hoje é a pedra de toque de qualquer análise que busque compreender as consequências sócio-políticas do fenômeno comunicacional da interconexão de computadores/celulares/dispositivos em rede.

As primeiras investidas teóricas nesta temática remontam o final dos anos 1990 com tentativas ainda incipientes de reconhecer (quais) as potencialidades políticas contidas neste novo meio de comunicação. Contudo, na medida que iam consolidando um específico modelo de interpretação, foram surpreendidas (e modificadas) pelos episódios conhecidos como a *Batalha de Seattle*, ocorrida em novembro de 1999: o primeiro evento político de grande repercussão mundial com profundas ligações com a rede mundial de computadores.

A grande repercussão de uma série de protestos com mais de sessenta mil pessoas que visavam impedir a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio e a concentração na cidade americana de mais de setecentas organizações e movimentos sociais de todo mundo, por si só, não explica a relevância alcançada pelas manifestações ocorridas em Seattle, mas sim o modo com os movimentos sociais e coletivos políticos imprimiram um diferente modo de utilizar a Internet para a práxis política, bem como também se constituíram de maneira diferente a partir deste evento.

Assim, o legado dos eventos em Seattle não foi necessariamente o das conquistas imediatas (já que as ações foram fortemente reprimidas pela polícia e não se obteve sucesso em pautas concretas), mas o fato de ter sido o primeiro evento de grande repercussão que utilizou-se de Internet como estratégia principal na gestão e na promoção do ativismo anticapitalista, alterando profundamente não somente a relação dos movimentos sociais com a rede, mas a própria constituição de tais movimentos.

Assim, o principal paradigma de compreensão da relação entre Internet e Política nos anos 1990 ainda concebia a rede em termos de interatividade, limitada à uma comunicação cívica entre cidadãos e estados. Esta primeira percepção foi responsável pelas definições de ciberdemocracia. Após os eventos Seattle, esta perspectiva precisou ser reformulada, no sentido de fazer jus à práxis praticada na Internet, que estaria conduzindo o tipo de ativismo e de lutas sociais por emancipação e contra o capitalismo global pós-1999.

Neste sentido, destacamos a importância de empreender um estudo que trate de delimitar este novo paradigma de interpretação, aqui denominado ciberativismo, mais condizente com o percurso histórico deste modo de ativismo alicerçado na Internet. Além disso, compreender o sentido do conceito de ciberativismo como referencial para refletirmos sobre os eventos políticos dos últimos anos em todo mundo (para efeito desta pesquisa delimitado temporalmente entre os anos de 2010 a 2013).

São pouco numerosas as proposições teóricas que tratam das questões relativas ao nexo entre Política e Internet nas sociedades atuais, ou seja, que pensem a rede mundial de computadores como novo meio de comunicação e informação que pode (e têm) seu uso dirigido por novos movimentos sociais e coletivos políticos na formulação de projetos políticos de cunho emancipador, seja por meio do fomento de uma *esfera pública oposicional* e democrática, ou pela da utilização sistemática da rede na promoção, manutenção e divulgação destas organizações sociais. Apesar disso, no curso desta pesquisa, foi possível perceber que a produção científica sobre a Internet tem se multiplicado recentemente.

De um panorama de investigação que se centrava em especulações de cunho filosófico, com o debate sobre cibercultura, ciberespaço, inteligência coletiva, etc., boa parte fundamentada no modelo cívico-liberal de compreender a realidade política, observa-se que atualmente a vertente da *teoria crítica* vêm se consolidando com importante referencial no horizonte das investigações sobre Internet.

Surpreendentemente, estas investigações têm se originado dos grupos e coletivos de ativistas, e não somente de pesquisas acadêmicas, seja por meio de publicação de relatos e de experiências pessoais ou por meio de pensadores bastante ligados aos movimentos sociais. Com isso, não podemos observar que a literatura acadêmica sobre o tema esteja ainda consolidada, uma vez que carecem tais trabalhos de uma sistematização de conceitos, com tratamento de hipóteses e apresentação de resultados.

Neste sentido, é preciso esclarecer as razões determinantes para que tenhamos decidido produzir nesta pesquisa uma investigação de cunho teórico. A

primeira razão diz respeito à revisão de literatura sobre o tema. No processo de levantamento bibliográfico foi possível determinar o quão reduzida é a produção editorial em língua portuguesa sobre o ativismo político que faz uso da Internet. Isto posto, quase nenhuma análise de pesquisadores e/ou institutos de pesquisas nacionais cuidam desta temática com profundidade. Este fato justifica-se pela relativa atualidade da questão e pela dificuldade metodológica que esta enseja, ocasionando que ainda não produziu ecos no universo acadêmico.

Outra motivação que justifica a realização deste trabalho diz respeito a formação de um arcabouço mais analítico sobre o tema, pois a razoavelmente farta a bibliografia em língua inglesa, em espanhol e em francês não foi ainda minimamente traduzida ou resenhada em língua portuguesa. Além disso, as análises internacionais se dividem em descrições ocasionais de eventos, ações de movimentos sociais, coletivos de ativistas e estudos de casos, com escassas formulações de definições e reflexões científicas mais profundas, amplas o suficiente para formar uma literatura consolidada, uma teoria geral sobre o tema.

A atualidade da temática é também uma razão que se impõe, uma vez que os eventos políticos que explodiram em dezenas de manifestações ciberativistas pelo mundo todo, entre 2010-2013 (destacamos os eventos políticos da *Primavera árabe* como as revoluções na Tunísia e no Egito, guerra civil na Líbia, grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Síria, Omã e Iêmen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental; a organização de protestos com centenas de milhares de integrantes nos estados europeus em franca crise política, especialmente os *Indignados* na Espanha; a ocupação pacífica e combativa de vias e praças públicas por movimentos sociais em luta contra a política econômica norte-americana, o *Occupy Wall Street*; e no Brasil nas chamadas *Jornadas de Junho*). Assim, a proximidade e a originalidade do fenômeno no país também aparece como elemento que instiga e alimenta o interesse com relação à esta temática.

Assim sendo, esta pesquisa se divide em cinco partes. Na primeira parte intitulada *Os sentidos da práxis e da política*, discutimos os marcos teóricos fundamentais sobre os quais se assenta a argumentação deste trabalho, qual seja, o conceito de práxis, de crítica do valor e do fetichismo em Karl Marx e no viés da *teoria crítica* (Theodor Adorno, Guy Debord e a Nova Crítica do Valor).

Na segunda parte desta pesquisa, cujo título é *A política no nascimento da Internet*, buscamos apresentar as condicionantes históricas do ciberativismo, que são de quatro ordens: a primeira, advinda das influências dos manifestos políticos dos movimentos artísticos para a cultura política da Internet (*A política e a cultura*

da Internet); e segunda, que se refere a recuperação dos elementos e valores culturais e políticos que fomentaram a criação e desenvolvimento da rede (*O nascimento da Internet*); a terceira, que se relaciona com o surgimento de mecanismos de participação política (*As ferramentas de participação: da Web 2.0 a Deep Web*); e a quarta, que é relativa à um modo particular de compreender a crítica do valor no espaço da Internet (*Da economia da dívida high tech ao cibercomunismo*).

A terceira parte *Ciberdemocracia: os limites da cidadania digital* relacionamos o conceito de ciberdemocracia com o paradigma cívico-liberal de interpretação, discutindo: *A Terceira Revolução Industrial e a Internet*; *Ciberdemocracia: o paradigma cívico-liberal de interpretação*; *A Sociedade em Rede e os limites da cidadania digital*; e *Da ciberdemocracia ao ciberativismo: paradigmas em debate*.

Na parte quatro que denominamos *Ciberativismo: a política em tempos de Internet*, vamos abordar as principais definições de ciberativismo; como a práxis ciberativista se relaciona com o paradigma de interpretação do antipoder a partir da apresentação do paradigma do antipoder nas obras *Mudar o mundo sem tomar o poder* e *Fissurar o capitalismo* de John Holloway, bem como as problematizações levantadas pelos autores da Nova Crítica do Valor (Jappe, Kurz e Trenkle). Por fim, relacionar os eventos ciberativistas com as proposições da teoria da revolução apresentadas pelo paradigma do antipoder.

Na última parte que intitulamos *Das telas às praças: ciberativismo e política no século XXI* vamos apresentar a *Batalha de Seattle* como ponto originário de uma práxis ciberativista; discutir os principais eventos ciberativistas ocorridos no mundo entre os anos de 2010-2013 (*Primavera árabe*, os *Indignados* e *Occupy*) e o primeiro evento político ciberativista no Brasil, as *Jornadas de Junho* de 2013; e por fim, refletir sobre as reais potencialidades políticas emancipadoras suscitadas pelo ciberativismo para o rompimento das estruturas fetichizadas e impeditivas da dignidade humana existentes no capitalismo contemporâneo.

2 OS SENTIDOS DA PRÁXIS E DA POLÍTICA

2.1 Práxis e política na filosofia clássica

Apesar do ciberativismo, estratégia de uso politicamente orientado das tecnologias de comunicação e informação ser um fenômeno histórico recente, inicialmente, para efeito desta pesquisa, é preciso retomarmos para sua melhor compreensão o conceito de práxis, sua inserção na filosofia grega clássica, bem como a relação da práxis com a política e as formas do agir humano.

No pensamento ocidental, as diversas teorias sociais que se debruçam sobre a questão da ação humana partem do conceito de práxis proposto por Aristóteles na Grécia Antiga, especialmente na obra *Ética à Nicômaco*. Neste texto, o pensador grego estabelece a distinção entre práxis e poiésis: “com efeito, ao passo que o produzir (*poiésis*) tem uma finalidade diferente de si mesmo, isso não acontece com o agir (*práxis*), pois que a boa ação é o seu próprio fim” (ARISTÓTELES, 1987, p. 128).

Assim, em Aristóteles, a práxis é compreendida como mera ação humana cuja finalidade encerra em si mesma, uma boa ação visando o coletivo que se esgota em seus próprios fins; já a poiésis, como modo de produção, precisa resultar sempre na criação de algo, resultar num objeto com existência externa.

Na exegese do texto aristotélico, observa-se que o autor grego também opõe estas duas formas do agir a um outro tipo particular de ação: a teoria. Na *Ética à Nicômaco* (Livro 6 capítulo III e IV) “é suposto opor as ações e as produções (...) à *theôria*, cujo correlato é aquilo que é do tipo do necessário e, em consequência, eterno” (BESNIER, 1996, p. 127).

Assim sendo, três são as formas de atividade humana no contexto da filosofia clássica grega: a poiésis (produção), a práxis (ação prática) e a teoria. Como pontuou Vásquez (2005), para Aristóteles, enquanto que teoria e práxis são diferentes em espécie e insubordináveis uma a outra, poiésis e práxis são formas de ação que se aproximam.

No sistema filosófico aristotélico, cada uma das formas de atividade humana resultam em três modos específicos de conhecimento: a poiésis (ou produção) que origina as Ciências Produtivas; a teoria que resulta nas Ciências Teoréticas¹; e por

---

¹ No esquema aristotélico, as Ciências Produtivas são aquelas que decorrem da ação humana (Retórica, Arte, Medicina, Guerra e Arquitetura), já as Ciências Teoréticas são as que compreendem a natureza em seu funcionamento, independente da ação humana (Física, Biologia, Psicologia, Filosofia e a Matemática).

fim, a práxis (ou atividade prática) que dá origem às Ciências Práticas. É o que demonstra o pensador grego na obra *Órganon* (ARISTÓTELES, 2005).

Convém, para nossa argumentação, nos determos precisamente no que o pensamento aristotélico situou no campo das Ciências Práticas. Aristóteles em sua classificação sobre as formas de conhecimento prático estabeleceu que a Ética, a Economia e a Política são as ciências resultantes da práxis humana. Segundo este sistema filosófico, a singularidade das Ciências Práticas se encontra no fato de que estas dizem respeito às ações que se originam e também terminam no sujeito e em seu desejo de agir, e por isso, são formas de pensamento que não se preocupam com o processo de criação de objetos materiais.

A economia é ciência prática porque não produz um objeto concreto, apenas proporciona as condições para a realização de um objetivo maior, a felicidade do indivíduo na polis. Por outro lado, a economia, apesar de referir-se às ações, ela está em função de outra ação, a política, que se confunde com a própria felicidade, pois a felicidade é ação propriamente dita, o melhor modo de viver. Poderia se alegar que a política também é uma ação que está em função de outra coisa, ou seja, a felicidade, mas há uma diferença crucial. Certamente o homem é, também, um animal e econômico, um ser da casa, porém 'o homem é por natureza um animal político' (LIMA, 2011, p. 139).

A Política, e não a Economia, se destaca no esquema aristotélico como a *ciência da felicidade*. A práxis humana realizada na Política é determinante na consecução de um modo melhor de viver, que longe de ser de natureza privada (*oikos*² ou da casa), é sempre pensada tendo em vista o bem coletivo (da *polis*³).

Interessa-nos neste ponto, enfatizar como a Política se constituía como uma expressão da práxis: um fim em si mesmo (bem comum) e representação da liberdade, já que não se relacionava a nenhum ditame imediato da produção material. Para Lima, o agir econômico está em função da ação política, por isso, diante de uma hierarquia ontológica, é a política que antecede a economia, assim como para a cultura grega a *polis* é anterior ao *oikos*.

No texto *A Política*, Aristóteles afirma a superioridade da ação política como uma forma elevada de práxis, revelando a importância do agir político na constituição da natureza humana. Daí sua consagrada máxima: o homem é, pois, um animal político. Esta constatação serve pra destacar a política (agora não mais como disciplina) como uma característica inata do ser humano. Por meio da política, o homem não somente pode encontrar na sociedade uma forma de proteção às

---

² O termo *economia* deveria da junção das palavras gregas *oikos* (casa) e *nomos* (costume, lei) e tem como significado as regras para administração da casa, do lar.

³ Política, do grego *politiká*, aparece como derivação do termo grego *polis*, que significa aquilo que é público.

intempéries da vida natural, mas também pode, por meio dela, realizar-se plenamente.

O homem, disse Aristóteles, 'é por natureza, animal político'. Tal afirmação não significa apenas a necessária socialização da vida tendo em vista assegurar a proteção mútua dos indivíduos e a cooperação no trabalho, porque isso, afirmou ainda o filósofo grego, também os animais podem fazer. Dizer então que o homem é 'um animal político' significa que, antes de ser uma associação econômico-militar, a associação política, isto é, o Estado, é de natureza ético-jurídica. A finalidade da política consiste em organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável (AZAMBUJA, 1967, p. 11).

Além disso, para Aristóteles, este “animal político” como ser da linguagem, é dotado de *logos*, razão pela qual pode orientar toda a forma de práxis em direção ao que é “justo e bom”. Consequente, é por meio da linguagem que o *logos* pode guiar o agir político. Pois em *A Política*, há um vínculo estreito entre o bem viver e “o fato de que o homem é um animal político, ao fato de que ele é o único animal dotado de *logos*” (CASSIN, 1999, p. 161).

Neste sentido, a natureza social da condição humana coloca a Política na posição de ciência suprema, da qual as outras derivam e se subordinam. Baseado nos valores e na organização própria da *polis* grega, o esquema aristotélico apontou inclusive, as melhores formas de regime de governo e instituições⁴ que estariam mais aptas para garantir a felicidade a todos⁵.

Resta-nos esclarecer que na tradição da Grécia antiga, somente certos indivíduos eram dotados de cidadania na *polis*, por isso, o exercício da cidadania é inversamente proporcional à capacidade produtiva do sujeito. Por isso, para Aristóteles, os indivíduos responsáveis pela produção material não gozam de condições intelectuais para agir nos assuntos da *polis* e também não as possuem para exercer funções públicas, sejam elas legislativas, judiciais ou deliberativas. Assim, é a capacidade intelectual que mede o exercício da política.

Em decorrência disto, mulheres, escravos e crianças, na tradição cultural da *polis* grega, não eram considerados cidadãos, pois sempre foram tomados como seres incapacitados intelectualmente e por isso deveriam dedicar-se as atividades

---

⁴ Monarquia, Aristocracia e Politeia são as três formas puras de governo apresentados e discutidos por Aristóteles. Estas formas singulares, contudo, segundo o estagirita, podem se degenerar e converter-se em três outras formas impuras de governo, onde o bem comum deixa de ser o objetivo primordial da ação política, quais sejam, Tirania, Oligarquia e Democracia. Convém destacar que a Politeia é o poder popular que não se volta exclusivamente aos interesses dos mais pobres, o que, para Aristóteles acontece na Democracia (ARISTÓTELES, 1985).

⁵ Vale ressaltar que este “todos” se refere aos homens livres, únicos cidadãos reconhecidos da *polis* grega.

de natureza material e produtiva, como a produção de bens, o trabalho braçal e o cuidado com o lar e as crianças.

Como veremos a seguir, esta perspectiva será adotada pela filosofia política liberal, que mesmo reconhecendo a importância do trabalho na produção de riquezas (a *poiésis*), afirmava que os processos decisórios políticos (*praxis*) deveriam ser mantidos fora do alcance da maioria dos indivíduos responsáveis por esta produção: a massa trabalhadora em geral. O contraponto desta argumentação é o eixo fundamental da crítica marxiana à economia política burguesa e parte da desconstrução do conceito de trabalho que veremos na teoria social da Nova Crítica do Valor, que discutiremos nos capítulos seguintes.

O legado aristotélico nesta temática significou para o mundo ocidental a inaugural inserção na história das ideias da questão das atividades humanas e do caráter social presente em toda a forma de agir humano. As discussões filosóficas seguintes sobre a ação passaram a referir-se constantemente a este sistema e versavam sobre a primazia de um tipo de atividade sobre outra: ora seja a do político sobre o econômico, ora da teoria sobre a prática; e mesmo da ação sobre a contemplação, e vice-versa, entre outras dicotomias, mas sempre tomaram o horizonte das proposições aristotélicas como ponto de partida.

Neste sentido, desde os debates renascentistas sobre convívio humano, estimulados pelo desenvolvimento dos espaços urbanos na Europa, até a completa hegemonização dos valores político-econômicos da burguesia, houve sempre, segundo Konder, uma oscilação entre os “impulsos especulativos ‘contemplativos’; [de um lado] e de outro, exigências ligadas a um ‘ativismo’ pragmático” (KONDER, 2006, p. 101). Os séculos acabaram por mostrar que houve uma prevalência da ação, ou seja, a ação guiada pelo pragmatismo produtivo, de que fala Konder, em detrimento de um tipo de contemplação descolada do solo da realidade. Porém, aqui não se trata mais da noção de práxis aristotélica (ligada à Política ou a Ética), do indivíduo tomado como cidadão, partícipe e agente de transformação, mas o conceito de *poiésis*, onde o indivíduo é tomado apenas como sujeito da produção material, apenas como sujeito produtor de mercadorias.

Como veremos a seguir, o debate *práxis versus poiésis* acabou por se revelar central tanto para a teoria social liberal, como para a teoria crítica marxiana, constituindo de maneira decisiva o horizonte político na modernidade.

2.2 Práxis e Poiésis na Modernidade: Smith e Marx

Consoante com o desenvolvimento e expansão do capitalismo na modernidade, a teoria liberal, capitaneada por Adam Smith na obra *Riqueza das Nações* inverteu as proposições aristotélicas defendendo a superioridade da poiésis (já interpretada no estrito sentido de fabricação mercantil) sobre a práxis (ação visando o bem comum).

Na cosmologia clássica da ideologia cívica, a práxis, a ação de homens livres, foi colocada muito acima da poiésis, a produção do trabalho manual. Por que motivo? Porque enquanto o objetivo da poiésis reside no produto e, portanto, em algo que ultrapassa a atividade que o produz, a práxis ou ação é um fim em si mesma. Smith foi o primeiro teórico social de importância a inverter essa valorização: em ‘A Riqueza das Nações’, a práxis de políticos, juristas e soldados é redondamente depreciada, enquanto a produção passa por cima. O comércio e a manufatura, e não a prática da política ou a atividade guerreira, proporcionaram o modelo da atividade meritória (MERQUIOR, 1991, p. 57).

Neste ensejo, Smith, ao desprezar as atividades que originalmente não se relacionam com a produção de bens materiais (a prática da política ou a atividade guerreira), defendeu a superioridade da atividade humana centrada na criação produtiva individual (o comércio e a manufatura). Isto significa dizer que Smith desaprova o tipo de ação de natureza intersubjetiva, cuja meta é “bem-estar do coletivo dos homens” em sociedade. Daí resulta a afirmação de que em seu sistema filosófico-político a poiésis é a atividade humana proeminente em detrimento da práxis.

Assim sendo, para Smith é o trabalho (e não a terra, os metais preciosos ou a agricultura) a fonte de toda riqueza das sociedades, pois “a divisão do trabalho é a grande causa do aumento de opulência pública, a qual sempre é proporcional à laboriosidade do povo e não à quantidade de ouro e prata, como se imagina insensatamente” (SMITH, 1996, p. 30).

A “natureza humana” propensa à troca e ao intercâmbio é o que justifica na teoria econômica smithiana a divisão social do trabalho, no modo como se encontra no capitalismo⁶; e o fato de que a medida do valor de troca das mercadorias seja dada pelo trabalho dispendido na produção mercadológica. É preciso esclarecer que o valor (elemento unificador da troca) nasce do trabalho humano medido pelo tempo gasto no processo de produção de mercadorias, uma vez que “só o trabalho, cujo valor nunca varia, é o genuíno e verdadeiro padrão em termos do qual o valor

---

⁶ Smith defendeu a total liberdade entre trabalhadores e empregadores de estabelecerem contratos de trabalho, sem a intervenção estatal.

de todos os outros bens pode, em qualquer momento e lugar ser estimado e comparado (SMITH, 1999, p.124).

Assim, esta noção particular de trabalho, herdeira das proposições smithianas, passa a ser central nas interpretações da realidade socioeconômica nas sociedades capitalistas ocidentais e representativa de uma manifestação moderna da velha oposição entre *poiésis* e *práxis*.

Assim sendo, no esquema analítico de Smith (1996), não aparece a questão da política como meio de garantia do bem comum em sociedade, já que os “interesses individualistas” de cada membro da sociedade, que originam um estado de constante conflito entre os homens, devem ser conciliados pelo recurso à instância metafísica do mercado. Seria o mercado que espontaneamente regularia a ordem social e, conseqüentemente, traria o bem-estar coletivo, pois “ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (p. 438).

E o que regularia o mercado? A esta questão Smith apresenta a metáfora da mão invisível.

A mão invisível é mais do que um operador técnico, ela é um operador social e a ideia de mercado de Adam Smith se constitui numa teoria da sociedade, numa explicação da lógica dos fenômenos coletivos. Ela é, em última análise, a própria explicação da emergência da ordem social liberal (GANEM, 2000, p. 31, grifo do autor).

Como consequência disso, Smith propõe um papel diminuto ao Estado na gestão da ordem social, cabendo, pois, a este apenas a realização da segurança pública para garantia da ordem e da proteção da propriedade privada. O debate sobre o Estado ocupa papel de destaque em nossa reflexão sobre ciberativismo, como veremos em detalhe no capítulo quarto desta tese.

Contudo, mesmo que Smith e toda uma tradição de pensadores da economia política liberal⁷ enfatizem a predominância do agir produtivo com objetivo de geração de bens materiais, e por isso de riqueza, o problema da participação política do trabalhador é ainda assim relegado. Isso teve importantes consequências para as reflexões sobre o papel da política na modernidade.

---

⁷ Autores como David Hume em *Essays, Moral, Political, and Literary* (1741 e 1742); Jeremy Bentham em *Defence of Usury* (1781), *Deontology* e *The Science of Morality* (1834); David Ricardo em *Principles of Political Economy and Taxation* (1817) e Wilhelm von Humboldt em *On the Sphere and Duties of Government* (1854) e Frédéric Bastiat em *Oeuvres Completes* (1855). Mais contemporaneamente Friedrich August von Hayek em *The constitution of liberty* (1960); James Buchanan em *Essays on political economy* (1989), entre outros.

Assim, como discute Konder (2006), na história do conceito de práxis há o predomínio do “movimento pendular”, pois “quando a ênfase era posta na poiésis, a práxis (atividade política) era desprezada; e, quando se reconhecia a significação humana da práxis (o poder da cidadania), isso se dava em detrimento da poiésis” (p. 102). Assim, enquanto houve a ascensão do trabalho como categoria primordial nas análises econômicas liberais, este papel de destaque não foi acompanhado da garantia de uma maior participação política do trabalhador. Pelo contrário, como demonstra Konder, pois

[...] nos horizontes burgueses da cultura liberal, era impossível realizar a síntese dos dois movimentos. A ideologia dominante implicava a convicção de que a práxis, como exercício consciente e responsável da cidadania, só podia ser privilégio de uma elite bem preparada, integrada por homens empreendedores (os empresários), proprietários de bens asseguradores de sua independência, criaturas capazes de votar de acordo com os ditames das suas consciências, que dispunham de meios para repelir quaisquer pressões externas. As pobres pessoas atreladas à dura disciplina do trabalho produtivo, subordinadas a seus patrões, iletradas, inexperientes, não eram livres para o exercício do voto e não tinham condições pra fazer opções maduras, expressando uma vontade própria (2006, p. 102).

Esta máxima liberal de que “a dura disciplina do trabalho produtivo” impediria a consciência e as faculdades necessárias para o pleno gozo dos direitos políticos permitiu durante décadas que os trabalhadores ficassem à margem das decisões políticas, principalmente com exclusão ao direito ao voto, pois “ao longo do liberalismo, o exercício do voto foi elitista, excludente ou limitador: o voto censitário baseado na propriedade e/ou nos impostos dominou o século XIX” (PONT, 2002).

Para a filosofia liberal, a práxis (ação ética e política) nas “coisas públicas” deveria ser tarefa de “homens preparados”, capazes de formar uma elite autônoma e complementemente independente da interveniência de fatores ligados à sobrevivência imediata que poderiam prejudicar as decisões políticas. Isto significa dizer que as classes trabalhadoras seriam alijadas de qualquer forma de participação política.

Diversas lutas históricas foram travadas ao longo das décadas, na Europa e nos demais países pelo mundo, num difícil processo de conquista de direitos políticos por parte de trabalhadores (como direitos de organização sindical, o direito ao sufrágio universal). Neste sentido, e além disso, no século XIX, a teoria social de Karl Marx também representou um decisivo ponto de virada.

Ao discutir o processo de produção e criação da realidade, Marx imiscuiu no conceito aristotélico de práxis, de ação politicamente orientada, tanto os elementos da produção e criação de bens (poiésis), como a noção de teoria, de contemplação,

assumindo uma perspectiva de análise original, pois relaciona dialeticamente práxis e poiésis.

A este movimento da obra marxiana que aproxima ação/teoria/produção, ou teoria/práxis/poiésis, Gramsci chamou: filosofia da práxis⁸.

'Filosofia da práxis' de Gramsci é um 'método orgânico', ou seja, um modo de interpretar a história, a ideologia, a política e a economia enquanto um conjunto que expressa o próprio processo da realidade social e de sua transformação, sendo este também um meio científico-filosófico de interpretar o ser humano, enquanto singular e genérico, enquanto 'conjunto das relações sociais', tal como no pensamento de Karl Marx (OLIVEIRA, 2008, p. 03).

Nos textos de juventude, especificamente na obra *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, Marx estabeleceu os modos pelos quais os aspectos materiais determinam a existência política do homem. A separação entre o agir pelo trabalho do homem e a ação do animal aparecem neste primeiro momento como elemento que define a própria condição humana. E a história da humanidade não seria nada mais do que produto deste agir que transforma a realidade e, num só turno, "produz" o próprio homem.

Este projeto marxiano que pensa o homem como agente de sua transformação, na mesma medida em que modifica as condições da realidade social em que vive, encontra seu ápice nas *Teses sobre Feuerbach*, texto de 1845. Marx ao realizar uma análise crítica do materialismo de Ludwig Feuerbach⁹, esboça neste texto os fundamentos principais de seu sistema filosófico: apresenta uma frontal oposição ao materialismo iluminista da época, bem como também se separa do idealismo alemão vigente no século XIX.

Como explica Löwy (2000), Marx consegue promover uma separação com relação aos discursos filosóficos dominantes, na medida que rejeita a Filosofia das Luzes (que afirma que é preciso mudar as circunstâncias para libertar o homem) e o idealismo neohegeliano (que propõe libertar a consciência humana para mudar a sociedade). Com isso, Marx cortou o nó górdio da filosofia de sua época, proclamando (terceira tese sobre Feuerbach) que na práxis revolucionária coincidem a mudança das circunstâncias e a transformação das consciências (p.22).

Convém retomarmos brevemente a terceira das *Teses sobre Feuerbach*:

---

⁸ Antônio Gramsci, nos Cadernos do Cárcere (1937), estabelece o que chamou de filosofia da práxis como principal legado de Marx para o agir político-revolucionário. Cf. GRAMSCI, 1999.

⁹ Teólogo de formação, discípulo de Hegel, Ludwig Feuerbach ganha reconhecimento a partir de sua influência sobre os escritos de Marx, no que tange ao debate de temas como: materialismo, alienação religiosa e relação entre teoria e prática.

A doutrina materialista da mudança de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e que, portanto, homens mudados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, se esquece precisamente de que as circunstâncias existem para serem mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. É por isso que ela deve dividir a sociedade em duas partes - das quais uma é elevada acima da sociedade (por exemplo, para Robert Owen). A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana só pode ser interpretada e racionalmente compreendida como 'prática (práxis) revolucionária' (MARX; ANDREAS¹⁰ apud LABICA, 1990, p. 31-32).

Este aforismo demonstra uma superação com relação ao materialismo consagrado na Alemanha naquele período histórico¹¹. Significa também que Marx conseguiu promover uma interpretação dialética do papel da práxis (revolucionária, acrescentou ele) na formação das consciências humanas e não apenas como meio de transformação imediata da realidade. Se o materialismo anterior a Marx afirmava que as circunstâncias sociais determinavam a consciência do indivíduo e, desta forma, condicionava o seu agir social, o passo decisivo proposto pelo conceito marxiano de práxis revolucionária é o de interpretar a "formação de consciência" de modo mais profundo, pois práxis deve instaurar uma prática que transforme as circunstâncias sociais no mesmo movimento que modifique as consciências dos indivíduos.

Retomemos assim o conceito de práxis revolucionária. A primeira vista a terminologia parece designar um significado estritamente político, mas o uso do termo *revolutionäre Praxis*¹² entre aspas ganha uma conotação mais ampla: "se [Marx] põe o termo entre aspas, é porque lhe dá um sentido mais amplo, que inclui a transformação da natureza pela atividade humana: o trabalho" (LÖWY, 2002, p. 166).

Como vimos, com este conceito [*revolutionäre Praxis*], Marx conseguiu superar a filosofia materialista/idealista do passado, bem como apresentar o fundamento teórico que afirma a existência de um processo de auto-emancipação do homem. Isto posto, podemos afirmar que o movimento da práxis revolucionária

---

¹⁰ MARX, K. ANDREAS, B. **Das Ende der klassischen deutschen Philosophie**, Bibliographie, Trier, Karl Marx Haus, 1983.

¹¹ Georges Labica na exegese das *Teses sobre Feuerbach* esclarece que, neste ponto, os materialistas a que se refere Marx são os filósofos franceses do século XVIII, precisamente d'Holbach e Helvetius, até mais do que Feuerbach. Segundo Labica, estes autores afirmam que "o homem é produto das circunstâncias. Que seja entendido por homem o indivíduo. Quanto às circunstâncias, elas mesmas são forjadas pela educação, quer dizer, pelos costumes de uma época determinada, pelos hábitos, pelas práticas, pelas regras morais, pelo direito, tudo isto reunido sob o nome de 'opinião pública' (d'Holbach) ou de 'governo' (Helvetius)" (LABICA, 1990, p. 81).

¹² Engels na edição de 1888 substitui o termo *revolutionäre Praxis* pela palavra alemã *umwälzende* (subversivo, agitador).

é, num mesmo gesto, modificador das circunstâncias sociais e instrumento de autotransformação do sujeito.

A filosofia da práxis tem também uma outra dimensão decisiva: contra o materialismo antigo que coloca o indivíduo contemplativo (*Anschauend*) ante às 'circunstâncias sociais', isto é, em face da 'sociedade burguesa' enquanto conjunto de leis sociais e econômicas 'naturais', independentes da vontade ou da ação dos indivíduos, ela percebe a sociedade como rede prática", concreta, de relações sociais, como estrutura criada pelos seres humanos no curso de sua atividade histórica e de sua apropriação da natureza pelo trabalho (LÖWY, 2000, p. 23).

Como corolário do problema da práxis e como resultado destas investigações, chegamos à questão do trabalho. É preciso esclarecer que, para efeito desta pesquisa, não abordaremos de modo detido uma vasta tradição do pensamento crítico marxista que analisa o trabalho no horizonte da modernidade, mas apresentaremos, em contraponto a este pensamento, o viés teórico da Nova Crítica do Valor na medida em que este afirma que há uma relação particular e complexa entre o sentido da ação política no presente (que aqui denominamos ciberativismo) e um conceito específico de trabalho, baseado, sobretudo, em uma particular interpretação da teoria marxiana do valor. É o que veremos a seguir.

2.3 De Marx a Marx: fetichismo, crítica do valor e práxis

Duas são as formas estabelecidas de análise da categoria trabalho na obra de Marx que se consagraram na pesquisa social. A primeira delas, mais ortodoxa, afirma a importância nos textos marxianos da noção de trabalho como atividade primordial definidora existencial da humanidade, categoria ontológica, elemento que separa e eleva os homens do reino animal e ente fundante de toda riqueza existente¹³. Esta interpretação da teoria marxiana consagrou-se no universo acadêmico¹⁴ e nos movimentos operários pelo mundo, além de ter sido determinante na constituição das experiências socialistas do passado.

Este modo de compreender o sentido do trabalho numa sociedade moderna, próprio do marxismo ortodoxo, foi parcialmente desacreditado com o fim da União Soviética. A esta perspectiva sobreveio uma segunda interpretação teórico-política do conceito de trabalho na obra de Marx, denominada Nova Crítica do Valor. Esta corrente teórica representa um importante referencial para compreendermos as

---

¹³ Cf. NAPOLEONI, 1978.

¹⁴ Inicialmente esta leitura do conceito de trabalho na obra de Marx foi realizada por Engels em *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (1896).

mudanças fundamentais nas práticas políticas nos últimos anos, principalmente como resultado da crise do sistema capitalista que passa o mundo após a Terceira Revolução Industrial (que trataremos no capítulo terceiro) e por isso aparece como referencial teórico deste trabalho.

A Nova Crítica do Valor, desta forma, é uma tentativa de ir “com Marx, para além de Marx” com fundamento em uma interpretação própria do desenvolvimento do capitalismo após os anos 1970. Ela se delineia especificamente a partir do final dos anos 1980 junto com a atividade de coletivos e de intelectuais independentes em torno da publicação alemã *Krisis*. Este esforço se desdobra e se ramifica em diversas outras publicações, dentre elas a revista austríaca *Streifzüge* (1996) e a alemã *Exit!* (2004) (NASCIMENTO, 2014a, p.7).

Uma historiografia mais completa das origens e dos principais pensadores da crítica do valor foi elaborada por Joelton Nascimento na obra *Crítica do valor, crítica do Direito* (2014). Assim temos:

[...] esta releitura começa com a assim chamada *Neue Marx-Lektüre* (nova leitura de Marx) e nasceu sobretudo com ex-alunos e intelectuais próximos da primeira geração da Escola de Frankfurt, especialmente Helmut Reichelt, Hans-Jürgen Krahel e Hans-Georg Backhaus. Na Itália, alguns textos de Claudio Napoleoni e de Lucio Colletti se aproximavam, involuntariamente, das questões postas pela *Neue Marx-Lektüre*. Na França, Jean-Marie Vincent e, de modo oblíquo, Guy Debord, sem o saber, também o faziam. Ao longo desta releitura dois autores que escreveram suas respectivas obras mais importantes na primeira metade do século XX, durante a primeira fase da Revolução Russa e que, até então, eram quase desconhecidos no Ocidente, foram ‘redescobertos’ como a vanguarda da reconstrução da Formanalyse marxiana: o economista Isaak Ilitch Rubin e seu A Teoria Marxista do Valor e o jurista Evgeny Bronislavovich Pachukanis com seu A Teoria Geral do Direito e o Marxismo. Ainda que a *Neue Marx-Lektüre* permaneça em atividade e tenha incorporado outros autores, como Michael Heinrich e Dieter Wolf, ela se desdobrou em novas e mais radicais abordagens no final dos anos 80, início dos anos 90. Nos Estados Unidos, desdobrou-se na abordagem de Moishe Postone, que promoveu ele mesmo uma reconstrução própria da análise marxiana da forma valor, associada com uma crítica do trabalho abstrato da moderna sociedade de produção industrial monetizada. Na Alemanha, no coletivo de intelectuais críticos *Krisis* seguido depois pela dissidência de alguns deles em torno da revista *Exit!* Ernst Lohoff, Franz Schandl, Norbert Trenkle, Robert Kurz, Roswitha Scholz, Claus Ortlieb, e Anselm Jappe, dentre outros, foram designados por este último como a Nova Crítica do Valor. No Japão, Kojin Karatani também retomou para sua própria abordagem a nova leitura de Marx inaugurada nos anos 60” (NASCIMENTO, 2014b, p. 41-42).

Para os pensadores da Nova Crítica do Valor o trabalho é o eixo central da vida social e, por isso, também o é para a vida política. Isto porque as condições

históricas decorrentes do advento da revolução tecnológica experimentada em fins do século XX trouxeram importantes consequências para o mundo do trabalho:

[...] diminuição do emprego estável e assalariado, do desemprego e do trabalho precário, com fim de uma utopia de crescimento – entendida como uma tendência que possibilitaria a capacidade de incorporação dos setores formais ao núcleo central da economia – de estabilidade e de crescente integração do trabalho como fator de coesão social (ORGANISTA, 2006, p. 10).

Convém esclarecer como a vertente teórica da Nova Crítica do Valor, em sua leitura da obra de Marx, compreende a categoria trabalho. Diferentemente do que se poderia supor, a exegese d’O *Capital* é a fonte das observações destes pensadores que perceberam incrustada na complexidade da teoria do valor de Marx que o trabalho como atividade humana tem uma natureza dupla, bipartida. Esta interpretação assenta-se no fato de que nas formulações marxianas sobre a mercadoria está evidente o processo pelo qual o trabalho cindiu-se num duplo.

Ao revisar o modo de produção capitalista estruturado sob a lógica da produção de mercadorias, Marx conseguiu “descobrir” pioneiramente o trabalho como “ponto axial”: “essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi demonstrado por mim de modo crítico pela primeira vez” (MARX, 1988, p. 171).

Qual seria esta natureza bipartida ou dupla do trabalho nas sociedades capitalistas? A atividade humana (trabalho útil ou concreto) está sempre presente no processo de produção de um bem, na transformação de matéria natural em algo que tenha utilidade. Isto parece perfeitamente evidente, porém, e além disso, ao se produzir um bem cujo objetivo é a troca, o caráter útil deste bem deixa necessariamente de ter prevalência e deixa de ser a meta primordial de produção. É o que afirma Marx:

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX apud NASCIMENTO¹⁵, 2014b, p. 62-63).

O trabalho abstrato é aquele que produz sob a égide da troca e não da utilidade. Assim, toda atividade humana concreta é reduzida a uma exigência externa que lhe sobrepõe: o valor. De forma pioneira na história humana, como afirma Marx, o capitalismo conseguiu abstrair as diversas formas do trabalho concreto, substituindo-as por um tipo de trabalho de natureza abstrata (já que

---

¹⁵ MARX, K. **Das Kapital**, Vol.23, em _____. ENGELS, F. *Ausgewählte Werke*: *Zusammengestellt und eingerichtet von Mathias Bertram*. Berlin: Directmedia, 1998.

independente do fim a que se destina). Este tipo de trabalho pode permitir a geração de valor, uma vez que tornou as atividades humanas passíveis de converterem-se em uma referência de troca abstrata.

Assim, “o trabalho que compõe o valor não conta, portanto senão como puro dispêndio de tempo de trabalho, sem consideração pela forma específica em que o tempo foi dispendido” (JAPPE, 2006, p. 27).

No que tange à ontologização do trabalho, deve-se considerar que nomear de ‘trabalho’ atividades humanas tão diversas e incomensuráveis é desde logo um procedimento capitalista que, aos olhos de quaisquer outras sociedades que não a sociedade mercantil, se afiguraria como um procedimento totalmente absurdo e sem sentido. Não se trata de libertar uma essência boa aprisionada, mas de criticar a própria abstração ‘trabalho’, que mais bem já é o trabalho abstrato capitalista (REGATIERI, 2009, p. 327).

Esta abstração do trabalho que não diz mais respeito à criação de um bem útil, é medido em função do tempo gasto em sua produção. Absolutamente diferente da condição própria da ação humana que interferindo pelo trabalho na natureza, produz e transforma a realidade natural.

Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a atividade humana em si, o puro ‘dispêndio de força de trabalho’, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais (KRISIS, 1999).

Neste sentido, a discussão aristotélica de quais atividades humanas devem ter prevalência social não pode ser mais válida, pois independente da natureza da atividade (teórica ou prática), o sistema capitalista conseguiu engendrar um processo de “colonização” dos trabalhos concretos, por meio da forma abstrata que é o valor: “o trabalho abstrato e o valor que ele cria nada têm, portanto, de material e concreto, antes são estritamente abstrações sociais” (JAPPE, 2006, p. 28).

Esta nova leitura da teoria de valor de Marx, consoante com as transformações do capitalismo no século XXI, enseja uma nova compreensão do tipo de dominação capitalista, que não significa mais apenas a extração de mais-valia ou a expropriação dos “frutos do trabalho”, mas instaura um complexo processo de fetichização. Para os pensadores da Nova Crítica do Valor, esta fetichização por meio do valor é o que permite a sobrevivência de um sistema

econômico-político excludente e injusto, mas em vias de extinção. Como afirma Norbert Trenkle:

De qualquer maneira, porém, pode provar teórica e empiricamente que não haverá nenhum novo impulso de acumulação secular, mas antes, que o capitalismo entrou, irreversivelmente, numa era de declínio e desintegração barbáricos. Esta prova necessariamente coincide com a crítica implacável ao trabalho, à mercadoria, ao valor e ao dinheiro e não persegue nenhuma outra meta senão a superação destas abstrações reais fetichistas; e deste modo, também, será superado seu próprio âmbito de validade: a auto superação da teoria do valor (2014, p. 33).

A discussão sobre o fetichismo da mercadoria como resultante da forma-valor capitalista aparece n' *O Capital* no capítulo *O caráter fetiche da mercadoria e seu segredo*. Como bem descreve Jappe (2006), os termos utilizados neste texto ('segredo', 'sutilezas metafísicas', 'argúcias teológicas', 'caráter místico', 'enigma', entre outros), demonstram que a perspectiva de análise assumida não coloca a mercadoria como categoria de análise de fácil entendimento, nem a coloca como uma mera resultante do trabalho humano, destituída de consequências para o todo social.

Este caráter mítico implica uma dificuldade em captar o modo como as atividades humanas, e a socialização destas decorrentes, foram enclausurados nos limites da mercadoria e da *forma-valor*. Marx foi ao fundo no desvelamento do processo de objetivação que coisifica o produtor e torna sujeito do seu produto. Revelou ele uma sistemática que "arrasta" a objetivação da coisa produzida para o ser social do produtor, pois, a forma mercadoria "não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (MARX, 1988, p. 199).

As relações sociais não se estabelecem mais entre os seres, mas se dá entre os objetos produzidos, que tomam destes a forma. Assim, para Jappe (2006) "o fetichismo reside desde logo no próprio fato de que a atividade social tomar uma 'aparência de objeto' na mercadoria, no valor e no dinheiro" (p. 32).

A constatação mais original da Nova Crítica do Valor é a de que a crítica da *forma-mercadoria*, e não a luta de classe e/ou a disputa pelo Estado, é o maior legado da teoria filosófica de Marx. É, pois, o eixo fundamental sob o qual se assenta uma crítica contundente ao capitalismo, mantendo sua validade científica e seu poder contestatório para além do contexto de seu surgimento no século XIX.

O breve capítulo sobre fetichismo (...), bem como outras observações espalhadas ao longo de sua obra, permitem chegar a uma conclusão (...): para Marx, o fetichismo não é apenas uma representação invertida da realidade, mas uma inversão da

própria realidade. E, neste sentido, a teoria do fetichismo é o centro de toda a crítica que Marx dirige aos fundamentos do capitalismo (JAPPE, 2006, p. 33-34, grifo nosso).

Apesar da importância que a análise categorial do fetichismo da mercadoria teve na obra derradeira de Marx, pensadores marxistas de diversas orientações teóricas acabaram por não compreender de que forma, para Marx, o trabalho abstrato se consubstanciava os diversos fazeres sob a forma de valor e de que modo isto impactava no processo de fetichização das relações sociais. Esta incompreensão dos pensadores posteriores à Marx possibilitou uma separação entre economia e política na história do marxismo. A isto convencionou-se denominar economicismo:

O pensamento marxiano é, pois, uma constatação e uma crítica da redução de toda a vida humana ao valor, isto é, à economia e suas leis. Contudo, gerações de adversários e de partidários de Marx interpretaram tal constatação como uma apologia desta redução (JAPPE, 1999, p. 37).

Ou ainda como afirma Trenkle (2014):

O trabalho abstrato é, então, a redução de todos os trabalhos produtores de mercadorias a esse denominador comum. A redução os faz comparáveis e assim mutuamente permutáveis, reduzindo-os à quantidade puramente abstrata reificada de tempo pretérito. Como tal, ele forma a substância do valor. Quase todos os teóricos marxistas entenderam esta determinação conceitual, de forma alguma óbvia, como definição rasteira de um fato antropológico, quase uma lei natural, tendo-a ruminado irrefletidamente como tal. Eles nunca entenderam por que Marx fez tanto esforço no primeiro capítulo de *O Capital*, que foi reescrito muitas vezes, e por que ele "obscurece" desnecessariamente um assunto aparentemente tão plausível, através de uma linguagem hegeliana. Tão óbvio era o trabalho no marxismo, tão auto evidente este lhe aparecia, que ele produziria valor num sentido totalmente literal (p. 22).

Kurz também comenta a incapacidade do marxismo do movimento operário de lidar com a questão do fetichismo e do trabalho abstrato:

O marxismo do movimento operário em sua época histórica, de 1848 a 1989, sempre referiu-se apenas a uma crítica sociologista redutora e limitada da "apropriação da mais-valia" pelos "capitalistas", sem tocar no caráter sistêmico fetichista da própria socialização pelo valor. A categoria do valor e a economia política baseada nesta categoria não era entendida negativamente, mas positivamente, no sentido de eliminar a apropriação do "trabalho não-pago", a fim de se apropriar do pleno valor para si, como um objeto supostamente neutro (MARBURG-VIRUS, KURZ, LOHOFF, 2014, p. 35).

Contudo, nos anos 1920, esta visão consagrada no marxismo ortodoxo sofreu uma virada, pois neste momento, o conceito de fetichismo da mercadoria é retomado pelo pensador húngaro Gyorgy Lukács na obra *História e consciência de classe*, de 1923.

Neste texto de juventude, mais tarde renegado na medida em que seus escritos posteriores sobre a ontologização do trabalho dos anos 1930 não seguem esta mesma linha de interpretação (FREDERICO, 1997), Lukács afirma que o primeiro capítulo de *O Capital* sobre o caráter fetichista da mercadoria contém em si (e define) todo o materialismo histórico.

Como esclarece Jappe (1999):

Da morte de Marx até os anos 20, cai num esquecimento quase completo [o conceito de fetichismo da mercadoria]: Engels, em seu último período, quase não lhe dá importância, assim como Rosa Luxemburgo, Lenin e Kautsky; fundamentam a condenação do capitalismo na pauperização crescente, nas dificuldades de acumulação ou na queda da taxa de lucro. O primeiro que retoma seriamente o conceito de fetichismo é Lukács em 1923, em *História e consciência de classe* (p. 37).

Ao nosso ver, este livro tem um papel importante na consolidação da Nova Crítica do Valor por duas razões principais: a primeira, porque representa uma leitura inaugural da *forma-mercadoria* no contexto de uma totalidade social; e a segunda, porque pensa o Partido não como fundamento da práxis, mas como um mediador desta, como discutiremos nas reflexões seguintes sobre o paradigma do antipoder.

Vamos nos deter neste ponto. Lukács (2003) no capítulo sobre o fenômeno da reificação em *História e consciência de classe* retoma o conceito de mercadoria e reafirma os pressupostos das análises econômicas de Marx com relação aos efeitos da fetichização para o sujeito, uma vez que “para aqueles problemas fundamentais que resultam do caráter fetichista da mercadoria como forma de objetividade, de um lado, e do comportamento do sujeito submetido a ela, de outro” (p. 194).

A mercadoria passa a ser compreendida não somente como resultante de processos produtivos e instrumento de troca, mas, segundo Lukács, vai influenciar toda a vida (no exterior e interior) da sociedade, dominando de maneira indelével a totalidade social. Este caráter da mercadoria que é próprio das modernas sociedades capitalistas.

Assim sendo, o pensamento crítico, ao contrário do que defende a ciência burguesa e o marxismo ortodoxo, deve compreender a totalidade social que se evidencia nos fatos aparentemente particulares. Para Jappe, esta incapacidade de

tomar o sentido da totalidade naquilo que é particular é derivada de uma fragmentação da atividade (poiésis) social e da parcelização cada vez mais crescente do trabalho (1999, p. 39).

Como podemos observar no seguinte parágrafo de *História e consciência de classe*, para Lukács somente um sujeito que seja resultado dessa totalidade pode construir uma realidade transformada.

Afinal, o rompimento com a consideração da totalidade rompe também a unidade da teoria e da prática. A ação, a práxis – nas quais Marx faz culminar suas Teses sobre Feuerbach – implicam, por essência, uma penetração, uma transformação da realidade. Mas a realidade só pode ser compreendida e penetrada como totalidade, e somente um sujeito que é ele mesmo uma totalidade é capaz dessa penetração (2003, p. 124).

Este sujeito como categoria analítica que é capaz de compreender a realidade como totalidade social a que se refere a teoria lukácsiana é a classe. Isto significa dizer que existe uma classe que encerra em si a totalidade social e deste modo tem condições históricas de promover a transformação da realidade: esta classe é o proletariado, uma vez que a classe, por meio de sua ação, consegue penetrar a realidade social e por isso transformá-la em sua totalidade. Ao promover esta análise, Lukács se destaca na história do marxismo como um dos principais autores a abordar o problema do sujeito revolucionário, que, como veremos no capítulo quarto, deixa importante legado para as reflexões sobre ciberativismo e o paradigma do antipoder.

Para o autor húngaro, o proletariado detém todo o potencial emancipatório da sociedade, uma vez que escapa à contradição permanente na qual a classe burguesa está histórica e materialmente inserida. Como explica Holloway (2003):

A tentativa de Lukács de resolver esse problema se baseia em primeiro lugar, em uma distinção de classe entre a burguesia e o proletariado. Tanto a burguesia como o proletariado existem em um mundo reificado¹⁶, mas para a burguesia não há saída. Não existe nada em sua posição de classe que a levasse para além do mundo da reificação porque a perspectiva da totalidade, que inevitavelmente é histórica (p. 125).

Contudo, no esquema filosófico lukácsiano, o partido consegue ser uma mediação importante para o processo revolucionário, pois tem a formatação ideal de uma organização revolucionária do proletariado. Esta entidade, a “justa consciência de classe do proletariado”, o partido, deve ser o modo pelo qual o

---

¹⁶ Lukács entendia reificação como o modo pelo qual o fetichismo convertia os processos sociais em coisa, ou como objetos externos.

proletariado realizará a práxis revolucionária transformadora da realidade social e alcançará a superação do capitalismo.

Como veremos a seguir, a fixação categorial da mediação do Partido na teoria revolucionária lukácsiana é uma tentativa de rompimento com o fetichismo nas sociedades modernas que novamente recai sobre outro fetiche: a *figura heroica do Partido*.

Assim, influenciada pelas reflexões lukácsianas sobre o abarcamento pela mercadoria de toda a totalidade social e suas consequências para uma opressão social sistemática da humanidade, a Nova Crítica do Valor vai analisar os modos pelos quais existe uma contínua denegação da dignidade humana nas atuais sociedades modernas capitalistas em sua dupla crise (econômica e ambiental). É o que demonstra Kurz:

[...] a simultaneidade da crise econômica e da ecológica, assim como a tendência a uma mesquinha guerra civil mundial, são consequências do fato de que as atuais capacidades produtivas, as mais elevadas que já existiram, têm que passar pelo buraco da agulha da forma abstrata do valor e da capacidade de transformar-se em dinheiro (1997, p. 11).

Como vimos, a trajetória revolucionária do marxismo ortodoxo (representada pela figura do Partido) em sua tentativa de superação do capitalismo sempre manteve seu horizonte de interpretação atrelado à noção de trabalho abstrato. A superação do trabalho abstrato, como defende o *Manifesto contra o trabalho*, do grupo de crítica do valor *Krisis*¹⁷, pretende transcender as aporias deste modo de contestação que não consegue se desvincular dos limites impostos pelo fetichismo da mercadoria.

Assim, os diversos projetos socialistas de emancipação, a experiência da União Soviética ao regime de Cuba, a consolidação da economia do Partido Comunista chinês e as vitórias do sindicalismo pelo mundo revelam o quão os projetos emancipatórios socialistas não conseguiram superar o problema da abstração do trabalho e seu caráter alienante.

---

¹⁷ O Grupo *Krisis* foi fundado em Nuremberg, Alemanha no ano de 1986. A base teórica que influenciou seus pensadores e ativistas gira em torno das obras de Karl Marx, Guy Debord, Theodor Adorno, entre outros. O *Krisis* com a publicação de textos, ensaios e realização de seminários pelo mundo se torna referência nas teorias da Nova Crítica do Valor. Em sua formação original, tinha como membros principais: Ernst Lohoff, Franz Schandl, Norbert Trenkle, Robert Kurz, Roswitha Scholz e Claus Peter Ortlieb. Um dos principais textos do coletivo é o *Manifesto Contra o Trabalho*, de 1999. Após cisão do grupo em 2004, Kurz, Scholz e Ortlieb fundam grupo entorno da revista *Exit!*, que também é voltada ao debates relativos à crítica do valor.

Como vimos, Marx desenvolveu esta questão nas análises d' *O Capital* e em sua investigação do caráter mítico da mercadoria¹⁸. Contudo, os pensadores que refletiram sobre o tema nas décadas seguintes longe de compreender os efeitos da abstração do trabalho, da alienação que separa o trabalhador dos resultados de sua ação, da *forma-valor* e do fetichismo da mercadoria na constituição das relações sociais na modernidade relegaram o debate sobre o valor para o campo da economia, enquanto que conferiram prevalência teórico-prática à política. Como discutem Robert Kurz e Ernst Lohoff em entrevista à Revista *Marburg-Virus* (2014):

Para o marxismo do movimento operário, imanente ao valor, o meio político tornou-se até mesmo o campo central de ação. Porque a luta pela liberdade de associação e melhoria das condições de vida nas bases do sistema produtor de mercadorias incluía a transformação dos trabalhadores assalariados em sujeitos de direito e cidadãos iguais. Também desta perspectiva, o movimento operário e a esquerda se transformaram em marcapassos da socialização pelo valor (...). Até hoje a esquerda permanece grudada à ilusão da política, estendendo o conceito de política a esmo, e quase ignorando-o à noção de crítica ou movimento social em geral. É central, assim, o uso enfático do conceito de democracia ou "democratização", nos quais se resume a ilusão política (p.44).

Ao ignorar a "noção de crítica" ou recaindo numa "ilusão política" com a democracia, o pensamento marxista não tem conseguido edificar projetos socialmente emancipadores, tornando-se refém de uma ideologia política liberal, como discutiremos mais amplamente ao apresentarmos o conceito de ciberdemocracia no capítulo terceiro.

Assim, estas análises marxistas centravam-se na política como a derradeira perspectiva de transformação social, uma vez que estas permaneceram ligadas à uma conceituação ainda burguesa de trabalho, sem que a crítica de sua abstração fosse realizada. Isto significou alimentar um sistema produtor de mercadoria que pretendiam (ou deveriam) combater.

A práxis revolucionária deixa de ser compreendida como uma intervenção ativa na realidade social para significar apenas a ampliação de conquistas trabalhistas, benefícios salariais imediatos e participação cidadã nos processos decisórios eleitorais que, de modo geral, pouco modificam as estruturas do capital.

---

¹⁸ "A questão do trabalho em Marx apresenta aspectos ambíguos. Pois, mesmo em Marx essa questão não é ainda completamente resolvida, fica na ambiguidade. Por um lado, ele avança (sobretudo nos escritos de juventude) a necessidade duma superação do "trabalho", mas por outro explicita em muitos trechos uma ontologia deste mesmo "trabalho". Poderia tratar-se, portanto, apenas da superação das *formas* histórico-sociais sempre diversas que assumiu o "trabalho", e não da sua existência pressuposta como eterna" (KURZ, 1991).

Para Kurz (1997), “este desvio para a política” não compreende a política como um conceito historicamente limitado e gerado no sistema produtor de mercadorias moderno, mas como solução para a ruptura com o capitalismo. Assim,

[...] o problema me parece ser o seguinte: o marxismo tradicional não tinha condições de formular concretamente o problema da crítica da forma mercadoria e seus desdobramentos práticos. (...) As reformas e revoluções realizadas nesse horizonte converteram os trabalhadores em sujeitos de direito civil, em sujeitos de relações contratuais e em cidadãos modernos. Além disso, elas estabeleceram condições de trabalho modernas, mas não alteraram a essência do sistema de produção de mercadorias (p. 81).

Esta problemática que parece dividir as perspectivas de análise de toda a tradição marxista é também resultante da natureza ambígua do projeto filosófico do próprio Marx. Como esclarece Kurz (1998), podemos encontrar dois Marx “dois teóricos na mesma cabeça, que seguem linhas de argumentação completamente diversas”: de um lado, o autor do *Manifesto comunista*, com um projeto revolucionário concebido a partir da existência de uma luta de classe, fundada na ontologia do trabalho.

O Marx nº 1 é o Marx universalmente conhecido, “exotérico” e positivo, o descendente e dissidente do liberalismo, o político socialista do seu tempo e mentor do movimento operário, que nunca quis outra coisa senão direitos de cidadania e um “salário justo para uma jornada de trabalho justa”. Esse Marx nº 1 parece adoptar uma perspectiva ontológica do trabalho com a correspondente ética protestante, reivindicar a “mais-valia não paga” e querer substituir a “propriedade privada dos meios de produção” (jurídica) pela propriedade estatal. E que não haja dúvidas: este é também o Marx do “Manifesto Comunista”, a cujo nível o seu adjunto e coautor Engels se restringiu toda a vida. Trata-se do manifesto da “luta de classes”, tal como esta determinou o desenvolvimento do mundo moderno entre 1848 e 1989”.

E de outro lado, um Marx crítico do valor e filósofo da fetichização:

Esse Marx nº 2 é o até hoje obscuro e pouco conhecido Marx “esotérico” e negativo, o descobridor do fetichismo social e crítico radical do “trabalho abstrato” e respectiva ética repressiva, que caracterizam o moderno sistema produtor de mercadorias. O Marx nº 2 orienta a sua análise teórica não pelos interesses sociais iminentes ao sistema, mas muito mais pelo carácter histórico desse mesmo sistema. O problema aqui já não é a “mais-valia não paga” ou o poder jurídico de disposição da propriedade privada, mas a própria forma social do valor, que é comum às classes em luta e a primeira causa do antagonismo de seus interesses. Tal forma é “fetichista”, porque constitui uma estrutura sem sujeito, “por trás das costas” de todos os envolvidos, na qual eles são conjuntamente submetidos ao incessante processo cibernético de uma transformação de energia humana abstrata em dinheiro. No plano teórico do Marx nº 2, algumas afirmações essenciais do

"Manifesto Comunista" são simplesmente absurdas. O capital, aqui, já não é uma coisa, que seria possível arrancar à classe dominante, mas a relação social do dinheiro totalizado, que como capital se reacoplou a si mesmo e, assim, tornou-se independente num movimento fantasmático, funcionando como "sujeito automático" (conforme diria Marx mais tarde em "O Capital"). Portanto, não se consegue superar essa relação absurda e ultrapassar o moderno fetichismo através dum simples prolongamento da luta de interesses imanente ao sistema (KURZ, 1998).

Esta ambiguidade nas interpretações sociopolíticas do marxismo (como vimos resultante da duplicidade da filosofia de Marx) permitiu que o problema da práxis e da transformação da realidade fosse sempre atrelado ao conceito peremptório de luta de classes e, a partir deste, seus desdobramentos políticos. Esta peremptoriedade ruiu diante das profundas mudanças desencadeadas na chamada Terceira Revolução Industrial, tema da seção 4.1 deste trabalho.

Mas na situação de um sistema capitalista uniformizado no início do século XXI, sob as condições de terceira revolução industrial, globalização da economia industrial e individualização social, o paradigma teórico de classes do 'proletariado' parece estranhamente empoeirado. Quanto mais obstinadamente os veteranos marxistas celebram a afirmação de que 'ainda estamos a viver numa sociedade de classes', tanto menos eles conseguem fazer a situação dançar, ainda que, ou justamente porque, as contradições capitalistas se agravam como nunca e uma crise mundial socioeconômica de um novo tipo abala o planeta. O discurso do 'retorno das classes' fica sem força e superficialmente sociológico, sem fundamento de crítica econômica. Por isso é inútil aos novos movimentos de massas contra a globalização capitalista, a guerra e o declínio social (KURZ, 2003, grifo nosso).

Estas condições históricas "empurram" para o passado a redução do problema do antagonismo social à conceituação de luta de classes. Esta perspectiva implica tanto uma identificação para tomada de consciência da classe trabalhadora, como modo de organização política. O conceito de *luta de classes*, que durante décadas permeou a história do marxismo tem hoje sido constantemente problematizado na ação dos novos movimentos sociais e coletivos de ação política, principais protagonistas dos atos de contestação ao capitalismo com fulcro no desenvolvimento da Internet, que discutiremos a seguir.

Pois, o que se observa, é que diante das transformações do mundo da produção e do trabalho, os novos movimentos sociais não conseguem se definir em termos de uma ontologia do trabalho abstrato ou se identificar positivamente de acordo com sua posição no processo produtivo. Uma miríade de grupos com diferentes pautas de reivindicações, que se aquartelam sobre a crítica do

capitalismo, já não conseguem situar-se nos termos estritos da conceituação de *classe*.

Como motor do desenvolvimento modernizador do sistema capitalista, a categorização da luta social como luta de classes não conseguiu na atualidade manter-se como referencial teórico de crítica revolucionária.

Para Kurz e a Nova Crítica do Valor o colapso dos países do bloco soviético e as crises seguintes nos países em desenvolvimento indicam o fim de um ciclo histórico de enorme alcance. Nesta altura do processo histórico movido pelo moderno sistema produtor de mercadorias, o conceito de 'luta de classes' passa a se tornar obsoleto como fator de crítica transcendente a este sistema. A luta de classes, tal como este conceito havia sido elaborado no 'Manifesto Comunista', teria sido um importante capítulo no desenvolvimento deste sistema, entretanto não teria mais o condão de orientar os antagonismos que poderiam levar para além deste, mesmo quando o sistema entrou em um novo período de crises profundas (NASCIMENTO, 2014a, p. 183).

2.4 Ativismo, *pseudo-atividade* e práxis na Sociedade do Espetáculo

Neste item iremos discutir os principais autores que promoveram uma superação teórica do modelo político do marxismo ortodoxo, evidenciando a passagem de uma teoria revolucionária influenciada pelo fluxo da modernização capitalista para uma teoria que seja uma crítica da política sob os auspícios da *forma-valor*. Theodor Adorno e Guy Debord.

Theodor Adorno ao analisar o conceito de práxis no mundo moderno traz uma importante contribuição para a compreensão do sentido da práxis na história do pensamento filosófico ocidental, especialmente em Kant e Hegel.

Assim sendo, Adorno discute como em Kant, e na filosofia do século XVIII, a práxis consistiria num exercício de boa vontade e por isso dependeria de um desejo de ação individual. Enquanto que em Hegel, a práxis é compreendida como uma conduta individual determinada por uma realidade que a condiciona. Assim,

[...] a filosofia moral de Kant e a filosofia do direito de Hegel representam dois graus dialéticos da autoconsciência burguesa da práxis. Ambas, como polos opostos do particular e do universal, que aquela consciência rasga em dois com violência, são ambas falsas; ambas têm razão uma em relação à outra, enquanto não se descobrir na realidade uma figura de práxis possível mais elevada; sua descoberta necessita de reflexão teórica (ADORNO, 1995, p. 209).

Refletindo sobre o problema da práxis no século XX, Adorno dedicou-se a pensar nas formas pelas quais o ativismo político estava sempre condicionado pela

estrutura do valor e da mercadoria, bem como a teoria estava obscurecida pelas exigências imediatistas da prática da ação política. Esta preocupação aparece evidente nos comentários a obra *Dialética Negativa* (1967) em que Adorno repensa a décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diferente, o que importa é mudá-lo” (MARX¹⁹ apud LABICA, 1990, p. 35).

É um grande perigo que o pensamento da práxis, por sua vez, agora se torne uma prisão do pensamento teórico; que todos os pensamentos possíveis sejam interrompidos com a seguinte chamada de atenção: Sim, para que serve isso na prática, o que é que posso fazer com isso? Ou até mesmo: pois, com essas conjecturas estás até a impedir o caminho de alguma possível práxis. Por exemplo, sempre se voltará a ver que, tratando-se dos terríveis limites de uma práxis política intervencionista qualquer nas relações de produção e, de modo geral, nas formas sociais a estas adequadas, – sempre se voltará a ver que, caso assim o afirmemos, imediatamente nos virá uma resposta acompanhada daquele *gestus* de ‘sim, mas...’, que considero um dos maiores perigos em assuntos do intelecto: Sim, mas aonde é que vamos parar, a pensar assim? Sendo assim nada mais será possível, só nos resta baixar os braços! E eu diria: ‘O momento que hoje parece residir na aplicação, na aplicação ininterrupta da *Tese sobre Feuerbach* é exatamente aquele momento de que a própria teoria deve ser agrilhoada pelo *terminus ad quem*’ (ADORNO²⁰ apud KURZ, 2007).

Em texto dedicado ao tema *Notas marginais sobre teoria e práxis*, Adorno discute como a práxis, tomada como exigência irrefletida, faz da ação política um fim indiferente à teoria e seus resultados analíticos. Como consequência, a práxis “mergulhada” nos desígnios da realidade concreta acaba por se submeter ao estado de coisas que quer denunciar. Como esclarece Franco (2000), a práxis “também corre o risco de ser vítima da coisificação ou, o que dá no mesmo, de resultar em um ativismo cego coordenado pelo mundo administrado. Além disso, a situação da prática é hoje agravada pela aceleração do declínio da experiência” (p. 92-93).

A esta forma de ativismo, preso no horizonte fetichista das sociedades capitalistas, Adorno (1995) denominou *pseudo-atividade*:

Pseudo-atividade, práxis que se tem por tanto mais importante e que se impermeabiliza contra a teoria e o conhecimento tanto mais assiduamente quanto mais perde o contato com o objeto e o sentido das proporções, é produto das condições sociais objetivas. Ela está verdadeiramente adaptada à situação do ‘huis clos’²¹. O gesto pseudo-revolucionário é complementar daquela impossibilidade, de técnica militar, de que instale uma revolução

---

¹⁹ MARX, K. ENGELS, F. **Marx-Engels Werke**. Berlim: Ergänzungsband Schriften bis. vol.2 e 39, 1844.

²⁰ ADORNO, T. **Vorlesung über negative Dialektik von 1965/66**, Frankfurt/Main, 2003.

²¹ Expressão francesa que significa porta fechada.

espontânea, impossibilidade a que se referiu já há alguns anos Jürgen von Kempfski. Contra os que administram a bomba, são ridículas as barricadas; por isso, brinca-se de barricadas e os donos do poder toleram temporariamente os que estão brincando (p. 217).

Assim, a *pseudo-atividade* é compreendida como uma forma de práxis cujo engajamento político se torna impermeável à teoria e aos questionamentos que esta lança sobre a realidade. A este *ativismo cego*, destituído de reflexão, Adorno interpõe um tipo específico de práxis revolucionária, pois “uma verdadeira práxis revolucionária depende da intransigência da teoria em face da inconsciência com que a sociedade deixa que o pensamento se enrijeça” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 51).

A preocupação de Adorno é a existência de um ativismo que não leve em conta o problema da ação e dos limites impostos a esta pelas “relações de produção e, de modo geral, [pelas] formas sociais a estas adequadas”. Este ativismo pode ser sempre surpreendido por coordenadas ditadas pelo sistema que pretende ser opositor. Segundo Loureiro, Adorno reconhece que o apelo pragmático da *pseudo-atividade* possa ser sedutor e estar presente mesmo em movimentos que combatem o capitalismo, mas “longe de se calar diante de tal diagnóstico, ele também direciona sua crítica a vários segmentos da tradição da esquerda política que, a seu ver, exerceram uma *pseudo-atividade*, expressa em um ativismo cego, apressado em fazer uma transposição direta à práxis (2007, p. 531).

O que Adorno defende, em sua leitura da décima primeira tese sobre Feuerbach de Marx, é que a *teoria crítica* não deve se ater as determinações pragmáticas da ação, limitando seu campo de investigação às intencionalidades de uma intervenção política.

Para ele, a dialética de uma relação assim truncada consiste em que a reflexão teórica não se possa expandir e desenvolver, precisamente em seu próprio âmbito e em sua própria lógica, tão amplamente que se tornasse parte integrante de uma transformação realmente libertadora do mundo. No pensamento de Adorno, a pretensão de práxis reduzida na teoria não representa, de modo algum, o ‘concreto’: pelo contrário, aqui a própria ‘práxis’ torna-se um elemento abstrato, torna-se a ‘práxis em geral’, que é confrontada irrefletidamente com a teoria enquanto tal (KURZ, 2007).

A Nova Crítica do Valor propõe considerar as ponderações adornianas sobre a práxis irrefletida (expressa no conceito de *pseudo-atividade*) para pensarmos como construir um tipo de ativismo que supere este *falso movimento da práxis*, que ao invés de colocar a superação do fetichismo e da *forma-valor* como condição *sine*

qua non da emancipação social e da recuperação da dignidade humana, apenas teatraliza esta superação nos eventos políticos. Isso significa dizer que:

[...] a práxis só pode ser 'verdadeira' enquanto tiver como meta a transformação do modo de socialização capitalista negativo e destrutivo, ao passo que toda a práxis que coloca seu *telos* debaixo desse modo de socialização torna-se 'inverdadeira', por não se aproximar absolutamente do limiar de uma transformação realmente emancipatória do mundo (KURZ, 2007, grifo nosso).

Este tipo de ativismo, refratário ao movimento dialético entre práxis/teoria, é consequência da impossibilidade de uma liberdade individual no mundo de hoje, pois “a *pseudo-atividade* constitui um engano em relação à despotenciação de uma práxis que pressupõe um agente livre e autônomo, que já não mais existe” (ADORNO, 1995, p. 217).

Neste sentido, a filosofia política de Adorno pensa como, no mundo contemporâneo, figura a questão do sujeito revolucionário, diante dos dilemas desta práxis reduzida. Ao contrário de Lukács, para Adorno, o fracasso das experiências emancipadoras socialistas e sua decaída em diversos “totalitarismos” representou esta incapacidade do partido revolucionário em ser a “consciência do proletariado”, promovendo uma completa separação da práxis e da teoria. Com isso, observa-se que o conceito de luta de classe e a apresentação do proletariado como agente de transformação são pressupostos que precisariam ser revistos. A teoria da práxis adorniana, se assim podemos afirmar, exige a superação do partido revolucionário como mediador, na medida em que se garante que indivíduos autônomos devem ser capazes para resistir à modernização fetichista capitalista.

Como vimos, o caráter crítico das reflexões sobre práxis reduzida e *pseudo-atividade* não fazem de Adorno um pensador social que legou modelos de atuação política²². Contudo, para Holloway, Matamoros e Tischler (2009), o autor alemão é importante para as reflexões sobre política e emancipação, pois “ruptura e revolta; fragilidade e incerteza; abertura e dor estão no centro do pensamento de Adorno” (p.12).

Ao conceber a necessidade do surgimento de indivíduos mais autônomos que conseguiriam agir politicamente e resistir a uma integração total, Adorno estava propondo o rompimento com o princípio de identificação engendrado pela lógica capitalista e seu modo de articulação das relações sociais. Ao princípio de identificação, Adorno contrapunha a experiência de *não-identidade*.

---

²² O episódio que envolve Adorno e os estudantes no Instituto de Pesquisa Social tornou-se emblemático do suposto afastamento de Adorno da práxis revolucionária. Ao ter sua sala de aula invadida por estudantes que ocupavam o prédio do Instituto de Pesquisa Social, Adorno chamou a polícia.

Mas o que é *não-identidade*?

[...] de que outra forma podemos entender não-identidade? Não-identidade só pode ser uma força que se muda, que impulsiona para além de si, que cria e cria a si mesmo. E onde é que vamos encontrar uma força criativa e auto-criativa? Nem animais, nem deus, nem a natureza, somente os seres humanos, nós. Não é [este] um nós identitário, mas um nós desarticulado, inadaptado, criativo (HOLLOWAY; MATAMOROS; TISCHLER, 2009, p. 13, tradução nossa, grifo nosso).

O sentido do conceito de *não-identidade* em Adorno não é o mesmo daquele da tradição liberal-humanista, mas pressupõe uma identificação negativa e antagônica, que seja refratária da realidade social deste sujeito; realidade também esta antagônica, negativa e cindida. A dialética adorniana (que recorre ao pólo da negatividade e não o da síntese) é uma estratégia para romper com o estado de coisas da real dominação social, uma vez que "a dialética é a consciência consequente da não-identidade" (ADORNO, 2009, p.13). É a *não-identidade* que rompe com o controle, pressuposto de toda identificação:

Esse é o tema central do pensamento de Adorno: a dialética como a sensação constante de não-identidade, daquilo que não se encaixa. É ao mesmo tempo libertária e revolucionária. É libertária porque seu pivô e força motriz é o desajuste, particularidade irreduzível, a não-identidade que não pode ser contido, o rebelde que não se submeterem à disciplina partidária. É revolucionário porque é explosivo, vulcânico. (...) Toda identidade é falsa, contraditória, repousando sobre a negação da não-identidade que ela suprime, que visa conter, mas não pode conter. E não pode contê-la não apenas por algum motivo contingente como a ineficiência da polícia, mas por que a identificação sempre corre atrás do fluxo de não-identidade, nunca é capaz de fixá-la e prendê-la (HOLLOWAY, 2009, p. 14).

As consequências do princípio da *não-identidade* para as reflexões sobre política são: primeiro, a contestação da figura do partido revolucionário como mediador necessário à construção de projetos emancipadores; segundo, negação da centralidade do conceito de luta de classes para o debate sobre transformação da realidade, como vimos, que recai no problema do princípio da identificação como mecanismo de contenção e controle das revoltas contra dominação social; e terceiro, a contraposição do princípio da identidade, que na sociedade atual, converte todo processo de identificação em linguagem publicitária para convencimento público (na conquista de um "eu", seja ele consumidor ou eleitor).

Para Adorno, a política significa a possibilidade de construção de uma totalidade social verdadeira, que requer formas de ativismo que rompam com determinadas condições sociais objetivas e não estejam meramente inseridos em

condições sociais previamente dadas: “a práxis política precisa referir-se prioritariamente às determinações sociais objetivas da sociedade vigente” (MAAR, 2011, p.227).

Poucos pensadores no decurso do século XX situaram a questão da práxis política no contexto de um sistema econômico fetichista e gerador de valor. Além de Adorno, que consegue enxergar este ativismo incapaz de realizar a crítica ao fetichismo da mercadoria apenas um *falso movimento da práxis*, Debord e os pensadores situacionistas franceses²³ em sua teoria da fetichização da imagem por meio do *espetáculo* conseguem realizar a crítica da forma da mercadoria e da constituição fetichista moderna em consonância com reflexões sobre a urgência de uma práxis transformadora.

Na consagrada obra *A sociedade do espetáculo* (1967)²⁴, Guy Debord discute o processo de fetichização da mercadoria em seu grau derradeiro: o *espetáculo*.

A teoria debordiana sobre o espetáculo formou-se através da confluência entre as ideais estéticas do autor e o desejo de emancipação social. Essa teoria procura, de forma original, acompanhar as metamorfoses do fetichismo da mercadoria no capitalismo tardio (FREDERICO, 2010, p. 212).

O que Debord apresenta nesta obra, a mais importante obra do movimento situacionista (movimento que trataremos no capítulo seguinte), é uma particular interpretação do legado de Marx. O texto de estrutura de aforismática se inicia com uma provocação: “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13).

Aqui, a provocação está no fato de que Debord faz uma paráfrase de Marx, que na primeira frase d’*O Capital* afirma: “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa

---

²³ “O Situacionismo recebeu importantes influências dos dadaístas e surrealistas e por seu turno abriu caminho para uma gama controversa de movimentos artísticos, muitos dos quais dialogavam abertamente com as proposições estéticas e políticas propostas por este movimento francês. O vanguardismo artístico das primeiras décadas do longo século XX em sua sede pela demolição de paradigmas acabou por ser um importante pilar para a base no qual se fundaria a sociedade contemporânea, diante do desenvolvimento de uma nova sociabilidade mediada pelas novas tecnologias da comunicação e da informação” (BEZERRA, 2012, p. 07).

²⁴ Celso Frederico realiza uma breve genealogia do pensamento debordiano e afirma seu “o empenho de realizar a crítica da aparência alienada da realidade. Ele o faz seguindo o estilo aforismático de Feuerbach, combinado com o emprego do *détournement* (desvio): recurso utilizado pelas vanguardas estéticas, que consiste na citação de fragmentos de outras obras por meio de uma descontextualização do original (mesmo procedimento está presente no Drama Barroco Alemão, de Walter Benjamin, que concebeu o livro como um mosaico de citações e fragmentos rearranjados noutro contexto e noutra ordem, ganhando sentidos novos). Tal recurso, que confere ao texto numa sensação de falsa familiaridade e um beleza surpreendente, torna a leitura um difícil quebra-cabeça, exigindo um esforço de adivinhação das fontes originais (FREDERICO; TEIXEIRA, 2010, p. 218)

acumulação de mercadorias” (MARX²⁵ apud JAPPE, 1999, p. 36). A substituição que Debord propõe [de mercadorias para *espetáculos*] permite-nos estabelecer o fio condutor que relaciona a *forma-mercadoria* e a *forma-imagem* na sociedade capitalista moderna; e, por conseguinte, a teoria do valor de Marx com a teoria debordiana do *espetáculo*.

Se Marx enxergava que o processo de produção de mercadoria e o fetichismo deste decorrente como a redução da vida humana à *forma-valor*, para Debord (1997) este processo vai desaguar no desenvolvimento do *espetáculo*, no fato de que tudo o que era vivido concreto e diretamente passa a se tornar representação. Pois, “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social” (1997, p. 30).

No desenvolvimento do sistema social capitalista, Debord constata que a lógica da *forma-mercadoria* ocupou o domínio do cotidiano e das relações sociais. Aqui outra paráfrase: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (1997, p. 14)²⁶.

Esta constatação é central ao conceito debordiano de ‘espetáculo’, precisamente no que diz respeito às transformações da aparência do sistema capitalista. Com efeito, sob o conceito de espetáculo, momento da economia em que a mercadoria teria atingido a ‘ocupação total da vida cotidiana’ (AQUINO, 2007, p. 167).

Mas o que efetivamente Debord compreende por *espetáculo*? Diferente de interpretações mais comuns, a teoria debordiana do *espetáculo* não é uma teoria da mídia²⁷. Neste sentido, é possível afirmar a complexidade do conceito de *espetáculo*:

O conceito de espetáculo é, com frequência, compreendido numa referência exclusiva à tirania da televisão ou de meios análogos. O aspecto midiático do espetáculo, no entanto, é considerado por Debord como o mais ‘restrito’, ‘sua manifestação mais esmagadora’. (...) O funcionamento dos meios de comunicação de massa, ao contrário, expressa perfeitamente a estrutura de toda a sociedade de que fazem parte (JAPPE, 1999, p.19, grifo nosso).

O *espetáculo* é, sem dúvida, uma tentativa de recompor, por meio da imagem, os aspectos da vida social cindidos pelo processo de produção capitalista,

---

²⁵ MARX, K. **Le Capital**. v. I. Paris: Flammarion, 1989.

²⁶ Em *O Capital*, Marx reflete, como vimos anteriormente: “a relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1998, p. 199).

²⁷ Contudo, se apresenta também como uma reflexão sobre os sentidos da comunicação, sobretudo, do diálogo, nas modernas sociedades fetichizadas, principalmente consoante com as proposições estéticas dos situacionistas.

do trabalho abstrato e da implantação em todos os setores da vida social da *forma-valor*. Uma vez que o processo de fetichização torna as relações reificadas, levando a uma perda do sentido de unidade na sociedade, é por meio da imagem e de sua apresentação espetacular que, segundo Debord, os indivíduos atomizados tentam reconciliar-se com a totalidade social.

Pois, para Debord “a própria separação faz parte da unidade do mundo, da práxis social global que se cindiu em realidade e em imagem. A prática social, diante da qual se coloca o espetáculo autônomo, é também a totalidade real que contém o espetáculo” (1997, p.15).

A atividade social inteira é que é captada pelo espetáculo para seus próprios fins. Do urbanismo aos partidos políticos de todas as tendências, da arte às ciências, da vida cotidiana às paixões e aos desejos humanos, em toda parte se encontra a substituição da realidade por sua imagem (JAPPE, 1999, p.21).

Tanto esta atomização do indivíduo como a organização imagética do consumo, discutidos na teoria do *espetáculo* de Debord, são elementos que ajudam a explicar a quase total ausência de movimentos revolucionários nas sociedades tecnológicas graças à ampliação das esferas de consumo, à tradução dos valores e significantes decorrentes de valores de uma sociedade fetichista e à imposição de um felicidade espetacular pela via do consumo.

Tudo o que vemos em nossa experiência vivida, tudo o que é visível para nós, convida-nos para satisfazer nossas necessidades e desejos através de estilo de vida e as opções aos consumidores. De acordo com isso, a falta de interesse pela revolução não significa existir uma satisfação com a sociedade, mas sim, a aceitação geral de uma falsa alegação. Esta afirmação falsa, que a mobilidade ascendente está sempre à mão, que a evolução da sociedade humana, inevitavelmente, tende para a melhoria geral, é apoiada e mantida por uma monopolização do reino das aparências, que sempre apresenta como verdade (GILMAN-OPALSKY, 2011, p. 760, tradução nossa).

Para o pensador da Nova Crítica do Valor, Anselm Jappe, o declínio da crítica social é consequência do fato do *espetáculo* ter estruturado as imagens produzidas pela mídia (como sistema) de acordo com os interesses de apenas uma parte da sociedade e não refletindo os anseios de seu conjunto. Esta estruturação impacta nas atividades sociais reais dos indivíduos que se colocam contemplativos diante das imagens geradas.

Diante disso, diferente do que supõem as diversas filosofias do século XX, o problema não se encontra na imagem como representação, mas, principalmente, numa sociedade que precisa destas representações. Pois, “o problema não é

somente a infidelidade da imagem em relação ao que representa, mas o próprio estado da realidade que deve ser representada” (JAPPE, 1999, p. 172).

A crítica debordiana deixa de focar-se na imagem enquanto tal, mas volta-se “a forma-imagem enquanto desenvolvimento da *forma-valor*”. Em *A sociedade do espetáculo* o que Debord realiza é a distinção entre uma compreensão superficial do fetichismo da mercadoria como falsa representação da realidade, e um entendimento de que este fetichismo é “uma distorção provocada pelo homem na própria produção de seu mundo” (JAPPE, 1999, p. 172).

Ao pensar a *forma-imagem* como *forma-valor*, Debord extrai consequências importantes para o sentido da práxis no mundo moderno, pois como a *forma-imagem* se antecipa aos conteúdos sociais, ela faz com que todas as lutas sociais sejam, na verdade, convertidas em lutas distributivas, uma vez que os objetivos de tais disputas, mesmo que antagônicos, se apresentem sempre na forma comprometida da imagem espetacular. Assim, o *espetáculo* pode oferecer diversas opções políticas, mas somente a contestação da totalidade social torna-se o caminho da práxis que leva à rupturas.

O espetáculo, pelo menos em sua forma ‘difusa’, sempre se apresenta sob diversos aspectos: tendências políticas diferentes, estilos de vida contrários, concepções artísticas opostas. Incita os espectadores a exprimirem um julgamento e a escolherem um ou outra dessas falsas alternativas a fim de que nunca ponham em dúvida o conjunto (JAPPE, 1999, p. 39, grifo nosso).

Por mais surpreendente que possa parecer, a insatisfação e a revolta podem torna-se parte importante da engrenagem do sistema econômico da espetacularização.

A aceitação dócil do que existe pode juntar-se a revolta puramente espetacular: isso mostra que a própria insatisfação tornou-se mercadoria, a partir do movimento em que a abundância econômica foi capaz de estender sua produção até o tratamento dessa matéria prima (DEBORD, 2003, p. 39-40).

Isso significa afirmar que, para Debord, uma práxis transformadora que busque realizar a crítica da sociedade deve levar em conta a espetacularização da política, ou seja, a este conjunto de representações imagéticas que compõe a sociedade hoje atua também fortemente no processo político. Superar esta condição imagética pressupõe um agir revolucionário que se utilize da criatividade na construção de alternativas.

Certamente, a noção de revolução de Debord é atípica. Quando ele fala de uma ‘alternativa revolucionária à cultura dominante’, que é organizada “sem uma perspectiva geralizante”, ele quer

dizer que devemos considerar revolução como um processo interminável de crítica que desestabiliza a ideologia dominante (...). A tarefa mais difícil, e a mais importante, é reunir aqueles que compartilham de um compromisso normativo para refazer sociedade de forma democrática radical, e para criar uma organizada e crescente rede internacional de pessoas que trabalham para interpretações alternativas do mundo (GILMAN-OPALSKY, 2011, p. 81-82, tradução nossa).

Apesar de ser um leitor atento do Lukács de *História e consciência de classe*, Debord (1936) problematizou a prefiguração do partido como agente revolucionário. Desde seus primeiros escritos, a questão partidária sempre esteve presente, como no texto de 1936, em que afirma que “a classe capitalista que controla inteiramente a economia e detém um poder financeiro e intelectual considerável não se deixará destruir por uma minoria. Nenhum partido no mundo é suficientemente poderoso para a destruir” (p. 01). Com isso, o problema da organização para a revolução torna-se vital. O tema foi debatido nos escritos posteriores a *A sociedade do espetáculo*:

A ignorância sobre a organização é a ignorância fundamental sobre a práxis; O erro sobre a organização é o erro prático central. Se for intencional, a ideia é fazer uso das massas. Se não, é, no mínimo, o erro total sobre as condições da práxis histórica. É, por conseguinte, erro fundamental na teoria da revolução (DEBORD apud GILMAN-OPALSKY²⁸, 2011, p. 104, tradução nossa).

A construção de *situações*, o aspecto contracultural das críticas ao fetichismo presente na dimensão estética, a articulação da crítica tomando como base a Comunicação Social e a “disputa” constante contra o *espetáculo* são algumas das alternativas propostas por Debord e o movimento situacionista para fazer o enfrentamento as condições sociais dadas pela colonização promovida pela *forma-valor* na vida humana.

Para a Nova Crítica do Valor, Debord conseguiu superar o marxismo operário ao situar sua crítica da *forma-valor* e do fetichismo no campo da estética:

Debord é, pois, uma das poucas pessoas capazes de levar a crítica social além das diversas variantes do marxismo do movimento operário (...). Não era fácil compreender que quase todas as oposições ao capitalismo visaram apenas ao que ainda era exterior à pura forma-valor, e que consequentemente, era inútil persistir nessa via. Tal inversão de perspectiva tinha sido percebida primeiro no domínio das artes (JAPPE, 1999, p. 195).

Como vimos, Adorno e Debord comungam de uma particular crítica ao processo fetichização das relações sociais no capitalismo tardio. Na teoria

---

²⁸ DEBORD, G. *The Real Split in the International: Theses on the Situationist International and its Time*. London: Pluto Press, 1972.

debordiana do *espetáculo*, o princípio do fetichismo da mercadoria encontra sua realização absoluta nas imagens, por meio da generalização da troca e expansão da produção de mercadorias, ocupando categoricamente todos os aspectos da vida social, uma vez que “o princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas supra-sensíveis embora sensíveis”, se realiza completamente no espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 28).

Em Adorno, este mesmo processo de reificação lança os sujeitos à condição inexorável de objetos, pois “o domínio universal do valor de troca sobre os homens, que a priori recusa aos sujeitos serem sujeitos, rebaixa a própria subjetividade a uma mera objetividade” (ADORNO, 2009, p. 154) e ainda “a partir do momento em que as mercadorias (...) perderam todas suas qualidades econômicas, salvo seu carácter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.40)

Jappe em *Sic transit gloria artis* realiza uma aproximação entre o conceito de *indústria cultural* de Adorno e o conceito de *sociedade do espetáculo* de Debord: estas duas definições demonstram um “mergulho” do sujeito na evolução espectral das mercadorias que coincide com o abandono de si mesmo, uma vez que “tanto a *indústria cultural* como o espetáculo baseiam-se na identificação do espectador às imagens que lhe são propostas, o que equivale à renúncia a viver em primeira pessoa” (JAPPE, 1995).

Com terminologias sutilmente diferentes, ambos autores acreditam que a tomada de consciência política do sujeito torna-se obscurecida em tais imagens de consumo que buscam paralisar as formas vindouras de contestação:

Debord e Adorno reconhecem no que descrevem uma falsa forma de coesão social, uma ideologia tácita apta para criar um consenso acerca do capitalismo ocidental, um método para governar uma sociedade e, finalmente, uma técnica para impedir que os indivíduos, que estão tão maduros para a emancipação como o estado das forças produtivas, tomem consciência disso (JAPPE, 1995).

Tanto em Debord como em Adorno a discussão sobre uma práxis emancipadora se insere no debate da estética e no papel da arte no espaço das modernas sociedades tecnológicas, mesmo que estes tenham, neste tema, ponto de vista divergentes.

E, como Adorno, Debord afirma que há um vínculo entre a libertação dessas potencialidades na arte e na sociedade: ‘estamos encerrados em algumas relações de produção que contradizem o desenvolvimento necessário das forças produtivas também na esfera da cultura. Devemos combater essas relações tradicionais’ (JAPPE, 1995).

A análise das vanguardas artísticas e o processo de desenvolvimento da Internet, tema do próximo capítulo, pretende compreender como a dimensão estética das novas tecnologias de comunicação e informação se insere neste processo de contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento necessário das forças produtivas também no campo da cultura e da tecnologia.

Neste sentido, a seguir, a questão será compreender como o fetichismo da mercadoria e a *forma-valor* são contestados no processo de construção colaborativo, aberto e em regime de troca pela dádiva (*economia da dádiva high tech*) na criação da Internet por meio daquilo que convencionou-se denominar *cibercomunismo*.

3. A POLÍTICA NO NASCIMENTO DA INTERNET

3.1 A política e a cultura da Internet

Como vimos, o conceito de práxis no mundo contemporâneo se insere no debate de toda uma tradição do pensamento filosófico ocidental sobre as formas de ação. A política, um agir autoreferenciado, foi pensada como parte importante das reflexões sobre a condição humana.

A discussão teórica que apresentamos no capítulo anterior é a referência para compreendermos como se caracteriza o agir político no estágio atual da expansão das ferramentas políticas de conexão para comunicação e transmissão de informações e qual a influência da abertura criativa e do diálogo provenientes destes novos meios nas atuais formas de intervenção política na realidade social.

Neste capítulo iremos discutir como o processo de desenvolvimento da Internet se insere num cenário cultural específico. Este ambiente repleto de valores culturais e políticos (situado historicamente em meados do século XX) moldou tanto o formato técnico e as funcionalidades destes *artefatos comunicacionais*, quanto puderam permitir que estes influenciassem decisivamente no espaço da política, principalmente contribuindo para a formação de uma esfera pública de oposição ao sistema socioeconômico vigente.

Faremos uma breve digressão para nos situar historicamente no ambiente político-cultural em que “floresceu” a Internet. “Seja jovem e cale a boca”. Esta máxima estampou cartazes nos eventos de maio de 1968 na França. Junto com a frase, um desenho emblemático em que um jovem é forçadamente calado por um homem com a silhueta do presidente francês à época, general De Gaulle.

Figura 1 – Cartaz que circulou nos eventos do Maio de 1968 na França

Dar voz à cultura jovem sempre cerceada pela política institucionalizada foi um dos motes das ações estudantis daquela década. Muito se discutiu sobre o legado das manifestações políticas e artísticas que marcaram “o maio de 1968 francês”, como ficou conhecido o episódio²⁹. O legado de 1968 e sua influência na política contemporânea serão discutidos com maior precisão no capítulo quarto.

Contudo, a criação da rede mundial de computadores é, certamente, um dos legados mais destacados, porém insuspeitos, isto porque não é imediata a correlação que situa o nascimento da Internet como uma das principais consequências sociais dos movimentos artísticos do século XX, que tiveram seu ápice das manifestações estudantis dos anos 1960 e 1970.

Apesar disso, é possível tracejar uma linha reta que liga a herança cultural dos movimentos artísticos anteriores aos anos 1960 (e que estiveram presentes nos movimentos de contracultura do período) e a trajetória histórica dos desenvolvimentos computacionais que originaram a Internet. As contribuições das vanguardas artísticas para as comunicações em rede requer uma reconstituição das principais influências artístico-culturais de meados do século passado, perpassando o “caleidoscópio” de seus manifestos, técnicas e estratégias de intervenção da realidade social, via objetos artísticos e performances, bem como suas proposições teórico-estéticas.

É preciso destacar que os movimentos culturais dos anos 1960-1970 se constituíram como desdobramentos de um movimento estético maior: o movimento modernista³⁰. A multiplicidade de características do modernismo pode ser sintetizada no caráter permanente da inovação formal como o imperativo derradeiro da produção, ou seja, se o modernismo tem uma marca forte certamente é a busca constante pelo “novo”.

Este *desejo pelo novo* como exigência estética vai determinar a condução de todo processo de criação artística e das concepções teóricas que irão fundamentar os movimentos artístico-culturais do século XX que o precederam.

Se a necessidade contínua de novidade formal vai imperar no objeto artístico modernista, esta busca não vai ficar restrita ao universo das artes, mas vai migrar para todo o contexto da cultura geral, por meio de um processo contínuo de redução e apropriação de signos e de valores culturais. Pois,

[...] particularmente desde meados do século XX, isto significou uma ativa busca por novas formas culturais que, por vezes, tirou proveito dos movimentos. Ao mesmo tempo, que iniciou um processo de apropriação cultural que, frequentemente, implica

---

²⁹ Cf. SOLIDARITY, 2003.

³⁰ Cf. BENJAMIN, 2000.

numa redução do poder político das formas que emergem do contexto oposicionista. Embora seja importante ser tão preciso quanto possível na caracterização do impacto da cultura sobre os movimentos e os movimentos de cultura, não devemos deixar que o rigor, muitas vezes beirando o *rigor mortis*, retire de nós os mais significativos impactos destes movimentos (REED, 2011, p.297, tradução nossa).

Desta forma, é no cerne das técnicas e proposituras dos movimentos artísticos vanguardistas do começo do século XX, especificamente no Dadaísmo Surrealismo e Situacionismo³¹, que encontraremos o sentido histórico do desenvolvimento tecnológico da Internet e do conjunto de valores e práticas culturais que permitiram o ciberativismo que analisaremos nos capítulos seguintes.

Os estudos sobre mídia radical aproximam as três vertentes estéticas, uma vez que,

[...] existe, afinal de contas, uma rica história a ser examinada aqui. Originando-se do expressionismo alemão, o movimento dadaísta, os surrealistas e os situacionistas tiveram concepções diferentes acerca da relação entre arte e mídia. Todas as três formações, no sentido que Williams dá a esse termo, priorizaram a arte como forma de comunicação pública e política, e em certos aspectos, ainda que muitos distintos, cada uma delas herdou elementos da anterior (DOWNING, 2002, p. 96).

Estes três movimentos em suas particularidades e aproximações trouxeram importantes influências para a cultura política que será o solo de criação dos dispositivos comunicacionais que formataram a Internet e que permitiram o desenvolvimento do ciberativismo. Além disso, estes movimentos apresentaram contribuições significativas para as estratégias de ação dos movimentos sociais posteriores. Contudo, muitos outros movimentos artísticos³² também poderiam ser evocados, uma vez que também deixaram sua marca no ativismo *online* das décadas seguinte, que em razão da abordagem deste estudo não serão abordados.

A característica comum ao Dadaísmo, Surrealismo e Situacionismo é o utopismo. Formular utopias estéticas que sejam paradigmas sociais, “verdadeiras panaceias para os males político-sociais do globo” foi um dos propósitos destes movimentos. A crítica do sistema capitalista e sua forma de organização dos

---

³¹ Cf. BEZERRA, 2004.

³² Outros importantes movimentos artísticos também têm suas contribuições observáveis na cultura política da rede mundial. Aqui podemos destacar: o movimento *Provos* de Amsterdam, com manifestações estéticas que tinham importante conotação política e que vão ser vistos nos projetos pioneiros de criação das *digital cities*, tendo Amsterdam como uma das primeiras experiências (conforme veremos no capítulo seguinte); o movimento *Punk* e o ideal de “faça você mesmo” que vai ser transposto aos modelos de programação de software; a *MailArt*, uma das primeiras experiências de criação coletiva ainda em meados do século XX que servirá de base para todo o processo colaborativo de desenvolvimento das ferramentas de rede, entre outros. Cf. GUARNACCIA, 2001; HOME, 1999.

interesses sociais também foi um elemento comum a estes movimentos artísticos, mesmo que ainda bastante influenciados pela interpretação promovida pelo marxismo ortodoxo³³.

Além disso, outra importante característica comum é tomar o cotidiano das cidades como *locus* da construção destas utopias e sua importância para o ciberativismo como veremos a seguir, pois a arte vanguardista modernista representada nestes três movimentos visava, sobretudo, promover a “integração da arte e vida” e a união de todas as atividades humanas numa só, principalmente, como expõe a teoria situacionista do *espetáculo* proposta por Debord já aludida.

Promover a crítica do sistema de exclusão social para construção de um mundo livre da enrijecida estrutura do capital, onde a arte, a política, a arquitetura e o humanismo não sejam mais domínios separados: esta é a razão de ser destes movimentos (BEZERRA, 2004).

Aqui reaparece a questão da práxis que tratamos no capítulo anterior. Convém, contudo, acrescentar de que forma a arte se insere no processo de transformação da realidade pela ação humana. Esclarece Vásquez:

Como toda verdadeira práxis humana, a arte se situa na esfera da ação, da transformação de uma matéria que perderá sua forma original para adotar outra nova: a exigida pela necessidade humana que o objeto criado ou produzido há de satisfazer. A arte não é mera produção material nem pura produção espiritual. Mas justamente por seu caráter prático, realizador e transformador, está mais perto do trabalho humano – sobretudo quando este não perdeu seu caráter criador – do que uma atividade meramente espiritual (1977, p. 198-199, tradução nossa).

Em igual medida de importância, as diversas formas de intervenção na realidade por meio do objeto/gesto artístico implica afirmar a importância de uma práxis artística, se assim podemos dizer. Neste sentido, como práxis transformadora do tecido social, a práxis estética dos movimentos artístico-culturais do século XX foi incorporada aos movimentos políticos alicerçados nas ferramentas políticas da Internet.

É o que destaca Leivrouw (2011, p. 28) que, ao discutir as fontes de influência dos movimentos ciberativistas, aponta a importância deste legado cultural: “o primeiro é o legado da arte ativista, especialmente o trabalho de Dadá e da Internacional Situacionista, que combinava política radical com novos usos provocativos de mídia”.

---

³³ A filiação (e desfiliação) de membros importantes destes movimentos artísticos aos Partidos Comunistas de diversos países demonstram a estreita veiculação com estes com os debates realizados nos marcos teóricos do partidismo, da luta de classe e a busca pela conquista do Estado.

Diversos elementos presentes na criação dadaísta, surrealista e situacionistas, por meio de um processo de apropriação e recomposição, estão vivos na cultura política ciberativista de hoje:

[...] críticos culturais e estudiosos reconhecem há tempos os laços entre a ‘cultura do remix’ de hoje - a amostragem, fragmentação, justaposição, e recombinação de elementos díspares de texto, imagem e som que servem para criar novas obras - e da disponibilidade fácil-de-usar das tecnologias de mídia digital (Manovich, 2007). Mas, como muitos críticos e historiadores já apontaram, a sensibilidade cultural da radical descontinuidade e a ruptura com a experiência cotidiana que, é lugar comum na cultura da mídia contemporânea, pode ser rastreada tanto para trás como Dadá, que surgiu na Europa na época da Primeira Guerra Mundial (LIEVROUW, 2011, p. 29, tradução nossa).

Reed (2005) discute como elementos estéticos, valores culturais e estratégias políticas presentes nestes movimentos puderam ser assimilados, reabsorvidos e incorporados ao tecido social e aos coletivos políticos de crítica ao capitalismo, uma vez que “durante o curso dos movimentos e de suas consequências, elementos da cultura são difundidos do movimento de volta para a cultura em geral. Esta difusão da cultura do movimento de volta para a cultura mainstream, às vezes, pode ser o impacto mais importante que um dado movimento pode ter” (p. 297, tradução nossa).

As raízes históricas da articulação da ação social por meio de uma rede de contato horizontalizada ou mesmo as versões atuais de manifestações estéticas de cunho crítico são objeto de algumas análises recentes (MANOVICH, 2007; LIEVROUW, 2011). Não só o espírito transgressor e não-conformista das vanguardas pairam por sobre o ciberativismo, mas principalmente muitas das técnicas, estilos e estratégias encontradas no Dadaísmo, Surrealismo e Situacionismo têm sido absorvidas no modo de ser da cultura digital de hoje, especialmente em projetos ativistas alternativos que buscam romper a estrutura social dominante.

Dadá e Situacionismo não significam apenas os precursores culturais da mídia digital que utiliza fragmentação, descontinuidade, incongruência ou justaposição como estratégias comunicativas; podemos pensar do Cubismo, Futurismo, Surrealismo, arte conceitual, Pop art, bem como outras abordagens do século XX. No entanto, o Dada e Situacionismo [e acrescento, o Surrealismo] são particularmente relevantes para a presente discussão por causa de seus objetivos explicitamente políticos, sua crítica de regimes dominantes econômicos e políticos e sua pronta apropriação e adaptação das tecnologias de mídia popular e seus conteúdos para enfrentar e intervir no *mainstream* cultural e político (LIEVROUW, 2011, p. 29-30, tradução nossa).

E de que este forma legado está presente na cultura digital que originou os movimentos de contestação ciberativistas? Explica Leivrouw (2011):

[...] muitas das técnicas, estilos e estratégias elaboradas em Dadá, [Surrealismo] e Situacionismo foram absorvidos o que poderia ser chamado de 'estilo de casa' da cultura digital de hoje, especialmente de projetos alternativos e ativistas cujo objetivo é derrubar dominante, tomado-como certos significados da vida cotidiana e da política (p. 31, tradução nossa).

Visando explicitar as principais influências dos movimentos artísticos de meados do século XX para a prática política ciberativista, é preciso afirmar que estas contribuições são de dois tipos: o legado formal e o de conteúdo.

Quanto ao legado formal, temos:

- a) a questão da emancipação pela arte: que definiu os contornos da ação ativista centrada, sobretudo, em noções estéticas que priorizam o componente lúdico na organização de protestos, veiculação de conteúdos, com o uso extensivo de recursos visuais, sonoros e digitais, *happenings*, o "gesto", etc.;
- b) a produção aleatória e descontínua: que não concentra o processo de concepção e execução das plataformas de ação política em lideranças fixas, mas que pulveriza os momentos de execução de intervenções políticas nos diversos atores sociais envolvidos, graças principalmente às tecnologias de interconexão;
- c) o enfrentamento como forma de ação: quando o legado vanguardista enfatiza a importância da ação direta muito presente na atual tipologia de ativismo político em rede;
- d) o espírito colaborativo e de comunidade de criação: que permitiu os valores culturais que deram origem a Internet e que orientam a forma de luta dos coletivos ciberativistas de criação coletiva experimentada no dia a dia dos grupos.

Quanto ao conteúdo, já que diversos conceitos de ação política migraram do passado vanguardista para as formulações de pautas de lutas, influenciando mesmo na natureza do tipo de política encampadas por estes grupos ativistas, temos:

- a) as pautas anticapitalistas: pois os grupos políticos ciberativistas têm quase sempre se voltado à crítica do capitalismo e seu modelo societário, que permite a destruição do meio ambiente, uma globalização econômica opressiva e desigual, entre outras;
- b) a horizontalização das relações de poder: já que os grupos de ação ciberativista abandonaram o modelo partidarista de gestão das intenções e estratégias de intervenção política;

- c) a universalização das lutas: principalmente porque as organizações sociais mantêm fortes laços internacionais, em razão mesmo das possibilidades da rede, um exemplo disso são os Movimentos de Resistência Global;
- d) a crítica da grande mídia: principalmente com a definição de *sociedade do espetáculo* que permitiu a crítica ao modelo midiático comercial. Neste sentido, os grupos de ativismo *online* se voltam para a reivindicação de autoria no processo noticioso, com o desenvolvimento de estratégias de veiculação de conteúdos e debates, fundamentando-se, sobretudo, nas tecnologias digitais de publicitação de material;
- e) foco nas experiências cotidianas: dado que a regionalização das lutas dos coletivos e movimentos permitiu que as esferas do cotidiano ganhassem primazia no horizonte de preocupações políticas, como as lutas pelo transporte público, educação, impostos, etc.

A seguir, vamos destacar que influência deste legado para o processo de desenvolvimento tecnológico da Internet e de que modo este contribuiu para a construção do cibercomunismo, como uma política de troca em modo de *dádiva high tech* para a superação do capitalismo informatizado contemporâneo.

3.2 O nascimento da Internet

A história política da Internet remonta ao processo de desenvolvimento tecnológico que fez surgir a conexão dos computadores pelo mundo. Os valores políticos que subjazem à longa trajetória de criação da Internet, principalmente todo o circuito de cooperação técnica que originou a rede, podem ser melhores compreendidos se traçarmos alguns marcos fundamentais deste desenvolvimento.

As origens materiais da Internet podem ser de difícil determinação, isto porque o nascimento da rede vai depender daquilo que se considera como seu *momento de conexão inaugural*.

Na verdade, a Internet remonta muito mais longe do que isso [anos 1990]. Quão longe depende do que você está falando. Se você marcar o início da Internet pelas primeiras comunicações entre dois computadores, você vai ter que voltar para a década de 1950, ou talvez 1940. Vários computadores em comunicação e compartilhamento de recursos em vários locais? Isso seria ARPANET, o programa de pesquisa patrocinado pelo governo que a maioria das histórias tomam como o início da Internet (e que só passou a começar com o CompuServe e sua rede, fundada em 1969). ARPANET é um candidato provável, uma vez que foi responsável pelo desenvolvimento da tecnologia que torna a Internet possível e tantos eventos importantes agrupam em torno

dele. Mas podemos dividi-la ainda mais (BANKS, 2008, p.244, tradução nossa).

Assim sendo, as origens da Internet podem ser encontradas no projeto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, de 1958, responsável pela criação de uma rede de computadores com fins militares a partir da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA): a ARPANET. Surgida como um pequeno programa de pesquisa voltado a servir de suporte na disputa político-tecnológica com a União Soviética em plena Guerra Fria, a ARPANET tratava-se apenas de um programa menor dentro do *Information Processing Techniques Office* (IPTO), fundado em 1962.

A construção da Internet como parte da política internacional norte-americana não encerrou as potencialidades das tecnologias desenvolvidas nos limites estratégicos dos exércitos e dos Estados, como veremos a diante. Contudo, o caráter bélico do projeto não pode ser negado como parte importante de sua história.

O objetivo inicial na edificação de uma rede de conexão de terminais era garantir um sistema que possibilitasse que as mensagens fossem encaminhadas em mais de uma direção, permitindo que a rede continuasse a funcionar mesmo que partes dela fossem destruídas em caso de um ataque militar ou outro desastre. Em plena Guerra Fria, uma conexão segura no transporte de dados poderia significar a decisiva vitória norte-americana contra seus inimigos políticos.

No período que compreende os anos de 1969 a 1972, a rede ARPANET, que, em suma, se constituía como uma rede de armazenamento de dados, inicialmente conectou apenas algumas universidades e centros de pesquisa. Contudo, gradativamente foi consolidando-se e expandindo-se num processo linear de desenvolvimento de tecnologia computacional³⁴.

Diante da ameaça de ataque nuclear as estruturas de comando e controle, muito dinheiro de pesquisa foi dado aos cientistas que realizavam experiências em comunicação mediada por computador. Embora inicialmente desenvolvido para o exército, seus inventores logo começaram a usar a Net para seus próprios propósitos. Essencialmente, os cientistas simplesmente assumiram que todas as informações devem ser distribuídas de graça sobre este novo sistema de comunicações (BARBROOK, 2000).

---

³⁴ Esta proto-Internet entra em funcionamento em 1969 com apenas quatro nós ou pontos, sediados: no *Stanford Research Institute*, na Universidade da Califórnia, na Universidade de Santa Barbara e na Universidade de Utah, nos EUA. Em 1971, estes pontos já somavam quinze, a maioria em centros universitários de pesquisa (CASTELLS, 2003, p. 14).

A consagração social do termo *internet* também remonta a esta primeira fase, ainda em meados de 1971, quando Vincent Cerf e sua equipe de cientistas, considerados como “os pais da Internet”³⁵, buscavam conectar três redes diferentes em um processo denominado *interneting*. A abreviação da expressão permitiu que o termo “internet” pudesse converter-se em sinônimo de toda esta rede de computadores interconectados.

No ano de 1973, os pioneiros Robert Kahan, ligado a ARPA e Vincent Cerf, membro da Universidade de Stanford, acabaram por definir a arquitetura básica da Internet através da padronização dos protocolos de comunicação que permitiram o diálogo entre as diferentes redes de computadores.

De um esforço coletivo³⁶ foi gerado o protocolo de controle de transmissão intrarede, que opera na Internet até hoje. A adoção de um padrão comum permitiu a transmissão mensagens eletrônicas em todas as redes conectadas. O protocolo de transmissão de corrente chamado TCP/IP (*Transmission Control Protocol*) entrou em uso corrente em 1980.

Com o desenvolvimento de mecanismos de comunicação, as experiências iniciais colocam à disposição dos pontos interconectados um importante dispositivo, que permitirá a popularização da Internet, anos mais tarde, e que vai transformar de maneira definitiva o processo de troca de mensagens: o *e-mail*. O símbolo arroba (@) usado em endereços de correio eletrônico para separar os nomes dos demais caracteres que compõe o endereço, signo que remete as pessoas à Internet, foi introduzido ainda na era ARPANET.

Nos anos seguintes, as Forças Armadas passam a reger o projeto, cindindo a rede em duas: uma, de cunho militar e a outra voltada à pesquisa. Assim, ARPANET converte-se em ARPA-Internet e abre caminho para uso não-militar da conexão das redes.

Em 1978, o Estado francês dá início há um experimento semelhante. Projetado pela Companhia Telefônica Francesa, um sistema de videotextos chega ao público em 1984 por meio dos terminais denominados *Minitel*³⁷. A ARPANET, como o modelo acadêmico-militar de origem americana e o *Minitel*, iniciativa

---

³⁵ Dado ao número de contribuições técnicas que legaram para a constituição de todo o sistema.

³⁶ Fruto de uma cooperação internacional entre os pesquisadores Vincent Cerf, Gerard Lelann (do grupo de pesquisa francês Cyclades), Robert Metcalfe (da Xerox Parc), Steve Crocker, Jon Postel (representantes de centros de cooperação ligados a ARPANET).

³⁷ O *Minitel*, em meados dos anos 90, tinha números impressionantes se comparados aos experimentos semelhantes em países europeus como Grã Bretanha (com o *Prestel*) e Alemanha, bem como no Japão (*Captain*): oferecia 23 mil serviços, faturava 7 bilhões de francos franceses, 6,5 milhões de terminais em funcionamento e era usado por um terço da população adulta (CASTELLS, 2003, p. 429).

governamental francesa, são considerados os projetos pioneiros de conexão via sistemas computacionais.

Enquanto a *Minitel* detinha a inteligência e os dados concentrados em computadores centrais, a Internet não mantinha um único centro computacional³⁸, permitindo que toda a sua riqueza criativa fosse distribuída pelas extremidades, nos computadores de cada usuário (SILVEIRA, 2010, p.64, tradução nossa).

Nos anos 1990, além do fracasso do *Minitel*³⁹, a ARPANET já obsoleta, sai de operação. Neste momento, já fora do ambiente militar, a Internet passa a ser administrada pela *National Science Foundation*. Sem alcançar êxito no intento de privatizar a Internet, uma vez que o protocolo TCP/IP já era uma realidade nos computadores comercializados desde os anos 1980, o que permitiu uma difusão massiva da interconexão de redes, a *National Science Foundation*, extinta em 1995.

Neste momento, surgem os provedores de acesso à Internet com portas de comunicação próprias, de base comercial. “O que tornou isso possível foi o projeto original da ARPANET, baseado numa arquitetura em múltiplas camadas, descentralizada e protocolos de comunicação abertos” (CASTELLS, 2003, p. 15).

Para Castells, a ARPANET e as tecnologias militares não foram fonte exclusiva para a criação da Internet (pesquisa militar): toda uma tradição acadêmica dos cursos ligados à computação contribuiu decisivamente para formação e expansão de redes de computadores (*big Science*) e uma forte cultura da liberdade (cultura *hacker*).

Esta tradição acadêmica vai permitir a criação de uma outra importante contribuição para esta composição tecnológica: o sistema quadro de avisos ou *bulletin board systems* (BBS). O BBS é um tipo de *software* que permitia por meio do telefone a interação entre computadores⁴⁰.

---

³⁸ Sobre as diferenças entre os dois projetos, podemos destacar: “ambos anunciaram as supervias da informação, mas suas diferenças constituem lições importantes. Em primeiro lugar, a Internet liga computadores enquanto o *Minitel* liga, via Transpac, centros de servidores que podem ser questionados por terminais com pouca capacidade de memória. A Internet é uma iniciativa norte-americana de âmbito mundial encetada, com apoio militar, por empresas de informática financiadas pelo governo norte-americano, para criar um clube mundial de usuários de computadores e banco de dados. O *Minitel* é um sistema que até agora [1994] nunca pode ultrapassar as fronteiras nacionais devido a restrições regulamentares. É o produto da mais ousada imaginação de tecnocratas estatais de alto nível em seu esforço para remediar a fraqueza dos setores eletrônicos franceses” (CASTELLS, 2000, p. 428-429).

³⁹ Em final dos anos 1990, o *Minitel* passou pelo dilema: deveria expandir-se em um sistema de conexão mais avançado tecnologicamente, o que certamente acarretaria em perder o caráter gratuito dos terminais. “A solução óbvia encontrada pelo sistema francês foi oferecer a opção, paga, de ligar-se à Internet em âmbito mundial” (CASTELLS, 2000, p. 431). Dissolvia-se, desta forma, a proposta inicial do projeto.

⁴⁰ Este tipo de sistema somente pode consolidar-se porque houve ampla adesão dos aficionados que se interessaram pelo projeto de conectar computadores pessoais, desenvolvido por Efram Lipkin, Mark Szpakowski e Lee Felsenstein em Berkeley. Pioneiros na criação de redes com o BBS, estes inventores em São Francisco, no ano de 1972, consagraram-se com a criação da BBS denominada

Nos anos que se seguiram, pesquisadores livres, jovens inventores ou fanáticos por computação foram, de invenção em invenção, de projeto em projeto, criando programas que permitiram a expansão de uma rede livre de conexão entre computadores, como a BBS *Fidonet*, que posteriormente chegou a contar com três milhões de usuários. “Embora isso represente apenas uma minúscula fração do uso total da Internet, a prática dos BBS e a cultura exemplificada pela *Fidonet* foram fatores influentes na configuração da internet global (CASTELLS, 2003, p. 16).

Outra importante fonte foi a da comunidade de usuários do sistema operacional *Unix*, desenvolvido pelos Laboratórios Bell. Um sistema com código-fonte aberto e permissão de alteração de fonte, o Unix, criado em 1974, tornou-se a linguagem única dos departamentos de ciências da computação e de seus estudantes.

Nos anos 1980, a distribuição gratuita do sistema numa conferência de usuários permitiu a criação da *Usenet*⁴¹, uma nova rede de computadores, com estrutura de conexão exterior à ARPANET, ampliando os limites da rede de computadores.

A *Usenet* destacou-se como sistema de conexão devido ao seu caráter aberto e gratuito. Isto porque muitos dos protocolos que existiam à época surgiram para permitir que a enorme quantidade de material das discussões dos grupos na Internet fosse possível, como a maior parte destes protocolos eram comerciais e com licenças caras, a *Usenet*, se consagrou por ser livre e simples de implementar. Pode-se dizer que as feições colaborativas que a Internet ainda mantém foram sobremaneiras influenciadas pelo projeto da *Usenet*.

Em estudo pioneiro de 1998 sobre o uso político da *Usenet*, Kevin A. Hill e John E. Hughes estimavam que as centenas dos grupos que formavam a Usenet produziam cerca de 5.5 milhões de mensagens a cada ano. Destas, 12% tinha cunho eminentemente político⁴².

[...] o conteúdo [político] da Usenet é único, porque os seus participantes são únicos. (...). Nos Estados Unidos, isto significa as mensagens de esquerda vão crescer em números, enquanto o número de mensagens neutras vai cair. Em última análise, a Usenet vai se tornar um reflexo das sociedades representadas em seus quadros de mensagens (HILL, 1998, p. 74, tradução nossa).

Community Memory, uma espécie de boletim eletrônico de notícias de cunho eminentemente comunitário.

⁴¹ *Usenet News* nasceu em 1979, quando Tom Truscott e Jim Ellis, estudantes de pós-graduação da Universidade de Duke e Bellovin Steve, um estudante de pós-graduação na Universidade da Carolina do Norte, conceberam uma rede para ligar os computadores em suas diferentes escolas (HAUBEN, 1993, tradução nossa).

⁴² Investigando o conteúdo das mensagens do *Usenet*, os autores gravaram e estudaram mais de 5.000 mensagens de conteúdo político.

A esta altura havia a premente necessidade de unificar os dois modelos de rede: o velho paradigma de conexão estabelecido pelo projeto militar da ARPANET e o modelo aberto de contato utilizado e criado pelos seus próprios usuários, a *Usenet*. Assim, coube a um grupo de estudantes universitários de Berkeley desenvolverem um programa que unificasse as duas redes que são representativas de diferentes paradigmas tecnológicos, formando a Internet tal qual se conhece hoje.

Este sistema colaborativo resultou numa tradição que funda o processo de criação/uso da Internet e lhe garantiu a atual face político-cultural. O chamado *movimento de fonte aberta*, iniciativa dos pioneiros do projeto *Unix*, fundou-se sobre noções libertárias que tornaram possíveis as configurações tanto sociais como técnicas da rede na atualidade.

Destacamos aqui as intervenções de Richard Stallman, um programador do Laboratório de Inteligência Artificial do MIT⁴³, que na busca por desenvolver um modelo libertário para o uso de *softwares* fez surgir um movimento organizado denominado *Software Livre*. Stallman ainda no ano de 1983 cria o *Projeto GNU* e, posteriormente, a *Free Software Foundation* (FSF), tendo como plataforma a luta contínua pela democratização das pesquisas e do acesso ao universo cibernético.

O movimento pelo *Software Livre*⁴⁴, ainda em atividade, deixou um importante legado: a criação do *copyleft* e a produção de *software* de natureza aberta e colaborativa

Um dos resultados mais destacados deste projeto é o sistema operacional *Linux*, desenvolvido pelo estudante Linus Torvalds e formado graças às descobertas do *Projeto GNU*, projeto de superação do *Unix* desenvolvido pela SFS. O *Linux* é um sistema operacional baseado no *Unix* gerado de modo essencialmente colaborativo e legatário do modelo de uso social do movimento de fonte aberta que rapidamente ganhou alcance mundial. Para Torvalds,

[...] o *Linux* hoje tem milhões de usuários, milhares de desenvolvedores e um mercado crescente. É utilizado em sistemas embarcados, é utilizado para controlar dispositivos robóticos, voou no ônibus espacial. Eu gostaria de dizer que eu

---

⁴³ Stallman era um membro de uma comunidade de técnicos que desenvolvia em formato colaborativo um *software* mais potente que pudesse funcionar em qualquer tipo de máquina e que permitisse conectar servidores a Internet de forma livre. O objetivo do *Projeto GNU* era o de criar um sistema operacional que fosse totalmente livre, para que qualquer usuário tivesse o direito de uso, estudo, modificação e redistribuição do programa e de seu código-fonte, desde que garantisse a todos os usuários seguintes os mesmos direitos.

⁴⁴ Criada em 1985, sob o comando de Stallman, a *Free Software Foundation* começou a atuar no sentido de desenvolver um conjunto de ferramentas de *software* por meio do *Projeto GNU*, que se tornou a espinha dorsal da comunidade de programação livre e o nascedouro do que ficou conhecido como *copyleft*.

sabia que isso ia acontecer, que é tudo parte do plano para dominar o mundo, mas, honestamente isso tudo me deixou um pouco surpreso. Eu era muito mais consciente da transição de um usuário *Linux* a cem usuários de *Linux*, do que a transição de um para cem milhões de usuários (TORVALDS apud BRETTHAUER⁴⁵, 2001, p. 13, tradução nossa).

Em que consiste o projeto *copyleft*⁴⁶? Para Stallman, seu criador, “o *copyleft* usa a lei de direitos autorais (*copyright*), mas a inverte para servir ao objetivo oposto: em vez de um meio de privatização de *software*, torna-se um meio de manter o *software* livre” (STALLMAN, 2002, p. 13, tradução nossa).

Em suma, a licença conhecida como *copyleft* foi proposta em 1988 e trata-se de uma *Licença Pública Geral* aplicável em todas as situações onde direitos de autor são utilizadas, qual seja, livros, imagens, músicas, que tornam-se liberados sob esta licença. Este novo modelo de uso coletivo das obras segue o paradigma das quatro liberdades: a primeira, a liberdade de executar o programa, para qualquer propósito; a segunda, liberdade de estudar como o programa funciona e de adaptá-lo para as suas necessidades, para isso o acesso ao código-fonte é um pré-requisito; a terceira, a liberdade de redistribuir cópias; e a última, a liberdade de aperfeiçoar o programa e de liberar os seus aperfeiçoamentos.

O movimento pelo *Software Livre* originou a expansão do uso de diversos tipos de programas, permitindo o desenvolvimento da Internet tal qual a conhecemos⁴⁷, além disso, trouxe uma contribuição importante: a publicidade de um modelo de abertura colaborativa que tem se consolidado como novo paradigma da cultura que emerge da Internet. Para Lemos,

[...] a rede não é aqui um dispositivo fechado, mas lugar de passagem e de contato, crescendo em valor de acordo com o crescimento do número de seus utilizadores. Ela é construída pela dinâmica de suas interações, não sendo assim, fechada a priori, conformando dinamicamente e sendo conformada de forma complexa pela sociedade e, conseqüentemente, por todo o campo comunicacional. Da cultura de massa centralizadora, massiva e fechada estamos caminhando para uma cultura *copyleft*, personalizada, colaborativa e aberta (LEMOS, 2004, p.20).

---

⁴⁵ TORVALDS, L. The Linux Edge. In: **Open Sources: Voices From the Open Source Revolution**, DIBONA, C.; OCKMAN, S.; STONE, M.(org.) Sebastopol, CA: O'Reilly & Associates, 1999.

⁴⁶ A cunhagem do termo contém uma profunda ironia, pois, de acordo com Stallman, o nome foi uma sugestão do artista e programador Don Hopkins que incluiu a expressão “*Copyleft - all rights reversed*.” numa carta que a ele enviada. A frase é um trocadilho expressão “*Copyright - all rights reserved*.” usada para garantir direitos de autor em diversos tipos de obras autorais. “Em 1984 ou 1985, Don Hopkins (um companheiro muito criativo) enviou-me uma carta. No envelope ele tinha escrito muitos dizeres divertidos, incluindo este: ‘*Copyleft—all rights reversed*.’ Eu usei o termo ‘*copyleft*’ para o conceito de distribuição que eu estava desenvolvendo na época” (STALLMAN, 2002, p. 12, tradução nossa).

⁴⁷ *Linux*, *Wordpress*, *Apache*, entre outros.

Este processo de intensa colaboração entre os usuários possibilitou que, nestes anos de desenvolvimento da rede e diante do ambiente contracultural que vivam os estudantes norte-americanos, uma profícua interação entre os cocriadores de tecnologias resultasse cada vez mais em novas descobertas tecnológicas.

Mesmo diante deste ambiente compartilhado de saberes, vivenciado pelos pesquisadores de computação envolvidos nos projetos de consolidação técnica da rede de computadores, muitos produtos e técnicas desenvolvidos no decurso dos projetos sofreram grande disputa judicial entre os financiadores para garantia de direitos autorais. Esta dualidade que marcou o processo de criação da Internet é, como discutiremos a seguir, tratada por Richard Barbrook por meio dos conceitos de *economia da dádiva high tech* e *ideologia californiana*.

Kurz problematiza o processo de criação livre de *software* (e sua politização) ao afirmar que estas iniciativas não representam uma saída direta para o enfrentamento do capitalismo.

O movimento batizado de software livre compreende mal essa contradição imanente do desenvolvimento capitalista ao fazer de conta que já haveria aqui um “território livre”, distante do dinheiro. Porém a crítica superficial ao enriquecimento por meio de licenças legais para softwares e outros produtos da “informação” permanece superficial porque não toca nas relações sociais de produção. [...] A sociedade deve ser transformada não por um grande movimento contrário às injunções da administração da crise, mas por um “modelo” alternativo tirado da esfera virtual, o qual deveria ser apenas estendido. O software livre deve convascer o mundo. De novo se trata de inflar em universalidade um pretenso mundo-modelo (KURZ, 2005).

Destacamos, contudo, a importância simbólica destes movimentos de abertura de licenças comerciais de software para o processo de intensa disputa política sobre os bens coletivos disponibilizados na rede e sobre seus significados. Se não representam diretamente uma estratégia de superação do sistema vigente, contribuíram para criar o ambiente de contestação que serviu para edificar a práxis ciberativista aqui em estudo.

O passo seguinte na história da Internet é a criação do dispositivo *w.w.w.*, signo que servirá para designar a própria rede. Desenvolvido como um dispositivo de compartilhamento de informações criado pelo programador inglês Tim Berners-Lee, funcionário de Cern no Laboratório Europeu para a Física de Partículas de Genebra. Em 1990, Berners-Lee, em parceria com Robert Cailliau, produziu um

software que era ao mesmo tempo navegador e editor, em sistema de hipertexto⁴⁸, denominando-o de *world wide web*, ou literalmente, a rede mundial. O *software* possibilitou a obtenção e acréscimo de informações a partir de qualquer terminal de computador que estivesse conectado à Internet.

O *w.w.w.* é uma forma de acesso à informação com o uso de um método de imediato referência cruzada, pois com apenas um clique, o usuário, ao inserir palavras ou frases, poderá ser transferido de seu *site* atual para um outro. Cada texto apresentado em um *site* não tem uma natureza fixa, mas sempre interligada, relacional, ou seja, é um hipertexto.

Os padrões de uso da Internet foram, em sua maioria, introduzidos na década de 1990. Os principais deles são: HTTP (*Hyper Text Transfer Protocol*), que define como as mensagens de hipertexto são transmitidas e HTML (*Hyper Text Markup Language*), que define como é a aparência de um documento na rede, após ser formatado e exibido.

O momento seguinte foi o da disputa de navegadores. O aparecimento de programas de computador denominados navegadores, que permitem a navegação pelas páginas da *web* são o corolário do desenvolvimento da Internet contemporânea. O *Netscape Navigator* na vanguarda com o lançamento comercial para 1994 e, mais tarde, a *Microsoft* lança o *Internet Explorer* juntamente com o *software Windows 95*. Neste período também ganhou destaque a outro programa que permitirá maior abertura na linguagem de programação na rede: o *Java*, da *Sun Microsystems*.

Com essa configuração basilar, a Internet estava já configurada em meados de 1990, tanto na esfera técnica como comercial, nos moldes do que opera hoje, mas seus valores fundamentais remontam aos primórdios de sua configuração técnica nos anos 1960 e 1970.

Neste sentido, quanto mais avançaram os processos técnicos que desencadearam as tecnologias comunicativas da rede, mas a influência dos valores da contracultura se fizeram presentes.

Primeiro, a tecnologia da informação nasceu no âmbito do cálculo e do processamento de dados. Somente depois é que o computador tornou-se uma ferramenta de comunicação. De um projeto militar no cenário da Guerra Fria, o paradigma da computação em rede surgiu e foi reconfigurado inúmeras vezes por cientistas, *hackers* e pensadores da contracultura californiana (CASTELLS, 2003). Assim surgiu a Internet real, tal como a conhecemos hoje. É inegável que sua expansão está mudando a

---

⁴⁸ Hipertexto é a modalidade de disponibilização de texto na Internet, que se caracteriza por ser uma composição de nós e conexões que podem ser aleatoriamente acessados. Sobre a teoria do hipertexto, cf. LANDOW, 1997.

face das comunicações no planeta. E a comunicação em rede é completamente distinta do *broadcasting* (SILVEIRA, 2006, p. 79).

Assim, apesar dos estudantes e professores envolvidos nos projetos tecnológicos das redes não serem necessariamente integrantes engajados dos movimentos contraculturais dos anos 1960, os espaços universitários que frequentavam “estavam impregnados de valores de liberdade individual, do pensamento independente e da solidariedade e cooperação com seus pares, todos eles valores que caracterizaram a cultura do *campus* na década de 1960” (CASTELLS, 2003, p. 26).

A cultura *hacker* compõe importante momento da historiografia da Internet. O termo popularizou-se como sinônimo de ações marginais no universo digital. Confundido muitas vezes com os crimes de roubo e invasão, o movimento *hacker* tem uma longa trajetória no processo de desenvolvimento tecnológico que desembocou na rede de computadores.

As noções de *hackers* e *hacking* têm sido objeto de intenso interesse entre ambos, especialistas acadêmicos e público em geral, por quase duas décadas, especialmente uma vez que estes termos têm sido cooptados pelo sistema legal e pela mídia popular como sinônimos de mal-intencionados, de destrutivos, de criminosos, ou até mesmo atividades terroristas por meio de computadores (LIEVROUW, 2011, p. 98, tradução nossa).

Leah Lievrouw, contudo, afirma que muitos escritores do ativismo *online* também usam este termo para designar uma variedade de projetos que usam as tecnologias de computação para protestos políticos, culturais e de resistência (p. 98).

O movimento *hacker* representa, de maneira mais evidente, como se constitui o conjunto de valores político-sociais que se encontram na base da Internet. A assim chamada cultura *hacker* esteve presente no nascimento e na expansão da comunicação baseada nas redes informacionais. Graças, em parte, a filosofia aos seus valores, pode a Internet evoluir de modo aberto, resistindo às muitas tentativas de apropriação privada que sofreu ao longo dos anos.

A cultura *hacker* também está escrevendo uma das mais contundentes críticas à opacidade dos códigos e ao bloqueio do fluxo de conhecimento tecnológico na sociedade da informação. Dela nasceram movimentos como o do *software* livre e fenômenos como a maior enciclopédia do mundo, a *wikipedia* (SILVEIRA, 2006, p. 80).

Para Castells (2003) a história cultural da Internet pode ser resumida em três elementos-chave: em primeiro lugar a ciência dos grandes e dispendiosos projetos

científicos financiados pelo governo; a pesquisa militar que viu na rede um meio de vencer a corrida armamentista da Guerra Fria; e por fim, cultura de liberdade, oriunda da tradição contracultural das vanguardas e movimentos sociais e culturais de metade do século XX. A interrelação complexa de força destas três fontes fez surgir a Internet.

3.3 As ferramentas de participação: da *Web 2.0* a *Deep Web*

O processo de evolução tecnológica da Internet não acabou com os dispositivos produzidos nos anos 1990. Esta primeira geração da Internet (até os anos 2000) teve como principal característica a circulação de uma grande quantidade de informação disponibilizada ao público. Contudo, o usuário atuava como mero consumidor dos dados oferecidos, sem participação ativa em seu desenvolvimento, apesar dos volumes de faturamento dos serviços oferecidos.

A limitada participação do usuário da rede e as grandes somas de lucro das empresas de *e-commerce*, oriundas principalmente de capital especulativo (que levou ao estouro da “bolha das empresas ponto com”⁴⁹) caracterizaram a chamada *Web 1.0*, como veremos em detalhe na quarta parte deste trabalho.

Para um retrato da *Web 1.0*, temos:

[...] o papel do utilizador nesses cenários era o de mero espectador da ação que se passava na página que visitava, não tendo autorização para alterar ou reeditar o seu conteúdo. Nesta primeira fase surgiram e proliferaram a velocidade muito célere os serviços disponibilizados através da rede, criando-se novos empregos e nichos económicos como, por exemplo, o “*e-commerce*” que delimitou um novo padrão de negócios para as empresas fazendo o seu faturamento quase que triplicar. A *web 1.0* era bastante onerosa para os seus utilizadores; a grande maioria dos serviços eram pagos e controlados através de licenças, os sistemas eram restritos a quem detinha poder de compra para custear as transações *online* e adquirir o *software* para criação e manutenção de *sítes*” (COUTINHO; BOTTENTUIT JUNIOR, 2007, p. 199).

A virada do século XXI foi profícua no surgimento de aplicativos e equipamentos que ampliaram ainda mais as possibilidades técnicas de conexão

---

⁴⁹ Em 2001, uma forte crise econômica ocasionou o “estouro da bolha das empresas ponto com” ou “bolha da Internet” trata-se do ocaso das ações das novas empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) da Internet, fundadas na década de 1990. Com a queda acentuada e repentina nas bolsas de valores eletrônicas de Nova York, a Nasdaq, muitas empresas entraram em falência ou processo de incorporação, venda ou fusão, alternando de forma definitiva o processo de geração de valor no comércio pela Internet e refreando o entusiasmo do capitalismo com as possibilidades lucrativas das ferramentas de conexão.

garantida pela Internet, que por sua vez aumentaram as possibilidades políticas por meio da contínua criação de interfaces que permitiram facilitar e expandir o acesso.

Para além do uso comercial, estes *softwares* e tecnologias acabaram por possibilitar o surgimento do que Oskar Negt e Alexander Kluge (1999) denominam *ferramentas do processo político* que “consistem em propriedades humanas de trabalho que permanecem presentes como trabalho vivo não apenas no *usuário* da ferramenta, mas também *na própria ferramenta*” (p.100, grifo dos autores).

Os novos usos das tecnologias da *Web 2.0* decorrem fundamentalmente de seu caráter material, como ferramentas políticas que são se definem a partir do fato de serem trabalho humano e a partir de um base material.

Alguns destes principais instrumentos de interação hoje em uso na Internet foram colocados à disposição do grande público somente na década de 2000. Os principais deles são: a expansão da banda larga nos países em desenvolvimento, principalmente no Brasil⁵⁰ (2000); a criação dos *wikis*⁵¹, *sites* com conteúdo colaborativo (2001), tendo a *Wikipédia*⁵² como maior símbolo; o desenvolvimento dos *blogs*⁵³, diários pessoais que permitiam a publicação de fotos, textos curtos e com a abertura para o recebimento de comentários de visitantes (2002); a especialização e incremento das redes sociais como *Myspace*, uma rede social com lista de contatos, publicação de perfis e a possibilidade de publicação pelo usuário de um *blog* com configuração para recebimento de músicas e fotos, o *LinkedIn*, a rede social para contatos profissionais; o *Second Life*, rede de interação via jogos, para os adeptos dos *games online* e o *Skype*, um *software* que permitiu a comunicação por voz entre computadores do mundo (2003); o surgimento dos *sites* *Orkut*⁵⁴, *Digg*⁵⁵, *Flickr*⁵⁶ e *Facebook*⁵⁷ e a intensificação das disputas entre navegadores com o lançamento do *Mozilla Firefox* e da versão *beta* do *Messenger 7.0*, um comunicador em tempo real (2004); o aparecimento do *YouTube*, *site* para

---

⁵⁰ Neste ano, o Brasil alcança a marca de seis milhões de usuários.

⁵¹ O termo *wiki* vem da expressão *wikiwiki*, que no idioma havaiano significa superrápido.

⁵² A Wikipédia se define como “um projeto de enciclopédia coletiva universal e multilíngue estabelecido na Internet sob o princípio wiki. A Wikipédia tem como objetivo fornecer um conteúdo reutilizável livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar”.

⁵³ A palavra *blog* deriva do termo inglês *web log* que significa diário da rede.

⁵⁴ Desenvolvido pelo projetista turco Orkut Büyükkökten, o *Orkut* é uma rede social ligada ao Google e criada em 24 de janeiro de 2004. Teve incrível popularidade no Brasil, mas foi perdendo público com o surgimento do *Facebook* e se extinguiu em 2014.

⁵⁵ *Digg* é um site que inicialmente voltava-se à ciência e tecnologia, atualmente reúne *links* para textos, podcasts, vídeos e outras contribuições.

⁵⁶ *Flickr* é uma plataforma que oferece um serviço de publicação de fotos e vídeos, acompanhados de comentários, onde o usuário pode criar palavras-chave para organizar suas buscas. O *Flickr* foi um dos primeiros a usar as *tags* (etiquetas) que são expressões que servem para classificação de conteúdo em forma de álbuns e categorias.

⁵⁷ Criada por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, o Facebook tem registrado a marca impressionante de mais de 500 milhões de usuários. É a maior rede social por número de usuários ativos do mundo, segundo pesquisa de Andy Kazeniac. Cf. KAZENIAC, 2009.

visualização de vídeos *online* (2005); o lançamento pelo Google do *Google Earth*, serviço de imagens via satélite e o surgimento de um *microblogging*, o *Twitter*⁵⁸ (2006); a migração das redes sociais para o celular, com o lançamento do *iPhone*, aparelho da *Apple* que une funções de telefone, câmera, acesso à Internet, *mp3* e diversos outros aplicativos (2007); o surgimento os sistema operacional *Android*, do *Google*, para fazer frente aos dispositivos do *iPhone*, da *Apple* (2008); a invenção do *Intel Core i7* com transistores de maior capacidade, a criação do sistema de Computação por Nuvens (*Cloud Computing*)⁵⁹ (2009); o desenvolvimento dos *tablets* – como o *iPad* e o *Google Street View* (2010), entre outros.

Assim, este conjunto de inovações permitiu uma alteração profunda nas interfaces da tecnologia com o público e foram reunidas sob a terminologia *Web 2.0*. A expressão *Web 2.0* designa uma segunda geração de aplicativos e serviços disponibilizados na rede, que permitiram a ampliação das formas de participação direta de usuários, incluindo a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos *online*.

O conceito de *Web 2.0* foi discutido pioneiramente em uma conferência de *brainstorming* entre O'Reilly e *Live Media Internacional*. Dale Dougherty, projetista da rede e O'Reilly VP, observaram que, longe de ter quebrado definitivamente [com o *crash* das ações das empresas da rede], a *web* passou a ser mais importante do que nunca com estes novos aplicativos e *sítes* de interação.

Em um ano e meio desde então, o termo “*Web 2.0*” tem claramente tomado conta, com mais de 9,5 milhões de citações no Google. Mas ainda há uma enorme quantidade de desacordo sobre o significado da “*Web 2.0*”, com algumas pessoas condenando-a como apenas um chavão de marketing sem sentido e outras aceitando-a como a nova sabedoria convencional (O'REILLY, 2006, tradução nossa).

A *Web 2.0* nasceu da aceleração da conexão, com mecanismo de alta velocidade, propiciando a veiculação extensiva de informações em formatos de áudio, vídeo, imagens, aplicativos, apresentações, textos, bem como permitir a produção e o compartilhamento de criações individuais que fazem uso destes formatos. Pois, “a vantagem desse conceito é organizar o sentido referente às possibilidades de participação do usuário na *Web* a partir de uma série de fatores” (GOULART; MONTARDO, 2008, p. 123).

---

⁵⁸ O *microblogging Twitter* baseia-se na possibilidade de comunicação instantânea no qual o usuário tem apenas 140 caracteres para responder à singela questão “O que você está fazendo?”.

⁵⁹ A Computação por Nuvens diz respeito ao sistema de utilização da memória e capacidades de armazenamento remotas por meio da Internet. Cf. AMOROSO, 2012.

O caráter social desta nova modalidade de rede global é um de seus elementos mais relevantes. Enquanto no formato anterior, o usuário era mero espectador da ação, os novos mecanismos instauraram uma troca mais intensa de fluxos de informação, como plataformas de interface mais colaborativas. Como vemos na tabela a seguir (BEZERRA, et al., 2011, p. 20).

Tabela 1 - Comparativo da *Web 2.0* com a *Web 1.0*.

Aspecto	WEB 1.0	WEB 2.0
Web	Informacional	Colaborativa
Foco	Instrucional	Construção coletiva
Conteúdo	Navegação	Gerado por qualquer usuário
Acesso	Leitura	Publicação compartilhada
Recursos	Navegadores	Aplicações <i>Web</i>
Exemplos	Enciclopédias	<i>Wikis, blogs, Ims, ...</i>
Recursos	XML, RSS, API (folksonomy)	HTML, portais (taxonomy)
Características	Formulários, diretórios, hipertexto	Espaços abertos para re-edição e remixagem
Usuários	Leitores passivos	Co-autores colaborativos
Deficiências	Interação, Escalabilidade Contexto	Personalização, Portabilidade Interoperabilidade
Tecnologias	Informação e comunicação	Conhecimento

O uso político da Internet também será influenciado pelo acesso as ferramentas políticas de interação da *Web 2.0*, pois,

[...] redes digitais instauram uma forma comunicativa feita de fluxos e de troca de informações “de todos para todos”, principalmente em sua versão *Web 2.0* (ou ainda *groupware* ou *participatory Web*), marcada pela velocidade e pela emergência de plataformas colaborativas. Do ponto de vista político, com relação à forma analógica de comunicação (especialmente jornal, rádio e TV) mudam os meios utilizados, as formas e os conteúdos (DI FELLICI, 2012, p. 41).

O momento seguinte da Internet é certamente o mais controverso. Isto porque a rede experimentou, nas décadas seguintes, contínuas evoluções em suas técnicas, permitindo a criação de dispositivos que permitiram a criação de uma *Internet paralela*. Estes “labirintos cibernéticos” à margem da oficialidade confluem para a formação da pouco conhecida *Deep Web* ou *Black Web*. Esta versão mais *underground* da rede nasceu com uma plataforma de conexão que conseguiu, graças à habilidade de seus desenvolvedores, escapar aos controles institucionais.

Antes que possamos compreender a importância da *Deep Web* para a discussão das intensas disputas políticas sobre privacidade, liberdade e criminalização nos últimos anos, destacamos que a origem deste fenômeno remonta ao desenvolvimento da criptografia (fusão das palavras gregas *Kryptós*, oculto, e *Gráphein*, escrever). A criptografia é uma técnica de estudo de algoritmos que possibilitou a implementação em computadores de sequências de *bits* para o embaralhamento de informações.

O objetivo da aplicação da criptografia na rede é estabelecer parâmetros e mecanismos técnicos para prover a segurança das transações econômicas e políticas de Estado⁶⁰, em razão da concorrência econômica das grandes corporações, da proteção de direitos autorais e, principalmente, na restrição das liberdades e garantias pessoais alcançadas com a explosão do acesso à Internet.

Apesar disso, a cultura *hacker* tem sistematicamente confrontado este gradual aumento das restrições criptográficas que os Estados começaram a impingir para a sociedade, decifrando seus códigos e subvertendo, para fins libertários, a lógica que pretendia dar um uso censor a criptografia por parte do Estado. Este fato remonta ao início do desenvolvimento da rede:

[...] em 1969, estreou Whitfield Diffie, um jovem matemático que excursionou pelos Estados Unidos à procura de pistas individuais e montando as pistas soltas da evolução (secreta) da criptografia desde a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Certamente foi o primeiro *hacker* da sociedade da informação. Logo chegaria mais longe do que qualquer sistema de inteligência tinha chegado: descobriu e implementou a criptografia assimétrica, a base atual de todas as comunicações seguras. Com ele a criptografia deixaria o mundo do segredo (militar) e passaria ao da privacidade, sairia da fechada da comunidade da inteligência e se incorporaria ao dos *hackers* e dos matemáticos aplicados, para o desgosto e processos intermináveis das agências governamentais dos EUA (UGARTE, 2007, tradução nossa).

A filosofia de ação *hacker* seguiu fazendo adeptos nas gerações posteriores, influenciando o surgimento, no início dos anos 1990, do movimento *cypherpunk*⁶¹. Este grupo criou uma investida técnico-política na defesa da criptografia e de

---

⁶⁰ Um caso emblemático da importância da proteção destes dados pode ser observado no caso Edward Snowden, um projetista contratado por uma agência ligada a CIA que “vasou” centenas de documentos norte-americanos e provou que havia um intenso controle governamental sobre as postagens, dados pessoais e mensagens de cidadãos do mundo todo. Edward Snowden é um dos delatores mais extraordinários da História. Nunca antes alguém havia revelado uma quantidade tão maciça de arquivos secretos da instituição de inteligência mais poderosa do mundo, de modo a torná-los públicos. Mas foi isso o que ele fez. Suas habilidades não têm precedentes. Até a atual geração de *nerds* de computadores, ninguém havia dado conta de que era possível sair por aí com o equivalente a bibliotecas inteiras, repletas de armários e cofres fechados a cadeados – milhares de documentos e milhões de palavras (HARDING, 2014, p.07).

⁶¹ O termo *cypherpunk* contém uma ironia, pois é uma derivação de *cipher* (escrita em código) e *punk*, movimento político-artístico dos anos 1970 que pregava o “Faça você mesmo” como artifício estético.

métodos análogos para a transformação político-social ao exercerem uma verdadeira “luta criptográfica” contra governos e instituições com o objetivo de fazer “a aplicação da máxima cypherpunk ‘privacidade para os fracos, transparência para os poderosos’ e do princípio fundamental da filosofia *hacker*: a informação quer ser livre” (ASSANGE, 2013, p. 12)

Os paradigmas *cypherpunks* podem ser resumidos em: a liberdade de criação e veiculação de conteúdos, *softwares* e outras ferramentas; o direito irrestrito de acesso às informações estatais; a expansão da criptografia aberta aos cidadãos como elemento emancipatório contra Estados e mercados na batalha contra a censura e vigilância civil; e a luta contra os ataques legislativos contra a liberdade na Internet⁶².

O site *WikiLeaks*, criado em 2006, foi o maior feito público do grupo ativista *cypherpunk* e Julian Assange, seu fundador, um de seus maiores expoentes. “O *WikiLeaks*, organização que se dedica a publicar documentos secretos revelando a má conduta de governos, empresas e instituições, é fruto da cultura *cypherpunk*” (ASSANGE, 2013, p. 12).

As ações principais do coletivo *WikiLeaks* são: a publicação dos dossiês *Collateral Murder*, *War Logs* e *Cablegates* (em alusão ao escândalo do *Waltergate*) em que as Forças Armadas e o governo americanos se veem expostos ao conhecimento público de informações, dados e estratégias sigilosas, tanto em relação ao conteúdo de documentos das embaixadas americanas (que revelou ao mundo as pouco ortodoxas estratégias da política internacional norte-americana), como as cenas de violência cometidas pelo Exército dos EUA na Guerra do Iraque, entre outros.

É preciso enfatizar que este tipo de iniciativa *hacker* só foi possível graças ao desenvolvimento de um outro universo de conexão, totalmente criptografado para acesso e navegação, uma dimensão ainda desconhecida, que muito se relaciona com a temática em análise: a *Deep Web*.

Vamos começar com a definição oficial, a *Deep Web* (também chamada de *Deepnet*, a *Web* Invisível, a *Undernet* ou a *Web* oculta) refere-se ao conteúdo da Internet que não é parte da *Surface Web*, que é indexada pelos motores de busca padrão. O nome evoca a mente do leitor uma parte obscura do ciberespaço inacessível e em muitos aspectos inexplorados, isto é, em parte, verdade. As funções e os procedimentos válidos para a *web* comum são em muitos casos alterados. As palavras “obscura”,

---

⁶² Em 2012, duas leis objetivavam promover o controle da Internet nos EUA, nas siglas em inglês: SOPA (Lei de Combate à Pirataria *OnLine*) e PIPA (Lei de Prevenção a Ameaças *OnLine* à Criatividade Econômica e ao Roubo de Propriedade Intelectual). Ambas não prosperaram em razão da forte oposição da opinião pública norte-americana. Na União Europeia, este tipo de legislação ficou conhecida como ACTA (sigla inglês Acordo Comercial Anti-falsificação).

“inacessível” e “inexplorada” não são casuais, os recursos da *Deep Web* não são visíveis para os motores de busca comuns (PAGANINI; AMORES, 2012, p. 15, tradução nossa).

A metáfora usual que relaciona esta nova modalidade de rede com a Internet *Clear* ou *Surface* (a rede como a conhecemos) é a do *iceberg*, pois aquilo que está submerso tem um volume muito maior do que o que aparece na superfície, pois estima-se que a *Deep Web* pode ter até 500 vezes mais conteúdo do que a Internet conhecida.

A criptografia é a principal estratégia de criação da *Deep Web*. Polêmica esta estratégia ainda carrega diversos estigmas por se tratar de uma plataforma que “escapa” ao controle estatal, considerada muitas vezes como o “paraíso das barbaridades e atrocidades que o humano é capaz” (pedofilia, assassinatos encomendados, tráfico de pessoas, órgãos, drogas, armas, canibalismo, entre outros).

A propagação desta versão oficial sobre a *Deep Web* “esconde” os interesses políticos mais diversos, pois coletivos e movimentos sociais vêm encontrando neste espaço um caminho importante para a promoção de dissidências, principalmente em países em que há restrição de liberdade política.

Muitas vezes quando lemos sobre a *Deep Web* descobrimos um espaço cheio de bandidos e criminosos cibernéticos, o paraíso dos *hackers*, onde não há regra, nem lei, porque não tem sentido o conceito de identidade no reinado de anonimato. Mas há um outro aspecto escondido desta *web*, uma consequência direta da capacidade de operar em completo anonimato, é considerável como o vetor poderoso da liberdade de expressão, uma indiscutível bastião indiscutível para aqueles que lutam pela liberdade de expressão (PAGANINI; AMORES, 2012, p. 11).

As recentes manifestações ciberativistas como a *Primavera Árabe*, as dissidências no Irã e China, os protestos em Londres e o “vasamento” inicial dos documentos das embaixadas americanas, promovidos pelo *site WikiLeaks*, só foram possíveis graças à *Deep Web*.

Muitos ativistas em países de grande repressão política têm visto na *Deep Web*⁶³ uma grande oportunidade para chamar de atenção em todo o mundo para suas causas, sem que tenham que sofrer as pressões, investidas jurídicas e mesmo violência por parte dos Estados, já que é muito difícil o reatramento de usuários nesta nova rede, graças à codificação criptográfica.

---

⁶³ A divulgação nos fóruns de debate e *sites* da *Deep Web* de uma farta documentação oficial sobre assassinatos, corrupção e violência dos Estados fermentou o descontentamento e motivou as ações ciberativistas a partir de 2010.

Mas, diante desta arena de disputas cibernéticas, os governos vêm confeccionando e adquirindo equipamentos para monitorar e controlar o espaço cibernético, bloqueando o acesso às redes, tanto na *Surface Internet* (na cooperação entre empresas do setor e governos), como com tentativas de controlar também a *Deep Web* como as investidas contra a plataforma *ToR*.

Os sistemas da *Deep Web* têm passado por sucessivas reformulações em sua programação (ainda em regime de cooperação e participação da coletividade de programadores e *hackers*) com o objetivo de burlar este bloqueio e garantir o completo anonimato e o acesso irrestrito, o que não pode ser feito na Internet comum. Para Zimmermann, ativista *cyberpunk*, são três os pontos cruciais desta disputa: o primeiro, mais visível nos regimes autoritários pelo mundo, existe a resistência do controle comunicacional de governos, e a Internet livre constitui uma ferramenta de resistência;

O segundo ponto é o desenvolvimento de ferramentas e de melhorias tecnológicas a fim de tentar contornar problemas como a censura. Mas estou falando basicamente de desenvolver ferramentas que façam parte de uma infraestrutura que nos ajude a derrubar os ditadores. E a terceira questão é a narrativa política (...) os pretextos que são utilizados todos os dias pelos políticos na mídia: “Será que vamos todos morrer vítimas do terrorismo? Por isso é que precisamos do *Patriot Act*”; “A pornografia infantil está por toda parte”; “A internet foi tomada por ‘pedonazistas’, e é por isso que precisamos da censura”. (...) Acho que também neste caso a internet é uma ferramenta, um antídoto contra as narrativas políticas (ASSANGE, 2013, p. 89).

A *Deep Web* pode ser considerada o bem mais acabado projeto tecnológico da filosofia *cyberpunk*, fazendo refletir inclusive sobre o sentido real da própria rede, como provoca o jornalista João Mello com a seguinte questão: “mas será que a internet paralela não é essa que a gente usa e a internet real é a própria *Deep Web*?” (MELO, 2013).

Em suma, observou-se que o interesse científico-militar desencadeou o financiamento providenciado pelas instâncias governamentais que forneceu o subsídio material, sem a qual a Internet não teria sido possível, uma vez que se tratava de um investimento demasiado caro e arriscado para a empresa privada. Contudo, sua trajetória histórico-política vai permitir que estes mecanismos sejam plataformas de ativismo, contrapondo principalmente governos e Estados, bem como fortalecendo a crítica ao sistema social capitalista.

Como vimos, herdeira do vanguardismo artístico e das ações contraculturais do século XX, a Internet, após seu surgimento, irá deflagrar importantes transformações nos diversos aspectos da vida social, econômica e, dada aos

valores políticos que subjazem a sua constituição, sobremaneira, política. Reiteramos a importância de se conceber a rede como uma *ferramenta do processo político*, na esteira do que anteviu Negt e Kluge, na medida em que não é tão somente um novo meio de comunicação, mas sim “surtem no contexto político, mas não a partir do espírito inventivo e da aplicação técnica (...) contém muito mais as propriedades materiais humanas das quais têm origem” (1999, 100).

3.4 Da economia da dívida high tech ao cibercomunismo

Como vimos, a Internet é resultado de um conjunto de múltiplas intenções: de um lado, os governos e militares que viam no projeto de conexão de computadores mais uma estratégia para a batalha contra seus inimigos históricos; e de outro, por parte de cientistas e técnicos de computação, que viam na rede a oportunidade para a criação de tecnologias que ampliassem os horizontes da comunicação humana por meio de ferramentas políticas de interação, de troca de informações e de incremento das relações sociais.

Para além de seu financiamento militar, e incorporando toda esta paradoxal complexidade de interesses, a Internet acabou por ser edificada sob as bases de uma “teia” interativa de colaborações e diálogo. Este nascedouro garantiu os contornos atuais à rede e foi importante para que as tecnologias não servissem apenas como instrumentos de uma política de Estado ou mais um veículo de comunicação comercial, mas sim uma ferramenta para a práxis revolucionária, como veremos na sexta parte desta pesquisa sobre as experiências ciberativistas pelo mundo.

Assim, nesta etapa iremos abordar a obra do pensador Richard Barbrook que realiza uma teoria social da Internet, tomada como principal elemento político-econômico do século XX e XXI. Para esclarecer, inicialmente, apresentaremos a abordagem barbrookiana sobre os aspectos econômicos do desenvolvimento da rede de computadores por meio do conceito de *economia da dívida high tech*; num segundo momento, discutiremos os desdobramentos da criação da rede no cenário político por meio da definição de *ideologia californiana*; e por fim, trataremos de apresentar o conceito de *cibercomunismo*, sua relação com a perspectiva de análise da Nova Crítica do Valor e com a práxis ciberativista.

Richard Barbrook objetivando compreender as ambiguidades que cercam o processo de desenvolvimento da Internet cunhou o termo *economia da dívida high tech*. Por *economia da dívida high tech* podemos entender o processo pelos quais o desenvolvimento tecnológico se articula sob os princípios da troca contínua e da

colaboração. Esta “nova” economia, destituída de *forma-valor*, estabelece que a criação dos dispositivos tecnológicos deve ser realizada pelo usuário, de modo a coletivizar tanto a construção como também os resultados obtidos.

Apesar de originalmente ter sido inventada para os militares dos EUA, a Internet foi construída em torno da economia da dívida. O Pentágono inicialmente tentou restringir os usos não-oficiais de sua rede de computadores. No entanto, logo se tornou óbvio que a rede só poderia ser desenvolvida com sucesso permitindo que seus usuários pudessem construir eles mesmos o sistema. Dentro da comunidade científica, a economia da dívida tem sido o principal método de socializar o trabalho (BARBROOK, 1998, tradução nossa).

Ao propor este conceito, Barbrook se remete às reflexões do antropólogo Marcel Mauss, que estabeleceu as bases para a compreensão do sistema de trocas simbólicas em sociedades “arcaicas”, pré-capitalistas. Por mais surpreendente que possa parecer, as aproximações entre o modelo de trocas simbólicas de tribos estudados por Mauss pode nos ajudar a compreender os processos de colaboração que ensejaram as tecnologias comunicacionais nas sociedades modernas, bem como perceber como os elementos de crítica da *forma-valor* podem ser encontrados no projeto atual da Internet.

Convém esclarecer. Mauss observou, ao analisar diversas sociedades não capitalistas e pré-modernas, que a vida social nas comunidades humanas é constituída por um processo constante de trocas em regime de dívida, que se articulam num movimento contínuo entre dar e receber que configura a sociabilidade⁶⁴. Estas trocas se apresentam como um sistema de *prestações totais*, pois:

[...] o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, (...) danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora seja, no fundo, rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemo-nos chamar a tudo isso de sistema de prestações totais (MAUSS, 1974, p. 44-45, grifo do autor).

---

⁶⁴ Alguns estudos aplicam o princípio da dívida no mundo moderno. Cf. MARTINS, 2002; GODELIER, 2001; CAILLÉ, 2002.

Em *Ensaio sobre a Dádiva*, Mauss (1974) defende que tanto o sistema de *prestações totais* realizados em comunidades fora do capitalismo⁶⁵, como o modelo de troca do *potlatch*⁶⁶, próprios de algumas culturas, está presente uma dinâmica que envolve a obrigação de dar e a obrigação de receber.

Para compreender completamente a instituição da prestação total e do *potlatch*, resta buscar a explicação dos outros dois momentos que são complementares deste; pois a prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro (p. 200).

Neste sentido, o *princípio da dádiva* rege as relações sociais, mesmo as de natureza política. O seu caráter gratuito é o seu traço mais profundo e complexo: “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (p. 41).

Para Mauss (1974), o “segredo da sabedoria e da solidariedade” experimentada nestas sociedades arcaicas advém do fato de que o processo de prestações totais confere outro sentido à práxis, ao trabalho e a distribuição de bens, pois é “inútil buscar muito longe qual é o bem e a felicidade. Eles estão aí, na paz imposta, no trabalho bem ritmado, alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois redistribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca” (p. 314).

O entendimento desta *economia da dádiva* pressupõe uma outra interpretação da realidade das modernas sociedades em comparação ao modelo das sociedades que fundam seu sistema produtivo na troca⁶⁷:

De fato, estudos desse tipo permitem entrever, medir, ponderar as diversas motivações estéticas, morais, religiosas, econômicas, os diversos fatores materiais e demográficos cujo conjunto funda a sociedade e constitui a vida em comum, e cuja direção consciente é a arte suprema, a *Política*, no sentido socrático da palavra (MAUSS, 1974, p. 314).

O paradoxo do fetichismo está dado: enquanto que as sociedades pré-capitalistas que estruturam sua *economia na dádiva* mantêm o caráter anímico de

---

⁶⁵ “Em todos os outros lugares, na África, na Polinésia e na Malásia, na América do Sul e no restante da América do Norte, o fundamento das trocas entre os clãs e as famílias nos parecia permanecer do tipo mais elementar da prestação total” (MAUSS, 1974, p. 193).

⁶⁶ *Potlatch* é uma palavra com duplo significado: *dádiva ou alimento*. O *potlatch* é a parte de um festejo religioso das tribos da América do Norte, Polinésia e Nova Guiné. Durante a festa um grande banquete é servido, cujo objetivo é que um homenageado renuncie a todos os bens materiais acumulados, que devem ser entregues a parentes e amigos. O ritual tem como objetivo a oferta de bens e redistribuição da riqueza. Cabe ao homenageado receber os presentes de outros integrantes da tribo no *potlatch* destes.

⁶⁷ Sobre o papel da troca cerimonial na manutenção da desigualdade social em sociedades arcaicas, cf. FLANNERY; MARCUS, 2012.

seu fetichismo mítico-religioso; as sociedades modernas que, superaram este caráter, mantêm com a *forma-valor* o fetichismo em funcionamento, mesmo que de um modo secular.

Da articulação das reflexões da crítica do valor de Marx e da Nova Crítica do Valor com as investigações sobre dádiva no desenvolvimento da Internet proposta por Barbrook pode-se reconhecer a dádiva como o pressuposto fundamental da superação do capitalismo numa sociedade altamente informatizada.

Senão vejamos. Jappe (2006), em *As aventuras da mercadoria*, no capítulo *Fetichismo e antropologia*, mostra como a Nova Crítica do Valor voltou-se aos estudos antropológicos para identificar os regimes de troca nas sociedades pré-capitalistas e sua correspondência nas sociedades modernas.

Assim, Jappe retoma a definição de Mauss de *fato social total* para afirmar: a dádiva se apresentava como *fato social total* nas sociedades tribais, e também o é no atual sistema da *forma-valor*. É preciso retomar o conceito de *fato social total*.

[...] nestes fenômenos sociais totais, como propomos chamá-los, exprimem-se ao mesmo tempo e em conjunto toda a espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – sendo estas simultaneamente políticas e familiares – sendo que estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, da prestação e da distribuição (MAUSS apud JAPPE⁶⁸, 2006, p. 226).

Jappe esclarece a relação entre o *fato social total* das sociedades pré-modernas estudadas por Mauss e o valor como um *fato social total* das sociedades modernas.

A troca de dádivas não é uma forma alternativa de ‘economia’ antes constitui um ‘fato social total’ (...). O ‘fato social total’ é, pois, característico das sociedades ‘arcaicas’. Porém, o conceito de fato social total’ pode muito bem aplicar-se ao valor moderno: o valor não é um fato puramente econômico, mas sim uma forma que se aplica a diferentes conteúdos. Neste sentido, utilizamos já o conceito de fato social total’ na nossa análise da sociedade do valor (2006, p. 226).

Ao aplicar as observações antropológicas de Mauss ao contexto de trocas de saberes colaborativas e não-monetarizada, um dos elementos primordiais para o esforço coletivo que resultou no desenvolvimento da Internet, Barbrook retoma a leitura sobre a *economia da dádiva* feita pelos situacionistas, pois “de acordo com os situacionistas, a economia de troca tribal mostrou que os indivíduos poderiam conviver pacificamente sem precisar do estado ou o mercado” (BARBROOK, 1998).

---

⁶⁸ MAUSS, M. Essai sur le don (1924). In: MAUSS, M. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Press Universitaires de France, 1950.

Barbrook reflete sobre o *princípio da dádiva* em sua crítica aos processos de trocas sociais no capitalismo tecnologicamente avançado. É por isso que o autor percebe que houve (e ainda há) um apoderamento por parte de cientistas de computação do trabalho intelectual de muitos colaboradores anônimos desde o início da formatação da Internet que temos hoje.

Estas trocas fluídas, não mediadas pelo valor, impossibilitaram que muitos equipamentos e técnicas desenvolvidos em regimes de colaboração fossem completamente convertidos pela *forma-valor* em uma *commodity* de mercado de alta tecnologia. Isto é especialmente verdadeiro quando se leva em conta o intenso debate em torno da quebra de direitos autorais e da “caça às bruxas judiciais” contra ativistas que abrem o acesso à conteúdos e informações protegidos pelos direitos autorais⁶⁹.

Em vez disso, o fato dos resultados de pesquisas terem sido tornados públicos em conferências de especialistas, em fóruns da própria rede e em artigos para revistas de tecnologia permitiu que se instaurasse um amplo processo de colaboração entre acadêmicos e centros de pesquisas diferentes, garantindo uma distribuição gratuita, espontânea e livre de informações técnicas e saberes.

Assim, convém ressaltar que compreender este processo de trocas de saberes computacionais requer entendermos que existe uma aproximação da crítica da *forma-valor* com o princípio da *economia da dádiva high tech*: a *forma-valor* (relacionada ao fetichismo da mercadoria) é, pois, o antônimo da dádiva.

Na concepção de Barbrook (2003), esta negociação de informação, desprovida de hierarquias extremamente autoritárias, está fazendo justo com que as pessoas optem por compartilhar conhecimento em vez de negociar mercadorias. E nesse sentido, aponta que a liberdade de expressão na rede pode florescer sem a liberdade de comércio, constituindo-se puramente como dádiva, como formas livres de reciprocidade e cooperação (LANA, 2009, p. 37).

Este modo coletivista de produção de conhecimento, o modelo socializado do trabalho intelectual desenvolvido entre os usuários permitiu que esta *economia da dádiva high tech* imperasse no processo de desenvolvimento tecnológico da rede. E não só isso, mas também o espírito de cooperação vai influenciar os aspectos

---

⁶⁹ É preciso lembrar da luta do ativista Aaron Hillel Swartz contra a política norte-americana para os direitos autorais e pela progressiva abertura da disponibilização de conteúdo na Internet. Sua trágico suicídio, sua precocidade acadêmica e o brilhantismo de suas inovações para o desenvolvimento de tecnologias de conexão não impediram de que fosse “caçado” pelas autoridades dos EUA ao promover uma batalha para a veiculação gratuita de material acadêmico do MIT (revista JSTOR) que eram de domínio público.

políticos da rede, já bastante carregados com a inspiração política proveniente dos valores culturais libertários dos anos 1960-1970, como vimos.

Após maio de 68, essa visão purista do anarco-comunismo inspirou uma geração de ativistas culturais. A mídia emancipatória supostamente só poderia ser produzida dentro da economia da dádiva (BARBROOK, 1998).

Após o desenvolvimento da rede de computadores, estes ambientes de criação colocaram em diálogo importantes setores da sociedade americana nos anos 1960/1970: os “caretas”, altos investidores corporativos que viam nas tecnologias oportunidades de negócios; e os “hippies”, representados pelos jovens excêntricos inventores. Para Barbrook, desta junção nasce a *ideologia californiana*:

Quem poderia prever que (...) caretas e hippies criariam juntos a ‘Ideologia Californiana’? Quem pensaria que uma mistura tão contraditória de determinismo tecnológico e individualismo libertário se tornaria a ortodoxia híbrida da era da informação? E quem suspeitaria que enquanto a tecnologia e a liberdade eram adoradas mais e mais, ficaria menos e menos possível dizer qualquer coisa sensata a respeito da sociedade em que eram aplicadas? A ‘Ideologia Californiana’ retira sua popularidade da própria ambiguidade de seus preceitos. Nas últimas décadas, o trabalho desbravador dos ativistas da mídia comunitária foi grandemente recuperado pelas indústrias de alta tecnologia e mídia (BARBROOK; CAMERON, 2001, tradução nossa).

Barbrook e Cameron defendem que a mistura entre os valores da contracultura e as concepções mercantis pós-industriais resultou numa nova geração de técnicos e investidores em alta tecnologia desta que cooptaram o potencial técnico emancipatório da Internet para a criação de produtos e marcas altamente rentáveis e com elas as mais velozes fortunas já alcançadas⁷⁰.

O poderio econômico não seria apenas sua única fonte de poder, pois desta elite intelectual surgiram indivíduos com amplos poderes de ação política na esfera internacional, influenciando nas decisões de governos e operando com liberdade nas economias de mercado globais⁷¹ nos regimes democráticos, principais responsáveis pelo constructo ideológico da *Globalização*.

A *ideologia californiana* ocupou papel de destaque na reorganização das esferas produtivas e mercantis no capitalismo atual e sua utilização, como

---

⁷⁰ Em 2012, uma revista de negócios publicou o ranking das maiores fortunas da Internet: **10º. Dustin Moskovitz** - Facebook: US\$ 5,1 bilhões (R\$ 10,6 bilhões); **9º. Hiroshi Mikitani** - Rakuten: US\$ 6,2 bilhões (R\$ 12,9 bilhões); **8º. Pierre Omidyar** - eBay: US\$ 6,7 bilhões (R\$ 14 bilhões); **7º. Eric Schmidt** - Google: US\$ 6,9 bilhões (R\$ 14,4 bilhões); **6º. Masayoshi Son** - Softbank: US\$ 7,3 bilhões (R\$ 15,3 bilhões); **5º. Robin Li** - Baidu: US\$ 10,2 bilhões (R\$ 21,3 bilhões); **4º. Mark Zuckerberg** - Facebook: US\$ 14,2 bilhões (R\$ 29,7 bilhões); **3º. Sergey Brin** - Google: US\$ 17,4 bilhões (R\$ 36,4 bilhões); **2º. Larry Page** - Google: US\$ 17,5 bilhões (R\$ 36,7 bilhões); **1º. Jeff Bezos** - Amazon: US\$ 20,2 bilhões (R\$ 42,3 bilhões).

⁷¹ cf. BARBROOK, 2009.

elemento-chave dos modelos ideológicos do neoliberalismo político nos anos 90. Para muitos autores, esta reorganização da produção foi pensada como uma nova fase do capitalismo: de maneiras opostas, como o conceito de *cooperação complexa* (FREDERICO; TEIXEIRA, 2008) e de *sociedade em rede* (CASTELLS, 2000).

Em sentido diametralmente oposto, podem ser observados os “vestígios” de uma nova forma de práxis, própria da Internet, designada pelo termo *cibercomunismo*:

Como na antiga União Soviética, o crescimento constante das forças de produção está ameaçando as relações de produção dominantes. Longe de ser a apoteose da troca de mercadorias, as estruturas sociais e técnica da comunicação mediada por computador incorporam uma forma alternativa de trabalho coletivo: a economia da dádiva. Se os indivíduos forem forçados a colaborar primeiramente através do *e-commerce*, as suas oportunidades de participar da ‘criatividade interativa’ serão muito limitadas. O potencial completo das forças produtivas da Internet apenas pode ser realizado pela adoção das relações de produção mais avançadas: o cibercomunismo (BARBROOK, 2000, tradução nossa, grifo nosso).

Para Barbrook, o cibercomunismo praticado na Internet deve radicalizar-se na medida em que uma *criatividade interativa* conseguir produzir relações de troca que prescindam da troca mercantil por meio de sistemas de colaboração e partilha, tanto de bens como de serviços. Contemporaneamente, a Internet tem se colocado como principal vetor de iniciativas que se baseiam nos aplicativos para construir redes de colaboração que passam ao largo do dinheiro e da *forma-valor*, como é o caso dos exemplos de *consumo colaborativo* no mundo⁷².

O cibercomunismo como modelo de crítica ao capitalismo avançado se constitui a partir dos princípios da *economia da dádiva high tech*, e se caracteriza “por modificadas formas de ação em rede que caminham na direção de uma governança descentralizada, de processos de resistência e modelos sustentáveis de sobrevivência” (LANA, 2009, p. 26).

Esta práxis engendrada pela Internet reforça as afirmativas do *Manifesto Cibercomunista*, proposto por Barbrook em uma provocativa paráfrase do Manifesto comunista, de Marx e Engels (2011): “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo” (p.38).

Um espectro assombra a Internet: o espectro do comunismo. Refletindo a extravagância da nova mídia, esse espectro assume duas formas distintas: a apropriação teórica do comunismo

---

⁷² As trocas podem ser de bens usados, como roupas; pode ser de serviços, como aulas e mesmo favores como caronas, entre outras modalidades.

stalinista e a prática cotidiana do cibercomunismo. Sejam quais forem suas posições políticas professas, todos os usuários da Internet participam com entusiasmo desse 'revival' esquerdista. Quer seja na teoria ou na prática, cada um deles anseia pela transcendência digital do capitalismo (BARBROOK, 1999, grifo nosso).

Desta forma, duas forças políticas antagônicas atuam decisivamente para determinar o curso da práxis por meio da Internet: de um lado, a *ideologia californiana* que passou a operar na constituição política da rede, por meio do modelo político do neoliberalismo, das novas elites do *e-commerce* e do sistema gerador de valor; e de outro, o modelo do *cibercomunismo*, por meio da *economia da dívida*.

Dentro da Internet, o trabalho em conjunto pela circulação de informações é agora uma experiência diária para milhões de pessoas. Assim como em seus trabalhos, os indivíduos também colaboram em projetos coletivos no seu tempo livre. Libertado das regras imediatas do mercado, o trabalho pode cada vez mais se tornar um presente. Os poucos esclarecidos não são mais necessários para liderar as massas em direção ao futuro, visto que a maioria dos usuários da Internet já está participando das relações de produção do cibercomunismo (BARBROOK, 2000, tradução nossa).

Há alguns anos a construção individual, cotidiana e espontânea do banco de informações que alimenta a Internet tem sido uma realidade, seja pelo envio de *e-mails*, participação em fóruns e comunidades de discussão *online*, construção de *websites*, *blogs*, postagens em redes sociais, como pela contribuição em pautas de jornalismo participativo com notícias e participação em videoconferências, as pessoas vem coletivamente gerando milhões de dados que escapam ao formato das mercadorias. Entregues como “presente” à rede e aos outros usuários, estas informações “escapam”, muitas vezes, ao regime de controle de mercados e governos. Como afirma Barbrook,

(...) hipnotizados pela ideologia neoliberal, eles falham em perceber que a maioria das informações já está circulando como presentes dentro da Internet. Engajados na superação do capitalismo, os americanos estão construindo de forma bem sucedida o futuro utópico no presente: o cibercomunismo (2000, tradução nossa).

Por meio do trabalho coletivo desenvolvido na Internet, os indivíduos podem exercer um tipo de *criatividade interativa*, estimulado pelo modelo de troca da *economia da dívida*, que cada vez mais confronta os valores da economia de mercado da computação. Pois, “a economia mercantil pontocom não pode afastar

a economia da dívida de *high-tech*. Miscigenação é o epítome da Net” (BARBROOK, 1998).

Neste sentido, Barbrook formula o esquema de um modelo dialético da composição do *cibercomunismo*, como paradigma de produção, circulação e troca na rede, em oposição ao paradigma da *ideologia californiana*.

Tabela 2 - A dialética do cibercomunismo

O Positivo	A Negação	A Negação da Negação
Trabalho como mercadoria	Desperdício como dívida	Trabalho como dívida
E-commerce	O <i>Potlatch</i>	Comunidades em rede
Modernismo reacionário	Anti-modernismo Revolucionário	Modernismo Revolucionário

Se no primeiro item, trabalho-mercadoria se opõe ao desperdício como dívida, próprio do sistema econômico das sociedades de consumo, o movimento social desencadeado pelo *cibercomunismo* tende à elevação do trabalho (ainda que a produção nas esferas produtivas da informação) à categoria da dívida. No segundo item, o *e-comércio* como o positivo se defronta com sua antítese, a troca tribal comunitária indígena do *Potlatch*. Já as práticas de troca de informações e cooperação técnico-comunicativa dos modos cibercomunistas de produção de conhecimento têm sua síntese no sistema colaborativo das comunidades em rede (que veremos em detalhe na parte seguinte).

No terceiro item, novamente está manifesta a importância da influência vanguardista, já que o modernismo reacionário dos movimentos, em especial o Dadaísmo, pode produzir, num contraponto dialético, o tipo de modernismo revolucionário dos movimentos socio-culturais ciberativistas contemporâneos, inicialmente representados nas ações da Internacional Situacionista.

Assim sendo, convém apresentarmos as características que definem as práticas cibercomunistas: as relações sociais sustentadas como um sistema; o anonimato pleno que abre caminho para igualdade entre os interlocutores; o voluntarismo; e alta qualificação do trabalho computacional. Estas características permitem que estes trabalhadores possam produzir conteúdo gratuito e que sejam

fomentadores de um sistema sustentado na troca não-mercantil, na medida em que partilham a mesma filosofia: a dádiva como única moeda de troca.

Para Dantas e Vital, isso pode representar o fim da divisão entre produtor e consumidor de conteúdo em rede, principalmente quando este conteúdo torna-se colaborativo e, desta forma, recíproco (2009).

A economia mista da Internet só pode expandir-se graças às duas formas de produção no ciberespaço: de um lado, a livre circulação de informações entre os usuários (consoante com a filosofia da *economia da dádiva high tech*); e de outro, a produção capitalista (que possibilitou investimento para a criação de computadores, *softwares* e telecomunicações, de acordo com os valores da *ideologia californiana*). Assim, a capacidade lucrativa das empresas comerciais mantinha uma enorme dependência das contribuições dos participantes-voluntários em troca contínua de saberes.

As práticas cibercomunistas de uso da Internet somente vão encontrar um cenário mais favorável de ação a partir de 2004. Isto porque o modelo mercadológico de Internet, em sua primeira geração, encampado pelos pensadores da *ideologia californiana*, sofreu um duplo ataque: o primeiro deles, a forte crise econômica que assolou o *e-commerce* em 2001 com o estouro da bolha das empresas ponto.com; e o segundo, como vimos, o desenvolvimento das ferramentas de interação *Peer to Peer*⁷³ ou “de todos para todos”, e o surgimento da *Web 2.0*, como vimos anteriormente.

É por isso que é preciso considerar que, mesmo diante de um certo entusiasmo presente nas postulações de Barbrook em face do que se denominou como *trabalho imaterial* ou mesmo *capitalismo cognitivo* (conceitos a serem discutidos em detalhe) o processo de construção de alternativas emancipadoras não deve se ater somente à crescente importância que o trabalho relacionado com a produção tecnológica/informativa/comunicacional conseguiu alcançar. A sobrevalorização do potencial revolucionário advindo de uma classe de trabalhadores mais intelectualizados, nascidos da expansão econômica da Internet, nos levaria a recair novamente na defesa do trabalho e de seus portadores (e sua abstração como consequência) como centro da opção revolucionária. É o que afirma Jappe:

[...] não se trata de celebrar a vinda de novos conteúdos do trabalho e de ver no *trabalho imaterial* ou “*cognitivo*” uma forma

---

⁷³ A terminologia *Peer to Peer* ou P2P diz respeito a uma rede na qual cada computador pode ser um usuário ou servidor para outros. Assim, cada computador pode oferecer aos demais informações, músicas, vídeos e documentos, num sistema de troca compartilhada.

livre, desalienada de trabalho (...) O verdadeiro problema é a forma social do trabalho e a redução de toda atividade à sua única dimensão abstrata, ao gasto de energia medido em tempo que se representa num valor cuja forma visível é o dinheiro. Já não é possível hoje imaginar uma rebelião do ponto de vista do trabalho vivo e dos seus portadores, mesmo substituindo o proletariado clássico pelo trabalhador informático ou imaterial (2013a, p. 29).

Novamente pontuamos aqui que o impacto desta classe para o debate produtivista fica aquém de sua importância simbólico-cultural. Ao nosso ver, sua real influência está no processo de construção de uma *esfera pública oposicional* de crítica ao sistema por meio de uma maneira particular como a “imaterialidade” de sua produção reverberara na construção do debate político dentro da Internet.

4. CIBERDEMOCRACIA: OS LIMITES DA CIDADANIA DIGITAL

4.1 Ciberdemocracia e a Terceira Revolução Industrial

Anteriormente discutimos o contexto cultural do nascimento da Internet e o seu pertencimento a uma cultura contestadora diretamente ligada à crítica social promovida no âmbito das artes pelo modernismo nos séculos XIX e, posteriormente, nos movimentos vanguardistas de meados do século XX. Além disso, apresentamos o conceito de *economia da dádiva high tech* e de *ideologia californiana* como maneiras opostas de pensar a criação/produção no âmbito da Internet.

Nesta quarta parte buscamos inserir o despontar da Internet em seu contexto político-econômico: o capitalismo tardio e seu processo de crise; e os espaços públicos propiciados pela prevalência mundial do regime político das democracias ocidentais.

Se os períodos que antecederam as duas primeiras revoluções industriais⁷⁴ experimentadas foram marcados por gradativos processos de estabelecimento de novos sistemas produtivos, não foi diferente com a *Terceira Revolução Industrial*, que também vem estabelecendo novos padrões de produção, ainda que de maneira lenta e gradual, inconclusa.

Muitos autores⁷⁵ apontam a segunda metade do século XX como o período inicial dos processos técnico-econômico que desembocaram nesta *Terceira Revolução Industrial* ou, como também foi denominada, *Revolução Técnico-Científica Informacional* e *Revolução Microeletrônica*.

As inovações científicas nos campos da genética, da robótica, da astronomia e, principalmente, da informática, possibilitaram uma integração entre ciência, tecnologia e produção de mercadorias, antes nunca realizada. Assim sendo, para efeito de esclarecimento, salientamos que quatro características basilares marcam este novo momento do processo produtivo pós-1970. Passaremos a discuti-las.

A primeira característica da Terceira Revolução Industrial é o incremento exponencial de avanços científico-tecnológicos, visando, sobretudo, fins mercantis. É preciso destacar que a ciência sempre esteve na dianteira das revoluções

---

⁷⁴ O desenvolvimento dos aparatos fabris, o alijamento do acesso a terra, a constituição do capital industrial e a formação de um proletariado operário urbano são as principais características da Primeira Revolução Industrial. Na sequência, o mundo assistiu a Segunda Revolução Industrial que corresponde a um maior desenvolvimento tecnológico das fábricas, ao estabelecimento do petróleo como matriz energética e da indústria automobilística, além da implantação de meios de comunicação e a descoberta da eletricidade.

⁷⁵ Cf. SCHAFF, 1995; QUEIROZ, 1999.

industriais, como, por exemplo, no fato das descobertas da termodinâmica no século XVIII resultarem mais tarde na expansão da máquina à vapor, das fábricas e dos meios de transporte. Este estágio do desenvolvimento tecnológico coincide com a prevalência da observação empírica como método de criação das inovações. Aqui, os altos custos das descobertas pouco eram supridos pelo aumento de lucratividade que geravam, pois o padrão de desenvolvimento tecnológico existente não possibilitava mais a introdução no mercado das inovações, pois, estas já não eram mais economicamente viáveis (RAUEN, 2006).

A transição deste modelo empirista para o modelo científico propriamente dito ocorre quando, no século XX, a ciência se institucionaliza nas corporações e o processo de produção de mercadorias passa a requerer uma maior racionalização:

A segunda revolução industrial também possibilitou que os processos produtivos fossem revistos. Os problemas logísticos advindos do aumento da escala de produção e uma consequente tendência à racionalização das atividades produtivas demandavam soluções fundadas na ciência. Assim, emergem a padronização e a metrologia, as quais permitiram a criação de respostas aos problemas enfrentados nessa nova dinâmica industrial (RAUEN, 2006).

A ciência e a tecnologia sempre estiveram, de uma forma ou de outra, servindo de base para o processo de geração de valor, através de um tipo específico de razão⁷⁶. Porém, na Terceira Revolução Industrial a vinculação ciência-mercadoria encontra seu ápice. Dentre todas as inovações dos últimos anos, interessa-nos discutir o papel das tecnologias da comunicação e da informação neste cenário.

Uma tentativa de compreender o papel das tecnologias da comunicação e da informação no tecido social pode ser encontrada na apresentação do conceito de *Sociedade da Informação*.

Apesar de, à primeira vista, esta definição ganhar contornos recentes, foi já num texto de 1962 que a influência dos processos comunicativos na sociedade foi tratada. Marshall McLuhan em *A Galáxia de Gutemberg* apresentou de modo pioneiro uma investigação dos desdobramentos sociais da expansão dos novos meios de comunicação. Pode-se afirmar que neste texto, McLuhan revela um tipo de antevisão de uma sociedade global da informação, fortemente baseada nos meios de comunicação de massa eletrônicos. *Aldeia global e meios de*

---

⁷⁶ Sobre a ciência no capitalismo atual, Jappe reflete: “nada mais escapando à lógica d’ *O Capital*, também a ciência vem a ser um instrumento de dominação psíquica e ética” (JAPPE, 2013, p. 13). A afirmativa é consoante com o conceito de razão instrumental em Adorno e Horkheimer, para quem o Iluminismo comporta uma dimensão “escura”, pois com a instauração de uma ciência e técnica fundada sobre a da lógica cultural do capitalismo.

comunicação como extensões do homem são os adágios de uma teoria da mídia que vislumbrava as profundas transformações que as sociedades sofreriam com o aumento da penetração nos *mass media* eletrônicos.

A novidade dos nossos tempos tumultuados, com início da era eletrônica em substituição à mecânica e tipográfica de nossa extinta era moderna, pela maior transformação tecnológica de toda a história, será a de que vamos entrar na nova era tribal da aldeia mundial pelos novos meios de comunicação, mas agora em contraste com os nossos antepassados espontaneístas e semiconscientes, em estado de alerta, como diz McLuhan (TEIXEIRA; MCLUHAN, 1972, p. 13).

Apesar do impacto da teoria macluhiana para as reflexões sobre o papel da informação e dos *mass media* nas sociedades modernas, o pioneirismo de Macluhan não é definitivo. Sob o ponto de vista da teoria econômica, curiosamente no mesmo ano de publicação de *A Galáxia de Gutemberg*, o economista austríaco Fritz Machlup (1962) publica *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Machlup parece ser um precursor no entendimento da informação como um tipo de *commodity*⁷⁷ e um dos primeiros autores a perceber a centralidade do conhecimento e da informação na economia capitalista.

Apesar disso, a própria definição de *informação* não tem uma interpretação única. Machlup (1983, p. 660) refuta a ideia de que o termo *informação* deva permanecer restrito ao contexto de transmissão de sinais (como propõe a teoria matemática da comunicação), devendo ser pensada num cenário social mais amplo e inserido no contexto da coletividade humana. Os demais significados que a palavra pode ter no campo da cibernética ou mesmo de outras ciências, são, para o autor, significados metafóricos e antropomórficos.

Outras teorizações chegaram a afirmar que a emergência da informação como *commodity* pode significar uma alteração profunda o processo de produção e no trabalho: o nascimento do trabalho imaterial (LAZZARATO, 2000; 2006; LAZZARATO; NEGRI, 2001; VIRNO; HARDT, 1996; MOULIER-BOUTANG, 2007; NEGRI; HARDT, 2000).

Como discute, Silvio Camargo (2011):

o trabalho imaterial se refere ao conjunto de atividades que adquirem um crescimento vertiginoso na chamada *new economy*, isto é, as atividades que envolvem a publicidade, o marketing e a comunicação. Tais atividades se referem à concepção de que no pós-fordismo as relações de produção se alteraram radicalmente,

---

⁷⁷ Machlup ao desenvolver estudos sobre a livre concorrência americana notou um novo campo produtivo, do conhecimento, estava em emergência. Nesse novo campo, destaca-se a centralidade do papel do conhecimento, no qual deriva também novas noções de trabalho e de classe trabalhadora.

de modo que as características da grande indústria estão sendo crescentemente substituídas por outras, mudanças tão radicais que alterariam a própria forma de conceituarmos o capitalismo (p.41).

Para Kurz, a imaterialidade do trabalho, levantada sobretudo por Negri e Hardt, pode ser criticada de duas formas distintas: primeiro, pela investigação do sentido de *imaterial*; e em segundo, pelo alcance demográfico desta classe de “trabalhadores imateriais”.

Em primeiro lugar, nenhum trabalho é “imaterial”, tampouco o trabalho nos setores da informação e do “conhecimento”; sempre se trata da combustão de energia humana. *Imaterial* é a maior parte dos produtos desse trabalho, mas justamente por isso esses setores não podem sustentar a reprodução social, cuja base permanece sendo o “processo de metabolismo com a natureza” (Marx) e, portanto, é material. Em segundo lugar, pelo mesmo motivo, as pessoas ocupadas comercialmente com o manejo de símbolos e informação de maneira alguma formam uma “multidão”. Ao contrário, são uma pequena minoria (KURZ, 2005).

Conceituação semelhante, o chamado *capitalismo cognitivo*, defende a hipótese de que as transformações tecnológicas no processo de gestão do trabalho (a passagem do modelo fordista para o pós-fordismo) não somente produziram alterações profundas no capitalismo industrial, mas chegaram mesmo a criar um novo tipo de sistema econômico. Assim, “a questão não é o surgimento de um capitalismo do conhecimento mas a mudança mais profunda na maneira como o capitalismo é dotado de valor. A inovação é o maior vetor de valor no capitalismo cognitivo” (CORSANI, 2003, p. 16).

A questão da informação como mercadoria, e do *capitalismo cognitivo*, também foi debatida por alguns autores da Nova Crítica do Valor. Para Ernest Lohoff (2008), em *O valor do conhecimento*, a estrutura própria da informação como bem (cujas características são: independência de um objeto a ser trocado; caráter universal que torna volátil seu transportador; não garantia de exclusividade de acesso, pois são bens universais por natureza; o fato do comprador da informação receber apenas uma co-utilização do bem; a informação com bem de natureza universal criada pelo trabalho comum (como a ciência) não incorporar valor; entre outras características) impõe pensarmos o caráter subversivo da informação no processo de emancipação da *forma-valor*⁷⁸, discutida anteriormente.

Esta leitura contemporânea da informação para a construção de projetos de combate ao capitalismo, que veremos em detalhe mais adiante (influenciada,

---

⁷⁸ A questão da informação como instrumento de superação do capitalismo é uma questão bastante controversa na Nova Teoria do Valor. Cf. KURZ, 2008.

sobretudo, pelas reflexões sobre *economia da dívida high tech*), não é a mesma leitura presente nas primeiras teorias da *Sociedade da informação*, principalmente as dos anos 1990.

O sociólogo espanhol Manuel Castells foi um dos mais destacados pensadores desta vertente. Castells propõe a distinção entre os termos *sociedade da informação* e *sociedade informacional* com o objetivo de compreender as transformações culturais e econômicas decorrentes do primado da informação nas sociedades contemporâneas: em *sociedade da informação* temos a ênfase no papel da informação na sociedade e sua inserção num contexto geral; e em *sociedade informacional*, a definição de informação é colocada num sentido mais amplo, significando a comunicação de conhecimentos e tomada como elemento primordial na composição de uma estrutura intelectual que suportaria a produção econômica.

O termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se fontes fundamentais de produtividade e poder devido às condições tecnológicas surgidas neste período histórico (CASTELLS, 2009, p. 65).

O informacionalismo, ou processo social pelo qual a informação torna-se sustentáculo da economia e das relações socioculturais, surge como um meio de expansão e salvaguarda do sistema capitalista, em substituição ao modelo industrial que perdurou até meados do século XX, como novo sistema-matriz para as sociedades, como veremos a diante. A tecnologia da troca de informações passa a frente como referencial em todos os âmbitos da realidade e torna-se também fundamento de análises que visam à compreensão da estrutura social existente. Emergem aqui os conceitos de *Era Eletrônica*, *Era da Informação*, *Sociedade do Conhecimento*, *Nova Economia* e *Sociedade em Rede*, entre outros.

Estas definições se assemelham em muitos aspectos: em primeiro lugar afirmam a primazia da informação como matéria-prima; em segundo, destacam haver uma penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; em terceiro, afirmam a existência de uma lógica de redes a reger os processos sociais, econômicos e também políticos; em quarto lugar, a flexibilidade de mudança de paradigmas; e por último, o aumento da convergência de tecnologias (CASTELLS, 2009).

Qualquer que seja a nomenclatura adotada, convém destacarmos que neste novo paradigma três tendências se inter-relacionam: a formação de conglomerados de empresas graças ao estímulo da desregulação e da competição; a globalização

do mercado de produção intelectual ou exploração do *trabalho imaterial*⁷⁹; e a privatização, com a primazia do setor privado sobre interesses públicos nas áreas de comunicação e informação⁸⁰.

A segunda característica que podemos atribuir às mudanças no processo produtivo desencadeadas pela Terceira Revolução Industrial é a consolidação do capitalismo financeiro. Em fins dos anos 1970 e 1980, o mundo assistiu a uma sucessão de crises financeiras nos mercados ocidentais.

Da crise do petróleo⁸¹, que desembocou na recessão americana à emergência das economias dos chamados Tigres Asiáticos⁸², este momento representa um esgotamento das proposições do modelo keynesiano⁸³ da Segunda Guerra, alicerçado no intervencionismo estatal na economia. A consequente adoção do modelo neoliberal representou uma tentativa de salvaguarda do sistema, com analisa Kurz:

[...] os Estados buscaram, com uma política neoliberal, responder à crise emergente do sistema. Justamente por meio dessa política, uma combinação de medidas drásticas de contenção de despesas estatais, redução da taxa de juros e desregulamentação dos mercados financeiros (KURZ, 1997).

O que houve foi uma expansão do capital financeiro em detrimento dos mercados produtores, que Kurz denomina *capitalismo de cassino*.

A relação entre produção real e finanças inverteu-se. Não é mais o crescimento dos mercados de consumo e de bens de investimento que determina o crescimento dos mercados financeiros, mas justamente o contrário: a pujança tornada autônoma do capital especulativo dita a conjuntura de indústria e serviços (KURZ, 1997).

Assim, a forte simbiose empresas-governos à caça de um estratagema que solucionasse estas questões e que permitisse a reestruturação das economias nacionais possibilitou o desenvolvimento de um paradigma que fosse “a favor da desregulação, da privatização e do desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho” (CASTELLS, 2009, p. 55).

---

⁷⁹ Sobre este debate, Kurz que analisa o utopismo presente na celebração da categoria *trabalho imaterial*. Cf. KURZ, 2005. De outro lado, “a crescente imbricação entre trabalho material e imaterial” na compreensão que Ricardo Antunes faz do tema. Cf. ANTUNES, 1999.

⁸⁰ Cf. JAMBEIRO; BOLAÑO; BRITTOS, 2004.

⁸¹ A crise inflacionária do petróleo de 1974 a 1979 foi ocasionada pela regulação a produção petrolífera dos países fornecedores do combustível para o mundo. O aumento exponencial do barril acabou ser refletido em toda as economias desenvolvidas pelo globo, em especial a norte-americana.

⁸² Os países do leste e sudeste asiático (Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Malásia e Tailândia) foram os primeiros a lucrarem com o desenvolvimento da microeletrônica e informática. O pioneirismo de suas indústrias de produção de bens para exportação neste setor impulsionaram o grande crescimento econômico destes países no século XX.

⁸³ Cf. CLARKE, 1988.

A quarta característica da Terceira Revolução é a expansão da internacionalização dos capitais, baseados nas empresas multinacionais. Este movimento a literatura sociológica convencionou denominar *Globalização*.

Diante das crises, a reordenação produtiva que marcou as décadas de 1970-1980, a *Globalização* representou tanto o modo político-econômico da teoria neoliberal de garantir a manutenção e o fomento do valor no processo de produção de mercadorias, bem como de criação de mercados e nova reconfiguração do trabalho abstrato; como uma ideologia multicultural (que se convencionou denominar *pós-modernidade*)⁸⁴ que serviu para embasar ideologicamente as medidas econômicas impostas.

Para Castells (2009), esta interdependência dos mercados financeiros (parte importante do paradigma da *Globalização*) é resultante de cinco fatores principais, são eles: a desregulamentação dos mercados, o estabelecimento de uma infraestrutura tecnológica, a natureza dos novos produtos financeiros, a possibilidade dos fluxos financeiros de capitais, e o nascimento das firmas de avaliação de mercado (p. 45-147).

Outra consequência deste processo é o crescimento dos regimes políticos das democracias liberais em meados da década de 1990, como comemorou Fukuyama, na esteira da teoria da terceira onda de democratização defendida por Huntington⁸⁵:

Até o final de 1990, cerca de 120 países em todo o mundo - mais de 60 por cento dos estados independentes do mundo - haviam se tornado democracias eleitorais. (...) a democracia liberal como um formato padrão de governo passou a fazer parte incontestante do cenário político no início do século XXI (2011, p. 03, tradução nossa).

Obviamente que o aumento exponencial da adesão de países ao regime democrático-liberal não significou melhorias efetivas no processo de combate às desigualdades sociais e a denegação contínua da dignidade humana. Por isso, como admitem até os pensadores liberais⁸⁶, a prevalência deste modelo não

---

⁸⁴ Zizek analisa as relações entre o multiculturalismo apregoado pelas determinações econômicas da globalização, discutindo o autocolonialismo como novo processo de modernização cultural, o super-ego da pós-modernidade a filosofia zen-budista como complemento ideológico da globalização, entre outras proposições. Cf. ZIZEK, 2003.

⁸⁵ Cf. HUNTINGTON, 1991.

⁸⁶ Alguns teóricos do (neo) liberalismo justificam a profunda crise econômica que se agudiza na Europa e nos Estados Unidos nos anos 2010 e suas fortes consequências políticas como decorrência de um período de “recessão democrática”. Se para tais pensadores houve uma “reversão autoritarista” nas práticas institucionais democráticas em alguns países, sobretudo na América Latina, com Chaves como seu principal exemplo, acreditamos que o termo serve pra demonstrar que estas transformações dos regimes políticos devido ao esgotamento do modelo republicano-liberal e do fracasso do capitalismo em prover soluções equânimes para melhoria na condição de vida da população. Cf. DIAMOND, 2011.

perdurou na segunda década do século XXI, em decorrência das profundas crises na geração de valor ocorridas no mundo capitalista a partir de 2008, como discutiremos na parte referente ao ciberativismo.

Como quarta característica da atual Revolução Industrial podemos apontar a descentralização dos polos industriais por meio da adoção do modelo administrativo toyotista de gestão e o abandono da orientação fordista em voga nas décadas anteriores. Kurz em análise do tema acrescenta:

Se a segunda revolução industrial, a do chamado "Fordismo" (automobilização, milagre económico), no pós-guerra, ainda pôde desencadear uma espécie de "plano de desenvolvimento" mundial, a terceira revolução industrial, a da microeletrônica, agudizou de tal forma a queda do desenvolvimento ao nível global, que regiões inteiras começaram a ficar excluídas da capacidade de reprodução capitalista (KURZ, 2003).

Diante desta situação, como afirma David Harvey, em *Os limites do capitalismo* (1990), ao propor o conceito de *acumulação flexível*, aconteceu um processo de mudança nas práticas de gestão do trabalho e da produção visando “quebrar” a rigidez do fordismo (que envolve tanto automação, novas tecnologias de produção, logística, criação de novos produtos, conquista de novos mercados, migração de fábricas à caça de mão de obra mais barata e facilitação de carga tributária, medidas contábeis, etc.).

Não se pode isolar o esboço dessa reflexão, em *The Limits to Capital*, do *tour de force* empreendido em *Condição pós-moderna*, na qual dedica uma atenção especial às questões relativas à organização da produção, processo de trabalho e desenvolvimento tecnológico: o que se tornou provavelmente a mais popular interpretação da sucessão entre o regime de acumulação fordista e o regime de acumulação flexível tem suas bases teóricas nesse “tratado sobre a teoria marxista em geral” (Harvey, 1990) (BOTELHO, M., 2014, p. 192).

Maurílio Botelho ainda questiona o significado do conceito de *acumulação flexível* na obra posterior de Harvey a *Condição pós-moderna* (1992) e o enfraquecimento da ideia de que estamos diante de um nova fase do capitalismo:

Lembremos que o título da obra de Harvey é *Condição da pós-modernidade* (*The Condition of Postmodernity*) e não pós-moderna como aparece na má tradução brasileira, já consagrada. A diferença não é filigrana conceitual: a ideia de uma nova época aberta pelo “regime de acumulação flexível” vai perdendo sua importância, aos poucos, na obra posterior do geógrafo. O problema de fundo, não-explicito, é exatamente que a tese de um “novo regime” – e principalmente de um novo “modo de regulação” – se desfaz com o acúmulo de crises que se sucedem desde a década de 1970. Harvey aponta, numa entrevista ao *Le Monde*, que desde 1970 ocorreram 370 crises financeiras! (2010). Ora, por

mais flexível que seja, um período histórico marcado pelo cotidiano das crises não pode ser uma “nova época” na história capitalista, muito menos um “novo regime de acumulação”, mas representa exatamente a impossibilidade de funcionamento dos mecanismos que regem a acumulação e que a regulam. Não é casual o conceito de “regime de acumulação” sequer aparecer nas obras recentes (BOTELHO, M., 2014, p. 199).

Segundo Celso Frederico e Francisco Teixeira em *Marx no século XXI*⁸⁷, David Harvey ao voltar-se para “os modelos construídos para periodizar o financiamento da acumulação”, não conseguiu realizar um estudo “diacrônico do automovimento do capital”, desta forma, não reconhecendo o processo de “luta impiedosa do capital contra o trabalho” (2008, p, 48-49).

Assim, enquanto o sistema produtivo capitalista se sustentou no modelo de gestão do fordismo o mundo ainda conseguiu assistir a permanência de um “certo” desenvolvimento, como avalia Kurz. Contudo, o despertar da Terceira Revolução e a crise da geração de valor ocasionada por esta desembocaram no fim das “esperanças” desenvolvimentistas, de matizes keynesianas. O atual estágio do processo de extração de valor implica a necessidade de uma reestruturação do trabalho, uma vez que a Terceira Revolução Industrial acabou por solapar as bases tênues que sustentavam o trabalho abstrato como mecanismo de produção do valor e o recurso ao que se denominou *capital fictício*.

Mas a partir dos anos 1970, a “terceira revolução industrial”, a da microeletrônica, tornou “supérfluo” o trabalho em tais proporções que nenhum mecanismo de compensação foi mais suficiente. Desde então, o sistema mercantil sobrevive essencialmente graças ao “capital fictício”: é o dinheiro que não é o resultado de uma criação de valor obtida através do emprego produtivo da força de trabalho, mas que é criado pela especulação e o crédito, e cuja única base são os lucros futuros ainda por se realizar (mas em proporções gigantescas, portanto, impossíveis de se realizarem) (JAPPE, 2011).

Observa-se assim que este estágio de modo de produção baseado no valor encontrou-se diante de uma limitação derradeira diante da crise mundial da Terceira Revolução Industrial, o “modo de produção baseado no valor” (Marx) esbarra em seu limite interno absoluto, precisamente pelo fato de minar a sua própria substância, o “trabalho”, tornando-o obsoleto (KURZ, 2007).

Com a diminuta possibilidade de extração do valor por meio da exploração do trabalho, graças a um movimento próprio do capitalismo em seu processo de geração de valor, ocorre uma substancial mudança na posição sócio-política do

---

⁸⁷ Frederico situa a conceituação de acumulação flexível no horizonte da escola regulacionista. Neste sentido, afirma a tentativa desta escola de realizar uma aproximação entre a teoria econômica de Marx com as postulações de Keynes, cf. FREDERICO; TEIXEIRA, 2008.

trabalhador. É o que percebeu o grupo *Krisis* em seu *Manifesto contra o trabalho*, que já aludimos anteriormente:

Pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto. A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na sequência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho humano – numa escala que há poucas décadas só poderia ser imaginada como ficção científica. Ninguém poderá afirmar seriamente que este processo pode ser freado ou, até mesmo, invertido. A venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX (KRISIS, 1999, p.13).

Como resultado direto do processo de crise econômica que “começou a devorar os centros do capital”, o sistema capitalista necessitou ocultar esta “evanescência do trabalho”.

A evaporação da "substância de trabalho" do Capitalismo só pode ser mascarada através da antecipação de rendimentos monetários e lucros futuros que na realidade nunca se verificarão, ou seja, através de um processo que degenera no endividamento global do conjunto dos sujeitos econômicos (Estados, empresas, particulares) e através de bolhas especulativas nos mercados bolsistas, historicamente sem precedentes (KURZ, 2003).

Nascimento (2014) relaciona a expansão de políticas estatais para sustentar as “bolhas especulativas” do capital financeiro com as progressivas e profundas crises sociais geradas por estes.

A crise da sociedade produtora de mercadorias entendida como crise das condições de possibilidade de valorização do valor é resultado do desenvolvimento e da maturidade de suas contradições de base. As repercussões jurídico-institucionais se apresentam na forma do multifacetado fenômeno social, cultural e simbólico do estado de exceção, estado de sítio, ou estado de emergência. Nessa caracterização, notamos que convergem a crise econômica capitalista e a crise da regulação jurídico-estatal desta. Sugerimos que uma nova era de crises é também uma nova era de esgotamento das formas tradicionais de intervenções reguladoras do estado na economia capitalista (NASCIMENTO, 2014b, p. 250-251).

Neste sentido, observa-se que a separação entre mercados financeiros e economia real mantém-se, e cada vez mais, aprofunda uma histórica polaridade dado a “atuação” do capital no cenário mundial⁸⁸.

---

⁸⁸ “O capital mundial atingiu um grau de simulação que polarizou como nunca a sociedade mundial: num dos polos repetem-se a pobreza das massas e a miséria e os processos de colapso econômico sucedem-se a curtos intervalos; no outro polo floresce uma riqueza monetária tão astronômica como sem substância, cuja fragilidade demonstra o caráter precário que assumiu o modo de produção capitalista enquanto tal” (KURZ, 2003).

Esta interpretação da obra de Marx promovida pela Nova Crítica do Valor apresenta o desafio teórico-prático de compreender nos diversos problemas decorrentes dos processos sociais da Terceira Revolução Industrial os limites do capitalismo. Diferente do marxismo do movimento operário, que diante das vitórias trabalhistas, parece se “conformar” com as concessões obtidas, este viés de análise compreende o trabalho como a substância da *forma-valor*, parte da modernização capitalista da qual este momento de mudança econômica (Terceira Revolução Industrial) é apenas um desdobramento.

Ricardo Musse, em resenha do livro *Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas* (2013b) de Anselm Jappe esclarece:

Não se trata, porém, apenas de uma correção teórica. A leitura desenvolvida por essa vertente traduz uma análise histórica e uma opção política que atribui os fracassos do reformismo socialdemocrata e dos Estados ditos socialistas a uma compreensão equivocada do funcionamento do capitalismo, em particular, do papel nele desempenhado pela forma-mercadoria. O diagnóstico do presente histórico, ancorado nessa linhagem, identifica, nas transformações recentes do capitalismo, sintomas de seu processo de decomposição. A circulação incessante da mercadoria dinheiro, pressuposto necessário da dinâmica do capital, funciona como uma espécie de “sujeito automático” que se depara cada vez mais com limites internos e externos. Internamente, o capital presencia o paradoxo de ter que incrementar inovações no processo de trabalho que tendem a reduzir a taxa de lucro e a própria massa de mais-valia, fonte primordial da atual crise econômica e social. Externamente, a lógica da acumulação, a exigência de ampliação contínua da produção, esbarra nos limites da natureza, situação que tende a amplificar a crise ecológica (2013).

Apesar da pertinência das análises da Nova Crítica do Valor para a compreensão das atuais (e passadas) crises capitalistas de geração de valor, algumas análises igualmente recentes têm conseguido reconhecer modos de construção da práxis emancipadora em meio as condições econômicas e ecológicas atuais. É o que iremos discutir na teoria socioeconômica da tecnologia proposta por Jeremy Rifkin.

Rifkin (2014) contropõe a esta visão negativa da crise defendida por autores da Nova Crítica do Valor um modo peculiar de práxis para a construção de alternativas dentro (e para a superação) do sistema econômico vigente.

Para o autor, a Terceira Revolução Industrial não aconteceu em meados nos século XX, mas ainda está em curso. Em *The Zero Marginal Cost Society* afirma que as tecnologias de Internet e os depósitos de energias renováveis começam a se unir na criação de uma nova infra-estrutura que configurará uma profunda

transformação do sistema produtivo⁸⁹, também mudando de modo definitivo a forma como o poder é distribuído no século XXI. Com o desenvolvimento das tecnologias de conexão e comunicação, principalmente com o sistema *wireless* e as nanotecnologias, a Internet deve ser incorporada aos objetos do uso diário, aos aparelhos cotidianos e aos produtos industriais.

A este novo mecanismo que coloca em rede muitos elementos e aspectos do “mundo natural”, Rifkin chamou *Internet das Coisas*.

A Internet das Coisas vai ligar todas as coisas com todos em uma rede global integrada. Pessoas, máquinas de recursos naturais, linhas de produção, redes de logística, hábitos de consumo, fluxos de reciclagem, e praticamente todos os outros aspectos da vida econômica e social serão ligadas através de sensores e software (RIFKIN, 2014, p.11, tradução nossa).

Isso significa dizer que os artefatos de uma *Internet das Coisas* poderiam possibilitar a ruptura mesma dos paradigmas de produção capitalista e talvez significar a emergência da proposta de *commons colaborativos* (modelo de organização da vida social herdeiro dos valores de participação/criação/interação da Internet), como também defende Barbrook no debate sobre *economia da dívida high tech e cibercomunismo*.

Convém apresentarmos uma definição de *commons*, palavra sem tradução exata em português:

Commons são um tipo particular de arranjo institucional que governa o uso e a disposição de recursos. Sua principal característica, que os define de forma distinta da propriedade, é que nenhuma pessoa tem o controle exclusivo do uso e da disposição de qualquer recurso particular (BENKLER, 2007, p. 12).

Para Benkler, os *commons* podem ser divididos de acordo com dois parâmetros principais: o primeiro, é o regime de sua abertura, se são abertos a todos (aqui temos como exemplo, os oceanos, a atmosfera, etc.) ou a um grupo definido (como no caso de distribuição de pastos ou irrigação de uma comunidade, cujos bens pertencem somente aos membros da aldeia ou de uma associação de produtores); o segundo, é o sistema de regulação, se governados por conjunto de

---

⁸⁹ Para o autor, cinco são os pilares desta nova revolução industrial: primeiro, uma mudança efetiva para as energias renováveis; em segundo, a transformação do parque imobiliário mundial em coletores locais de energia verde; terceiro, o aproveitamento das estruturas imobiliárias das cidades para a implantação de hidrogênio e outras tecnologias de armazenamento de energias; quarto, utilização da tecnologia da Internet para transformar a rede elétrica de todos os continentes; e por último, a transição da frota de transporte para veículos elétricos que podem comprar e vender electricidade verde a uma rede de energia inteligente, transnacional e interativa.

regras, ou não, como no caso dos *commons* de acesso aberto, como o ar, por exemplo.

O debate sobre os *commons* tem sido colocado como eixo das reflexões sobre anticapitalismo contemporaneamente, uma vez que a recusa da apropriação dos bens coletivos ao domínio estrito da propriedade privada e da *forma-mercadoria* tem se acirrado diante das catástrofes ambientais e climáticas e da luta pelo acesso à informação, fomentada pela Internet e por seu caráter de criação aberta e coletiva.

Com base numa particular interpretação do conceito de *commons*, alguns pensadores, com destaque a Rifkin, têm compreendido o sistema de gestão de bens coletivos como um substituto ao sistema capitalista em crise, pois “a era capitalista está passando... não rapidamente, mas, inevitavelmente. Um novo paradigma econômico a encontrar vulnerabilidades suficientes para explorar, principalmente como um agregador de vida” (RIFKIN, 2014, p. 113, tradução nossa).

Para Rifkin (2014), este novo paradigma denominado *era Colaborativa*, sustentado do modelo dos *commons* (fundado numa economia circular sustentável e no uso mais racional dos recursos naturais de acesso aberto e na descoberta de novas fontes renováveis de energia), possibilitará a emergência de uma sociedade de *custo zero*, cujo modelo colaborativo e, podemos afirmar, da dívida e da crítica da fetichização da mercadoria, permitirá a troca e a superação do mercado como forma de organização da distribuição e da produção de bens. Pois, “quando os *prosumers*⁹⁰ compartilharem seus bens e serviços num [sistema de] Commons Colaborativo, o livro de regras que rege a economia de câmbio de mercado se torna muito menos relevante para a vida da sociedade” (p. 533, tradução nossa).

A teoria rifkiniana da *era colaborativa* aposta na ideia da existência de uma disputa de paradigmas econômicos: de um lado o modo capitalista, que tende a ser derrotado (como observa-se das conclusões apresentadas pela Nova Crítica do Valor sobre o futuro do capitalismo e da Terra), e de outro, o emergente sistema de colaboração em modo de produção cooperativista e de trocas, propiciado, surpreendentemente pelos mesmo fatores que desencadearam a chamada Terceira Revolução Industrial:

A luta entre estes dois concorrentes paradigmas econômicos vai ser uma prolongada e dura batalha. Mas, mesmo nesta fase muito precoce, o que está se tornando cada vez mais claro é que o sistema capitalista que forneceu tanto uma narrativa atraente da natureza humana como uma estrutura organizacional abrangente

---

⁹⁰ Consumidores que assume papel ativo no processo de consumo. Da junção das palavras em inglês *producer* e *consumer*.

para a vida social e política do dia-a-dia da sociedade comercial que abrange mais de dez gerações atingiu o pico e começou o seu declínio lento. Enquanto eu suspeito que o capitalismo vai continuar a fazer parte do esquema social para, pelo menos, o próximo meio século ou mais, eu duvido que ele vai ser o paradigma econômico dominante na segunda metade do século XXI. Embora os indicadores da grande transformação para um novo sistema econômico ainda são suaves e em grande parte anedóticos, os Commons Colaborativos têm ascendido e, em 2050, ele provavelmente vai se estabelecer em como o árbitro principal da vida econômica na maior parte do mundo (RIFKIN, 2014, p.116, tradução nossa).

A proposta de Rifkin apresenta um modelo de superação do capitalismo diante da evidente crise capitalista dos últimos tempos. Este modelo se baseia, sobretudo, na expansão do terceiro setor como sustentáculo econômico de iniciativas político-sociais de gestão da vida social, que passam ao largo do Estado e do mercado⁹¹. Para Kurz, ainda permanece a dúvida de como, na teoria da *sociedade do custo zero*, o terceiro setor poderá sustentar este novo paradigma de produção e reprodução social. Além disso, reflete:

Jeremy Rifkin, economista e crítico social norte-americano, chega mesmo a vislumbrar uma "era pós-mercado", com o desenvolvimento de um terceiro setor como âmbito social autônomo (...). Rifkin (...) espera gerar inúmeros "empregos remunerados", dentro do próprio setor cooperativo. (...) porém, o terceiro setor é visto como o irmão caçula do mercado, pois as fontes de "financiamento" são necessariamente as migalhas de caridade deixadas pela produção que visa ao lucro (KURZ, 1995).

Apesar da teoria do *custo zero* de Rifkin manter o paradigma da reprodução social circunscrito à *forma-valor* e, conseqüentemente, ao seu fetichismo (pelo menos na fase de transição entre paradigmas), o recurso ao terceiro setor como uma alternativa política, mesmo diante de suas fragilidades (são elas pouco alcance, problemas de gestão, denúncias de corrupção nas suas relações com o Estado e com o mercado) pode trazer esperanças. É o que afirma Kurz (1995):

À medida que o mercado eleva seu próprio padrão de rentabilidade, o número de escritórios vazios cresce em todo o mundo, os meios de produção são desativados em proporções assustadoras e os grandes latifúndios permanecem improdutivos. Tais recursos não são doados às ONGs nem a organizações sem fins lucrativos, mas ficam sob custódia de uma propriedade abstrata, seja ela pública ou privada, sem receber o tratamento adequado. Razões como essas nos levam a concluir que o terceiro setor será um fator político de peso. Ou melhor, um fator antipolítico ou pós-político, pois as novas iniciativas não se deixam

---

⁹¹ Os exemplos dados por Rifkin são semelhantes aos apresentados por Kurz: as ONG's como as *Travaux d'Utilité Collective*, na França, as *Jichikai* (comunidades de ajuda mútua), no Japão, as *Organizaciones Económicas Populares*, no Chile, ou as juntas de *vecinos* em outros países da América Latina (KURZ, 1995).

rotular de acordo com as velhas categorias da política moderna. Uma tal tendência ainda é pouco aparente, pois, apesar de algumas exceções, os politiqueiros, os arrivistas e os terroristas de Estado recebem mais atenção na mídia do que os grandes movimentos do terceiro setor. Isso também é resultado, em parte, da timidez desses grupos, da ausência de um discurso social mais mordaz. Até agora, seus próprios integrantes não se reconheceram como uma força histórica inovadora.

Também denominada *economia solidária* ou *consumo colaborativo*⁹², alguns tipos de iniciativas se apresentam como medidas alternativas de troca de bens e serviços, sem a mediação do dinheiro ou da *forma-valor*, facilitadas pela interação da Internet e muitas se assemelham as propostas apresentadas por Rifkin.

A práxis do chamado terceiro setor se relaciona e se assemelha como o sistema autogestionário que determina a política e o ativismo no cenário da Internet hoje. Além disso, com veremos adiante, as lutas emancipadoras que se alicerçam nas ferramentas políticas de comunicação também se relacionam com o modelo de compartilhamento e criação dos *commons*, no modo de troca da *economia da dívida high tech* e no *cibercomunismo*, que já aludimos.

4.2 Ciberdemocracia: o paradigma cívico-liberal

Nos anos 1990, com a expansão da Internet e sua incorporação nos espaços sociais, inicia-se um processo de interpretação dos papéis desempenhados pelas ferramentas políticas de conexão. Estas pesquisas pioneiras sobre o tema fizeram parte de um contexto histórico particular, a saber, a efetivação das premissas do neoliberalismo econômico e da globalização.

Neste cenário, surgem os chamados *internet studies* que também são designados por: *pesquisa de Internet, TIC e da sociedade; informática social; informática e sociedade; nova pesquisa de mídia; teoria da sociedade de informação; estudos sobre sociedade da informação; pesquisa na web*, entre outros. Qualquer que seja a denominação escolhida, observa-se que as pesquisas que versam sobre a Internet como novo meio de comunicação, assim como as pesquisas sobre *mass media* realizados durante todo o século XX, podem ser agrupadas em duas tendências principais que se opõe: a *pesquisa administrativa* e a *teoria crítica*.

As *pesquisas administrativas* no campo da Comunicação, em geral de origem anglófona, prevaleceram vigentes até o final dos anos 60⁹³, principalmente nos

---

⁹² As principais experiências encontradas no Brasil: o Bliive - <http://bliive.com>, o TimeRepublik - <http://timerepublik.com> e o Toma Lá Dá Cá - <http://www.tomaladaca.com.br>.

⁹³ Autores da *mass communication research*: Lasswell, Lazarsfeld e Merton.

Estados Unidos. Denominada também *mass communicattion research*, este modelo de pesquisa tem diferentes características que muitas vezes se sobrepõe na composição da forma de abordagem do fenômeno comunicacional, porém quatro características lhe dão certa unidade:

a) a orientação empirista, tendente a enfoques quantitativos; b) a orientação pragmática, mais política do que científica (voltada para demandas do Estado e por ele instrumentalizada); c) a ênfase na comunicação midiática como objeto de estudo e d) a inspiração em modelos matemáticos, funcionalistas e automatistas (HOHFELDT, 2001, p. 120-130).

Já a *teoria crítica*, de origem predominantemente europeia, se desenvolveu a partir dos estudos sobre produção cultural, racionalidade instrumental e expansão do sistema capitalista realizados por Theodor Adorno e Max Horkheimer em seu contato a cultura norte-americana. Um dos primeiros textos da *teoria crítica* na Comunicação é a obra *Dialética do Esclarecimento* de 1947. Aqui se apresenta o conceito de *indústria cultural*, já anteriormente discutido:

[...] paralelo ao desenvolvimento da pesquisa norte-americana, outras correntes de pensamento surgiram também na Europa, com fundamentos e perspectivas completamente distintas da *communicattion research*. Entre elas, destaca-se a Escola de Frankfurt, tradição de pesquisa iniciada nas primeiras décadas do século XX, fundamentalmente a partir da elaboração crítica de pensadores como Theodor W. Adorno; Walter Benjamin; Herbert Marcuse e Max Horkheimer (BOTELHO, R. 2004).

No campo da Comunicação, a *teoria crítica* pressupõe uma metodologia de pesquisa que consegue ser ao mesmo tempo cientificamente orientada, mas que funcione como elemento de práxis política. Como afirma Ronaldo Botelho (2004), “em linhas gerais, era a de fundir o comportamento crítico com a proposta política, de modo a superar a crise da razão”.

Christian Fuchs (2012) ressalta a herança marxiana de uma práxis emancipadora na *teoria crítica* comunicacional dos pensadores de Frankfurt, pois “se alguém quiser estudar criticamente comunicação e utilizar a pesquisa para a mudança social, então a obra de Marx fornece elementos essenciais”⁹⁴ (p.129, tradução nossa). É o que também afirma Deepa Kumar ao tratar da atualidade do pensamento de Marx para as pesquisas em Comunicação.

O materialismo dialético, método de análise desenvolvido por Marx e Engels, é mais relevante para o conhecimento nos estudos de mídia e cultura hoje por pelo menos duas razões: a crise do neoliberalismo e o colapso do stalinismo (KUMAR, 2009, p. 154).

---

⁹⁴ O legado de Marx para as pesquisas da *teoria crítica* no campo da Comunicação são amplamente discutidos em alguns textos recentes. Cf. WAYNE, 2003.

Como modelo teórico, a *pesquisa administrativa* vai enfraquecendo e mitigando gradativamente sua área de influência. Isso ocorreu devido ao fato de que as abordagens previam o processo comunicacional de modo mecânico e pouco complexo e, por isso, eram insuficientes para pensar a nova realidade social em face da expansão da influência dos meios de comunicação nas sociedades pelo mundo, em frontal oposição aos pressupostos sócio-políticos da *teoria crítica*: “(...) a partir dos anos 70 a *pesquisa administrativa* em comunicação começa a assumir contornos mais complexos e interdisciplinares, inclusive por influências da própria teoria crítica” (BOTELHO, R. 2004).

Apesar da expansão da *teoria crítica* nos estudos sobre mídia durante o século XX (influenciando o viés de pesquisa dos Estudos Culturais, da Semiótica, do Pós-estruturalismo, da Economia Política da Comunicação e da *Critical Communication Studies*), surpreendentemente, foram os métodos de análise da *pesquisa administrativa*, um modelo teórico já em ocaso pelo mundo, que prevaleceu nos primeiros estudos sobre Internet nos anos 1990, principalmente nos Estados Unidos. É o que podemos observar a seguir:

[...] a pesquisa administrativa ainda tem bastante penetração nos círculos de estudos sobre mídia nos Estados Unidos, daí a importância da retomada das leituras da obra de Marx para o enfrentamento destas teorias que são aliadas aos projetos políticos e culturais de conglomerados de mídia em franca expansão pelo mundo, ensejados pelas novas tecnologias da comunicação (BEZERRA, 2009, p. 153).

Isto significa dizer a prevalência da *pesquisa administrativa* nos estudos sobre Internet resultou no fato de que estas primeiras investigações sobre o meio de comunicação em expansão foram marcadas por alguns fatores principais: o primeiro deles é que houve a aplicação do método empirista, de natureza quantitativa; o segundo fator, foi a forte orientação mercadológica e estatal na condução das pesquisas; o terceiro fator é o viés pragmático que orientou o processo de produção de resultados; o último fator que influenciou tais pesquisas, foi o uso sistemático de modelos matemáticos de investigação.

Para que possamos compreender como as primeiras pesquisas sobre Internet foram afetadas por estes métodos de abordagem, recorreremos à historiografia dos estudos sobre Internet proposta por Wellman (2011). De acordo com, o autor podemos dividir em três momentos distintos o processo de desenvolvimento dos estudos de Internet.

A *primeira era dos internet studies* se revelou com uma fase de intenso entusiasmo com as novas tecnologias de conexão. As análises eram quase sempre

opinativas e a pesquisa empírica escassa. Neste momento, os autores assumiam uma perspectiva a-histórica ao desligar as potencialidades das tecnologias emergentes de seu contexto de criação e da sociedade em que surgiram. Com isso, as análises ou eram utópicas (os prometeicos) ou distópicas (os fáusticos)⁹⁵, pois as descobertas da informática teriam o condão de transformar para melhor ou pior a realidade social o globo.

As análises foram muitas vezes utópicas: exaltar a Internet como igualitária e global, e ignorando como diferenças de poder e status poderiam afetar as interações *on* e *offline*. Os distópicos também tinham algo a dizer: preocupar-se de que "enquanto tudo isso Razzle-Dazzle nos conecta eletronicamente, nos desconecta uns dos outros, ter 'interface' mais com computadores e telas de TV do que olhar na cara dos nossos companheiros seres humanos" (WELLMAN, 1995, p.12, tradução nossa).

A *segunda era dos estudos da Internet* se inicia em 1998 como um retorno das investigações baseadas no trabalho empírico. Utopias e distopias começam a arrefecer, mas a força econômica do novo meio vai influenciar decisivamente o processo de produção de conhecimento científico sobre impactos sociais da rede.

A segunda idade de estudos Internet foi dedicada a documentar essa proliferação de usuários da Internet e usos. Foi com base em pesquisas de grande escala, originalmente feito por empresas orientadas para marketing (e com alguma tendência para exagerar sua utilização), mas cada vez mais feito pelos governos, acadêmicos e empresas a longo prazo (WELLMAN, 2011, p. 19-20, tradução nossa).

Para Wellman, as duas fases iniciais mantêm o aspecto de euforia da “descoberta” da rede: a primeira fase, até 1998, com os pesquisadores entusiasmados com as possibilidades das tecnologias que estavam sendo disponibilizadas; e a segunda, pós-1998, quando a Internet foi vislumbrada como veículo de produção de mercadorias e serviços altamente lucrativos.

No atual estágio, a chamada *terceira era*, os estudos centram-se em conceber a Internet em seu caráter de “utilidade para as massas”. Com as novas tecnologias de comunicação incorporadas à vida cotidiana, graças à expansão do acesso e à migração pra outras plataformas, como celulares e *tablets*, a Internet deixa ser considerada como um advento proeminente e passa ser vista como parte

---

⁹⁵ Rüdger analisando o que denomina como pensamento tecnológico retoma Maritns (1996) que divide os pensadores da técnica em prometeicos, de um lado, e fáusticos, de outro. Em analogia à tradição mitológica do Ocidente, os prometeicos seriam aqueles que compreenderiam a tecnologia por uma perspectiva otimista, como panacéia para problemas sociais do mundo (inclui autores como Toffler, Nora, Negroponte, Kherckhove, Deleuze, Guatarri, entre outros). E já o fáusticos, seriam os autores que veriam as tecnologias como parte de uma catástrofe social eminente (Ellul, Anders, Postman, etc) (RÜDGER, 2007, p. 14-21).

importante da socialização humana. Neste momento, segundo Wellman, os estudos visam compreender a Internet de modo mais nuançado e sofisticado, interpretação mais condizente com a complexidade de fatores que nela se apresentam.

Esta mesma realidade detectada nos estudos voltados à investigar a Internet como fenômeno comunicacional pode ser também transposta para o universo das pesquisas que relacionam Internet e Política. É o que se conclui pelos resultados discutidos por Chadwick e Howard (2009) em *Routledge Handbook of Internet Politics*. Neste texto Chadwick e Howard apresentam um estudo que investiga, entre os anos de 1995 a 2006, por meio método booleano simples,⁹⁶ a presença de termos relacionados com Internet e Política⁹⁷ em títulos, resumos ou palavras-chave de indexação num dos mais importantes banco de dados de artigos acadêmicos da web pelo mundo: o *ISI web of science index*.

Os resultados obtidos apontam o crescimento das pesquisas nesta temática que inclusive superaram a publicação de artigos científicos que pensavam a Política nos meios de comunicação de massa já consolidados, como vemos no gráfico.

Gráfico 1- Artigos acadêmicos em inglês sobre Comunicação e Política, entre 1995- 2006

Legenda: TS = (Internet OR web) AND TS = (politic* OR govern*); TS = (television OR newspaper* OR radio) AND TS = (politic* OR govern*); TS = (television) AND TS = (politic* OR govern*) in ISI Web of Science scholarly article database 1995–2006.

Apesar da importância destes dados levantados, como admitem seus autores, os resultados não abrangem todo o universo da produção científica, como livros,

⁹⁶ A lógica booleana, em referência ao matemático do século XIX George Boole, é uma formulação algébrica onde os valores de busca são reduzidos a “verdadeiro” ou “falso”. Este método de pesquisa foi incorporado pelos motores de busca na Internet (como Google) para conseguir organizar a massa de dados disponíveis na rede. Os termos são como filtros que se tornam instrumentos para localização de informações na base de dados da Internet.

⁹⁷ Os termos pesquisados foram: Internet (e/ou Web) e política (e/ou governo). Para efeitos de comparação, os termos que relacionam Política e Meios de Comunicação de massa também foram pesquisados, como: televisão (e/ou jornais, e/ou rádio) e política (e/ou governo). Além disso, as palavras foram pesquisadas por sua raiz etimológica e a busca também relacionou os termos: político, política, governar, governo, governança, entre outras.

capítulos de livros, relatórios, *papers* e apresentações de conferências (CHADWICK; HOWARD, 2009, p. 01, tradução nossa).

Se levarmos em conta a periodização proposta por Wellman, é na segunda fase dos *internet studies* (principalmente pós-1998) que emergem os estudos principais sobre as relações entre Internet e Política. Nesta etapa, sem dúvida, registra-se o aparecimento das pesquisas desta temática e seu exponencial crescimento.

Apesar disso,

[...] muitos comentaristas ficaram intrigados com a capacidade do novo meio para auto-expressão e seu potencial para interferir nas relações sociais, políticas e econômicas, mas havia um palpável "vamos esperar para ver" no discurso acadêmico de meados dos anos 1990. Alguns estudiosos descartaram este domínio de investigação, aparentemente sem efeito sobre as evidências tradicionais da ciência política, como gastos de campanha, o número de eleitores e formação de opinião pública (CHADWICK; HOWARD, 2009, p. 03, tradução nossa).

Nesta etapa, a Internet como ferramenta comunicativa para a política ainda fora interpretada no universo acadêmico como uma variante de pouco impacto sobre o cenário político-eleitoral. O que se observa da produção científica do período é que a política praticada na rede era "*politics as usual*", para usar a expressão americana.

Isso significa dizer que os estudos acadêmicos mais relevantes sobre Política e Internet da última década do século XX, em sua maioria partiram de um modo particular de compreender o que é a política, práxis e de sua natureza no contexto socioeconômico, influenciando de maneira decisiva a elaboração teórico-científica destes anos.

De fato, há mais de quinze anos se investigam estas ferramentas (fóruns, listas de discussão, principalmente) e iniciativas (sistemas de fóruns eletrônicos baseados na internet para deliberação pública sobre problemas locais e nacionais, por exemplo) dedicadas à discussão política *online* para se verificar se e até que ponto nelas se cumprem os requisitos fundamentais, seja da esfera pública, seja de uma deliberação normativamente fundada (GOMES, 2011, p. 22).

As abordagens promovidas nas investigações sobre Internet durante a década de 1990, já aludidas, permitem-nos afirmar que sempre houve uma orientação político-teórica no processo de condução das pesquisas. Isto significa pensarmos que o próprio sentido de política, que vai impactar na maneira de compreender o uso político da Internet, norteou substancialmente o procedimento de análise e de entendimento do novo meio em expansão.

Neste sentido, convém afirmarmos que foi o paradigma político cívico-liberal que sempre prevaleceu nestas abordagens. Desta forma, nestes estudos a política foi tomada de um modo bastante institucionalizado e pelo ponto de vista estrito da cidadania democrática-eleitoral.

Assim, observa-se que o “velho” paradigma sócio-político liberal foi o principal modo de orientação para compreender um fenômeno inteiramente “novo e original”, qual seja, a relação Internet-Política. Esta contradição encontramos na reflexão proposta por Mossberger e McDonald (2008):

[...] o engajamento cívico está no coração da virtude republicana, pois oferece as bases para a participação política de longo prazo. Há debates importantes sobre os efeitos da Internet sobre engajamento cívico e "capital social", ou a capacidade de participar como membro da comunidade política maior. Muitos destas controvérsias se baseiam nas descobertas preliminares, durante uma fase precoce do desenvolvimento da Internet (p. 47-48, tradução nossa).

A isso se soma o fato de que a Internet era compreendida somente como mais um meio de comunicação de massa, o que justificaria a afirmação de que esta é um meio eminentemente republicano:

[...] historicamente, a inovação em tecnologia de telecomunicações gerou especulações sobre como isso afetaria a participação democrática. Os valores do republicanismo cívico têm há muito colorido os debates sobre o mérito público das tecnologias que promovam novas formas de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. Estamos numa tal encruzilhada com a Internet (MOSSBERGER; MCDONALD, 2008, p. 69, tradução nossa).

Alguns autores influenciados por esta perspectiva, principalmente, nas pesquisas promovidas nos Estados Unidos, destacaram a importância da Internet como instrumento de reforço do republicanismo e do liberalismo americano.

Mais recentes propostas para a democracia participativa ou "forte" que mesclam os valores republicanos de virtude cívica com normas liberais defendem a igualdade política (Barber (1984); Bowler, Donovan e Tolbert (1998). Para se estender essa tecnologia da informação para reforçar a capacidade de informação e mobilizar participações cívicas pode-se defender as tradições republicanas de cidadania (MOSSBERGER; MCDONALD, 2008, p. 06, tradução nossa).

Tais estudos, ainda que modo preliminar e com os poucos recursos tecnológicos de investigação de audiência da Internet disponíveis, chegaram a afirmar, por meio de estatísticas de acesso, as inclinações políticas majoritárias dos indivíduos ainda nos anos 1990. Com base nestes resultados, Shenk chegou a afirmar que “o ciberespaço é republicano” (1997, p.174, tradução nossa).

As leituras republicanas e liberais presentes nestes *internet studies* determinaram que os usos políticos da rede fossem compreendidos somente pelo viés institucional, já que o engajamento cívico dos usuários significava que a participação era restrita ao limite daquilo que as instituições governamentais conferiam de abertura.

Justamente esta forma de abordagem, que como vimos é herdeira das proposições dos anos 1930 da *pesquisa administrativa*, fortemente enraizada no liberalismo econômico norte-americano, vai desembocar numa perspectiva de análise que pressupõe o sistema democrático representativo como a “única” forma de política a ser exercida pela Internet.

Baseado nesta premissa, os *internet studies* desenvolveram o conceito de ciberdemocracia, como o corolário deste republicanismo cívico e do que, acreditava-se, ser o nascimento de uma cidadania digital. Como vimos, em grande parte destas primeiras pesquisas, a forma de política praticada na rede mundial de computadores foi compreendida de modo institucionalizado, formalista e fortemente estruturado nas determinações de Estados e Mercados.

Em decorrência disto, uma terminologia bastante imprecisa começou a ser formulada nestes estudos. Termos como *democracia virtual* (SNIDER, 1994; HACKER; VAN DIJK, 2000), *democracia digital* (FINEMAN apud HAGGEN, 1995), *democracia plug and play* (GOMES, 2009), *ciberdemocracia*, entre outros, aparecem como as tentativas dos *internet studies* para fornecer uma resposta que desse conta desta “nova política”, em face das tecnologias da comunicação e informação em expansão.

Para além destes significados iniciais, é preciso enfatizar o que estas definições parecem guardar de caráter comum: todas sustentam que houve uma mudança no sentido da política (eleitoral) com o surgimento da rede.

Antes de discutirmos estes conceitos, destacamos que durante fins do século XX, cientistas políticos e pensadores sociais têm apontado fundamentais transformações na participação democrática pelo globo, que indicam um enfraquecimento do modelo de democracia representativa. Como perceberam alguns autores (DALTON, 2004; PUTNAM, 2000; BEST; KRUEGER, 2005; MARQUES, 2008), houve uma redução do grau de interesse em temas relacionados à política partidária, de comparecimento nos pleitos eleitorais e mesmo de confiança no sistema democrático.

Se muitas causas podem ser apontadas como determinantes neste estado de coisas, o que de fato pode-se com certeza afirmar é que a democracia representativa tem vivido uma forte crise de legitimidade.

Nos últimos [anos] o regime democrático liberal está vivendo uma profunda crise de legitimidade e consenso popular. Apesar do grande sucesso que o regime democrático liberal ainda obtém entre as instituições e os partidos políticos, percebe-se uma preocupante desafeição por parte do cidadão comum, diminuindo sensivelmente o número de votantes e as filiações partidárias, espalhando-se um sentimento de desconfiança pela classe política na sua totalidade, independentemente da posição ideológica defendida. O bem-estar do capital se tornou a principal referência das democracias contemporâneas, que, descumprindo todas as promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, legitimaram o dismantelamento das conquistas sociais, a reconfiguração dos direitos trabalhistas, a privatização do bem público e a “publicização” do bem privado (GIACOBBO SCAVO; BEZERRA, 2014).

Diante deste contexto, a Internet passou a significar, como acreditavam os pensadores liberais, uma esperança de melhoria dos processos democráticos e sua defesa perante o descrédito que sofreu nas últimas décadas pelo mundo (JENNINGS; ZEITNER, 2003; OWEN; VIDERAS; WILLEMSSEN, 2008).

Este entusiasmo democrata com novos meios de comunicação não é manifestação recente. Em meados do século XX, com a expansão da televisão, surgiu a terminologia *democracia eletrônica*, que “é um conceito com uma história relativamente longa. Tem sido uma característica central das utopias tecnológicas propostas por acadêmicos, políticos e ativistas desde a década de 1960” (TSAGAROUSIANOU, 1998, p. 01, tradução nossa).

Neste sentido, a anteriormente denominada *e-democracia* ou *democracia eletrônica*, (a partir da junção das palavras eletrônica e democracia), passou a também ser usada para pensar a Internet e a prática política de governos e instituições. Sua genealogia, portanto, remonta o desenvolvimento das mídias eletrônicas do século XX, principalmente da televisão, e com ela a esperança de que os meios de comunicação pudesse contribuir decisivamente na manutenção das democracias liberais.

Se a designação *e-democracia* coloca a Internet em igualdade com outros meios de comunicação, a terminologia ciberdemocracia (OGDEN, 1994; POSTER, 1995) pretende justamente discutir a prática política especificamente no cenário da rede mundial de computadores e das novas tecnologias de conexão. O advento da computação em rede ampliou sobremaneira as proposições da *e-democracia*, oferecendo novos canais de acesso à informação política local e permitindo uma maior participação na tomada de decisões, como a criação das cidades digitais, como veremos adiante.

É preciso esclarecer que a ciberdemocracia significa o uso de tecnologias e estratégias de informação e comunicação pelos diversos atores sociais (sejam governos, políticos eleitos, meios de comunicação ou organizações políticas, movimentos sociais, cidadãos e eleitores) nos processos políticos e de governança das nações e das comunidades locais.

Para Levy, os primeiros passos da ciberdemocracia são resultado do desenvolvimento no ciberespaço de práticas políticas novas, com fulcro nas comunidades locais em rede. Mais do que a sujeição das populações, o estilo proveniente da *democracia eletrônica* reforça a capacidade de ação administrativa dos cidadãos, pois “as novas *ágoras on line* permitem que novos modos de informação e deliberação política venham à luz” (LEVY, 2005, p. 367). É o que também enfatiza Lopes e Freire: “a ciberdemocracia encontra-se, no maior acesso à informação governamental e a interação entre o Estado e sociedade civil, através dos meios eletrônicos” (2010).

Além disso, a interação possibilitada no paradigma da ciberdemocracia pode ser de três formas: no primeiro modo, como prestação de informação unidirecional, comandada pelos governos e instituições; no segundo tipo, uma relação de mão dupla, onde os cidadãos têm a oportunidade de dar *feedback* sobre as questões; e, finalmente, com uma relação de parceria em que cidadãos ativamente engajados na formulação de políticas⁹⁸.

Apesar disso, a efetividade das metas da ciberdemocracia passa pela ideia de que os cidadãos não só contribuem para o governo com críticas ou sugestões, mas que, coletivamente, podem atuar diretamente para melhoria de suas próprias comunidades locais, sem necessariamente haver intermediação do Estado. Assim, na ciberdemocracia, toda a ação cívica é concebida como participação mediada pelas instituições estatais, e não como uma construção conselhistas, direta e livre de propostas para os problemas enfrentados localmente, com recurso as facilidades que a Internet pode oferecer.

Com isso, observa-se que a aplicabilidade das metas propostas no debate sobre a ciberdemocracia requer um forte interesse governamental em fornecer ou facilitar os fóruns de debate público e demais projetos, muito mais do que tecnologias de acesso ou mesmo do desejo popular em participar. Assim, é a chamada “vontade política” que tem o condão de conduzir a participação cidadã nas formulações ciberdemocráticas, cabendo, pois, aos governos disponibilizar ou

---

⁹⁸ Classificação da *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD).

não este diálogo, o que, muitas vezes, depende de fatores políticos-econômicos sempre externos às tecnologias e suas possibilidades.

Diversos limites técnicos certamente foram ultrapassados, mas a disponibilização e o efetivo emprego das tecnologias no processo decisório ainda depende fundamentalmente do poder estatal.

A “ciberdemocracia” poderia ser experimentada e outras formas de participação e mecanismos representativos poderiam ser propostos. Atualmente é muito fácil organizar consultas rápidas à população sobre temas de interesse imediato e que requeiram um pronunciamento de relativa urgência. Plebiscitos e referendos não teriam porque serem casos excepcionais na vida social e política. Ao menos tecnologicamente já não há mais desculpas (CRUZ, 2009, p. 13).

Para Haggen (1997), duas variantes da ciberdemocracia têm sido desenvolvidas: a primeira delas, certamente mais conservadora e liberal, salienta a importância do mercado livre e do sistema capitalista para ampliação da democracia; e a segunda, mais libertária, salienta a importância da valorização dos anseios comunitários. Assim sendo, conforme constata-se, também estão presentes, nas discussões sobre as potencialidades políticas da ciberdemocracia, os mesmos paradigmas que orientaram os *internet studies* e, por fim, a mesma dicotomia de toda a história da rede: a *ideologia californiana* (a vertente mercadológica, liberal e conservadora) e o *cibercomunismo* (a vertente mais comunitária, anti-estatal e libertária).

É preciso destacar que três tendências políticas ainda podem ser identificadas nos estudos sobre Internet e Política: o individualismo liberal, quando a Internet propicia práticas políticas que corroboram para a expressão de interesses individuais; o comunitarismo, onde a rede auxilia na construção de modelos democráticos calcados em valores coletivistas; e a democracia deliberativa, “um modelo democrático é legitimado por sua facilitação do discurso racional na esfera pública. [Pois] todas as três posições podem ser identificadas dentro da prática e retórica na democracia-internet” (DAHLBERG, 2001, p. 158, tradução nossa).

Além disso, os diversos aspectos dos modelos de ciberdemocracia também podem variar de acordo com o tipo de regime político vivenciados nos países. Isto significa dizer que uma única plataforma de interação em rede pode comportar diferentes pontos de vista políticos. É o que afirma Kaczmarczyk (2010, p.1400, tradução nossa) no esquema a seguir:

Tabela 3- Os principais aspectos dos modelos de *e-democracia*

	Democracia Fina	Democracia Forte	Democracia Breve
Objetivo	Eficiência escolha	Consenso	Poder do povo
Solo de legitimidade	Prestação de contas	Debate público	Princípio da maioria
Papel do cidadão	Consumidor	Formador de opinião	Tomador de decisão
Mandato de eleição	Aberto e interativo	Ligado nas tecnologias de comunicação e uso focado destas	Informação e Discussão

Na prática, na maioria dos países, os modelos de ciberdemocracia não alcançaram os resultados esperados, principalmente em termos de democratização das decisões e abertura participativa, evidenciando que a realidade sempre esteve aquém das previsões futuristas sobre Internet.

O que se observa é que as noções de ciberdemocracia referem-se aos paradigmas de pensamento político liberal-republicano, que aqui denominamos de paradigma cívico-liberal, uma vez que o sentido político da utilização das tecnologias como espaço de deliberação é pensado tendo com referência ao sistema republicano. Ou seja, o uso das tecnologias da informação e das tecnologias nos processos políticos e de governança passam a significar um complemento tecnológico da República, um meio novo de tomada de decisões democráticas ou um instrumento de fortalecimento da democracia representativa, o que, como veremos, não esgota as formas, usos e interpretações da relação entre Política e Internet.

Apesar da existência de um enfoque comunitário, este modo conservador de interpretação prevaleceu nos estudos anglosaxônicos sobre Internet, situando o horizonte da práxis política dentro dos limites da participação democrática moldada pelo Estado. É o que observa Bigliuzzi (2008):

[...] o que nos interessa no que concerne à ciberdemocracia é o fortalecimento da relação entre o Estado e o Cidadão, visto que o princípio basilar da ciberdemocracia está na possibilidade de ampliar, significativamente, a participação popular efetiva nas decisões governamentais.

A proposta contida no conceito de ciberdemocracia tem como característica fundamental formular a questão do uso político da Internet sempre do ponto de vista do engajamento cívico. Estas reflexões limitam a mensuração do uso político da rede à esfera do consumo de serviços prestados por instituições governamentais, mitigando a importância da ação direta, antipoder e muitas vezes, anticapitalista, como veremos adiante.

Deste modo, ao situar à Internet nos cânones das postulações do paradigma cívico-liberal, consubstanciada no conceito de ciberdemocracia, perde-se de vista os indicadores que têm apontado para uma utilização mais ampla, ativa e direta das ferramentas políticas disponibilizadas pela rede. Diferentemente das previsões dos pensadores da ciberdemocracia, a comunicação móvel promovida por celulares, os aplicativos e as redes sociais têm permitido a construção de um tipo de ativismo não-institucionalizado e muito mais contestador do que esperava as primeiras teorias da Internet, fator decisivo para a criação de uma *esfera pública oposicional* como vimos.

Os eventos ciberativistas ocorridos no mundo nos últimos anos, que abordaremos na sequência, demonstrou que a articulação política de coletivos e movimentos sociais não tem permanecido restrita ao horizonte da participação eleitoral, produzindo um debate intenso para formulação de projetos de democracia direta, anticapitalista e de construção de outros modelos de sociedade.

O paradigma cívico-liberal de interpretação das potencialidades políticas da Internet sustentava cânones científicos e uma visão política muito específica que conduziu a análise para uma compreensão sempre institucionalizada da rede, sem que pudesse vislumbrar que na práxis política da Internet sempre estiveram presentes elementos de crítica ao capitalismo, ao Estado e as suas relações, como evocam insistentemente as vozes, cartazes, *posts* e mensagens divulgadas nos protestos internacionais dos últimos anos.

4.3 Ciberdemocracia: a *sociedade em rede* e os limites da *cidadania digital*

Na presente etapa deste estudo, vamos discutir os limites do conceito de ciberdemocracia, evidenciando como mesmo as iniciativas ciberdemocráticas mais comunitaristas e consultivas (a saber, as redes cívicas, os projetos de *e-governo* e o uso da Internet nas campanhas eleitorais) ainda mantém um forte viés institucional e, por isso, fadadas a serem experiências de práxis pouco revolucionárias, no sentido de ruptura com ditames do Estado e do mercado.

As primeiras experiências de ciberdemocracia datam dos últimos anos da década de 1980 ao final de 1990 com o uso sistemático das recém criadas tecnologias de conexão pelas comunidades locais de algumas cidades americanas. Ligadas aos municípios, instituições e departamentos regionais, estes grupos de cidadãos perceberam que as primeiras ferramentas de interação da Internet eram oportunidades ímpares para promover um diálogo mais aberto e direto sobre os problemas pontuais do cotidiano da vida em suas cidades e que podiam representar também um meio de participar da deliberação de soluções. Estas iniciativas ficaram conhecidas como *redes cívicas*.

Torna-se, assim, um desafio teórico e metodológico apreender o modo pelo qual as organizações cívicas fazem *redes cívicas*, apesar de serem consideradas pré-políticas do ponto de vista institucional, podem resignificar a própria experiência e revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos. Através da internet, esses atores podem agir como ativos interlocutores para tematizar problemas de forma publicamente convincente (...). Contudo, isso não é insignificante, já que o associativismo produz determinados efeitos democráticos que repercutem no desenvolvimento dos próprios cidadãos e no âmbito da política institucional-formal (MAIA, 2008, p. 111 e 112).

A partir da criação destas redes de interação novos horizontes se descortinam sobre o futuro do emprego político da Internet. As *redes cívicas* abriram caminho para que, anos mais tarde, a Internet fosse instrumento importante para combate de decisões estatais contrárias ao interesse público ou mesmo para a derrubada de regimes ditatoriais, como veremos na sequência.

Uma rede cívica é um ambiente telemático para promover comunicação, cooperação, troca de recursos e de conhecimento, e distribuição de serviços entre o cidadão individual (ou associado) e a comunidade local. É também uma maneira eficaz de levar a comunidade local ao diálogo, e interagir com o resto do mundo pela rede. Os elementos-chave de uma rede cívica animada e ativa, em nossa concepção, são: o conteúdo, fornecido pelos membros/parceiros; a comunicação de mão dupla e multilateral; o acesso fácil e rápido, garantido a todos; uma “netiqueta”, regras de comportamento comuns a todos; solidariedade e uma sensação de fazer parte; participação na vida democrática (GIUDI, 2000, p. 61, tradução nossa).

O caráter local foi a principal marca destas primeiras formas de ação política de cunho cívico organizada na rede, já que as *redes cívicas* tinham como base a organização da participação nos temas de interesse das comunidades que lhes abrigavam. Mesmo que organizadas espontaneamente em diversos países europeus durante toda a década de 1990, foi nos Estados Unidos que estas redes

de interação comunitária foram mais frequentes, com maiores impactos sobre a cultura política da Internet.

Neste sentido, esta modalidade de utilização política da Internet, comunitarista e pautada em interesses comuns, é legatária do modelo de associativismo, próprio da cultura americana⁹⁹. Este modelo de associação tem como características o fato de ser horizontalizado, local, auto-organizado, focado na vida cotidiana e com relativa autonomia política. Estas características que compõem o modelo associativista de grupos estarão presentes no formato das *redes cívicas* (MAIA, 2008).

O movimento das *redes cívicas* mantinha como propósitos principais, segundo Tsagarousianou (1998): a) garantir eficiência e facilidade de acesso às informações, pois as novas mídias permitiram que houvesse um aumento em termos de escala e de velocidade no fornecimento de informações aos cidadãos; b) utilizar as novas tecnologias como indicativos para medir as preferências dos cidadãos nas democracias representativas, ampliando a participação política com acesso à informação, reflexão, debate e votação, bem como facilitariam a resolução das crises de participação política nas democracias liberais, como alienação do cidadão, abstenção e apatia; c) transformar as condições para a ação política coletiva, por meio da criação de novas possibilidades de organização de grupos de discussão de temáticas específicas, reduzindo os custos de comunicação e de publicação; d) desenvolver formas de participação política livres de outras coerções externas, gerando uma comunicação mais horizontalizada; e) permitir a contestação de conteúdo noticioso, uma vez que a veiculação de informações por diversos meios geraria uma recepção menos passiva de informação; f) remover os mediadores na comunicação política (jornalistas, representantes parlamentares, partidos), num processo comunicacional mais direto, menos permissivo à censura política ou ao sigilo; g) conseguir eficiência na prestação de serviços públicos, pois as novas tecnologias ofereceriam a possibilidade de adaptar os serviços às necessidades dos cidadãos, usando recursos como o voto, referendos e as formas de avaliação de desempenho público.

Pode-se detectar três influências principais que convergem para a composição destas redes locais de ação política baseadas nas comunidades com operação na Internet: a primeira, os movimentos locais anteriores à Internet; a

---

⁹⁹ Tocqueville foi um dos primeiros a ainda no século XIX identificar a natureza política do associativismo americano. Para o autor francês a cultura americana tem um modelo de associações diferente daqueles presentes nas sociedades aristocráticas. Cf. TOCQUEVILLE, 2004. O pensamento sociológico tocquevilliano foi a base para os estudos sobre o caráter associativista presente nas primeiras formas de participação consideradas ciberdemocráticas.

segunda, o movimento *hacker* em suas proposições políticas; e terceira, as *digital cities* ou com as ações de governos municipais que visavam criar canais de participação dos cidadãos.

A primeira influência das *redes cívicas* vem dos movimentos locais pré-Internet, que remontam as comunicações populares das décadas 1970 e 1980. Estas experiências de uso comunitário de veículos midiáticos de baixo custo, como publicação de jornais alternativos, quadrinhos, apresentações audiovisuais e rádios comunitárias fortaleceram a organização dos movimentos populares em formato de redes.

A segunda influência provém das contribuições do movimento *hacker* e dos valores últimos desta filosofia: a interação e a troca com base do processo de construção de saberes. Os mecanismos de interação que permitiram a criação das *redes cívicas* são oriundos dos primeiros *softwares* produzidos no cenário cultural *hacker*, que discutimos anteriormente.

A situação que eu descrevo é apenas uma previsão do futuro, mas uma grande parte da infraestrutura necessária atualmente existe. A Net - ou pela Internet, BITNET, FIDONET, outras redes físicas, Usenet, VMSnet e outras redes lógicas e assim por diante - tem crescido rapidamente para cobrir todos os países desenvolvidos no mundo. (...) Os *frameworks* estão sendo redesenhados de baixo para cima. Um novo mundo está se tornando o mais democrático possível. Como um usuário observa, a Net tem "incomensuravelmente melhorado a qualidade de vida". A Net parece abrir um novo sopro de vida para as pessoas. Conexões sociais que nunca antes eram possíveis, ou relativamente difíceis de conseguir, são agora facilitadas pela internet. Geografia e tempo não são mais limites. Limitações sociais e convenções não vão impedir amizades ou parcerias potenciais. Desta forma, *Netizens (net+ citizens)* são reunidos a outros *Netizens*, distantes e próximos, que nunca poderiam ter se conhecido sem a Net (HAUBEN, 1997, p. 03, tradução nossa).

A terceira e última influência são as *digital cities* ou *idades-digitais*. A terminologia *Digital City* ou *Digital Community*¹⁰⁰ é usada para designar um tipo específico de conexão comunitária que combina uma infraestrutura de comunicação com os modelos industriais de serviços, visando atender às necessidades de governos, seus funcionários, cidadãos e empresas.

Com base num formato comunitário de interação com os governos municipais, as *idades digitais* foram desenvolvidas em todo o mundo, permitindo a criação de espaços públicos de interação para cidadãos comuns, principalmente voltados às temáticas urbanas. No ano de 1994, em parceria com operadoras de telecomunicação ou empresas de tecnologias, mais de cem organizações locais na

---

¹⁰⁰ Outros termos correlatos: *Smart Community*, *Information City* e *e-City*.

Europa e outras tantas nos EUA começaram a discussão sobre o formato das *ciudades digitais* e seu papel político.

Os pioneiros dos projetos *cidade digital*, a partir dos princípios básicos dos FreeNets¹⁰¹, ampliaram a ideia inicial e produziram um sistema de conexão com base na metáfora da cidade. Ao garantir o investimento público para subsidiar os projetos, seus criadores formularam uma série de metas, muitas das quais seriam facilmente alcançadas se conseguissem explorar os potenciais embutidos nas tecnologias que estavam em uso à época e se as condições de participação cidadã estivesse presentes¹⁰².

Contudo, estas tecnologias iniciais de interconexão deveriam ser desenvolvidas em processo contínuo de co-participação dos usuários dos sistemas, numa construção coletiva, objetivando tanto a melhoria do sistema, como o desenvolvimento de mecanismos de debate e participação popular. Ou seja, as ferramentas para “edificação” das *ciudades digitais* deveriam ser construídas pelos seus habitantes e não pelos técnicos iniciadores dos projetos. Por esta razão os projetos de *redes cívicas* não previam que os governos locais tivessem exclusividade de criação das ferramentas, confiantes de que os projetos seriam sempre apoiados coletivamente.

Este tipo de civismo cibernético foi decorrente do desenvolvimento de uma série de dispositivos tecnológicos¹⁰³, de mudanças sócio-econômicas e do surgimento de infraestruturas de apoio que podem ser apontados como fatores interdependentes que permitiram, na virada do século passado, a abertura desta janela histórica de participação popular motivada pela expansão da Internet. Estas

---

¹⁰¹ *Freenet* é um projeto originalmente criado por Ian Clarke e tem como objetivo promover a liberdade de expressão através de uma rede P2P para troca de dados que mantenha grande proteção do anonimato.

¹⁰² Os objetivos dos projetos “cidade digital” são: a) iniciar e estimular o debate público entre os cidadãos e entre os cidadãos e o governo local; b) criar uma plataforma para a distribuição de informações do governo local, bem como informações administrativas e públicas; c) auxiliar e apoiar os cidadãos e organizações sociais para que estes além de receber, pudessem também oferecer suas informações eletronicamente e participar em projectos de telemática; d) estimular o debate sobre os direitos dos cidadãos e das suas obrigações na *Eletronic Highway*; e) emitir pareceres sobre o desenvolvimento de serviços de informação da comunidade; f) proporcionar as oportunidades de conexão entre os novos projetos e os fornecedores de informação, a nível nacional e internacional; g) desenvolver instrumentos que permitam aos usuários acesso a todo o tipo de serviços de informação; h) manter e ampliar os contatos com redes comunitárias internacionais (FRANCISSSEN; BRANTS, 1998, p. 23, tradução nossa).

¹⁰³ Podemos apontar como principais tecnologias: a possibilidade de inserção de dados, permitindo que som, texto e imagens sejam transmitidos através de uma única rede, erodindo as fronteiras entre os diferentes tipos de comunicação; as tecnologias de compressão digital, permitindo que maiores quantidades desses dados pudessem ser transmitidos; a introdução de redes de alta capacidade, com e sem fio; o desenvolvimento de tecnologias de comutação avançados, tais como ADSL (*Asymmetric Digital Subscriber Loop*), permitindo que os dados fluíssem em ambas as direções em alta velocidade, com as altas larguras de banda; e a evolução dos protocolos de transmissão de rede, permitindo que novas formas de conteúdo pudessem ser universalmente recebidos por usuários no computador doméstico ou escritório (TSAGAROUSIANOU; TAMBINI, 1998, p. 02, tradução nossa).

condições históricas, que discutimos anteriormente, bem como as tecnologias desenvolvidas, proporcionaram grandes expectativas de ampliação da influência política dos grupos comunitários por meio das *redes cívicas*.

Como esclarece Tsagarousianou (1998), o movimento das *redes cívicas* foi impulsionado por duas forças distintas: a primeira, na busca de uma solução para problemas democráticos; e, segunda, menos comunitária, por aqueles que viam nas redes um meio criação de novos usos e novos mercados para a nova tecnologia.

O enfraquecimento das *redes cívicas* nos anos seguintes pode ter como causa principal a incapacidade de governos locais de gerirem este modelo de interação que instituiu o cidadão como protagonista no processo decisório, como afirma Giudi (2000) ao tratar do caso das *redes cívicas* de Bologna, Itália:

A demanda legítima de atos de comunicação e ações do corpo governamental, de acordo com cronogramas e modalidades não mais regulamentados por normas e abordagens obsoletas e repetitivas, pode ser percebida pelas autoridades locais como uma impotência de cumprir seus deveres administrativos, a ponto de impossibilitar o ajuste e a reestruturação de demandas sociais dentro de uma sequência ordenada e tranquilizadora. Somente as ferramentas tradicionais usadas pelos administradores e políticos são incapazes e demonstram sua ineficiência cultural e prática, aumentando ainda mais a distância entre a sociedade e as autoridades governantes (p. 64, tradução nossa).

Assim, convencionou-se pensar que, diante destas novas tecnologias da informação e da comunicação, toda a forma de participação democrática via mecanismos da rede deveria ser institucionalmente dirigida e coordenada, como é o caso das outras iniciativas ciberdemocráticas que veremos a seguir: as iniciativas do *e-governo* e as ferramentas eleitorais do *e-voto*.

O *e-governo* é um modelo de gestão governamental baseado nas tecnologias de comunicação e informação. Seu objetivo declarado foi o de melhorar a cooperação com a população local e ajudar na determinação de temas-chave que a comunidade queria ver abordados, bem como permitir que cada cidadão tivesse a oportunidade de pronunciar-se diante do governo. Propósitos semelhantes, portanto, àquilo que desejavam os idealizadores das *redes cívicas*.

A *e-governança* ou *e-governo* prevê uma superação da administração pública convencional, que seria substituída por uma nova estrutura de poder, que fosse condizente com a nova necessidade dos cidadãos: a de interagir via tecnologias de conexão com seus representantes eleitos e com os órgãos do poder público estatal.

Envolto inicialmente em muita propaganda institucional, o formato de *e-governo*, que funcionava como um portal governamental que servia para “recolher” demandas populares, críticas e elogios, foi aclamado como o “futuro da participação política” em diversos relatórios e resoluções de instituições políticas de nações e mesmo por organismos internacionais¹⁰⁴.

O *e-governo* previa uma utilização ativa das tecnologias da informação e da comunicação por parte do setor público com oferecimento de serviços *online*:

Os programas da “Sociedade da informação” anunciavam que as informações sobre a administração pública estariam prontamente disponíveis em casa ou no trabalho, e todos seriam capazes de receber um balcão de serviços administrativos, tais como mudança de endereço, registro de família, depósito e pagamento de impostos, entre outros. Os cidadãos deveriam ser capazes de obter o serviço ou informação em questão de minutos ou horas, contra o padrão de hoje de dias ou semanas (KACZMARCZYK, 2010, p.297, tradução nossa).

Apesar dos discursos institucionais e do interesse de organizações políticas mundiais em restringir institucionalmente a participação política popular via Internet, as políticas de *e-governo* apenas revelaram que os estados foram incapazes de promover uma interação fértil entre os cidadãos e os serviços públicos. Um exemplo paradigmático dos poucos avanços registrados na chamada política ciberdemocrática pode ser observado no fracasso das iniciativas de *e-governo* registrada nos últimos anos. Isto porque, apesar do entusiasmo com que os autores e textos de até fins da década de 1990 tratam da ciberdemocracia e das possibilidades por estas suscitadas (diálogo fértil os Estados, suas estruturas burocráticas e os cidadãos) diversas falhas podem ser apontadas nestes projetos.

Heeks (2006), em ampla pesquisa sobre projetos de *e-governos* nos países desenvolvidos, demonstrou que 35% dos projetos fracassaram totalmente (sem que houvesse tido completa implantação ou, se esta implantação aconteceu, fora imediatamente abandonada) e em 50% das iniciativas de instalação de *e-governos* houve falha parcial (já que os objetivos iniciais não foram totalmente alcançados ou que aconteceram efeitos colaterais insuspeitos).

---

¹⁰⁴ Em fins dos anos 1990, há um processo de consolidação do conceito de *Sociedade da informação*, compreendida como categoria de fator de análise e de mensuração e utilizada por instituições governamentais e instituições internacionais como a ONU. Sob o guarda-chuva deste conceito emergiram as reflexões sobre políticas públicas, burocracia, formas de poder, privacidade, fluxo de dados, infraestrutura tecnológica e condições concretas de produção da informação nos anos 1990. Os projetos de *e-governo* foram compreendidos com instrumento importante de construção de uma ampla infraestrutura de informação que incluía redes e serviços básicos, com os Estados sendo os principais agentes deste processo. Cf. BANGEMANN, 1994.

Dada (2006) demonstrou as principais lacunas entre o planejamento das metas do *e-governos* e a realidade social, são elas: primeiros, as lacunas denominadas *Hard Soft*, na alusão metafórica ao fato de haver um descompasso entre as tecnologias disponíveis (*hard*, disco rígido na linguagem computacional) e o contexto socio-cultural (*soft*, suave) onde este sistema operacional tem que se estabelecer, pois os aspectos culturais e sociais influenciaram sobremaneira o exercício da cidadania digital; segundo, as lacunas público-privadas, pois toda a sistemática de operação da *e-governança* era simplesmente a transmutação de paradigmas do setor privado para a esfera dos serviços públicos, sem que se observassem as especificidades técnico-políticas governamentais; terceiro, as lacunas dos contextos nacionais, uma vez que os sistemas utilizados em um país eram transferidos sem ajustes à outro, desconsiderando as características de governo pertencentes a cada povo e nação (p. 04, tradução nossa).

As experiências de *e-governo* ainda seguem sendo implantadas na década de 2010 pelos países do mundo, inclusive em países em desenvolvimento, mas é certo que sua aplicação não corresponde exatamente às expectativas suscitadas no início da Internet, isto porque, infelizmente, as práticas políticas governamentais dizem muito mais respeito às históricas inter-relações com os setores econômicos do que com as necessidades cotidianas da sociedade. E as mudanças estruturais necessárias à implantação de regimes de democracia direta e ampla não passam exclusivamente pela disponibilização de tecnologias de interatividade em portais de governos.

Mas esta visão fortemente democrática da Internet, permitindo a interação do público e contestação do poder, tem sido amplamente marginalizada em integrar a retórica e a prática democracia pela Internet. Em vez disso, um modelo de política liberal-consumista que valoriza o indivíduo como um maximizador egóico-utilitarista escolhendo entre uma variedade de opções políticas tornou-se o modelo tanto para o pensamento como a prática na e-democracia global (DAHLBERG; SIAPERA, 2007, p. 03, tradução nossa).

Outra tecnologia que corroborou para que os *internet studies* identificassem potencialidades democráticas nos adventos comunicacionais do século XX foi o *voto eletrônico*¹⁰⁵. Apesar da questão do *voto eletrônico* ser anterior, o advento da Internet reavivou os estudos e reflexões sobre as possibilidades democráticas do voto à distância, se inserindo como parte importante do debate sobre ciberdemocracia.

---

¹⁰⁵ Denominados também de *e-voto*, *voto digital* ou *tele-democracia*.

Ted Becker e Christa Daryl Slaton, da Universidade do Havaí, publicaram o trabalho pioneiro *The Future of teledemocracy* onde reportam as experiências do televoto, realizadas ainda nos anos 1970, nos EUA. Estas investigações visavam, sobretudo, determinar quais as contribuições que as facilidades das tecnologias eletrônicas trariam para a prática política democrática. Mais tarde, isto significou verificar a questão da instrumentalização dos procedimentos democráticos via rede, e o *voto eletrônico*, uma de seus elementos fundamentais¹⁰⁶.

O início de projetos de *e-democracia* datam deste período, quando as experiências de *televoto* começaram a ser realizadas nos EUA¹⁰⁷. Muitos dos paradigmas utilizados nos estudos sobre o televoto podem ser denotados através do modelo da *e-democracia*.

Se a questão do *voto eletrônico* ainda não é uma realidade (e levanta polêmicas em relação à segurança e legitimidade das eleições à distância), quando se trata da utilização da Internet como ferramenta das campanhas eleitorais e da política partidária, uma outra situação se evidencia.

Para Gomes e Fernandes (2009, p.29), as campanhas eleitorais voltadas para o universo *online* datam de apenas quinze anos e podem ser classificadas em campanhas *proto-web*, *web* e *pós-web*. Enquanto que as primeiras experiências *proto-web* tinham uma relação ainda frágil com Internet no início dos anos 1990¹⁰⁸, momento em que a ferramenta mais conhecida e utilizada era o *e-mail* e os computadores funcionavam quase como uma versão dos Correios; anos mais tarde, nas campanhas da era *web*, a utilização da rede de computadores nas campanhas torna-se mais intensa e frequente.

Nesta etapa (situada em meados dos anos 1990 e o começo dos anos 2000), o uso meramente incidental converte-se em parte importante das plataformas das campanhas, com recurso aos mecanismos que serviam para criação de bancos de

---

¹⁰⁶ São quatro razões fundamentais para aplicação do voto à distância (mediado por tecnologias de comunicação) em todos os níveis de governo: primeiro, a tendência global em direção à democracia direta; segundo, um novo sistema de comunicação política, lateral e interativa (mais tarde representada pelo desenvolvimento da Internet); terceiro, a resolução de conflitos por meio de mediação das tecnologias de comunicação e informação, que poderia, em tese, chegar a substituir até mesmo boa parte dos processos judiciais; e por fim, a transformação geral da política, devido ao acesso garantido pela Internet a um tipo de informação mais autêntica, menos distorcida pelos interesses da grande mídia, permitindo a autoorganização dos grupos sociais¹⁰⁶ (KACZMARCZYK, 2010, p.1369, tradução nossa).

¹⁰⁷ Cf. BECKER; SLATON, 2000.

¹⁰⁸ Gomes e Fernandes (2009) apresentam um importante mapeamento dos estudos realizados início da década de 1990 sobre as campanhas eleitorais majoritárias e legislativas em alguns países. Em ordem cronológica. Cf. MYERS, 1993; MARGOLIS; RESNICK, 1997; D'ALESSIO, 1997; KLOTZ, 1998. BRAIMA; SOTHIRAJAH, 1999; TOPS; VOERMAN, 2000; FERNANDEZ, 2005.

dados de discursos, a produção de material impresso¹⁰⁹, desenvolvimento de canais de comunicação com a militância, os eleitores e a imprensa.

Nas campanhas eleitorais *pós-web*, observa-se o abandono da concepção de que as páginas e sítios da Internet deveriam ser pontos nodais da prática política eleitoral, pois “nesse novo padrão, as páginas são principalmente centros distribuidores de tráfego que remetem para sítios de compartilhamento de vídeo ou de fotos, para sítios de relacionamento e para sítios de compartilhamento de atualização *online*, dentre outras ferramentas *online*” (GOMES; FERNANDES, 2009, p. 32).

O estilo de campanha torna-se cooperativo e a Internet passa a significar um importante mediador na participação da militância e do eleitorado¹¹⁰. As tecnologias da *Web 2.0*, que discutimos antes, foram responsáveis pelo protagonismo dos indivíduos comuns nos processos de divulgação de conteúdos e na mobilização nas campanhas.

Esta modalidade tem como caso paradigmático a eleição do presidente Barack Obama em 2008¹¹¹. Enquanto que a pesquisa empírica sobre o universo das campanhas eleitorais mostrava a tênue relação entre o uso da rede e o sucesso eleitoral (BIMBER; DAVIS, 2003), a bem sucedida investida do então candidato à presidência da Casa Branca nas tessituras da rede revelou que a sistemática da campanha Obama trazia grandes novidades. Principalmente, no tocante ao modo como as comunicações *online* foram conduzidas na campanha política e os resultados inesperados que foram alcançados graças à eficiência uso destas ferramentas comunicacionais, uma vez que o “surpreendente desempenho de Barack Obama estava em grande parte associado à incomum habilidade de emprego das ferramentas de comunicações *online* por sua campanha, tendo ela alcançado e estabelecido novos padrões de campanha *online*” (GOMES; FERNANDES, 2009, p. 30).

Apesar das mudanças de paradigmas que o estilo eleitoral Obama legou para o mundo democrático, alguns autores vêm construindo a tese de que o futuro da política *online* não se concentra nos modelos eleitorais da democracia representativa que ainda prevalecem mesmo em países desenvolvidos

---

¹⁰⁹ A natureza dos materiais de campanha também mudou, pois se inicialmente os modelos de publicações e panfletos eram mera reprodução do que se fazia *off-line*, com o desenvolvimento dos aplicativos em rede uma nova linguagem hipertextual e multimídia passa a ser empregada na produção do *marketing* eleitoral.

¹¹⁰ Exemplos de tais projetos que continuam a operar com sucesso incluem *Democracy Network* (democracynet.org), projeto *Vote Smart* (voto-smart.org), O Guia do Eleitor *Online* Califórnia (calvoter.org), *Politics.com*, *Speakout.com*, e *Vote.com*.

¹¹¹ Cf. LEWIS, 2000.

A expansão do uso da Internet na prática política vai permitir o nascimento das democracias *plug and play*, representado pelos modelos de democracia direta, com a gradual, porém definitiva extinção da esfera política profissional, já que as facilidades propiciadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação possibilitariam o controle público total das deliberações políticas, sem que para isso houvesse necessidade da mediação de um aparato político-institucional dispendioso, ineficaz e muitas vezes corrupto.

Trata-se do modelo de *democracy plug'n play*, do voto eletrônico, preferencialmente *online*, da conversão do cidadão não apenas em controlador da esfera política mas em produtor de decisão política sobre os negócios públicos. O resultado do estabelecimento de uma democracia digital (...) seria, por exemplo, um Estado governado por plebiscitos *online* em que à esfera política restaria exclusivamente as funções de administração pública (GOMES, 2005, p. 219).

A utópica proposição do modelo de democracia *plug and play* não aparece destoante dos paradigmas de prática política ciberativista que veremos no capítulo seguinte. Isto porque, tanto os protótipos de democracia direta com base na Internet que foram aqui discutidos, como os padrões de ação direta dos movimentos sociais, vão se somar no modelo político do ciberativismo.

O demasiado otimismo contido nos projetos de *redes cívicas*, *e-governo* e do *e-voto*, que contém importantes elementos de práxis emancipadora como vimos, não permitiu que uma *teoria crítica* da Internet pudesse vislumbrar o quanto esta, principalmente nos anos 1990, se transformou numa espécie de panaceia da *Globalização* e dos interesses geopolíticos e econômicos de seus defensores. Isto se mostra evidente nas discussões que empreendemos até aqui sobre ciberdemocracia.

Apesar disso, podemos afirmar que o utopismo futurista que a Internet carregava esteve completamente deslocado nas reflexões acadêmicas dos *internet studies* sobre o papel político da rede. Paradoxalmente, coube aos primeiros desenvolvedores da rede, *hackers*, ativistas digitais e militantes de organizações sociais compreender que havia uma *princípio esperança*¹¹² contido em meio às teias da rede global.

É porque o homem constrói utopias – e não só as imagina – que ele se torna capaz de julgar o imediato e o factual, seja em referência ao passado pela saudade, pela lembrança, pela recordação de uma idade de ouro; seja em referência ao futuro pela espera de um paraíso num comportamento que vai transformar o presente (FURTER, 1974, p. 127).

---

¹¹² Em referência a obra consagrada de Ernst Bloch: *Princípio Esperança*.

Este *utopismo futurista* está presente no conceito de ciberativismo que discutiremos a seguir.

4.4 Da ciberdemocracia ao ciberativismo: paradigmas em debate

Dois paradigmas de interpretação das potencialidades políticas da Internet propiciaram a designação de também dois conceitos-chave que, ao nosso ver, opostos: o conceito de ciberdemocracia, próprio do paradigma cívico-liberal, e o conceito de ciberativismo, que carrega uma particular noção de ação direta e define as potencialidades de uma práxis anticapitalista e antipoder centrada no uso da Internet, como veremos a seguir.

A ciberdemocracia foi entendida por muitos autores como uma “janela” para a melhoria dos mecanismo de consulta eleitoral e/ou de participação nas instituições governamentais (vide projetos de redes cívicas, *e-governo* e *e-voto*).

Neste sentido, em face do conceito de ciberdemocracia nos *internet studies*, podem ser observadas, segundo Sampaio e Barros (2011, p.197), duas tendências que se aglutinam com relação às possibilidades de democracia direta suscitadas pelas novas tecnologias de conexão: a da democracia participativa e a os ideais da democracia deliberativa¹¹³. Pois,

[...] diversos autores admitem que participação e deliberação não são idênticas, sendo que uma maior participação pode levar a um enfraquecimento da deliberação, enquanto uma melhor deliberação pode exigir uma menor participação (COHEN; FUNG, 2004, tradução nossa).

Na democracia participativa, o modo de atuação política não pressupõe a atuação mais flexível do indivíduo; já a democracia deliberativa requer uma racionalização conjunta para o encontro de soluções para problemas sociais por um instância comunicativa de contato¹¹⁴.

A teoria da democracia direta se contrapõe, obviamente, ao modelo representativo, onde a participação política e o processo de deliberação se dá pela intervenção direta e não por meio de representação eleitoralmente constituída.

---

¹¹³ “De diferentes formas, estão vinculados à corrente nomes como James Bohman, Joshua Cohen, Iris Marion Young, Amy Gutmann, John Rawls e Cass Sustein, além do seu principal inspirador, Jürgen Habermas. Fundada na tradição da *teoria crítica*, a democracia deliberativa tornou-se a principal alternativa à visão liberal-pluralista hegemônica (em vez da defesa da participação direta e da democracia industrial, que estiveram em voga nos meios radicais dos anos 1960 e 1970)” (MIGUEL, 2001, p. 176).

¹¹⁴ Um dos principais modelos de democracia deliberativa baseia-se na lógica habermasiana da ação comunicativa (HABERMAS, 1984), que considera que o diálogo é única forma legítima de comunicação e de construção de um consenso racional para soluções democráticas.

Instrumentos de democracia direta também são encontrados em democracias representativas pelo mundo, como referendos, plebiscitos e proposições de leis de interesse coletivo por meio de um número determinado de assinaturas de eleitores, entre outras¹¹⁵.

Assim sendo, por democracia deliberacionista podemos entender:

[...] como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias “realistas” da democracia que, a exemplo do “elitismo democrático”, enfatizam o caráter privado e instrumental da política (LUCHMANN, 2002, p. 03).

Neste sentido, as correntes deliberacionistas vislumbram nas tecnologias da informação e comunicação potencialidades técnicas que poderiam fazer prosperar os ideais de construção de deliberação pública por meio de fóruns como canais de interação, modelo ainda baseado nos limites institucionais (MITRA, 2001; COLEMAN; GØTZE, 2001; WARREN, 2007).

Assim compreendidas, tais ferramentas permitiram vencer barreiras técnicas que permitiriam uma valorização da deliberação entre os cidadãos nas democracias liberais.

Geralmente argumenta-se que a rede mundial de computadores mitiga alguns dos principais problemas da participação deliberativa, como a falta de tempo, o limite de espaço e a dificuldade de se considerar um número representativo de opiniões (MITRA, apud SAMPAIO¹¹⁶; BARROS, 2011, p 198).

Coleman e Gøtze sugerem que quatro cenários são possíveis: no primeiro as tecnologias servem de apoio à democracia direta; no segundo, temos o modelo das redes e comunidades *online* cívicas; e o terceiro, que diz respeito aborda pesquisas de opinião *online*; o quarto aponta as tecnologias como um meio de engajar os cidadãos nas deliberações¹¹⁷ (COLEMAN; GØTZE apud CALDOW¹¹⁸, 2004, p. 03).

---

¹¹⁵ Hannah Arendt, Cornelius Castoriadis e Pierre Clastres foram os principais pensadores que inspiraram o conceito de democracia direta.

¹¹⁶ MITRA, A. Marginal Voices in Cyberspace. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 3, n. 1, p. 29-48, Mar. 2001.

¹¹⁷ No universo atual da Internet, estes três cenários não são observáveis, nem a democracia direta é uma realidade palpável (pois ainda são vigentes os pressupostos do modelo democrata representativo), nem as redes cívicas mantêm sua eficácia de atração para os cidadãos ou mesmo existe uma efetividade que dê legitimidade a pesquisa de opinião pública, principalmente em campanhas eleitorais realizadas *online*.

¹¹⁸ COLEMAN, S. GØTZE, J. **Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation**. London: Hansard, 2001.

Para Dryzek (2000), se num primeiro momento este modo de compreensão parecia permitir a resolução dos problemas da democracia representativa e uma abertura efetiva para a participação popular, isso não foi uma realidade perene, pois entre os deliberacionistas o debate passou a ser menos sobre a questão da participação política popular e mais sobre legalidade constitucional de mecanismos de implantação da democracia deliberativa. Assim, a perspectiva da democracia deliberativa que poderia permitir discussão de instrumentos de decisão direta acabou recaindo na perspectiva liberal de práxis, pois:

Mesmo observando diversos potenciais de ampliação do debate sobre os problemas sociais e econômicos das sociedades modernas e o aumento no nível de conhecimento da esfera política, os estudos sobre deliberacionismo ainda enxergam na rede uma forma de “institucionalizar a deliberação democrática” (FUNG, 2004; WARREN, 2007).

Os limites desta forma de pensar o papel da rede na política impediu (e ainda têm impedido) que os *internet studies* avancem na compreensão do verdadeiro caráter emancipatório contido na Internet, seja porque este caráter não consiga ser desvelado pelo modelo da *pesquisa administrativa*, que tem conduzido estas investigações, como vimos, ou porque esta percepção não seja conveniente aos seus financiadores.

As fragilidades e insucessos das práticas políticas ciberdemocráticas demonstram porque as proposições da ciberdemocracia esbarram não somente nas deficiências técnicas, mas principalmente em suas determinações teórico-políticas mais profundas. “Além disso, o pressuposto em tais modelos liberais (...) desloca reflexão sobre os limites de tais modelos e impede uma reflexão séria sobre sistemas alternativos e mais radicalmente democráticos” (DAHLBERG; SIAPERA, 2007, p.07, tradução nossa).

Se a perspectiva liberal aglutinou os estudos sobre Política e Internet em torno do conceito de ciberdemocracia (principalmente nos anos 1990), com visível fracasso em propugnar transformações políticas substanciais, outra perspectiva de análise de cunho crítico foi tomando forma no fim do século XX e primeiros anos da década de 2000, a saber, as teorias sociais da democracia radical, que em muito se relaciona com o conceito de ciberativismo que discutiremos em detalhe.

O conceito de democracia radical representa, não somente uma revisão da própria noção histórica de democracia, mas mesmo uma crítica ao sentido de democracia no marxismo do movimento operário e uma ponte para entendermos que democracia pedem os ciberativistas nas ruas.

Como defende David Graeber (2013), o conceito político de democracia sempre sofreu na história incessante contestação. Mesmo as clássicas definições que serviram para moldar a “maior de todas as democracias do globo”, a democracia norte-americana fundou-se sobre uma noção muito particular de democracia.

Como resultado, os “fundadores” usaram a palavra no seu sentido grego clássico, assumindo a democracia para se referir a um auto-governo comunal através de assembleias populares, como a ágora ateniense. Era o que hoje chamaríamos de “democracia direta” (p. 155, tradução nossa).

Contudo, este modelo de participação política direta não assumiu destaque na forma de organização político-institucional na democracia americana, mas sim o modelo republicano de representação. Como defendeu, o fundador Madison:

Em uma democracia as pessoas se encontram e exercem o governo pessoalmente; em uma república elas se reúnem e administram por seus representantes e agentes. A democracia, portanto, deve ser confinada a um pequeno ponto. A república pode ser estendida por uma grande região (MADISON, 1962, p. 44, tradução nossa).

Reconhece-se assim que a democracia americana foi inspirada no princípio decisório da Roma antiga, cujo modelo político é o Senado republicano. Longe de prever uma participação política equânime, este modelo, como se sabe, defendia o caráter aristocrático do processo decisório.

Eles estavam bem cientes de que estavam criando uma nova forma política que fundia elementos democráticos e aristocráticos. Em toda a história europeia anterior, as eleições foram consideradas - como Aristóteles originalmente insistiu - o modo essencialmente aristocrático de seleção de funcionários públicos. Nas eleições, a população escolhia entre um pequeno número de políticos geralmente profissionais que afirmavam ser mais sábios e mais educados do que todos os outros, e escolhia o que eles acham que era melhor para todos. (Isto é o que aristocracia significa literalmente: “regra dos melhores”) (GRAEBER 2013, p.156, tradução nossa).

O conteúdo ideológico desta afirmação, que estabelece que a democracia é parte constitutiva de uma chamada *civilização ocidental*¹¹⁹, tem impedido historicamente uma tomada de consciência das outras possíveis origens “das sensibilidades democráticas humanas”, seja nas formas cotidianas de organização da vida ou mesmo na tomada de decisão.

---

¹¹⁹ Para Graeber, a propagação da noção de civilização ocidental nasceu na esteira da Primeira Guerra Mundial em universidades nos Estados Unidos e em algumas partes da Europa.

De acordo com esta nova versão da história, que logo se tornou evangelho para os conservadores americanos, e é amplamente tida como certa por todos os outros, a democracia é realmente um conjunto de estruturas institucionais, com base em votação, que foi primeiro "inventada" na Atenas antiga e tem permanecido de alguma forma incorporada a uma grande tradição que viajou da Grécia a Roma para a Inglaterra medieval, fazendo um desvio pela Itália renascentista, e, finalmente, apresentar-se no Atlântico Norte (GRAEBER, 2013, p.171-172, tradução nossa).

Esta "história oficial" da democracia nas civilização ocidental situou um certo *impulso democrático humano* (que se apresenta de diferentes formas nas comunidades humanas pelo mundo) nas categorias estritas da cultura política das sociedades modernas capitalistas. Neste sentido, a democracia não deve ser compreendida como uma "invenção" grega, apesar da origem do termo, nem mesmo se liga a uma específica tradição filosófica ou mesmo a um único tipo de modo de governo.

Na sua essência, ela é apenas a crença de que os seres humanos são fundamentalmente iguais e devem ter a possibilidade de gerir os seus assuntos coletivos de forma igualitária, usando qualquer meio que parecer mais propício. (...) Neste sentido a democracia é tão antiga quanto a história, como a própria inteligência humana. Ninguém poderia possuí-la (GRAEBER, 2013, p.183-184, tradução nossa).

As reflexões de Graeber sobre democracia em muito se relacionam com uma proposição anterior: o conceito de democracia radical. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em *Hegemonía y estrategia socialista* introduziram pela primeira vez a noção de democracia radical. Para os autores, a expansão da lógica social que ensejou o conceito de hegemonia¹²⁰, como proposto por Gramsci, "nos fornece uma âncora a partir do qual as lutas sociais contemporâneas são pensáveis em sua especificidade, enquanto que nos permite elaborar uma nova política para a esquerda, com base no projeto de uma radicalização da democracia" (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 11, tradução nossa).

Esta radicalização pressupõe um reposicionamento do conceito de hegemonia e tem como consequências: a superação da ideia de um sujeito revolucionário privilegiado na luta anticapitalista; a reflexão de que a luta dos novos movimentos sociais não têm uma natureza progressiva, mas depende

---

¹²⁰ Deste modo, Laclau e Mouffe (1987) apontam que o pensamento de Gramsci constitui apenas um momento transicional na desconstrução do paradigma político essencialista do marxismo clássico e que é necessário ir além do seu pensamento, em direção à desconstrução da própria noção de classe social, fundamental à compreensão das sociedades contemporâneas. Em *Hegemonia e estratégia socialista*, o objetivo teórico dos autores é justamente preencher as lacunas deixadas pelo marxismo clássico, a partir de uma reflexão que tem como ponto de partida o arcabouço conceitual elaborado por Gramsci, especialmente a sua teorização sobre hegemonia. Eles tentam ligar a lógica político-interpretativa de Gramsci à crítica filosófica radical (ALVES, 2010, p.87).

fundamentalmente de sua articulação hegemônica com outras lutas e demandas; a constatação de que não existe uma descentralização das lutas sociais, mas mesmo a sobredeterminação das lutas é o que pode explicar a lógica específica das articulações sociais.

Para Laclau e Mouffe (1987), a construção de um projeto de democracia radical perpassa a aparição dos chamados *novos movimentos sociais*. O que é interessante nestes *novos movimentos sociais* não é simplesmente o fato de serem um agrupamento arbitrário, aberto e oposto às categorias de classe, mas a novidade deles reside na disseminação rápida de uma “conflitualidade social”, presentes nas sociedades atuais.

O fato de que esses "novos antagonismos" são a expressão da resistência à mercantilização, burocratização e homogeneização crescente da vida social, explica que eles muitas vezes se manifestam através de uma proliferação de particularismo e se cristalizem na reivindicação da própria autonomia. É também por esta razão que se constata uma clara tendência a valorizar as "diferenças" e criar novas identidades, que tendem a privilegiar critérios "culturais" (vestuário, música, língua, as tradições regionais) (p. 11, tradução nossa).

Para os autores, o que importa na expansão do conceito de democracia radical, que o coloca como a antítese do paradigma cívico-liberal (e seu aspecto democrático), é a inclusão da diferença no processo decisório ao invés do destaque aos aspectos da igualdade.

Frente ao projeto de reconstrução de uma sociedade hierárquica, a alternativa da esquerda deve consistir em colocar-se plenamente no campo da revolução democrática e expandir as cadeias de equivalências entre as distintas lutas contra a opressão. Desde esta perspectiva é evidente que não se trata de romper com a ideologia liberal– democrática senão ao contrário, de aprofundar o momento democrático da mesma, ao ponto de fazer romper no liberalismo sua articulação com o individualismo posesivo¹²¹. A tarefa da esquerda não pode consistir em renegar a ideologia liberal-democrática senão ao contrário, em aprofundá-la e expandi-la e na direção de uma democracia radicalizada e plural (LACLAU;MOUFFE, 1987, p. 289, tradução nossa).

Este “aprofundamento” significa radicalizar em todas as formas de luta possíveis os pressupostos que sustentam a ideologia liberal-democrática, rompê-la “por dentro”. Esta propositura se assemelha em muito com o que defende Holloway com o *método da fissura* ao capitalismo, que veremos adiante.

---

¹²¹ Termo cunhado por CB. Macpherson. Cf. MACPHERSON, 1970.

Assim, o acolhimento da dissidência e sua incorporação ao processo decisório representa toda a originalidade da definição de democracia radical. Para Dahlberg e Siapera (2007), o que carrega de sentido a definição de democracia radical é a extensão total dos princípios de igualdade e liberdade. Além disso, a democracia radical compreende o projeto democrático como um processo, como meio sempre a ser continuamente aperfeiçoado.

A participação política é então entendida como a participação nessas lutas de diferentes posições de sujeito; os novos movimentos sociais apresentam uma particularmente oportuna ilustração de lutas democráticas radicais agonísticas porque eles se envolvem na luta política para recuperar e ampliar os significados e práticas em torno da liberdade e da igualdade (p. 9, tradução nossa).

O modo de articulação destes *novos movimentos sociais* que agem sob princípios de uma democracia radical apresenta novas estratégias para a superação do capitalismo em sua faceta política nas democracias liberais. A Internet é um importante fator no processo de concretização desta nova democracia.

As batalhas políticas do futuro podem muito bem ser travadas nas ruas, fábricas, parlamentos, e outros locais de conflitos do passado, mas toda luta política agora é mediada pelos meios de comunicação, computador e tecnologias de informação e cada vez mais será assim (KAHAN; KELLNER, 2007, p. 35, tradução nossa).

Para a Nova Crítica do Valor a grande questão importa às reflexões sobre democracia radical é a de sua contribuição efetiva para o processo de criação de uma sociedade que supere positivamente os limites do fetichismo. A democracia serve como mecanismo de instauração de condições sociais para a emancipação e não deve ser considerada o fim em si mesmo.

Retomando, podemos apontar cinco aspectos principais identificados na interação baseada na rede de computadores que permitiram a facilitação da práxis política dos novos meios de comunicação: a) reduziram os custos para os coletivos; b) possibilitaram também a redução dos custos individuais de integrantes, permitindo o maior envolvimento e participação; c) facilitaram a formação de uma identidade coletiva, aproximando indivíduos por área de interesse; d) reorganizaram a hierarquia intra-organizacional e intensificaram a sensação de envolvimento dos atores sociais; e e) motivaram os grupos e possibilitaram novas perspectivas de ação.

Como vimos, a insuficiência das proposições da ciberdemocracia evidenciam que as potencialidades abertas pelas ferramenta de conexão em rede não se limitam as velhas imposições do sistema republicano-liberal. A interação possibilidade pela Internet expandiu os horizontes da comunicação e por isso também os da política. Neste sentido, o debate em torno do conceito de ciberativismo fez-se necessário.

É preciso esclarecer que a abordagem desta pesquisa compreende a Internet e seus dispositivos como *ferramentas do processo político*, e por isso, considerando-a pela perspectiva de formação de uma *esfera pública oposicional*. É como parte da edificação desta esfera que pensamos o conceito de ciberativismo. No jogo discursivo que constitui o espaço público, forjado fundamentalmente pela mídia comercial, é preciso encontrar mecanismos que permitam a construção de um espaço que vise o bem comum:

[...] só a força associativa de mulheres e homens religando seus interesses enquanto indivíduos ao bem comum teria condições de produzir um espaço público crítico e democrático, um espaço de discussão, pesquisa coletiva e criatividade social (ALVARENGA, 2009).

Com a propositura do conceito de *esfera pública oposicional* ou *esfera pública proletária*, Negt e Kluge (1993), a partir da leitura de Adorno, Horkheimer, Enzensberger e do debate com sobre opinião pública na obra de Habermas, apresentam uma análise histórica dos limites da esfera pública burguesa, constituída a partir da expansão dos meios de comunicação e do fortalecimento dos interesses que representam. Pois,

[...] a esfera pública proletária contrapõe-se à esfera pública burguesa, o que nos leva a reconhecer uma dialética inspirada no marxismo, na qual a esfera pública proletária não se forma num estado puro, mas numa permanente situação de luta com a esfera pública burguesa. (...) A esfera pública burguesa mantinha seu papel de possuidora do discurso e seus interesses econômicos eram suficientes para que mantivessem o seu status de classe dominante (VENTURELLI, 2010, p.37)

Cumpramos salientar que a Internet tem reunido uma pluralidade de orientações políticas (das vertentes mais conservadoras e fascistas às correntes de extrema esquerda). Contudo, para efeito desta pesquisa, colocamos em tela o caráter crítico emancipador encontrado nas manifestações ciberativistas, buscando relacionar seu predicados com o paradigma do antipoder, um viés de análise anticapitalista, antifetichista e antiestatal. Desta forma, tomamos a rede com instrumento decisivo

para a formação do que Negt e Kluge (1993) definem como *esfera pública oposicional*.

Assim, o conceito de ciberativismo não somente nos impõe pensarmos uma política mais direta, participativa e que inclua o não-consensual, características apontadas no debate sobre democracia radical, mas também permite compreender as articulações profundas entre os *novos movimentos sociais* e a práxis ciberativista, visando a construção de processo emancipatório de superação da *forma-valor*.

A seguir, buscamos mostrar como o ciberativismo se apresenta uma importante forma de práxis na contemporaneidade, herdeira da contestação própria da Internet (contracultura das vanguardas, *economia da dívida high tech* e *cibercomunismo*), do modelo de participação da democracia radical, e principalmente, como procuraremos demonstrar, a forma da ação política que visa tanto a crítica ao sistema fetichista da *forma-valor*, como a construção de um projeto revolucionário de antipoder.

Em *Ciberativismo: a política em tempos de Internet* vamos discutir os conceitos de ciberativismo a partir de uma recuperação histórica das primeiras formas de uso artikulado da rede mundial de computadores, bem como a definição do que chamamos de paradigma de antipoder, delimitado a partir da teoria política de John Holloway em suas duas obras capitais: *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) e *Fissurar o capitalismo* (2011), bem como as problematizações propostas pela Nova Crítica do Valor.

5. CIBERATIVISMO: PRÁXIS E POLÍTICA EM TEMPOS DE INTERNET

5.1 Ciberativismo: definições

O conceito de ciberativismo se apresenta como o referencial de análise dos significados da Política no contexto de profunda penetração da Internet no espaço público que discutimos nesta pesquisa, principalmente como mecanismos de construção de uma *esfera pública oposicional*.

Além de abordarmos uma miríade de definições que o conceito de ciberativismo enseja, nosso intento é também definir de que forma o paradigma de interpretação do antipoder, e da crítica da *forma-valor* como seu pressuposto, pode auxiliar na compreensão das transformações atuais na Política com o advento da expansão da conexão promovida pela Internet.

Antes disso, contudo, é preciso definir ciberativismo e apresentar suas origens conceituais. A origem do terminologia ciberativismo pode ser encontrada no debate do campo da Comunicação sobre o acesso popular à produção de conteúdo de mídia. Como é sabido, a Teoria da Comunicação sempre destacou a importância dos meios de comunicação como parte da construção do espaço público e na formação do consenso político nas sociedades modernas. E como vimos, sempre a partir da perspectiva de um *espaço público burguês*, como definiram Negt e Kluge (1984).

Contudo, o caráter problemático desta relação pode ser observado na negatividade com que, historicamente, se encarou as tentativas de pensar a mídia corporativa com um espaço de disputa e de intervenção política de coletivos, grupos e movimentos sociais de cunho crítico ao capitalismo.

Daí percebe-se que a pouca penetrabilidade dos conteúdos de crítica ao sistema econômico vigente neste tipo de mídia e a incapacidade de determinar estratégias para construção de uma mídia alternativa aos veículos comunicativos comerciais propiciou à consolidação de um modelo que podemos designar por *tese da manipulação*.

O referencial teórico que alicerça esta perspectiva tem inspiração nas leituras de livros, ensaios e pesquisas sociológicas de Theodor Adorno e, com menor incidência Max Horkheimer, sobre os aparatos midiáticos norte-americanos, com destaque para a consagrada obra *Dialética do Esclarecimento* (1947). O conceito de *indústria cultural*, anteriormente já discutido, é o ápice teórico deste viés, e a *tese da manipulação* parece ter sido um desdobramento inadvertido deste conceito.

Durante muitas décadas do século XX este modo particular de compreender a relação dos meios de comunicação com a política ocupou o cenário das teorias comunicacionais vigentes nos circuitos de grupos ativistas e no cenário de atuação política de crítica do capitalismo. Esta interpretação versava, sobretudo, sobre o papel político dos veículos de comunicação tradicionais em promoverem a distorção sistêmica do conteúdo noticioso, promovendo fortes campanhas contra quaisquer tentativas de emancipação social promovida por coletivos ou movimentos sociais.

Como resultado disso, ocorreu um profundo descrédito de qualquer forma de uso emancipatório das tecnologias de comunicação e informação. Uma importante guinada nesta perspectiva foi desencadeada pela obra *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*, de Hans Magnus Enzensberger. Um breve ensaio, escrito de modo sucinto acabou por revelar um conteúdo polêmico. Diferente das reflexões corrente à época, este ensaio se insere nas mudanças tecnológicas no âmbito dos mecanismos e técnicas de comunicação que já emergiam importantes nos anos 1970.

Enzensberger articula o conceito de *indústria da consciência*, em consonância com a crítica da cultura como mercadoria promovida no conceito de *indústria cultural* de Adorno e Horkheimer e lança um paradoxo: a ação aterradora da *machina* capitalista no seio da cultura permite justamente o nascimento de potencialidades emancipadoras nos novos meios de comunicação em visível expansão.

Longe de um entusiasmo infundado, Enzensberger, sob efeito das novas mídias em franca expansão nos anos 1960 (satélites, televisão em cores, videocassete, registro magnético de imagens, câmeras de vídeo, som estereofônico, tecnologia a laser, fotocopiadoras, impressoras eletrônicas de alta velocidade, microfilmes de acesso eletrônico, impressão remota, computadores com processamento paralelo, bancos de dados) propõe uma nova forma do pensamento socialista encarar os novos recursos midiáticos, tanto na práxis de uso, como na formulação teórica. Pois, “o autor busca estabelecer uma teoria de mídia socialista que abrigasse uma estratégia de atuação nos meios de comunicação para a esquerda” (MAZETTI, 2007, p. 6).

Aqui, contra a chamada *tese da manipulação*, Enzensberger esclarece que: “a questão não é se as mídias são manipuladas ou não, mas quem as manipula. Um esboço revolucionário não deve fazer desaparecer os manipuladores. Deve, ao contrário, transformar cada um de nós em manipulador (ENZENSBERGER, 2003, p. 36).

Assim, o autor realiza uma dupla tarefa: apresenta os modelos de um uso não-repressivo (e não-comercial) das novas mídias e da construção de um projeto político que parta destes, como também corrobora para um modelo comunicativo menos centrado na emissão ao tratar do papel decisivo da recepção na formulação de conteúdos.

O modelo que propõe, então, prevê a construção de uma antítese ao atual esquema técnico-político midiático, estabelecendo contra um “uso das mídias para a repressão” aquilo que chama de “uso das mídias para emancipação” por meio de: programas descentralizados, o receptor como emissor em potencial, mobilização das massas, interação participantes, *feedback*, processo de aprendizagem política, produção coletiva, auto-organização.

A originalidade da argumentação defendida por Hans Magnus Enzensberger permitiu que ele pudesse reunir em sua teoria sobre os meios de comunicação tanto uma crítica da forma e dos conteúdos repressivos veiculados na mídia comercial, como também “enxergar” que havia potenciais emancipatórios, de forma e conteúdo, nas tecnologias midiáticas disponíveis. Pois, “na verdade, ele defende o poder revolucionário dos meios de comunicação, mesmo inseridos numa realidade de indústria, que visa apenas o poder através do acúmulo de capital (GOMES, 2007, p. 41).

Em face da originalidade deste modo de encarar as novas mídias, Enzensberger foi extremamente contestado, principalmente por autores e círculos socialistas. Contudo, as formulações críticas do pensador francês Jean Baudrillard foram mais profundas. Para Baudrillard, o aumento da participação popular nos processos de produção midiática não alteraria de modo definitivo o caráter dos meios de comunicação. Esta crítica se adequa fortemente a máxima aforismática proposta por McLuhan: “o meio é a mensagem”.

O principal argumento que sustenta sua crítica é o de que a simples tomada de poder dos meios de comunicação pelo público não mudaria o caráter inerentemente não dialógico dos meios de comunicação. De acordo com Baudrillard, que se apoia em McLuhan, a ideologia dos meios de comunicação não está simplesmente no que é dito, ou seja, na mensagem, mas principalmente na forma (MAZETTI, 2007, p. 6).

Independente do niilismo decorrente desta interpretação, foi justamente o advento da Internet que, anos mais tarde, favoreceu a argumentação de Enzensberger, qual seja, a de que existem possibilidades reais para o uso das mídias tecnológicas para emancipação social, ao contrário do que imaginava Baudrillard.

A surpreendente atualidade do modelo comunicacional de Enzensberger (anos 1960-1970) pode ser comprovada se observarmos as semelhanças deste modelo com as concepções e estratégias de atuação política do ciberativismo. A práxis ciberativista se caracteriza pelo reconhecimento do caráter emancipador das novas tecnologias da informação e da comunicação e pela criação, a partir deste reconhecimento, de uma nova tática de utilização dos recursos midiáticos, seja como instrumento de organização/gestão/articulação dos movimentos sociais na rede mundial de computadores, ou mesmo meio de promoção de debate político.

A afinidade das teses defendidas por Enzensberger e as teorias ciberativistas, especificamente no campo da Comunicação se revela também ao modelo comunicativo das novas tecnologias da comunicação e da informação, um modelo que compreende o receptor como elemento ativo no processo comunicacional que tende a conceber a transmissão de conteúdo de modo TODOS-TODOS.

É o que discute André Lemos (2003) com o conceito de *liberação do polo de emissão*, pois com a generalização da conexão há uma mudança do modelo dos meios de comunicação de massa (UM-TODOS), produção de conteúdo dos meios de comunicação para um grande público, para o modelo de criação próprio da Internet (TODOS-TODOS), produção de conteúdo mais aberto e livre.

Pensar sobre modelos comunicativos nas investigações sobre espaço público na contemporaneidade significa substancialmente ir além de uma visão maniqueísta do processo de criação de significados políticos, que apesar de representar quase sempre uma crítica à *indústria cultural* e sua articulação com as formas de poder (capital ou o Estado), pode assumir a forma de uma crítica estrita da manipulação de conteúdos noticiosos nos veículos hegemônicos.

Neste sentido, como afirma Rucht, diante do fato incontestado de que a experiência acumulada dos movimentos sociais têm demonstrado um tratamento inadequado, repressivo e inverídico por parte da mídia comercial. Desta forma observou-se quatro tipos de reações, que historicamente têm impedido o uso mais profícuo das ferramentas de comunicação pelos movimentos: “o que pode ser simbolizado por um quádruplo 'A': *abstenção, ataque, adaptação e alternativas*” (2004, p.31, tradução nossa).

A primeira reação é a *abstenção* e origina-se da renúncia de aproximação dos movimentos sociais com a mídia comercial, baseada nas experiências negativas com os meios de comunicação estabelecidos. A segunda é o *ataque*, consiste em uma crítica explícita, e às vezes até mesmo a ação violenta contra os meios de comunicação de massa, visível nos atos de depredação de prédios de emissoras de tv e rádio e de jornais. O terceiro modo de reação é a *adaptação*, que implica

uma aceitação e/ou exploração das regras e critérios do “jogo da mídia comercial”, visando, sobretudo, influenciar a cobertura positiva. Este tipo de recurso ocorre, predominantemente, entre os grupos de movimentos mais “estabelecidos”. O quarto tipo de reação é a busca por *alternativas*, quando a tentativa dos movimentos sociais prevê a criação de sua própria e independente mídia (ou fóruns públicos de comunicação), a fim de compensar a falta de interesse e/ou preconceito por parte da mídia comercial. Este último tipo de reação observamos em grande medida nos movimentos sociais ciberativistas.

Voltemos, pois, a questão conceitual sobre ciberativismo. Alguns autores têm se debruçado sobre o significado deste tipo de prática política, que se relaciona com a Internet de um modo particular e em diferentes graus. De modo geral, pode-se compreender como ciberativismo (do inglês *cyberactivism*, ativismo cibernético) um tipo de estratégia que utiliza diversas técnicas e tecnologias de comunicação, baseadas na Internet, visando criar, operar e gerenciar diferentes modos de práxis política. Isto pressupõe o uso individual e/ou coletivo, sistematicamente orientado, de redes sociais e outras tecnologias *online* (as plataformas mais utilizadas são *Twitter*, *Facebook*, *LinkedIn*, *YouTube* e outras redes sociais populares como o *Whatsapp*, juntamente com *e-mail*, mensagens instantâneas e outras ferramentas de colaboração *online*) para táticas políticas múltiplas: alcançar e reunir membros, defender posicionamentos ideológicos, realizar eventos políticos e protestos, difundir mensagens, discutir temas de interesse de uma causa ou movimento, entre outras.

O termo ciberativismo também pode ser encontrado na literatura sobre o tema com diferentes designações: *Internet activism*, ativismo *online*, *ativismo digital*, *ciberpolítica*, *e-campanhas*, *e-ativismo*, entre outros. Todas elas, porém, tratam da realidade do uso político das ferramentas de conexão.

Recorremos à definição proposta por Rigitano (a partir de VEGH; GURAK; LOGIE; MCCAUGHEY; AYERS, 2003) que entende por ciberativismo a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados com o intuito de alcançar suas tradicionais metas ou lutar contra injustiças que ocorrem na própria rede.

Para Vegh (2003), três categorias podem ser utilizadas para classificar as práticas políticas ciberativistas. A primeira categoria é *Conscientização/Defesa*. Neste tipo de ativismo *online*, a Internet é tratada como grande provedora de informação para os indivíduos e mesmo para organizações sociais e coletivos de luta. O fornecimento de informação é o eixo primordial deste tipo de prática ciberativista. Nesta modalidade existe uma estrutura tecnológica básica (e muitas vezes rudimentar) para a transmissão de conteúdo noticioso alternativo ao que é

veiculado na grande mídia. Exemplos deste tipo de mídia ciberativista veremos adiante.

A distribuição de informações na Internet traz outras importantes implicações para o ativismo. Ela cria redes de distribuição, que podem posteriormente ser utilizadas para fins de organização (...) Estas redes, estando em lugar certo, são extremamente úteis quando o momento para a mudança política chega. (...) [Além disso] a partir da obtenção de informações, através de visitas a sites, inscrição em listas de discussão ou participação de fóruns, pessoas de diferentes localidades podem entrar em contato com realidades até então desconhecidas, se sensibilizar, apoiar causas e até se mobilizar em prol de alguma organização, participando de ações e protestos *online* e *off-line* (VEGH, 2003, p.73, tradução nossa).

Na segunda categoria *Organização/Mobilização*, as formas de ativismo *online* visam conseguir realizar, satisfatoriamente e dentro dos marcos propostos, uma determinada ação. Partindo da articulação promovida pelo contato criado pela rede, três são as formas possíveis de mobilização (2003, p.74-75): a) a rede serve como meio de convidar pessoas para atuarem numa dada ação fora da rede, seja por meio de *e-mails*, *sites* ou redes sociais que divulgam eventos com data, local e horário; b) a Internet torna-se veículo de um chamamento para ação em situações em que os eventos políticos acontecem geralmente *off-line*, mas em que a articulação pode ser mais eficiente se executada *online*; c) a Internet também pode ser usada para promover a organização e mobilização de indivíduos em um tipo de ação *online*, como, por exemplo, em campanhas para bombardeamento de *e-mails* com *spams* para saturar um servidor-alvo. Esta categoria de prática ciberativista esteve no centro dos eventos políticos recentes pelo mundo, como discutiremos mais à frente.

O reconhecimento do papel destacado desta última forma de ciberativismo foi demonstrado por Fuchs, para quem “a Internet media a circulação de lutas dos movimentos globais de protesto, ou seja, a produção de significados e práticas de protesto está virtualmente distribuída e pode se espalhar e intensificar-se com a ajuda do ciberespaço” (FUCHS, 2008, p. 278). Temos aqui o que Fuchs chama, em alusão à prática política ativista, de *ciberprotesto*:

Ciberprotesto é um conexão estrutural global e produção mútua dos processos de auto-organização da Internet e de auto-organização do sistema de protesto da sociedade. No ciberprotesto, a auto-organização do sistema de Internet e de auto-organização do sistema de protesto produzem-se mutuamente (FUCHS, 2008, p. 278).

O *ciberprotesto*, como um tipo específico de prática ciberativista, liga-se fortemente ao modelo de práxis de autoorganização e autogestão que vem reorientando a esfera política nos últimos tempos.

Segundo Vegh, a terceira categoria de classificação, denominada *Ação/reação*, trata das iniciativas conhecidas pelo termo *hacktivismo*, ou *ativismo hacker* (2003, p.75). Por *hacktivismo* se entende uma diversidade de tipos de ações politicamente orientadas apoiadas em ferramentas de Internet objetivando tanto a invasão como o congestionamento de *sites*, portais e servidores. Os diversos atos *hacktivistas* incluem, algumas vezes, a prática de *cibercrimes* ou mesmo *ciberterrorismo* e ilegalidades cometidas dentro da rede.

Assim, a terminologia ciberativismo surge da necessidade de compreender como a Internet está moldando o repertório de ação coletiva dos movimentos sociais em suas diferentes formas de lutas por mudança social e política. A literatura sobre o tema aponta em dois sentidos: de um lado, a Internet funciona como um facilitador da ação coletiva tradicional, em termos de organização, mobilização e transnacionalização (apoiados na Internet); e, por outro lado, ela mesma cria novos modos de ação coletiva, expandindo e complementando o *repertório de ação coletiva* dos movimentos sociais contemporâneos (baseados na Internet).

Por *repertório de ação coletiva* podemos compreender as diversas táticas e estratégias desenvolvidas ao longo do tempo e utilizadas por grupos de protesto para ação coletiva.

O repertório de ações apoiadas e/ou criadas *online* (...) são, portanto, organismos de investimento coletivo, quer em termos de participantes, ou em termos de resultado. O repertório de movimentos sociais de ação é tão ampla quanto existem movimentos sociais e ativistas, metas e causas, reclamações e queixas (VAN LAER; VAL AELST, 2008, p. 231, tradução nossa).

Assim, estas duas dimensões da política ciberativista aparecem na divisão proposta por Van Laer e Van Aelst (2008, p. 233) entre as "novas" formas de ação coletiva das "velhas" práticas dos movimentos sociais organizados, como demonstra o esquema a seguir:

Gráfico 2- Tipos de ciberativismo

Se de um lado os movimentos sociais que são *apoiados na Internet* destacam a importância das ferramentas no processo tático e na coordenação de ações; as novas formas de ativismo *baseados na Internet* têm sua existência vinculada exclusivamente à rede. As ações *apoiadas na Internet* referem-se fundamentalmente o incremento de ferramentas tradicionais dos movimentos sociais que permitiu facilitar a organização e coordenação de sua ação política graças à Internet. Como afirmam os autores, esta função de facilitador permite que sejam diminuídos os limites táticos e geográficos dos protestos.

Já os movimentos *baseados na Internet* se distinguem por situar sua esfera de ação somente àquilo que acontece na rede, se relacionando fortemente com a cultura política nascida do processo de criação da Internet, que discutimos no início desta pesquisa.

Apesar da existência desta distinção, a mutação constante entre táticas aplicadas por meio da Internet e as que se desenvolvem *off-line* também colocam em cheque conceitos que reafirmam um separação indelével nestes formatos.

[...] a distinção é ainda mais turva uma vez que os grupos de ação quase nunca usam apenas uma tática única, em vez disso

recorrem a uma miríade de táticas tanto *offline* como *online*. "Netativismo nunca foi exclusivamente centrado na Net", como Meikle (2002) observa. E da mesma forma as ações *off-line* hoje são quase sempre acompanhada com táticas *online*. Alguns estudiosos têm até mesmo um argumento forte para abandonar completamente a distinção nítida entre o mundo *off-line* e *online*, uma vez que ambas as esferas são fortemente interdependentes (VAN LAER; VAN AELST, 2008, p. 233, tradução nossa).

Cardon e Granjon afirmam a transformação na natureza da luta política em face da Internet.

A este propósito, o deslocamento da mídia alternativa para a Internet não é uma simples mudança de infraestrutura técnica do meio de comunicação, mas também permite que alguns atores do ativismo informativo possam redefinir num sentido profundo a sua luta (2010, p. 86).

Convém destacar que a Internet não somente tem promovido a disponibilização de mecanismos de conexão via celulares, aplicativos e redes sociais, com um sem número de possibilidades de produção de material audiovisual, instantaneidade de contato, distribuição de conteúdo, entre outras para a formação de uma *esfera pública oposicional*, mas tem reorientado o próprio sentido das lutas por emancipação e justiça social.

Esta *redefinição profunda da luta* pode ser encontrada na originalidade e na dimensão alcançada pelos eventos políticos dos últimos tempos, que alicerçados nas ferramentas de conexão propiciadas pela Internet, promoveram: a) protestos com centenas de milhares de participantes; b) revoltas que derrubaram ditaduras no poder por décadas; c) ocupações coletivas em centros financeiros internacionais, visando promover críticas ao capital; e d) demais modos de insurreição, como discutiremos em detalhe.

5.2 Ciberativismo: o paradigma do antipoder

Como vimos, diversas são as incompletudes do paradigma cívico-liberal quando confrontado com os desafios de compreender a realidade política mundial expressa no modo de práxis realizado na Internet.

Neste sentido, foi preciso estabelecer um novo paradigma de interpretação que pudesse pensar como a práxis ciberativista recusou as premissas que limitavam toda participação política realizada e/ou facilitada pela Internet aos moldes da cidadania liberal: alicerçada no sistema capitalista, centrada no Estado e exercida pelo voto.

Assim, convém apresentarmos um outro paradigma de interpretação, mais condizente com a práxis ciberativista, que não somente refuta a afirmação de que o liberalismo-democrático (eleitoralmente centrado) não é o único tipo de atuação política disponibilizada pela rede, como também demonstra que cada vez mais a Internet tem a possibilidade de se tornar a principal estratégia de movimentos sociais e coletivos na construção de um projeto revolucionário, contrário à fetichização cada vez mais intensificada pelas crises de geração de valor em curso.

Diante da constatação da existência de um estreito círculo de teorias críticas sobre a Internet, a questão da emergência deste novo paradigma deveria tomar em conta a complexidade da luta revolucionária anticapitalista no mundo contemporâneo, em face das crises econômico-ambientais que se avizinham no horizonte, bem como a incapacidade do marxismo ortodoxo de (re)conhecer as potencialidades políticas imiscuídas no universo publicitário da Internet, para assim, vislumbrar as tecnologias de conexão como *ferramentas do processo político* para a construção do *esfera pública oposicional*, como vimos anteriormente.

Com efeito, apresentamos nesta seção o primeiro dos dois eixos teóricos principais do paradigma do antipoder, na medida em que este corrobora substancialmente como referencial de análise adequado à política ciberativista: a teoria social do pensador irlandês, radicado no México, John Holloway, com os livros *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) e *Fissurar o Capitalismo* (2013), além de outros ensaios.

O segundo eixo, que discutiremos na seção seguinte intitulada *Ciberativismo: o paradigma do antipoder e a Nova Crítica do Valor*, refere-se as reflexões de autores ligados à Nova Crítica do Valor sobre política, ativismo e tecnologia no capitalismo, são eles: Anselm Jappe, Robert Kurz e Norbert Trenkle.

As tessituras conceituais que compõe este paradigma se revelam essenciais para que situemos o paradigma do antipoder na tradição político-teórica do marxismo, da *teoria crítica* (Adorno e Debord, como seu herdeiro) e, por fim, da Nova Crítica do Valor (com destaque a Robert Kurz e Anselm Jappe).

A seguir, realizaremos uma digressão para delimitarmos de modo claro quais são os vetores de análise do paradigma do antipoder, através da discussão individualizada das teses principais defendidas por Holloway nas obras citadas.

A relação da teoria de social de Holloway com os movimentos sociais é o cerne de sua produção acadêmica. Daí o autor retirou os elementos que apresenta em seu texto mais conhecido (e polêmico): o livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*. Como avalia Rubbo:

O livro de John Holloway é um daqueles escritos provocantes e polêmicos cujos argumentos ligam-se permanentemente a ira, a raiva, uma fúria que dá vivacidade ao longo do texto, uma escrita apaixonada chamando todos a uma discussão pertinente para o entendimento das lutas sociais contemporâneas e seus desdobramentos. Em uma palavra: o livro é um grito anticapitalista. O eixo central da obra é o desenlaçamento entre a revolução e a tomada do poder. Um tema ambicioso que questiona toda a história das ideias e das lutas que intentaram as transformações para uma sociedade comunista (2009, p.92).

Michel Löwy em resenha publicada no ano de lançamento de *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) elogia:

O livro de John Holloway é um ensaio admirável, cheio de ideias sugestivas e verdadeiramente radical – no sentido original do termo: “ir à raiz dos problemas”. Quaisquer que sejam suas lacunas e imperfeições, mostra, de um modo exemplar, o poder subversivo e crítico da negatividade. Sua meta é ambiciosa e atual: “refinar e aguçar a crítica marxista ao capitalismo” (LÖWY, 2005, p. 173).

Tal qual nos sugere Holloway (2011), doze teses podem resumir as conceituações propostas em *Mudar o mundo sem tomar o poder*, que apresentaremos a seguir. A primeira tese afirma que o ponto de partida de toda contestação deve ser uma reação negativa: o *grito*. O conceito de *grito* é a chave para o entendimento da recusa ao modelo de sociedade que vivemos e a motivação para a práxis hoje, pois “o grito implica em uma tensão entre o que existe e o que poderia existir, entre o indicativo (o que é) e o subjuntivo (o que pode ser)” (HOLLOWAY, 2003, p. 17).

Começamos com o grito, não com o verbo. Diante da mutilação das vidas humanas pelo capitalismo, um grito de tristeza, um grito de horror, um grito de raiva, um grito de negação: *Não!* O pensar, para dizer a verdade do grito, tem que ser negativo (HOLLOWAY, 2011, grifo nosso)

Holloway já esboçava a reflexão sobre a importância da negatividade no pensamento radical em escritos dos anos 1990. O *grito*, como gesto de recusa, aparece como metáfora da negação de uma realidade sócio-político já “calejada” pelos fracassos históricos obtidos nas tentativas de construção de projetos revolucionários¹²². O *grito* se coloca como a negação do *status quo*, semelhante, portanto, ao modelo de práxis marxiano.

---

¹²² Um grito de experiência. Um grito de raiva, um grito de horror. Um grito que vem do que vivemos e o que vemos, os jornais que lemos, os programas de televisão que assistimos, os conflitos de nossas vidas diárias. Um grito que não aceita que a fome em massa coexista com abundância, que tanto trabalho e tantos recursos dedicados à destruição da vida humana, que existam lugares no mundo onde o assassinato sistemático de crianças de rua é organizado como a única maneira de proteger a propriedade privada. Um grito de rejeição (HOLLOWAY, 1995, tradução nossa).

Para Löwy, os capítulos em que descreve a metáfora do *grito* e o potencial revolucionário de uma recusa vivida na experiência cotidiana permite que Holloway consiga fornecer um importante impulso para as gerações vindouras de ativistas. É o que afirma em carta:

A parte que mais gostei de teu livro foi a primeira: “O Grito”. Estas poucas páginas se encontram ente as expressões mais poderosas e emocionantes do pensamento revolucionário que li em muitos anos. Quero recomendá-las a todos os ativistas, jovens e velhos, de todo o mundo, como uma fonte maravilhosa de inspiração. São simplesmente magníficas! (LÖWY; HOLLOWAY, 2003, p.14, tradução nossa).

A metáfora do grito e o elemento de rebeldia, que Holloway sustenta em sua argumentação, nos permite verificar este componente de negação intransigente dos movimentos ciberativistas, mesmo que mantenham uma ética de não-violência, como observaremos nas descrições a seguir.

Esta estratégia discursiva busca expressar, o que podemos chamar de rebeldia cotidiana, na medida em que esta evoca a rebeldia das pessoas comuns que se insurgem contra um sistema econômico opressivo do qual participam todos: “através de Holloway (2003), sem dúvida o marxismo, ou um marxismo, coloca a rebeldia como categoria política. Marxismo esse de forte e evidente inspiração neozapatista, de onde a rebeldia é incorporada” (LIBERATO, 2006, p.18).

Na segunda tese, o autor afirma a impossibilidade da criação de um *mundo digno* por meio do Estado¹²³. Historicamente, a conquista do Estado tem representado todo o formato da luta revolucionária. Apesar disso, como não tem atuação autônoma, o Estado não escapa às redes de relações sociais capitalistas, mas nelas está imerso. Desta forma, não é possível que este seja compreendido somente como um instrumento destas relações, pois delas advém sua constituição concreta. É por isso que a atuação do Estado se revela como um mecanismo de controle externo.

A razão pela qual o Estado não pode ser usado para levar a cabo uma mudança radical na sociedade é que o próprio Estado é uma forma de relações sociais capitalistas. A existência mesma do Estado como uma instância separada da sociedade significa que, seja qual for o conteúdo de suas políticas, ele participa ativamente no processo de separar as pessoas do controle de sua própria vida (HOLLOWAY, 2011).

---

¹²³ O debate sobre a questão do Estado sempre acompanhou a obra de John Holloway. No textos dos anos 1970 e 1980, a partir da questão do Estado como uma forma das relações sociais, o autor refletia a discussão teórica da Alemanha Ocidental sobre a derivação do Estado (cf. HIRSCH, 2010). Para o autor, este debate auxiliou no entendimento do Estado como uma prática de classe e como centro da estrutura capitalista.

Independente da faceta social que assumo, o Estado é sempre uma derivação do capital. Ao colocar o Estado como uma parte superestrutural, em referência ao velho jargão, permitiu-se que, historicamente, o *político* e o *econômico* pudessem ser separados. Pelo contrário, para Holloway, é preciso desenvolver uma *crítica materialista do político*, partindo do método de Marx: Em outras palavras, o Estado não é uma superestrutura a explicar por referência a base econômica. Como o valor, o dinheiro, etc., é uma forma historicamente específica de relações sociais (HOLLOWAY, 1980, p. 12, tradução nossa).

Outra importante fonte do pensamento hollowayano sobre o Estado está no *autonomismo*. Nascido do processo de esfacelamento das esperanças revolucionárias, com a ascensão de partidos de esquerda ao poder na Europa (mais precisamente na Itália onde se originou) o *autonomismo* se apresentou em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970¹²⁴ como uma teoria da práxis baseada fortemente no *operaísmo*¹²⁵ e cujos princípios são: autogestão, descentralização política, negação dos partidos políticos como sujeitos revolucionários, contraposição anticapitalista e antiburocrática e defesa de um sistema de organização colaborativa em rede e aberta.

O *autonomismo* tem uma particular visão do Estado, que para muitos autores pode ser similar aos modelos conceituais do anarquismo¹²⁶. Em suma, pode-se afirmar que a práxis revolucionária dos movimentos autonomistas são, sobremaneira, herdeiros das proposições luxemburgistas¹²⁷ que têm influenciado de forma definitiva a ação política contemporânea.

Rosa [Luxemburgo] inova mais uma vez, quando recupera mais uma das lições dos combates proletários: as greves, como as revoluções (talvez as ondas de mobilização popular em nossos dias?), não precisam ser chamadas. Elas não são decididas nem nas cúpulas das organizações de massa, nem nos comitês centrais das vanguardas. Elas respondem aos momentos históricos que determinam suas próprias táticas de combate e modelos organizacionais através do improviso, da revisão e da renovação, enquanto desenham uma rica base de repertórios historicamente formados de contenção: o enriquecimento do arsenal da ação popular. Não é difícil reconhecer aqui a sua

---

¹²⁴ *Outono Quente* como ficou conhecido o episódio ocorrido em 1969 na Itália, durante a intensificação das lutas sindicais dos trabalhadores, aliadas aos protestos estudantis por melhorias na educação. Promoveu importantes transformações no modo de organização das ações operárias.

¹²⁵ O *operaísmo* foi um movimento político marxista marcado pela crítica à estrutura burocrática. Nascido na Itália entre 1950 e 1960, o *operaísmo* trouxe um peculiar modo de compreender o papel da classe operária na constituição (e transformação) das relações de produção. Antonio Negri e Mario Tronti foram seus principais pensadores. Cf. CAVA, 2014; TRONTI, 1980. ALTAMIRA, 2008.

¹²⁶ Autonomismo e anarquismo se assemelham em seus princípios comuns principais, como: anticapitalismo, antiautoritarismo e autogestão. Suas diferenças substanciais se referem a questões relacionadas com a estratégia, organização e prática. Cf. GAUTNEY, 2009.

¹²⁷ Sobre o Modelo Luxemburgo de ação, cf. MELUCCI, 1994.

proximidade com o Movimento Global [e lutas ciberativistas], cuja prática tem se caracterizado pela invenção e reinvenção através de batalhas consecutivas (GALVÁN; TURRIÓN, 2005, tradução nossa).

Para Holloway, o *autonomismo* e *operaísmo* realizaram uma verdadeira “revolução copernicana”, no dizer de Moulier, na tradição marxista ao inverter precisamente os pólos entre dominados e dominadores, já que o marxismo ortodoxo teria sempre tomado como ponto de partida a análise do capital (ou da dominação) para chegar, posteriormente, a luta da classe trabalhadora (dominados).

Concordo plenamente com esta inversão simplesmente porque começar pela dominação implica fechar-se dentro das categorias da dominação, de tal forma que a única saída possível é através de uma força externa, quer dizer um partido vanguardista. Neste sentido me considero parte da tradição autonomista e operaísta (2007, p.89, tradução nossa).

Contudo, para o autor, existem duas formas assumidas pelo *autonomismo* no mundo no modo de se entender esta inversão: uma forma positiva e um forma negativa. O *autonomismo positivo* seria aquele que chega à “metade do caminho, já que para diversas teorias sociais autonomistas as críticas ao capitalismo se prestaram à incorporação de elementos capitalistas e não-dialéticos¹²⁸. O seu contrário, o *autonomismo negativo*, reflete um modo particular de entender os antagonismos de classe, que não necessariamente recaia numa identificação positiva da classe trabalhadora como horizonte último da emancipação. Pois,

[...] o ponto de partida é a classe trabalhadora como negação, não como sujeito positivo, mas como sujeito negativo. A classe trabalhadora existe como a negação do capital, ou seja, como crise. A ênfase não está na estruturação do capital (como no autonomismo positivo) senão na crise. A crise não é só uma afirmação empírica mas também e sobretudo uma opção teórica. A crise é o centro do pensamento porque o que nos interessa não é a estabilidade do capitalismo e sim sua instabilidade, sua fragilidade. O marxismo não é uma teoria da reprodução do capitalismo e sim de sua crise (2007, p. 93, tradução nossa).

---

¹²⁸ Exemplos do autonomismo positivo podem ser dados ao se tomar os conceitos de de *fábrica social* (Tronti), de *capitalismo integrado mundial* (Guattari) e mesmo o de *império* (Negri, Hardt). Assim, “este enfoque paradigmático leva a recusa explícita da dialética como método teórico e implica apagar a distinção entre teoria capitalista e teoria anticapitalista (HOLLOWAY, 2007, p.90, tradução nossa). O que ocorre é que a teoria autonomista vai deixando de enfatizar a luta revolucionária para ser, simplesmente, a teoria da constatação e da caracterização da atual fase do capitalismo (como nas teorias de Virno e Negri). Com a positivação do conceito de sujeito e o decaimento neste antagonismo, Holloway (2007) afirma que nestas teorias toda a contradição se dissolve em uma multiplicidade de diferenças e a luta contra o capital se “dilui” em lutas por uma suposta “democracia genuína” ou por distintas (e melhores) formas de capitalismo (p. 91, tradução nossa).

Carece na teoria autonomista o entendimento da *natureza inteira da relação entre trabalho e capital*. Esta incapacidade da análise autonomista leva a subestimar o quanto o trabalho (por meio de sua abstração) se insere dentro das formas capitalistas. Daí decorrem duas consequências: em primeiro, observa-se que existe uma subordinação do trabalho ao capital, e não somente o contrário; e em segundo, percebe-se que há uma fragilidade interna do capital em relação ao trabalho.

Assim, existe uma *mútua penetração do poder e do antipoder*, pois o capital e o trabalho não somente não se excluem, como também são complementares. Consequentemente, poder (capital) e antipoder (trabalho) também se inter-relacionam.

Neste sentido, podemos afirmar que o paradigma do antipoder, ancorado nesta noção de *penetração mútua do poder* e com base na tradição autonomista, instaura a compreensão do caráter não-hierárquico das organizações políticas e sociais. Isto impõe pensarmos também o viés rizomático da rede no processo de formação/organização das ações ciberativistas e por isso refletir a gradativa diminuição de importância da figura histórica do militante para a construção do horizonte revolucionário; pois, tal figura deixa de representar a luta pela emancipação, já que o *grito*, longe de ser um símbolo de revolta do militante, torna-se um *grito* de todos os oprimidos.

Desta forma, como foi observado na ausência de lideranças destacadas os movimentos ciberativistas analisados, ocorre uma tendência marcante de horizontalidade nas relações sociais dentro dos movimentos, como veremos mais adiante. Assim, ir além da militância central e “profissional” destacando a importância de que negação do sistema capitalista seja um desejo e uma tarefa de todos: “só quando nos baseamos na ubiquidade da resistência, a revolução se torna possível” (HOLLOWAY, 2003, p. 258).

Chegamos assim a terceira tese em que se discute sobre questão do poder e a definição de antipoder¹²⁹. Para o autor, a mudança radical pressupõe não a conquista do poder, mas sim sua dissolução. “Se a revolução através da conquista do poder estatal se revelou como ilusão, isso não quer dizer que devemos abandonar a ideia de revolução. Mas é necessário concebê-la em outros termos” (HOLLOWAY, 2011). Isso significa dizer que a aposta revolucionária deve se dirigir

---

¹²⁹ A metáfora do vulcão parece conveniente para explicar a natureza invisível (e não menos poderosa) do antipoder: “nosso movimento vulcânico, nosso sentimento de estar reprimidos mas rebeldes surge de nossa experiência direta e indireta: a experiência da repressão no trabalho e na vida, a experiência de presenciar os horrores e a violência do mundo grotescamente injusto, a participação numa humanidade que se está extinguindo” (HOLLOWAY, 2010, tradução nossa).

à dissolução das relações de poder que permitiria, além da extinção dos modos sociais de dominação econômica, a construção de meios para garantir o *reconhecimento mútuo da dignidade das pessoas*.

Holloway se coloca numa certa tradição de pensadores críticos que se dedicaram a enfrentar a tarefa de conceituar o poder, bem como de definir como se dão os processos de disputa por poder social¹³⁰. Neste sentido, o debate que o autor propõe em *Mudar o mundo sem tomar o poder* se dirige à *A Microfísica do poder* de Michel Foucault, mas basicamente, se revela como uma tentativa de definir o antipoder. No primeiro caso, Holloway realiza uma provocação:

[...] um sujeito definido foi substituído por uma subjetividade indefinível. O poder do proletariado foi substituído por um antipoder indefinido. Esse tipo de movimento teórico constantemente está associado à desilusão, ao abandono da ideia de revolução a favor da sofisticação teórica. Essa não é nossa intenção. Mas, então, onde está o antipoder? (HOLLOWAY, 2003, p. 229).

Nitidamente dirigida à obra de Foucault, esta provocação coloca um marco fundamental na noção de antipoder: o conceito de antipoder não envolve definições identitárias ou se apresenta como mais uma *força num quadro de multiplicidade de forças em disputa*¹³¹. Na visão de Holloway, Foucault apresenta o conceito de *multiplicidade das relações de força* como uma tentativa de criar um *modo binário* de compreender o antagonismo social, qual seja, a *luta de classes*. Se a validade do conceito de luta de classes é contestada, em seu lugar Foucault coloca a noção de um poder que se exerce sempre como uma *multiplicidade de resistências*.

O que a microfísica foucaultiana faz é, na visão proposta em *Mudar o mundo sem tomar o poder*, colocar a questão do poder como um problema de linguagem. Ao fazer isso, certamente Foucault consegue esclarecer o emaranhado complexo de relações de poder presentes nas sociedades contemporâneas, contudo, o faz

---

¹³⁰ Segundo ainda a crítica de Löwy, a abordagem hollowayana sobre o poder (antipoder e contrapoder) é realizada de modo abstrato, impossibilitando de se dar relevo a toda uma memória histórica que ajudará a construir a resistência futura, pois o autor apresenta “muito pouca memória, muito pouca história em sua argumentação, pouca discussão dos méritos ou limites dos movimentos revolucionários reais, marxistas, anarquistas ou zapatistas desde 1917” (p. 174). Para Holloway, esta carência de argumentação histórica se justifica pelo fato de que todo o debate histórico na tradição marxista, acerca dos movimentos políticos anteriores, tendeu a não se permitir enxergar a nossa responsabilidade atual e ainda preemente em “assegurar que o capitalismo não destrua a humanidade”.

¹³¹ [...] segundo Holloway, Foucault imprime uma crítica ao conceito binário de poder fazendo a contrapartida sobre um poder entendido como uma multiplicidade de forças. Holloway, ao contrário, compreende “a multiplicidade de relações de poder deriva precisamente do antagonismo binário entre fazer e o feito”. Só assim podemos entender a noção de antipoder como uma categoria que vai “contra-e-mais-além” do próprio movimento de dominação, participando em todas as formas de antagonismo, de negatividade (RUBBO, 2009, p. 93).

sob pena de congelar, de fixar, como uma imagem pausada, um estado de coisas que é continuamente complexo e mutante¹³².

Esta *multidão de resistências* são essenciais ao poder, mas não permite a construção de nenhum processo de emancipação, pois o poder é definido como múltiplo e não-localizável.

Em sentido diametralmente oposto, para Holloway, o poder se constitui como uma unidade. Paradoxalmente, este caráter uno que é evocado nas multipautadas manifestações ciberativistas que tratamos neste estudo. Tal unidade não está presente nas demandas (envolvendo pautas diversificadas), mas propriamente na articulação unívoca “de tudo o que está aí”, como afirmam diversos destes movimentos, numa clara alusão a um sistema integral contra o qual as lutas imanentes são apenas parte de um conflito mais universal.

O antipoder se relaciona diretamente como um empoderamento das pessoas comuns sobre o seu fazer, conjuntamente com uma negação da divisão das identidades, divisão esta tão importante para a constituição jurídico-política do Estado e da *persona* do consumidor para o mercado capitalista.

Para Holloway, é preciso reafirmar uma noção particular democracia, em face tanto de uma teoria da revolução que não seja legatária de uma tradição socialista que resultou em fracassos históricos; como também para escapar de um modelo de democracia baseado em valores e pressupostos semelhantes aos da democracia cívico-liberal. Pois, “[...] o poder para o povo significa a destruição do capitalismo e o desenvolvimento de uma forma de fazer radicalmente diferente. Isso não é democracia, e sim revolução. Se quer entender a “democracia real” neste sentido, estou de acordo” (LÖWY; HOLLOWAY, 2003, p. 23, tradução nossa).

Assim, uma práxis revolucionária, voltada à autoemancipação, requer uma busca pela superação do capitalismo por meio da desconstrução de *nostra contribuição cotidiana* para com um sistema fetichista que organiza e controla o fazer humano. Esta práxis revolucionária tem alguns pressupostos básicos: o primeiro deles é o reconhecimento da dignidade humana como princípio central; e em segundo, o desenvolvimento das formas de organização das revoltas como únicas ferramentas a recuperação do caráter social do fazer.

A quarta tese proposta por Holloway sintetiza a intrincada relação entre práxis e economia política, pois a luta pela dissolução do poder é a luta pela emancipação

---

¹³² Não há movimento na sociedade que Foucault analisa: muda de um fotografia fixa a outra, mas não há movimento. Não pode haver, a menos que o foco esteja no fazer e na sua existência antagônica. Assim, na análise de Foucault existe uma imensa multidão de resistências que são essenciais ao poder, mas não existe possibilidade de emancipação. A única possibilidade é uma mutante constelação de poder-e-resistência sem fim (HOLLOWAY, 2003, p. 66).

do *poder-fazer* (*potentia*) do *poder-sobre* (*potestas*). Assim, não há processo revolucionário sem que se considere o caráter constitutivo do fazer humano para o atual estágio das sociedades modernas capitalistas.

Existe uma diferença profunda entre um fazer (*poder-fazer*, *potentia*) que é essencial ao homem e que sempre foi coletivo, plural e comunal; de outro tipo de fazer (*poder-sobre*, *potestas*) que instrumentalizou o agir humano e que, por isso, converteu os *fazedores* em objetos do seu *fazer*.

Nossa capacidade de fazer é produto do fazer de outros e cria as condições para o fazer futuro de outros. É impossível imaginar um fazer que não esteja integrado de uma forma ou outra ao fazer de outros, no passado, no presente ou no futuro (HOLLOWAY, 2011).

Outra importante referência que aparece em *Mudar o mundo sem tomar o poder* é a noção de *contrapoder*, na obra do autor italiano Antonio Negri, da qual decorrem ainda os conceitos de *poder constituinte* e *poder constituído*. Este caminho de interpretação esteve presente nas obras fundamentais da teoria do poder de Negri: *Império* (2000) e *Multidão* (2004), escritas em parceria com Michael Hardt.

Holloway realizou, a partir das teses negrianas/hardtianas uma composição *sui generis*: uma nova definição de poder, consoante com as demandas por participação popular na contemporaneidade e com o papel ocupado pelo fazer (trabalho) no processo de disputa pelo poder.

Para Negri e Hardt, o final do século XX assistiu à emergência do *império*, com uma forma de dominação política que passou a modificar a estrutura histórica do poder. O *império* se apresenta mais como conceito do que como uma simples metáfora, pois não significa tão-somente um substituto contemporâneo do *imperialismo*, diante do ocaso das soberanias modernas, mas principalmente porque se constitui como uma forma de poder *extravagante* e *superior*. Assim, o *império* se define como um biopoder.

O poder no *império* seria uma mistura entre elementos típicos do poder tradicional (extensão do poder burocrático paramentada com tecnologias de biopoder) e do poder de singularização (expresso no destaque ao *carisma* ou ao *evento político*)¹³³.

Em face disso, os autores apresentam uma visão utópica de rebeldia ao colocarem como grande possibilidade de oposição ao poder do *império* a imagem translúcida da *multidão*. A fragilidade do conceito de *multidão* é reconhecida pelos

---

¹³³ O objeto fundamental que as relações imperiais de poder interpretam é a força produtiva do sistema, o novo sistema econômico biopolítico e institucional. (...) No Império e seu regime de biopoder, produção econômica e constituição política tendem, cada vez mais, a coincidir (NEGRI; HARDT, 2001, p. 60).

autores: “uma das maiores autocríticas de nosso livro é que o conceito de multidão permaneceu muito indefinido, poético demais. Isso se deve em parte ao nosso foco principal sobre o Império e a dimensão requerida pela análise de sua natureza e suas estruturas” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 177).

Em *Multidão*, Negri e Hardt definem uma instância revolucionária que é, ao mesmo tempo, classista, mas não se esgota na noção de povo; que apresenta uma confluência de singularidades, mas também não se limita as noções estatais de sujeito. Isto significa dizer que todos os elementos que “interessam ao poder” como a unidade do sujeito (povo), a forma de sua composição (contrato entre os indivíduos) e o regime de governo (monarquia, aristocracia e democracia) não estão presentes no conceito de *multidão*, como *monstro revolucionário*. Como define Negri:

O monstro revolucionário chamado multidão que surge no final da modernidade busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida. (...) Quero dizer com isso que a potência da multidão, vista a partir das singularidades que a compõem, pode nos dar a medida da dinâmica de sua riqueza, de sua densidade e de sua liberdade. Além de ser, globalmente, produção de mercadorias e reprodução da sociedade, a produção de singularidades é igualmente a produção singular de uma nova subjetividade (NEGRI, 2004, p.17-18).

Outra contribuição da teoria do poder negriana é a noção de contrapoder. Para Negri, são três as formas principais de resistência: a primeira, como resistência ao velho poder; a segunda, como insurreição; e a última como potência constituinte do novo poder. Estas três formas são, na verdade, uma figura tríade que se unifica naquilo que o autor denomina *contrapoder*¹³⁴.

Apesar da importância destas proposições para pensarmos a complexidade do exercício de poder nas sociedades modernas, para Holloway, tanto o conceito de *multidão*, como o de *poder constituinte* (que é, na verdade, o *poder-fazer*) e o de *poder constituído* (ou o mesmo que o *poder-sobre*) são artifícios teóricos que ainda mantém-se limitados ao debate da democracia radical, que discutimos anteriormente.

Diante do poder-sobre (poder constituído), nos fala da ubiquidade e da força da luta absoluta da multidão, mas não nos fala nada do nexos crucial de dependência do poder-sobre (poder constituído)

---

¹³⁴ O poder constituinte é a potência de dar forma à inovação que a resistência e a insurreição produziram; e lhes dar uma forma histórica adequada, nova, teleologicamente eficaz. Se a insurreição empurra a resistência a se transformar em inovação (e representa, então, a produtividade disruptiva do trabalho vivo), o poder constituinte dá forma a esta expressão (acumula a potencia de massas do trabalho vivo em um novo projeto de vida, em um novo potencial de civilização). E se a insurreição é um arma que destrói as formas de vida do inimigo, o poder constituinte é a força que organiza positivamente novas formas de vida, e de felicidade das massas (NEGRI, 2003).

em relação ao poder-fazer (poder constituinte). Nesse sentido, apesar de toda força e brilho de sua explicação, Negri permanece no nível da teoria democrático-radical (HOLLOWAY, 2003, p.67, grifo nosso).

Este tipo de enfoque, em que pese sua atualidade, acaba por reforçar as posições de dominação que pretende combater, pois “insistam que a rejeição é a força condutora da dominação, de fato a relegam para um lugar subordinado” (2003, p. 251).

Na quinta tese de *Mudar o mundo sem tomar o poder*, busca-se definir de que forma o *poder-fazer se transforma no poder-sobre quando se rompe o fazer*. Isto significa dizer que há uma conversão de um fazer antes comunal, que determinava o fluxo social e as relações entre os homens, em um modo de fazer que é imperativo, porque fragmenta o agir humano e permite a dominação sobre os modos de fazer comunais.

Neste momento, onde o *fazer comunal* passa a ser regido por um *fazer imperativo*, emerge esta forma de poder que define nosso sistema social, simbólico e econômico: com a supressão do *poder-fazer* pela tirania de um *poder-sobre*.

A transformação do poder-fazer em poder-sobre implica a ruptura do fluxo social do fazer. Os que exercem o poder-sobre separam o feito do fazer de outros e o declaram seu. A apropriação do feito é ao mesmo tempo a apropriação dos meios de fazer, e isso permite aos poderosos controlar o fazer dos fazedores. Os fazedores (os humanos, entendidos como ativos) estão separados assim de seu feito, dos meios de fazer e do próprio fazer (HOLLOWAY, 2011).

As consequências da emergência do *poder-sobre* é atestada por Holloway na sexta tese, em que reafirma que a ruptura do fazer significa também a ruptura de cada aspecto da sociedade e, conseqüentemente, cada aspecto de nós mesmos. Pois, “as relações entre as pessoas existem como relações entre coisas, e as pessoas existem não como fazedoras, mas como portadoras passivas das coisas” (HOLLOWAY, 2011)¹³⁵.

Löwy problematiza o processo de construção de consenso no momento de ruptura do *poder-sobre* e defende sua posição com o seguinte problema: como pensar no processo de decisão que não seja impositivo de uma vontade, mesmo que esta vontade resulte de uma decisão democrática? Recorrendo a Rosa

---

¹³⁵ Esta mesma constatação está presente em diversos autores críticos que, por diferentes “rotas conceituais”, chegaram ao mesmo resultado: a sociedade capitalista põe em curso um processo de separação absoluta dos *fazedores* do seu *fazer*. Temos assim, a *alienação* (no jovem Marx), o *fetichismo* (no velho Marx), *reificação* (em Lukács), a *disciplina* (em Foucault), a *identificação* (em Adorno), a *forma-valor* (em Kurz e Jappe) e a *sociedade do espetáculo* (Debord).

Luxemburgo e sua posição contra o processo decisório bolchevique, Löwy (2005) pondera:

Explico agora minhas objeções. Elas têm a ver com a ideia de democracia, um conceito que quase não aparece no livro, ou que é despachado como “um processo definido pelo estado de tomada de decisão influenciada eleitoralmente” (p. 97). Penso que a democracia deve ser um aspecto central em todos os processos de tomada de decisões sociais e políticas e particularmente num processo revolucionário (p. 174).

Aqui a democracia significa o exercício de poder de uma maioria sobre uma minoria. Este poder, contudo, segundo Löwy (2005, p.174), não é absoluto, mas limitado pela estrita garantia de que as decisões respeitem a dignidade de todos, “mas, ainda assim, ela possui *poder-sobre*, e isto se aplica a todos os tipos de comunidades humanas, incluindo as comunidades zapatistas, sobre as quais Holloway escreveu bastante”.

Holloway aceita esta crítica de Löwy e ainda reconhece a importância do que chama de *estruturas democráticas*. Contudo, pondera o autor, o uso do termo *democracia* pode ser apresentado sem intenção de fornecer qualquer crítica ao processo decisório. Recorrendo a Pannekoek¹³⁶, Holloway reafirma a distinção entre tomar as pessoas somente como seres individuais (como faz o processo eleitoral) e reconhecer as pessoas como *fazedores* (do ponto de vista teórico e prático), como seres dotados de *fazeres sociais*.

É essa perspectiva assumida por um comunismo conselhistas: “as pessoas se reúnem como fazedoras e se formam decisões coletivas sobre a base do fazer” (LÖWY; HOLLOWAY, 2003, p. 21, tradução nossa). Como partícipe de um conselho, os indivíduos podem participar de decisões coletivas na medida em que estas partem de uma base: o *reconhecimento dos fazedores no processo de fluxo social*.

Mesmo enfatizando a importância do conselhismo e das iniciativas históricas, como a Comuna de Paris e os conselhos operários, Holloway não encararia o fato de que estas iniciativas são, na verdade, “formas de poder democrático que requerem alguma forma de *poder-sobre*” (LÖWY, 2005, p. 175). A isso Holloway contra-argumenta:

De alguma maneira estou contente com “todo poder para os conselhos operários”, mas só se o entendermos no sentido que

---

¹³⁶ “A partir de 1927 [Pannekoek] volta a se preocupar com uma produção teórica e política que buscasse melhor compreender o movimento operário, suas tendências e contra tendências. Nessa época consolida uma crítica sistematizada ao bolchevismo e escreve uma de suas principais obras intitulada *Lênin filósofo* (1938). Outra importantíssima obra de Pannekoek foi publicada em 1947 intitulada *Os Conselhos Operários*” (BRAGA, 2011, p.3). Cf. PANNEKOEK, 2008.

indiquei anteriormente, neste caso não creio que tenha muito sentido “tomar o poder e estabelecer sua dominação sobre a sociedade” (...) Aparte disso, segue em vigência minha postura anterior. Enquanto o poder seja “poder sobre”, enquanto o dizer se refira as pessoas como seres passivos, como objetos antes do que como sujeitos do processo, não pode ser parte do processo revolucionário (LÖWY; HOLLOWAY, 2003, p. 24, tradução nossa).

Para Holloway, em sua tese número sete, existe um processo de perpetuação deste *fazer subordinado*. Isto significa dizer que compactuamos diuturnamente com a manutenção de nosso *fazer subordinado*. Pois, como fazedores separados de nosso próprio fazer, recriamos nossa própria subordinação. Como trabalhadores, produzimos o capital que nos subordina.

Esta realidade pode ser encontrada no processo global de produção e nas saídas geopolíticas que o capital encontrou para driblar as sucessivas crises sistêmicas do capitalismo nos últimos séculos, mais de do qual não escapam nem mesmo os trabalhadores do assim chamado *trabalho imaterial*, como discutimos anteriormente.

Na oitava tese, Holloway esclarece que não há simetria entre o *poder-fazer* e o *poder-sobre*, isto significa dizer que a conquista do *poder-sobre* não leva à emancipação, mas ao seu contrário. Assim, toda forma de emancipação deve pressupor não um *contrapoder*, como defendem Hardt e Negri, mas sim uma luta *antipoder*. Pois, para Holloway, o “movimento do *poder-fazer* contra o *poder-sobre* não deve ser concebido como “contrapoder” (termo que sugere uma simetria entre poder e contrapoder), mas como antipoder (termo que sugere uma assimetria total entre o poder e nossa luta” (2011).

As lutas pela conquista do *poder-sobre* se apresentam nas disputas revolucionárias pelo Estado, ou nas meramente eleitorais, com fulcro no modelo do partido político, que discutiremos adiante. Estas experiências não providenciaram transformações no processo de produção econômica ou de geração de valor (como se observou nos países socialistas pelo mundo).

Neste sentido, o fracasso do modelo de socialismo *de caserna*, muito discutido por Kurz em *Colapso da Modernização* (1993), é também o fracasso de um modelo de revolução que somente reforçou o processo de fetichização próprio da modernidade capitalista, da qual o socialismo soviético, coreano ou mesmo cubano não ousaram suplantam.

Como consequência disso, chegamos à constatação da nona tese defendida em *Mudar o mundo sem tomar o poder*: a intervenção de uma força externa não é solução para rompermos com o *poder-sobre*. Por isso, a desilusão e,

acrescentamos as impossibilidades estruturais de uma organização horizontalizada, não deve permitir que o pensamento crítico e o agir revolucionário continuem a depositar esperanças de que um agente externo (uma liderança ou uma vanguarda partidária) como único caminho para um resgate das atuais condições da vida numa sociedade fetichizada.

O poder-sobre parece penetrar tão fundo em cada aspecto de nossas vidas que é difícil imaginar a existência de “massas revolucionárias”. No passado, a penetração profunda da dominação capitalista levou muitos a ver a solução em termos de liderança de um partido de vanguarda, mas resultou que isto não foi nenhuma solução, já que simplesmente substituiu-se uma forma de poder-sobre por outra (Holloway, 2011).

Na décima tese, Holloway (2011) recupera o debate da Nova Crítica do Valor sobre o processo de fetichização capitalista e o relaciona com a luta pela transformação do *poder-sobre*, pois, a “única forma de romper o círculo aparentemente fechado do poder é vendo que a transformação do *poder-fazer* em *poder-sobre* é um processo que implica necessariamente a existência de seu contrário: a fetichização implica a anti-fetichização”.

Assim, diante da constatação desta dominação, que pode receber diferentes denominações, como vimos (alienação, fetichismo, reificação, disciplina, identificação, etc.), não podemos acreditar numa total supremacia do *poder-sobre*, mas compreender que a efetivação desta forma de poder acontece sempre de modo processual e gradativo.

Se a separação, alienação (etc.) é entendida como processo, isto implica que o seu curso não está predeterminado, que a transformação do poder-fazer em poder-sobre sempre está aberta, sempre está em questão. (...) A existência do poder-sobre implica a existência do anti-poder-sobre, ou, em outras palavras, o movimento de emancipação do poder-fazer (HOLLOWAY, 2011).

Segundo Löwy, nos trechos referentes ao fetichismo e a fetichização, Holloway teria realizado uma tarefa importante em seus “capítulos filosóficos” sobre o fetichismo: aproximar Marx, Lukács e Adorno e discutir criticamente a separação do *fazer* e do *feito* e o processo social de *quebra do fluxo coletivo do fazer*. Contudo, ao definir o fetichismo, Holloway estaria identificando todas as formas de objetividade com fetichismo, numa negativa de distinguir entre alienação e objetivação.

Para Holloway, é justamente isto que seu texto defende: a distinção entre objetivação e alienação seria uma maneira de refrear a teoria revolucionária¹³⁷. Melhor dizendo, se o comunismo é o modo de alcançar a emancipação do fazer social, a teoria revolucionária deve ser parte de uma luta maior para emancipar o poder social do fazer humano, um meio de atacar não somente o processo de alienação do trabalho, mas toda objetivação social que decorre desta ruptura do fazer próprio do trabalho abstrato.

Holloway na tese onze é categórico: “a possibilidade de mudar a sociedade radicalmente depende da força material do que existe no modo de ser negado”. Esta *força material do negado* pode ser observada de três formas diferentes. Em primeiro lugar, pode ser observada nas lutas pela afirmação do *poder-fazer*, como um modo de resistência contra a dominação.

Estas lutas tomam muitas formas diferentes, desde a rebelião aberta até lutas para ganhar ou defender o controle sobre o processo de trabalho ou o acesso ou adequação a serviços de saúde, ou a afirmação de dignidade mais fragmentadas e muitas vezes silenciosas dentro do lar. A luta pela dignidade, pelo que está negado pela sociedade atual, pode ser vista também em muitas formas que não são abertamente políticas, na literatura, na música, nos contos de fadas (2011).

Em segundo lugar, esta *força material do negado* encontra-se na dependência do *poder-sobre* que nega. Historicamente, sempre houve a batalha para superar a dependência com relação ao *fazer dominado* ou, como prefere alguns autores, com relação ao trabalho. Isto significa dizer que diversos aparatos tecnológicos, descobertas científicas e estratégias políticas estão sempre sendo empregados para que o capital consiga se “libertar” da necessidade do trabalho e, por consequência, do trabalhador. Esta batalha se manifesta abertamente no desenvolvimento histórico da abstração do trabalho.

A transição do feudalismo ao capitalismo pode ser vista desta maneira, não apenas como a luta dos servos para libertar-se dos senhores, mas como a luta dos senhores para libertar-se dos servos, através da conversão de seu poder em dinheiro e assim em capital. A mesma busca de liberdade com respeito aos trabalhadores pode ser vista na introdução da maquinaria, ou na conversão massiva de capital produtivo em capital dinheiro, que joga um papel tão importante no capitalismo contemporâneo. Em cada caso, a fuga dos poderosos com respeito aos fazedores é em vão. Não há forma como o poder-sobre possa ser outra coisa senão a metamorfose do poder-fazer. Não há como os poderosos

---

¹³⁷ Pois, “o marxismo, sendo a teoria do fazer social, é infinitamente corrosivo. Isto significa crítica. (...) A crítica é um ataque, não somente a alienação, e sim também a objetivação” (LÖWY; HOLLOWAY, 2003, p.20, tradução nossa).

escaparem de sua dependência em relação aos impotentes (HOLLOWAY, 2011, grifo nosso).

Em terceiro, temos que esta *instabilidade dos poderosos* é sintoma da irrefutável *dependência com relação ao fazedores*. É justamente o que tem levado à constante tendência do capital à crise¹³⁸, tese bastante debatida pela Nova Crítica do Valor.

Na última tese, está a afirmação mais provocativa do texto: “a revolução é urgente, mas incerta, uma pergunta e não uma resposta”. Aqui o desafio está posto para as teorias pregressas de revolução, que acreditam numa superação quase que automática do capitalismo. Esta *certeza histórica*, infelizmente, não está do lado da dominados, mas exatamente em seu contrário.

Esta tentativa é fundamentalmente errônea, já que não pode haver nenhuma certeza na criação de uma sociedade autodeterminante. A certeza só pode estar do lado da dominação. A certeza pode ser encontrada na homogeneização do tempo, no congelamento do fazer em ser. A autodeterminação é inerentemente incerta. A morte das velhas certezas é uma libertação (HOLLOWAY, 2011).

Longe de propor certezas, as teses apresentadas por Holloway (2011) problematizam a questão fundamental do título *Mudar o mundo sem tomar o poder*: “a revolução não pode ser entendida como uma resposta, mas como uma pergunta, como uma exploração da realização da dignidade. Perguntando caminhamos”.

A recepção do livro e das teses nele contidas não foi pacífica¹³⁹. Isto porque, se de um lado Holloway apresentava um modo particular de compreender o fetichismo da mercadoria, a *forma-valor* e o trabalho abstrato (que ele denomina como *fazer*) em flagrante movimento de crítica as interpretações da economia política do marxismo ortodoxo; de outro, sua apresentação de um modelo de

---

¹³⁸ A fuga do capital com relação ao trabalho, através da substituição de trabalhadores por máquinas ou por sua conversão em capital dinheiro, defronta o capital, com sua dependência final em relação ao trabalho (isto é, sua capacidade de converter o fazer humano em trabalho abstrato produtor de valor), na forma de queda das taxas de lucro. O que se manifesta na crise é a força do que o capital nega, quer dizer, o poder-fazer não subordinado (HOLLOWAY, 2011).

¹³⁹ A publicação de *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) seguiu-se uma série de críticas, resenhas e comentários, que colocaram os debates suscitados pelo autor no centro das teorizações sobre as potencialidades revolucionárias no século XXI. Ao nosso ver, dois são os eixos principais das críticas do marxismo ortodoxo às teses defendidas por Holloway: o primeiro deles, diz respeito ao conceito de fetichismo da mercadoria que aparecia como uma *negação irrefletida do caráter ontológico do trabalho*; o segundo, trata da *negação do Estado como meta na disputa pelo poder político*, pois a recusa em aceitar o Estado como único horizonte da luta política revelou, para certos autores, a incapacidade de Holloway de “apreender a função própria da política na luta pelo socialismo” (TONET, 2012, p. 13) ou mesmo propiciou uma redução de “toda a ‘filosofia da práxis’ a um economicismo e, depois, proclama-se a sua insuficiência e estreiteza; posteriormente apresenta-se a crítica, a verdade da (im)possibilidade da revolução” (RUBBO, 2009, p. 98).

revolução não se ateve aos cânones do pensamento marxista sobre o Estado, a luta de classes, o poder e a práxis revolucionária.

A importância da reflexão hollowayana está na pertinência de sua análise sobre formas de ativismo em cenários sócio-políticos estagnados, que assim se mantém, apesar do incremento constante do vilipêndio da dignidade humana nas sociedades contemporâneas. A tentativa de construir uma saída histórica para superar este desafio é uma das tarefas empreendidas pelo autor em sua obra.

5.3. Ciberativismo: o paradigma do antipoder e a Nova Crítica do Valor

Nesta seção vamos continuar apresentando o paradigma do antipoder, todavia as proposições discutidas anteriormente e sua relação com o ciberativismo serão problematizadas à luz das teorias dos principais autores da Nova Crítica do Valor (Anselm Jappe, Robert Kurz e Norbert Trenkle), especificamente serão abordados os ensaios *Depois do fim do trabalho: rumo a uma humanidade supérflua* (2013a), *Estarmos livres para a libertação* (2013d), *Conferências de Lisboa* (2013c) e *Crédito à morte* (2013b), de Jappe; *Aniteconomia e antipolítica* (1997), *A ruptura estrutural do capital e o papel da crítica categorial* (2009) e *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria* (2007), de Kurz; e *As sutilezas metafísicas da luta de classes*, de Trenkle (2014).

Tais contribuições são úteis para que consigamos apresentar ponderações a um certo utopismo detectável no projeto político defendido por Holloway em *Mudar o mundo sem tomar o poder* e garantindo a validade metodológica para o paradigma de interpretação que estamos a propor.

Neste sentido, a questão central a ser sobreposta ao paradigma do antipoder pelos autores da Nova Crítica do Valor é de: quais as formas de emancipação social no contexto da crise econômica vigente? E além disso, qual o papel da crítica social como fomentador de políticas revolucionárias, e acrescentamos ciberativistas?

Em grande medida, o panorama geral da obra de Holloway comunga fortemente com os pressupostos fundamentais da Nova Crítica do Valor (apesar de dela não fazer parte), uma vez que esta abordagem teórica abre um viés original de crítica radical do capitalismo por meio da crítica do *forma-valor*.

Partindo de um viés distinto da nova crítica do valor, também o trabalho de John Holloway, próximo ao que ele chama de “open marxism”, parte da crítica do fetichismo para reconstruir um sentido contemporâneo para a crítica radical do capitalismo (NASCIMENTO, 2009, p. 56).

Ao defender o processo de anti-fetichização da realidade, o autor está discutindo a constituição da objetividade social dentro realidade da *forma-valor* que define e determina o que real nas sociedades modernas, proposta está muito semelhante ao trabalho desenvolvido pelo autores da Nova Crítica desde os anos 1980.

Sendo assim, prossigamos. Para Jappe em entrevista publicada em *Conferências de Lisboa* (2013c) é preciso considerar que existe nos movimentos sociais e nos pensadores de esquerda uma supervalorização das formas de organização social de autogestão ou em modo de democracia direta. Não que se questione a importância da ampliação dos processos de decisão democráticos, mas que deve se considerar que o rompimento com as “leis fetichistas - trabalhar, acumular valor, ter êxito no mercado, produzir com o menor custo possível” (JAPPE, 2013c, p. 92) é o único caminho para a radicalização das lutas.

Aqui o autor apresenta um alerta aos movimentos ciberativistas como o *Occupy*, que discutiremos a seguir: “a evocação da “democracia” não serve de nada, nem mesmo a democracia “direta” ou “radical”, se os sujeitos aos quais se pretende devolver a voz são largamente reflexos do sistema que os contém (...) (2013d, p. 116).

Diferentemente de Holloway, Anselm Jappe desconfia que todas as formas de protestos sejam “uma boa notícia”, afirmando que “é preciso criticar tudo o que houver a criticar nesses movimentos, em vez de correr atrás deles” (2013d, p. 116).

Desta forma, a edificação de um projeto revolucionário passa por continuar a enfrentar a relação entre teoria e práxis, mesmo diante da urgência de uma dada situação política, pois “as situações e conflitos do passado são pouco úteis para nos socorrer na decisão referente a nossa ação hoje” (2013b, p. 125).

Juntamente com a sociedade de mercado, também muitas das suas explicações tradicionais se tornaram caducas. (...) Uma teoria social baseada no regresso à crítica marxiana do valor e da mercadoria parece estar em melhores condições para ler estes fenômenos de crise. (...) Uma verdadeira radicalização dos movimentos anticapitalistas tem de passar por uma leitura aprofundada desta realidade capitalista (JAPPE, 2013c, p. 92).

Assim, uma *teoria crítica do valor* a ser aplicada nos eventos políticos dos movimentos sociais contemporâneos certamente pode permitir que se tenha uma leitura mais complexa sobre as iniciativas ciberativistas.

Na medida em que não teme a teoria em face da práxis (e por isso consegue escapar às suas armadilhas pragmáticas e conjunturais), a crítica do valor e as reflexões sobre antipoder podem fomentar a radicalização do projeto político

ciberativista. Isto significa dizer que a *teoria crítica do valor* e o paradigma do antipoder podem contribuir, enquanto uma forma determinada de práxis, para que as lutas ciberativistas (em boa parte presas às pautas salariais e por direitos civis) possam se converter em lutas fundamentalmente anticapitalistas.

Holloway reafirma a importância da teoria para a luta anticapitalista:

Não queremos entender o mundo sem negá-lo. A meta da teoria é conceitualizar o mundo negativamente, não como algo separado da prática, mas como um momento da prática, como parte da luta para mudar o mundo, para fazer dele um lugar digno da humanidade (HOLLOWAY, 2011).

Um ponto comum entre a teoria hollowayana e as reflexões sobre política em Jappe é a crítica da institucionalização da política, pois uma das condições fundamentais para retomar o que Jappe chama de “caminho da perspectiva do agir” é realizar o rompimento com a política no sentido institucional: “hoje, a única política possível é a separação radical em relação ao mundo da política e de suas instituições, da representação e da delegação, para se poderem inventar em sua lugar novas formas de intervenção direta” (2013b, p. 92).

A práxis ciberativista e sua recusa ao modelo democrático representativo, bem como a insistência em um modelo horizontal de organização são modos de “invenção” de novos meios de intervenção direta na realidade social.

Para Jappe, é importante recuperar a memória de eventos e movimentos políticos que encontram numa antipolítica a saída para a construção de um projeto político revolucionário para além das experiências anteriores:

Apesar da intenção manifesta de fazer uma política “completamente diferente” recaem [partidos socialistas e mesmo movimentos libertários] sempre no “realismo” e no “mal menor”, participam das eleições, exprimem-se sobre os referendos (...) Em fase desse desejo de “participar do jogo” – quase sempre na posição de “representante” de algum “interesse” –, é preciso trazer à lembrança os movimentos e momentos de oposição radical que fizeram antipolítica: dos anarquistas históricos às vanguardas artísticas, de certos movimentos no hemisfério sul, tais como a Crítica Radical em Fortaleza, Brasil¹⁴⁰, à greve selvagem de maio

---

¹⁴⁰ O Grupo Crítica Radical assim se define no *site* do coletivo *criticaradical.org* : “a partir do início da década de 90, com a descoberta de um duplo Marx, vem desenvolvendo um processo de revolução teórica e prática tendo se constituído posteriormente como Grupo Crítica Radical. A partir daí o grupo vem realizando uma ruptura total com a política e as práticas de partidos e entidades que querem administrar a crise do sistema arbitrando perdas, propondo-se a contribuir para a construção de um novo movimento social numa perspectiva emancipatória. Nesse sentido o grupo Crítica Radical tem organizado seminários, estudos, debates, lançamento de livros e outros eventos que trouxeram ao nosso estado vários(as) escritores(as) que vêm desenvolvendo a teoria crítica do valor/dissociação, como Robert Kurz, Anselm Jappe, Roswitha Scholz, Moishe Postone, Dieter Heidemer. Gérard Briche, entre outros”.

de 1968 na França e à insubordinação permanente nas fábricas italianas durante os anos 1970 (JAPPE, 2013b, p.89)

Robert Kurz também aparece no debate em torno do conceito de antipolítica com o texto *Aniteconomia e antipolítica* (1997). Para o sociólogo alemão, o marxismo tradicional dirigiu seu horizonte de atuação para o poder e não para o processo de construção de uma política emancipadora anticapitalista.

Em outras palavras, ele não se organizou de forma anticapitalista quanto à reprodução e à vida cotidiana, mas apenas politicamente, como "expressão de vontade" histórica e abstrata, sem um lastro reprodutivo na realidade, ou seja, como "partido político" (e, paralelamente a isso, ele lutou sindicalmente por gratificações imanentes ao sistema). Subordinou-se tudo ao objetivo da tomada política do poder, para então, através de intervenções estatais - e, conseqüentemente, "de cima" - querer de certa maneira "revirar" a reprodução capitalista de acordo com os padrões socialistas da economia planificada. O poder político aparece aqui como o ponto de Arquimedes, e um aparato estatal alternativo ("Estado-trabalhador"), como a alavanca central da reviravolta (KURZ, 1997).

Esta constatação é outra marca do paradigma do antipoder: as experiências históricas do socialismo ao se dedicarem à conquista do poder político estatal se viram presas da reprodução capitalista que, originalmente, pretendiam romper. Este ponto comum pode ser observado nas leituras de Holloway como as de Kurz: o ativismo deve ser pensado não somente como um processo de ascensão e conquista do poder estatal, mas mesmo com sua ruptura.

Outras aproximações podem ser feitas com relação ao trabalho desenvolvido por Robert Kurz e John Holloway. Curioso observar que muitos situam Kurz e Holloway numa mesma "escola de pensamento", se assim podemos chamar, como destaca Ângelo Novo (2007):

A escola de Kurz, para não se designar pelo seu nome próprio, ou pelo de alguma das publicações por ele editadas, costuma denominar-se também como "crítica do valor", embora esta se reclame de uma certa genealogia intelectual que recua até Gyorgy Lukács (o de 'História e Consciência de Classe'), Isaak Rubin e Roman Rosdolsky, reclamando também afinidades com outros pensadores actuais, como o norte-americano Moishe Postone e o francês Jean-Marie Vincent. Uma outra ramificação que tem ganho notoriedade recente é a que se reúne à volta do pensador "zapatista" britânico John Holloway, autor de 'Change the world without taking power' (p. 176).

Daniel Cunha (2014) também aproxima conceitualmente os dois autores no artigo *Em busca do sujeito perdido*:

Importa também observar que a análise de Holloway dos dois níveis da luta de classe se refere a objeto semelhante ao “duplo Marx” de Robert Kurz. Para Kurz, o Marx “exotérico” da luta de classes estaria historicamente superado, com a correspondente emergência teórico-prática do Marx “esotérico” da crítica do fetiche da mercadoria e do trabalho abstrato. A análise de Holloway parece integrar dialeticamente o Marx “esotérico” e o “exotérico” em um único movimento dialético, e parece estar mais de acordo com as condições práticas da luta real (p. 167).

Ambos autores não se furtaram em fazer de suas obras um profundo ataque ao processo de fetichização que colonizou o trabalho humano (trabalho abstrato, para Kurz, e simplesmente o *fazer* para Holloway) que tem nos conduzido à crise e ao colapso civilizatório. Para Kurz (2007), em comentário a *Mudar o mundo sem tomar o poder*, Holloway consegue realizar um “percurso peculiar” em seu desenvolvimento conceitual em direção à crítica da *forma-mercadoria*.

Na argumentação de Holloway, o desenvolvimento do conceito de fetiche faz um percurso peculiar. Por um lado, tal como faz todo o operaísmo, prolongando o conceito marxista tradicional de capital na teoria da ação, ele parte da dominação jurídico política direta dos sujeitos capitalistas: “Isso é o capital: a afirmação do comando sobre outros na base da ‘propriedade’ do feito e, em consequência, dos meios de fazer, da condição prévia do fazer daqueles que se comanda.” (Holloway, 2002, p. 44). De modo bem proudhoniano, fala-se aí de “roubo” (p. 46) que é perpetrado contra trabalhadoras e trabalhadores. Por outro lado, quase no mesmo fôlego, ele constata lapidarmente a objetivação fetichista em sentido marxiano: “Na sociedade capitalista, o sujeito não é o capitalista... O sujeito é o valor” (p. 48).

Holloway teria tido o mérito de romper com uma vertente do *operaísmo* que repudia o conceito de fetiche, tomado como o “último fantasma de Marx”. Para Kurz (2007), o autor representaria uma importante variante do pós-*operaísmo* que teria conseguido *dar o golpe de misericórdia nesse escândalo*.

Contudo, aqui também começam as objeções propostas por Kurz (2007), principalmente com conceito de fetiche e de luta pela dignidade humana como princípio fundamental da revolução. É o que chama de *definição deficitária* do conceito de fetiche o que permitiu que Holloway construísse uma *ideologia positiva do sujeito*, pois segue igualmente o desenvolvimento geral que vai do *sujeito objetivo de classe* do marxismo de partido para o sujeito puro e afinal fragmentado da ideologia do movimento”.

Ainda para Kurz, Holloway mantém em sua argumentação resquícios de uma certa ontologização do sujeito ao não perceber que também o processo de fetichização constitui a *forma-sujeito*. Ou seja, a fetichização que toda a sociedade moderna capitalista sofreu também legou consequências importantes no processo de formação do sujeito na modernidade. Para ele, Holloway contrapõe ao sujeito

constituído na forma da Modernidade um sujeito “existencial” que, supostamente, jaz de algum modo “por baixo” e que surge no lugar da “classe”.

Ao nosso ver, Holloway não nega esta posição, e pelo contrário, afirma categoricamente que toda luta contra o trabalho abstrato, ou pela recuperação do *fluxo do fazer*, é também uma luta contra a classificação, contra a categoria sujeito, uma vez que o pressuposto de toda práxis deve ser se insurgir contra a definição de identidades sociais, colocadas de modo rígido e fechado.

Este processo de classificação e de definição de identidades somente tem servido para estruturar políticas de Estado repressivas e para fortalecer os mecanismo de reprodução capitalista, pois “a classificação [é] como um aspecto de todo o processo de fetichização, o que nos leva à ideia de que a luta, da mesma maneira em que a luta é luta contra a fetichização, também é uma luta contra a classificação” (HOLLOWAY, 2009, p. 08)

É nesse sentido que a luta contra a classificação não pode se vincular a uma identidade dada, como a classe operária ou a classe trabalhadora, mas tem que ser uma luta de quem é classificado contra a sua própria classificação, “então é uma luta anticlasse” (HOLLOWAY, 2009).

Outra importante crítica proposta por Kurz, e que nos interessa nesta pesquisa, é crítica que volta-se à herança do Maio de 1968, presente em toda o paradigma do antipoder proposto por Holloway. Para o autor alemão, Holloway se insere numa vasta tradição da esquerda mundial que dá proeminência teórica ao conceito de *vida cotidiana* como categoria de análise política.

Esta reapropriação de muitos temas de luta e de estratégias dos movimentos de 1968 pelo capitalismo durante fins do século XX (e que tem a Internet como resultado mais evidente, além do conceito de *ideologia californiana* e *economia da dívida high tech* que já discutimos) marca profundamente uma certa *inocuidade da luta anticapitalista* de hoje. Assim,

[...] tais conceitos de 1968 e da esquerda pós-moderna foram há muito adaptados pelo *management* de crise do capitalismo, por exemplo, sob a forma da propaganda neoliberal da «autoresponsabilização» individual. O tema da «vida quotidiana» não pode substituir a verdadeira intervenção ao nível da síntese social; tal como não pode dispensar a necessária força de intervenção (por exemplo, através de greves, bloqueios, paralisação das vias neurálgicas capitalistas) (KURZ, 2009).

Neste sentido, a “verdadeira resistência” não está em considerar como imutáveis os aspectos da *vida cotidiana*, mas fazer do “sofrimento diário” vivido nos espaços de segregação das cidades o estímulo para a construção de luta sociais, uma vez que “a resistência, pelo contrário, começa quando os indivíduos se

levantam contra o seu 'quotidiano', determinado pelo capitalismo em todos os poros, e se tornam em geral capazes de organização (KURZ, 2009).

Para Holloway, os debates promovidos pelos movimentos pós-1968, para a construção de uma teoria revolucionária anticapitalista, devem resignificar este sentimento de inadequação e a desesperança política vividos no período. Pois,

[...] 1968 abriu a porta para uma mudança no mundo, uma mudança nas regras do conflito anticapitalista, uma mudança no significado da revolução anticapitalista. É por isso que digo que 1968 joga um papel no fato de sentirmos perdidos e que também é uma chave para encontrar alguma orientação (HOLLOWAY, 2008, p. 43, tradução nossa, grifo nosso).

Para muitos autores, o ponto nodal dos movimentos sociais que acabaram por desembocar nos protestos experimentados, principalmente na Europa a partir de 1968, é a constatação da profunda crise do modelo fordista-keynesiano, tendo como catalizador as organizações sindicais e os coletivos de trabalhadores.

Contudo, para Holloway, os eventos desencadeados a partir de maio de 1968 têm um significado muito mais profundo: representam algo mais estrutural do que a crise do fordismo e, por extensão, do keynesianismo-leninismo, significam a recusa que originará a luta pela superação mesma do trabalho abstrato e da “relação antagônica entre nosso fazer e a abstração ou alienação que o capital impõe”.

Este antagonismo sempre está presente, e é o que explode em 1968, quando uma geração já não tão dominada pela experiência do fascismo e guerra se levanta e diz “Não, não vamos dedicar nossas vidas ao domínio do dinheiro, não vamos dedicar todos os dias de nossas vidas ao trabalho abstrato, vamos fazer outras coisas”. A revolta contra o capital se expressa abertamente como o que é e tem que ser: uma revolta contra o trabalho. Se torna claro que não podemos pensar na luta de classes como trabalho contra o capital, porque o trabalho está do mesmo lado que o capital, o trabalho produz o capital. A luta não é a do trabalho contra o capital, e sim a do fazer contra o trabalho e, portanto, contra o capital. As lutas dos trabalhadores contra os capitalistas não são lutas do trabalho mas contra-e-mais-além do trabalho: todo o tempo desbordam as instituições do trabalho abstrato. Isto é o que se expressa em 1968: nas fábricas, nas universidades, nas ruas (HOLLOWAY, 2008, p. 50, tradução nossa, grifo nosso).

O *alternativismo* que se alicerçou nos pressupostos da esquerda pós-1968, é, na visão de Kurz, insuficiente para formular estratégias revolucionárias concretas, já que são incapazes de se multiplicarem em direção à síntese social. Por isso, se tornam “presas” das relações fetichistas que pretendem criticar.

Para Kurz, algumas iniciativas políticas ciberativistas, que trataremos em detalhe a seguir, podem também ser “vítimas” desta incapacidade de sair da imanência capitalista.

Estas tentativas, por exemplo, na forma da chamada “economia local” ou do movimento digital *open-source*, tal como a ocupação de empresas, também não podem alcançar o nível da síntese social. Como alternativa aparente a um movimento de resistência social a partir da imanência capitalista correm o risco de se transformar numa «autoadministração da pobreza». Se aí ainda aparecer a ideia de uma «crítica da forma-mercadoria», será rebaixada para um formato em que tal crítica não é possível sem perder o seu conteúdo decisivo e sem se envolver em contradições sem saída. As supostas alternativas permanecem amarradas a relações contratuais burguesas, e não só; elas também dizem respeito apenas a pequenos segmentos da reprodução, que permanece no seu conjunto determinada à maneira capitalista (KURZ, 2009).

Apesar disso, para Kurz, ainda existem potencialidades emancipadoras, ocultas nas tecnologias de comunicação e informação nascidas na Revolução Microeletrônica, mas requer um processo de experimentação contínuo, bem como uma “repaginação” das ideias socialistas mais antigas. Esta propositura, em grande medida, semelhante àquilo que Enzensberger anteviu nos anos 1960-1970.

Por isso, a própria utilização emancipatória da microeletrônica terá de ser reformulada e experimentada, ou seja, há de se desenvolver uma combinação de *hardware* e *software* próprios, determinados por objetivos a serem previamente definidos. (...) Por fim, é necessária também uma ampliação consciente desse conhecimento (...) As antigas ideias socialistas, portanto, são plenamente reconstruíveis em formas análogas e adaptadas às novas tarefas. O objetivo da emancipação não pode ser o paspalhão cem por cento automatizado, mas a pessoa auto-reflexiva, que regula conscientemente seu contexto vital e não é dominada por coisas mortas (KURZ, 1997).

Uma questão que ainda não abordamos na definição do paradigma do antipoder: como este paradigma, que compreende que a crítica da identificação é parte do processo de reificação fetichista, pode pensar os movimentos ciberativistas, marcados, sobremaneira pelas (várias) afirmações identitárias?

Neste sentido, é conveniente recorrermos a Norbert Trenkle, no texto *As sutilezas metafísicas da luta de classes* para quem o foco na crítica tanto da totalidade capitalista e do sujeito na modernidade são os caminhos para se evitar que tais movimentos recaiam na relativização e na disputa interna.

Para que a insistência (completamente correta) no caráter pluralista e heterogêneo de um possível movimento global de emancipação não leve à relativização e à intensificação da

autoafirmação concorrencial, ela deve ser formulada desde um ponto de vista de negação determinada que seja baseado não em princípios positivos ou em uma “essência” presumida, mas na crítica da totalidade capitalista. Uma parte central disto é a crítica do sujeito moderno (2014, p. 186).

Ao analisarmos a práxis ciberativista sobre esta perspectiva é preciso considerar que esta luta pela recuperação do fazer não se revela, como veremos a seguir, de modo consciente e direto. Não temos por aí bandeiras e dizeres sobre a extinção da *forma-valor* ou pautas que definam as mazelas do *trabalho abstrato*, tal qual são descritas pelas pensadores da Nova Crítica do Valor. É preciso considerar, como postula Trenkle (2014) que

[...] excessos emancipatórios podem ser encontrados, em princípio, na resistência solidária contra a dominação e a repressão – por exemplo, em muitos movimentos sociais contemporâneos contra as condições de vida ou de trabalho na crise do capitalismo globalizado, a qual está se tornando cada vez mais intolerável. É claro que não se expressa, aí, uma “essência” pré-existente que insiste em sua liberação; ao invés disso, trata-se de nada mais, nada menos, que o ponto de partida de uma organização social que não pode ser mais integrada nas formas do capitalismo (p.187).

Existe um impulso histórico em direção à construção de saídas concretas que viabilizem um economia política para além do capitalismo e centradas, sobremaneira, nas tecnologias e em suas potencialidades sócio-políticas, como o que discutimos nas teorizações de Rifkin e por Barbrook.

Para o paradigma em exame, as lutas dos movimentos sociais de superação do capitalismo não são ativadas por um “entendimento abstrato da necessidade de mudança, mas são sempre ativados por eventos concretos e em situações particulares de preocupação coletiva”. Cabendo, pois, a teoria social crítica realizar “uma análise meticulosa destes, e de outros conflitos, é, sem dúvida, muito importante para a promoção da concretude de uma crítica radical do capitalismo contemporâneo” (TRENKLE, 2014, p.187).

Como vimos, diversos são os questionamentos apresentados pela Nova Crítica do Valor à teoria do antipoder de Holloway. Contudo, o mais intransigente destes parecer ser o que resumimos da seguinte forma: diante do atual estado de coisas será possível construir uma práxis realmente emancipadora do valor, da *forma-mercadoria* e da abstração do trabalho e de suas mazelas?

Holloway tenta responder esta questão no seu livro seguinte, *Fissurar o capitalismo*, texto que analisaremos no item a seguir e que também traz pistas sobre

como os movimentos políticos alicerçados na Internet podem ser melhor compreendidos à luz do paradigma do antipoder.

5.4 Ciberativismo, antipoder e fissuras ao capitalismo

Se com *Mudar o mundo sem tomar o poder* Holloway inicia sua jornada para formatação das teses que fundamentam o que denominamos paradigma do antipoder; no seu livro seguinte, *Fissurar o capitalismo*, escrito quase dez anos depois, a tarefa agora é a construção mais elaborada de uma crítica do valor que dê conta tanto das crises sucessivas das últimas décadas (econômicas e ambientais), como do potencial emancipatório contido na recusa representada pelos eventos políticos ocorridos entre 2010-2013.

Para Holloway, as perguntas deixadas em aberto em *Mudar o mundo sem tomar o poder* encontram no livro seguinte um único argumento como resposta: *fissurar* o capitalismo. E provocar *fissuras* no capitalismo significa que devemos rompê-lo de todas as formas que sejam possíveis. É por isso que ele vai defender o *método da fissura* como estratégia de luta revolucionária.

Antes de nos atermos ao conceito de *método da fissura*, é preciso esclarecer que em *Fissurar o capitalismo* (2013a) Holloway avança na proposição de uma teoria da práxis que seja adequada a encalacrada situação política nas sociedades modernas atuais. Esta situação sócio-política que parece um aprisionamento, uma clausura inspirou a imagem alegórica que define o sentido de se promover *fissuras no capitalismo*:

A imagem que sempre volta a minha mente é a de um pesadelo inspirado em Edgar Allan Poe. Estamos todos em uma sala com quatro paredes, um piso, um teto e sem janela ou portas. A sala está mobiliada e alguns dentre nós estão confortavelmente sentados, outros certamente não. As paredes estão gradualmente avançando para dentro, às vezes mais lentamente, às vezes mais rápido, fazendo com que todos nos sintamos mais desconfortáveis, avançando o tempo inteiro, ameaçando-nos com a morte por esmagamento. Há discussões na sala, mas são predominantemente sobre a disposição dos móveis. As pessoas parecem não ver as paredes avançando. (...) À medida que as paredes se aproximam, as pessoas reagem de formas diferentes. Algumas se recusam terminantemente a ver o avanço das paredes, fechando-se hermeticamente em um mundo de fantasia e defendendo com determinação as cadeiras onde estão sentadas. Algumas veem e denunciam o movimento das paredes, constroem um partido com um programa radial e anseiam por um dia no futuro no qual não haverá paredes. Outros (entre eles eu me incluo) correm em direção às paredes e tentam desesperadamente encontrar fissuras, ou falhas, sob a superfície, ou mesmo cria-las, golpeando as paredes. Esta procura (e

criação) de fissuras é uma atividade prático-teórica, um lançamento de nós mesmos contra as paredes, mas também um afastamento para tentar enxergar fissuras ou falhas na superfície (HOLLOWAY, 2013a, p. 12)

O *método da fissura* é um método extraído de uma situação-limite de crise. Como método dialético, de uma *dialética negativa* de viés adorniano¹⁴¹, se apresenta também como *dialética da inadequação*. Isto significa dizer que o projeto de práxis hollowayano retira sua força motriz do sentimento generalizado de inadequação que se experimenta nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Esta percepção permite construir um teoria da revolução que não seja centrada no processo de dominação, mas sim na busca por estabelecer estratégias de luta que partam da noção de que estamos diante de um sistema em crise e que *este sistema é estruturado sobre nós*, não como alicerces, *mas como contradições*. Desta forma, “queremos entender como nós mesmos somos estas contradições” (HOLLOWAY, 2011). É o que discute Daniel Cunha:

Em relação ao seu livro anterior, *Mudar o mundo sem tomar o poder*, há um deslocamento do centro do foco do “poder” para o “trabalho”. Para a empreitada, Holloway articula a sua peculiar constelação de referências, que reúne comunismo de conselhos, autonomismo italiano, teoria crítica e crítica da economia política. São esses quatro eixos que determinam o que é por ele chamado de “método da fissura” (CUNHA, 2014, p. 162).

Em resenha publicada, Daniel Cunha (2014) analisa os quatro eixos que se articulam na argumentação de *Fissurar o capitalismo*. O primeiro eixo é proveniente do *autonomismo* italiano, em que Holloway recupera o ponto de vista do sujeito. É o que se vê expresso na sentença: “Romper. Queremos romper. Queremos romper com o mundo tal como ele é”. Esta perspectiva implica colocar o sujeito *fazedor* como a contradição fundamental do sistema capitalista e o núcleo da emancipação.

O segundo eixo temático é o do conselhismo.

A horizontalidade conselhistas é enfatizada como meio e fim da articulação da subjetividade e da organização revolucionária: “falar das fissuras como impulso em direção à autodeterminação faria pouco sentido se isto não se refletisse em sua organização interna” (CUNHA, 2014, p. 163).

---

¹⁴¹ Ao promover a rejeição do caráter afirmativo da dialética (em Hegel), Adorno aposta na não-identidade entre sujeito-objeto. E ainda afirma: “no entanto, o fato de se precisar daquilo que não pode ser subsumido à identidade - o valor de uso segundo a terminologia marxista - para que a vida em geral perdure, até mesmo sob as relações de produção dominantes, é o inefável da utopia. Esta penetra profundamente naquele que jurou não a realizar. Em face da possibilidade concreta da utopia, a dialética é a ontologia do estado falso. Dela seria liberado de um estado justo, que não é nem sistema nem contradição (ADORNO, 2009, p.18).

Especificamente neste temática, podemos perceber como o paradigma do antipoder encontrou “eco” nas ações ciberativistas que discutiremos mais adiante, voltadas, sobretudo, para o modo autogestionário de organização da luta, pois “se o capital é a negação da autodeterminação, então o impulso em direção à autodeterminação ou autonomia deve ser fundamentalmente diferente em sua forma de organização” (HOLLOWAY, 2013a, p. 41).

O terceiro eixo é o *teoria crítica*, especificamente nas obras de Adorno e Bloch. Para Cunha (2014), “Holloway utiliza a dialética negativa de Adorno e o “ainda-não” de Bloch, enfatizando o não-idêntico das relações sociais capitalistas e de seus agentes ou personificações, e as formas alienadas são tomadas como antagonismo”. A construção da identidade e a atribuição de “máscaras de caráter” nos são impostas pela estrutura das relações sociais e impedem substancialmente que possamos promover rupturas.

O mundo da personificação é um mundo ordenado, um mundo que pode ser classificado, um mundo no qual as pessoas desempenham as suas funções sociais, um mundo que pode ser entendido em termos funcionalistas. Um mundo onde a revolução não tem lugar (HOLLOWAY, 2013a, p. 113-114).

A questão proposta por Holloway é a seguinte: se o processo de classificação *atinge em cheio* a classe trabalhadora (garantindo-lhe uma identidade forjada em razão de sua posição/função social no processo produtivo), como podem os trabalhadores, uma vez que personificados pelo trabalho que realizam, serem construtores de uma classe revolucionária que destruirá o trabalho?

Holloway apresenta três possíveis respostas a esta pergunta e suas consequências históricas. A primeira é a resposta estruturalista, que postula que os sujeitos são resultados imediatos do capitalismo, e neste caso o processo revolucionário deve ser sempre resultado de uma crise fatal no capitalismo que permita emergir um novo sujeito revolucionário, uma vez que “a crise do capitalismo pode levar a uma mudança no caráter da classe trabalhadora que levaria a uma mudança social” (2013a, p. 114).

A segunda resposta veio do leninismo. Diante de uma classe trabalhadora, cuja consciência é determinada por sua função social e sem entendimento para construir um projeto revolucionário, um grupo especial de pessoas deve aparecer com uma “força externa” que articula a emancipação: o partido revolucionário. Para Holloway, “o problema é, primeiramente, que não está claro de onde estes revolucionários que se livraram das coerções do trabalho abstrato vieram, e em

segundo lugar, que esta é uma concepção inerentemente hierárquica de revolução” (2013a, p. 115).

A terceira resposta é a que nega a classe trabalhadora como classe revolucionária. Diante da complexificação do trabalho abstrato, o trabalhador (totalmente inserido e tornado sujeito do processo de criação de valor) teria perdido a capacidade de, como classe, ser a força motriz da revolução. A saída agora, em voga nos *novos movimentos sociais*, seria a de “olhar para o lado”, perceber a emancipação como uma saída vinda das margens da sociedade. Apesar desta posição ser bastante coerente com o estado de coisas atual, ela tenderia a recair num vanguardismo que personificaria novamente nestes *novos sujeitos revolucionários identitários* como agentes da mudança social.

Para Holloway, então, todas estas respostas ainda voltam-se para a posição estrutural que os indivíduos ocupam na sociedade e não compreendem a importância da negação do processo de personificação/identificação.

A saída alternativa seria questionar a força da personificação, tentar arrancar a máscara de caráter da face dos que a vestem e ver se há algo por trás dela, ver aquele que a veste como existindo não apenas na, mas também contra-e-mais-além, da máscara. A classe trabalhadora, então pode ser considerada revolucionária apenas na medida em que é bem-sucedida ao jogar fora a sua máscara de caráter, na medida em que luta contra a sua própria existência como classe trabalhadora (HOLLOWAY, 2013a, p. 116).

Retomando os eixos que estruturam as teses defendidas em *Fissurar o capitalismo* temos o quarto e último eixo, o da economia política. É justamente aqui que Holloway propõe seu modo particular de realizar uma crítica do valor. Para Daniel Cunha, é da crítica da economia política que Holloway consegue extrair “o conteúdo mais radical e negligenciado das leituras de Marx: uma crítica do valor, do fetichismo da mercadoria e do trabalho abstrato” (2014, p. 164).

Para Holloway, todas as formas de produzir *fissuras* que abalem as estruturas do sistema devem passar pelo valor, pois ele é o *verdadeiro inimigo* da construção de uma sociedade que garanta a dignidade humana:

O inimigo é o valor, mas ele é um inimigo invisível, a mão invisível que mantém o capitalismo coeso e arrasa o mundo. O valor cria um poderoso e complexo campo de tensão que envolve todas as nossas tentativas de ruptura com o capitalismo, no qual é difícil traçar linhas claras entre o que é “revolucionário” e o que é “reformista”. Para além do Estado, para além de nossas contradições pessoais, é o valor, o poder do mercado, da mercadoria barata, do dinheiro, que constantemente ameaça esmagar nossa fissuras (HOLLOWAY, 2013a, p. 72).

Como destaca Cunha, estes quatro eixos vão convergir e também se entrelaçar no ponto nevrálgico do livro: a questão do “duplo caráter do trabalho”, que, essencialmente, é tão-somente uma recuperação da análise marxiana de *O Capital*. Contudo, a importância de Holloway está no esforço para

[...] levar a sério o que o próprio Marx afirmou, ou seja, que “este ponto é o pivô em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (p. 87). É aqui que se encontram o meio e o fim da fissura: “não trabalharemos sob o comando do capital, faremos o que consideramos necessário e desejável” (p. 85). O “trabalho concreto” é redesignado como “fazer”, para ressaltar a sua assimetria em relação ao trabalho abstrato. A fissura, para Holloway, deriva da incapacidade do capital de subsumir completamente a criatividade social humana no trabalho abstrato; é a articulação da inadequação. O trabalho abstrato e o fazer criativo constituem um antagonismo vivo (CUNHA, 2014, p. 164).

Neste sentido, é por esta razão, que a proposta máxima de *Fissurar o capitalismo* não destoia do que o autor discute na obra anterior: “é tempo de aprender a nova linguagem de uma nova luta”.

O argumento é claro: a única maneira de pensar sobre a revolução é em termos da criação, expansão e multiplicação de fissuras na dominação capitalista. Isto não é uma abstração vazia, porque estes momentos ou espaços de revolta-e-outro-fazer já existem em toda a parte, e porque eles estiveram na linha de frente das lutas anticapitalistas recentes (HOLLOWAY, 2013a, p. 72).

O que o autor defende é que o sujeito revolucionário não é mais o ativista, o militante “profissional” (apesar de reconhecer que o ativismo possa ser parte importante deste processo), mas sim que a mudança social sobrevenha de uma *revolução que aconteça diariamente* na vida de milhões de pessoas: “temos de olhar além do ativismo, para os milhões e milhões de recusas e de outros-fazeres, as milhões e milhões de fissuras que constituem a base material da possível mudança radical” (HOLLOWAY, 2013a, p. 16).

Esta máxima pode nos levar a compreender como as teses hollowayananas sobre o antipoder e as fissuras capitalistas podem ser notadas nos movimentos políticos ciberativistas que são objeto deste trabalho. De que forma tais fissuras podem ser observadas então?

Uma histórica conexão do autor de *Mudar o mundo e Fissurar o capitalismo* com os movimentos sociais remonta os anos 1990 e o a insurreição zapatista em Chiapas, México. John Holloway acompanhou de perto o levante indígena da Selva Lacandona¹⁴² e pode extrair desta experiência de sublevação e de autogestão com

---

¹⁴² “Em 1º de Janeiro de 1994, [irrompe] no sudeste mexicano, no estado de Chiapas, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), composto, em sua grande maioria, por camponeses de

forte estratégia comunicacional (seja ela com a intervenção orquestrada na grande mídia, ou com o uso pioneiro da rede mundial de computadores¹⁴³) um importante legado teórico.

Como afirmam os zapatistas em seu primeiro pronunciamento em 1992:

Somos produto de 500 anos de luta: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis da Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes; assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos. Porém nós hoje dizemos: BASTA!, somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores de nossa nacionalidade, os despossuídos somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos para que se somem a este chamado como o único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias. (DI FELICE; MUÑOZ, 1998, p. 39).

Em diversos textos dedicados à esta experiência, Holloway vai construindo, diante dos desafios da luta cotidiana deste povo indígena, a base conceitual de seu pensamento. Como por exemplo, no texto *La Revuelta de la Dignidad*, em que Holloway (1997) defende a *dignidade* como centro do pensamento oposicionista e um dos legados principais do zapatismo para a teoria revolucionária.

---

diversas etnias indígenas que trazem consigo várias características comuns, não apenas milenares, mas atuais, como a pobreza, a exploração e a marginalização” (HILSENBECK FILHO, 2004, p.142).

¹⁴³ Um interessante relato sobre como a Internet, de modo pioneiro, teve importante participação nos eventos políticos desencadeados em Chiapas temos em *The Zapatista Effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric*: “O papel da Internet na circulação internacional da rebelião indígena em Chiapas desenvolveu-se rapidamente e continuou a evoluir. Logo no início, a Internet forneceu um meio para a rápida disseminação da informação e organização através de circuitos pré-existentes, tais como aqueles que tinham sido criados como parte da luta para bloquear a NAFTA, ou aqueles preocupados com as questões dos indígenas americanos ou latinos. Estes existiam principalmente a nível internacional e principalmente nas ‘ricas-em-computador’ América do Norte e Europa Ocidental. As notícias relatadas na rádio e na televisão foram complementadas no ciberespaço por relatos de primeira mão de observadores (que inundaram Chiapas em números recordes com entusiasmo até então invisível) e comentários mais analíticos por especialistas que podiam expressar suas opiniões e entrar em debates mais rápida e facilmente no ciberespaço do que em outras mídias. Estes poucos circuitos foram rapidamente complementados pela criação de listas novas e especializadas, conferências e páginas da *web* dedicadas especificamente para Chiapas e que foram logo sendo chamadas à luta pela democracia no México. A amplitude da participação nestas discussões e ao destacamento de múltiplas fontes de informação tornou possível um grau de verificação incomum na história da mídia. Informações questionáveis podiam ser rapidamente verificadas e contra-informações postadas com uma desconhecida rapidez em qualquer imprensa de rádio ou televisão. Em vez de dias ou semanas para objeções ou correções a serem registrados, a norma era de minutos ou horas” (CLEAVER, 1997, tradução nossa).

Se pode supor que a dignidade não formava parte da bagagem conceitual dos revolucionários que se meteram na selva. Não é uma palavra que aparece muito na literatura da tradição marxista. Se podia desenvolver como conceito revolucionário só no curso de uma revolução feita por gente forjada na dignidade da luta. Mas uma vez que aparece como conceito central, implica um replanejamento radical do projeto revolucionário, teoricamente e em termos organizativos. O conceito de revolução em sua totalidade é retomado de revés: de ser uma resposta a revolução se converte em pergunta. "Perguntando caminhamos" emerge como um princípio central do movimento revolucionário, o conceito radicalmente democrático que é o núcleo do chamado zapatista por "liberdade, democracia, justiça" (p. 08, tradução nossa, grifo nosso).

Para Holloway, a *carga imagética* trazida pelos revolucionários zapatistas em meio à selva para os movimentos anticapitalistas migrou também para as cidades no mundo todo. São muitas as diferenças entre o zapatismo e os movimentos sociais urbanos (o formato de exército, a forma de organização social, o conceito de luta, a simbologia nacionalista), porém, para Holloway, é possível falar em *zapatismo na cidade*, uma vez que o *grito* de revolta é a inspiração de ambas formas de rebelião.

As ruas em geral pronunciam um *grito* de negação da realidade dos espaços urbanos dominados pelo capital. Esse *grito* é, sem dúvida, aquele mesmo *grito* zapatista de “já basta!”. Portanto, “é a rejeição tanto do vanguardismo revolucionário e do reformismo orientado para o estado, a rejeição do partido como uma forma de organização e de exercício do poder como um objetivo” (HOLLOWAY, 2005, p. 170-171, tradução nossa)

De forma mais ampla, independente da participação direta ou da influência sobre os movimentos sociais particulares, *Mudar o mundo sem tomar o poder* (e acrescentamos, o material posteriormente publicado) esteve presente como “uma articulação teórica clara de temas políticos centrais que se desenvolveram dentro dos movimentos contemporâneos de resistência global para neoliberalismo” (STAROSTA, 2005, p. 162, tradução nossa).

As principais influências da teoria do antipoder de Holloway para os movimentos sociais e coletivos ativistas do século XXI são: a rejeição explícita da busca pelo poder político pela classe trabalhadora com um momento necessário e essencial no processo revolucionário para à abolição do capital (e do Estado); e também a negação da necessidade de uma ação política autoconsciente que assuma a forma de classe (STAROSTA, 2005, tradução nossa).

Para Holloway, os eventos políticos das últimas décadas, apesar do caráter díspar de suas propostas, podem ser articulados sob um ponto comum: a negativa

do partido político como instância representativa das pautas de movimentos sociais e coletivos de luta; além da recusa de legar aos partidos políticos o processo decisório sobre temas que interessam às pessoas nas ruas. É o que afirma em entrevista recente:

Os protestos tinham características muito similares, eram protestos que se incendiavam por motivos diferentes, mas todos dividiam a mesma característica de rejeitar os partidos políticos tradicionais, e os partidos políticos não tiveram papel algum. A sensação era de que havia uma necessidade de recusa, de dignidade, eu suponho (HOLLOWAY, 2013b).

O conselhismo, a autogestão e o modo assembleístico na tomada de decisão aparece como parte desta negação da forma partido, mas também como caminho para a articulação de um modo de luta anticapitalista mais democrático (no sentido de igualdade de voz).

E se chegarmos lá, iremos perceber que os levantes nos últimos anos foram acima de tudo grandes movimentos de assembleia, no Norte da África, na Grécia, Espanha, em todo o movimento Occupy pelo mundo, e agora no Brasil, na Turquia etc. Estes foram movimentos de pessoas se juntando e desenvolvendo novas formas de organização que respeitam, ou procuram respeitar, as diferentes opiniões, de juntá-las em um processo que pode ser considerado um processo de reconhecimento mútuo. E acho que se você se voltar para a história do anticapitalismo, percebe que sempre houve duas tradições dentro do movimento anticapitalista, sempre houve a tradição da assembleia, da comuna, do soviete, do conselho e, por outro lado, a tradição do partido. O partido dominou ideologicamente a tradição do anticapitalismo nos últimos 200 anos, nós pensamos sempre primeiro no partido, mas isso não está certo, as assembleias sempre estiveram lá durante todo o tempo, e sempre foram a verdadeira fonte de dinamismo no anticapitalismo. Eu acho que é isso que está ressurgindo com a rejeição dos partidos, vemos o surgimento do assembleísmo, e assembleísmo significa que não há modelos, ou programas de como sair do capitalismo. (HOLLOWAY, 2013b, grifo nosso).

Neste sentido, concordamos que as lutas ciberativistas que se desenvolveram no mundo entre 2010-2013 podem ser consideradas lutas antipoder, que se digladiam diuturnamente contra as instituições estatais e mercantis para *sair da invisibilidade*:

O antipoder não é evidente na superfície da sociedade. A televisão, os jornais, os discursos dos políticos não dão nenhuma indicação de sua existência. Para eles, a política é a política do poder, o conflito político tem que ver com ganhar o poder, a realidade política é a realidade do poder. Para eles, o antipoder é invisível (HOLLOWAY, 2010, tradução nossa).

Contudo, a *força constitutiva* que move estes movimentos parece residir na capacidade de se rebelar, independente do real potencial revolucionário que carreguem ou mesmo das contrarrevoluções que possam desencadear. Como explica o autor em entrevista aos ativistas do *Occupy*:

Para viver na agressão que é o capitalismo, é preciso resistir, se rebelar para tentar criar espaços que são protegidos do ataque. Às vezes, esses espaços, ou fissuras, ou dignidades, são espetaculares, como o levante zapatista, por vezes, mais modestos, como a ocupação de St. Paul ou Grow Heathrow, às vezes apenas caminhadas individuais na direção errada, recusa-e-criações. Fissuras estão em toda parte, às vezes muito diferentes uma da outra, mas é importante para ver as linhas de continuidade, porque as linhas de continuidade são linhas de potenciais fugas, rastilhos de pólvora. As fissuras são espalhadas toda hora – basta olhar para o fluxo de Indignados e o Occupy durante o ano passado (2012), e sim, elas muitas vezes deram pra trás (eleições egípcias, por exemplo), mas explodiram novamente. Dominação sem resistência é difícil de imaginar (HOLLOWAY, 2012, tradução nossa, grifo nosso).

Para além do entusiasmo com as potencialidades das novas tecnologias, Holloway ressalta o papel das ferramentas para a construção/organização dos projetos e das estratégias dos movimentos sociais, porém, enfatiza que sua principal contribuição está em auxiliar na construção da negação (o *grito*, o *basta*), esta sim o veículo primordial das fissuras anticapitalistas.

O “Basta!” rompe com o conceito tradicional que coloca a revolução no futuro. Antes se falava da paciência revolucionária como uma virtude: tinha que ir construindo o movimento, preparando-se para o grande dia, no futuro, o grande dia que nunca chegou, ou se chegou não foi o que pensávamos que seria. Agora, está claro que não podemos esperar. (...) Creio que o uso das novas tecnologias para transmitir os protestos é importante, mas não produz o “Basta”, pode dar uma força contagiante que impressione (HOLLOWAY, 2013b, grifo nosso).

Holloway assim sintetiza as suas principais contribuições para os movimentos de luta antipoder: a) paremos de produzir o capitalismo; b) perguntando caminhamos; c) não existe uma resposta certa, mas milhões de experimentos; d) nós (revolucionários) somos pessoas comuns; e) determinemos a agenda; f) nós construímos um outro mundo; g) façamos contra o trabalho; h) rompamos os muros; i) fissuremos o capitalismo; j) por fim, recusar-e-criar, recusar-e-criar este é o mandamento principal (e único) (HOLLOWAY, 2013a, p. 244-251).

A seguir, vamos discutir precisamente, por meio da história do ciberativismo, as formas pelas quais os movimentos sociais e coletivos de ação política podem ser compreendidos pelos conceitos do paradigma do antipoder.

6 DAS TELAS ÀS PRAÇAS: CIBERATIVISMO E A POLÍTICA NO SÉCULO XXI

6.1 Primórdios ciberativistas: *Batalha de Seattle*, movimentos sociais de ação global e a expansão da Internet

O objetivo desta seção é discutir as origens do ciberativismo e como este modo prático se relaciona com a expansão da Internet pelo mundo. Neste sentido, estabelecemos um marco temporal para determinar historicamente o nascimento do ciberativismo: o ano de 1999.

Diversas fontes estabelecem o ano de 1999 como o momento pioneiro do surgimento das iniciativas ciberativistas (KLEIN, 2000). Esta data não é de modo algum uma referência gratuita. Neste ano ocorreram os primeiros manifestos articulados pela Internet com grandes proporções, que receberam a denominação de *Batalha de Seattle*, *Movimentos de Ação Global* ou *Movimentos antiglobalização*.

Apesar da repercussão pública e do impacto político do cancelamento da Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio em Novembro de 1999, na cidade de Seattle (EUA), a principal herança da *Batalha de Seattle* está longe de ser uma conquista simbólica ou o alcance de alguma pauta pretendida.

Para além da consolidação da luta dos movimentos sociais e das organizações políticas de diversos países contra a globalização neoliberal, os manifestos que tomaram conta da cidade americana naqueles cinco dias de novembro representam uma importante ponto de virada teórico-político: a organização dos atos por meio do aparato tecnológico da rede mundial de computadores ganhou uma abrangência transnacional e causou reflexos que ecoam na prática política na contemporaneidade.

Antes de efetivamente discutirmos este legado, é preciso retomarmos brevemente os eventos da *Batalha de Seattle*. Destacada para sediar, no ano de 1999, o grande encontro da Organização Mundial do Comércio (a Rodada do Milênio), a *cidade esmeralda*, como é conhecida Seattle, recebeu além das delegações de dezenas de nações e das maiores empresas e instituições financeiras do mundo, um grande número de manifestantes (estima-se que entre 40 e 100 mil) que representavam mais de setecentas organizações e movimentos sociais do planeta.

O alvo imediato foi a Organização Mundial do Comércio, uma vez que tentou-se barrar sua reunião ministerial (...) mas os verdadeiros alvos eram muitos, uma seleta de queixas, uma visão

alternativa de "globalização democrática" contrária a "globalização corporativa" consubstanciada na OMC. A ligação entre estas centenas de organizações era enxergar uma economia mundial radicalmente desequilibrada, em que as duzentas empresas mais ricas têm o dobro da riqueza dos ativos combinados de 80 por cento da população do mundo, e que cinquenta, das cem mais ricas economias, não são nações, mas sim corporações (REED, 2005, p.240, tradução nossa).

Um conjunto de movimentos sociais e grupos políticos que se articulavam, durante toda a década de 1990, de diferentes maneiras e defendendo diferentes pautas de reivindicação, conseguiram graças às ferramentas comunicacionais construir uma rede de interação já bastante frutífera antes da ida à Seattle.

Desta forma, uma grande coalização de forças explica a complexidade tática das manifestações realizadas durante o encontro da OMC. Isto demonstra que a reunião desta rede na cidade de Seattle foi apenas o ápice de uma estratégia de unificação das lutas construída com base nas experiências de mobilização de quase uma década. As principais delas são:

- *A Cúpula da Terra*, evento de ordem ambientalista, mas também com uma pauta multitemática na Conferência Rio-92, em 1992;
- A ampla coalizão de combate ao *Acordo de Livre Comércio Norte Americano* (NAFTA), no início de 1990;
- Os protestos intitulados *Cinquenta anos é suficiente* realizados na reunião de aniversário do Banco Mundial, em 1994;
- *A Conferência Internacional da Mulher*, em Pequim, em 1995;
- O apoio internacional para a luta zapatista em Chiapas, no México, e as convocações do *Encontro dos ativistas indígenas*, entre 1996 e 1997;
- A campanha de ambientalistas e defensores de consumidores que ajudaram a naufragar o *Acordo Multilateral de Investimentos* (AMI), um projeto que visava "afrouxar" os controles sobre as finanças internacionais, em 1998;
- A campanha de redução da dívida global, coordenado pelo Jubileu 2000 que desempenhou um papel importante na concretização de uma redução significativa dos débitos das nações do Terceiro Mundo, na última metade da década de 1990 (REED, 2005, p. 246, tradução nossa).

Assim, para que possamos compreender qual a contribuição efetiva dos fatos ocorridos em Seattle para a formação da práxis ciberativista é preciso narrarmos, brevemente, o seu desenrolar histórico. A cronologia que segue tem como base as narrativas e descrições apresentadas por ativistas e manifestantes que vivenciaram "aqueles dias de novembro".

Para Reed (2005) os fatos ocorridos em Seattle podem ser narrados em três atos. No ato um, denominado *universidade anticorporação*, temos a referência ao momento que antecede os protestos. Esta primeira fase, por assim dizer, gestacional, se caracteriza com um período de formação política e cultural: são realizadas rodas de orações, grupos de meditação e, principalmente, diversas ações educativas que não receberam qualquer cobertura midiática.

Neste momento, os ativistas locais criaram um ambiente de discussão, despertando o interesse dos moradores de Seattle para as questões referentes à globalização por meio de uma série de palestras, debates, oficinas e fóruns públicos em diversos bairros, durante as semanas que antecederam a conferência da OMC. As temáticas principais destas ações educativas eram: eliminação da dívida pública, desenvolvimento econômico, agricultura, povos indígenas, ambientalismo, direitos humanos, trabalho e educação.

Foi justamente todo este interesse local que, somado ao de milhares de manifestantes que desembarcaram em Seattle, gerou uma intensa participação popular. Esta fase culmina com o *Festival da resistência*, no sábado, 27 de novembro de 1999.

No segundo ato, os manifestos começaram a ocorrer, com o caráter amplamente festivo e artístico. As fantasias, performances artísticas e os instrumentos musicais foram elementos incorporados aos protestos. Estas iniciativas lúdicas, gestuais e artísticas, a “alma” das manifestações, correspondem à simbologia de resistência cultural que é parte fundamental da estratégia da Rede de Ação Direta, o “cérebro” das ações ocorridas naqueles dias.

A Rede de Ação Direta foi uma coligação formada nos meses que antecederam aos eventos, patrocinada por ambientalistas, estudantes, trabalhadores, grupos de luta pela redução da dívida pública, feministas e movimentos pelos direitos dos animais, que objetivava garantir condições de organização e treinamento aos manifestantes antes dos eventos.

O movimento foi baseado na troca de informação, em meses de acalorado debate político na Internet, que precederam as decisões individuais e coletivas de ir a Seattle e tentar bloquear o encontro que era percebido como uma organização que impunha “a globalização sem representação” (CASTELLS, 2003, p. 117).

O terceiro ato foi marcado por marchas, bloqueios e as ações diretas mais ofensivas, correspondendo ao que a mídia comercial chamou de *Batalha de Seattle*. Apesar das programações educacionais, das realizações culturais e das inúmeras passeatas menores que ocorreram naquela semana, e que, para Reed representam

uma parte vital da ação, somente as ações ocorridas naquela manhã de terça-feira 30 de Novembro de 1999 ganharam destaque.

Neste momento, com diversos tipos de estratégias de manifestação, as centenas de manifestantes objetivavam unicamente impedir por completo a realização da conferência da OMC, o que acabou resultando em forte repressão do policiamento local¹⁴⁴. Uma parte expressiva dos manifestantes ocupou a área central de Seattle, fechando entroncamentos viários importantes por meio do uso de correntes ou simplesmente de “braços dados”. Outros grupos participaram dos comícios ou aderiram à *grande festa*, com direito à dança, promovidos sempre no meio das ruas, como é o caso emblemático do coletivo *Reclaim the Streets*.

À tarde, naquele mesmo dia, as ações começaram a se radicalizar, com o ingresso em cena das táticas de participação dos *Black Blocs*, em geral como uma espécie de revide contra a violência policial promovida pelas autoridades regionais para garantir a desobstrução das vias públicas¹⁴⁵. Encapuçados, trajando preto e máscaras contra gás, os *blocs* realizaram ações quase que “performáticas”: destruição de janelas de grandes empresas e multinacionais, o apreijamento de símbolos capitalistas e estatais e o enfrentamento violento da polícia. Fontes estatais estimam que o prejuízo causado pelo grupo na *Batalha de Seattle* gire em torno de dez milhões de dólares¹⁴⁶.

Para além do impacto econômico, o “estrago” promovido pelos *Black Blocs* foi, principalmente, de ordem simbólica, pois, apesar de não ter surgido em Seattle¹⁴⁷, este tipo de tática ativista produziu importantes desdobramentos nas práticas políticas levadas à cabo nos eventos políticos posteriores, principalmente nas *Jornadas de junho* no Brasil, que trataremos a seguir.

---

¹⁴⁴ Na ocasião, a polícia fez uso ostensivo de gás lacrimogêneo, granadas de percussão, spray de pimenta e balas de borracha. Muitas prisões e invasões a domicílios dos organizadores dos protestos também ocorreram durante os eventos. Em 2007, em decisão judicial, a Justiça americana reconhece que houve violação aos direitos e liberdades individuais, perpetrada pelo Estado contra os manifestantes durante a Batalha de Seattle.

¹⁴⁵ Um polêmico relato sobre a violência policial pode ser encontrado nas crônicas dos jornalistas Alexander Cockburn e Jeffrey St. Clair. Cf. COCKBURN, A. ST. CLAIR, J. **Five days that shock the world: Seattle and Beyond**. Verso: London, 2000.

¹⁴⁶ Contudo, “funcionários do Estado afirmam que o Bloc infligiu dez milhões de dólares em danos materiais. Isso é, provavelmente, um valor superestimado, projetado para culpar os anarquistas por danos causados diretamente pela força policial, e, de qualquer forma, seja possivelmente apenas desinformação” (VAN DEUSEN; MASSOT, 2010, p. 40, tradução nossa).

¹⁴⁷ “Dentro da década [1980, e na Alemanha Ocidental], a tática mostrou-se eficaz na luta contra as forças policiais estatais e neo-fascistas na arena pública. Esta eficácia demonstrada compeliu anarquistas, autonomista e as forças de esquerda radicais por toda a Europa a adaptar o Black Bloc como um meio de engajamento em batalhas de rua com o Estado, na falta de um levante armado. Muito rapidamente a tática se espalhou para outros países do norte da Europa. Em meados dos anos 80, a tática chegou ao sul da Europa. Ao final dos anos 80, a tática saltou outro lado do Atlântico, fazendo suas primeiras apresentações na América do Norte. No século XXI, o Black Bloc chegou ao leste nos antigos países do Pacto de Varsóvia, a oeste até a Costa do Pacífico, os EUA e ao sul com o México” (VAN DEUSEN; MASSOT, 2010, p. 51, tradução nossa).

As raízes deste “bloco negro” remontam às duas fontes teóricas: a primeira, das experiências dos movimentos autonomistas europeus nos anos 1970 e início de 1980¹⁴⁸; e a segunda, mais evidente, do anarquismo multipautado de fins do século XX. A combinação destas duas vertentes alimenta a polifônica confluência do grupo, muito mais caracterizado como uma tática do que como um movimento.

Do *autonomismo* italiano, francês e alemão, o *Black Bloc* parece ter herdado um modelo de ação mais extremo, melhor organizado e com maior relevância, do que a sua versão americana. O *anarquismo* está presente no debate teórico que margeia as ações do grupo, marcado por valores anticapitalistas, antiautoritarismo, antiestatais e pela defesa dos princípios de democracia radical. Certamente a participação dos *blocs* nestas manifestações foi (e ainda é) polêmica, mas a coincidência entre as ações dos *Black Blocs* com a emergência da Internet, como um dos protagonistas nos eventos de Seattle, não é gratuita.

O Black Bloc é tão pouco organizado que os participantes não se conhecem. Eles encontram um ao outro e planejam sua desobediência civil inteiramente na Internet. Em suma, a comunidade da Internet continua a se comportar de maneira anárquica, um pouco antiautoritária (...). O que foi concebida como uma maravilha tecnológica - que pode evitar tempo de inatividade e localizar explosões nucleares - tornou-se uma maravilha cultural, de modo que se encaminha nas margens do controle societário, da censura e das autoridades (ELIN, 2003, p. 105, tradução nossa, grifo nosso).

Assim, a questão do papel da Internet nos atos promovidos em Seattle nos leva a constatar que, diante da análise dos fatos, é possível distinguir dois diferentes modelos comunicacionais que sustentam formas distintas de compreender o uso das tecnologias de conexão nas iniciativas de ação política: primeiro, a Internet como meio de comunicação subsidiário; segundo, a Internet como meio de comunicação protagonista.

No primeiro deles, as manifestações são compreendidas como um fato gerador para a cobertura da grande mídia comercial. Neste sentido, o uso da

---

¹⁴⁸ O *autonomismo* tem suas origens nas lutas operárias italianas ainda nos anos 60, mas tem desdobramentos em diversos países europeus e deixa um importante legado teórico e tático que vai influenciar as manifestações do Maio de 1968 francês, anos mais tarde, e as práticas Black Bloc nas décadas de 1980 a 2010. Diante do grande enfraquecimento sistemático do sindicalismo e das poucas conquistas operárias nos anos 1960-1970, esta nova corrente socialista começa a elaborar críticas da burocracia sindical e da esquerda institucionalizada, representada pelo Partido Comunista da Itália (PCI). A autonomia aqui é compreendida como característica principal, tanto de demandas como táticas grevistas, “o que representa a democracia direta nas assembléias dos trabalhadores, lutando por demandas que o capitalismo era incapaz de atender. O conceito-chave que emerge deste grupo foi o de “trabalhar a autonomia de classe”. Uma pré-condição para a libertação da classe trabalhadora foi a sua separação, sua “autonomia” do capitalismo a nível político. Isto significava uma negação subjetiva total do sistema, uma revolta, dia após dia; dizer a rejeição dos trabalhadores à integração pelo processo produtivo, lutando por si mesmos – sem sindicatos nem partidos– mediante a sabotagem nas fábricas, as greves, etc.” (GARCIA, 2010, p. 01, tradução nossa).

Internet torna-se imprescindível para conseguir colocar as causas defendidas na agenda dos meios de comunicação. Justamente a penetração destas causas nos grandes veículos de comunicação passa a ser uma forma de medir o (in)sucesso dos projetos políticos defendidos por grupos e coletivos, pois “se as manifestações de Seattle alcançaram algum tipo de sucesso foi ter arrastado a globalização para fora das páginas de negócios e a colocado nas manchetes principais” (MEIKLE, 2002, p.08, tradução nossa).

[Neste paradigma] um desafio inicial para os ativistas da Internet: como encontrar formas de usar - e trabalhar com - os meios de comunicação estabelecidos, sem ser desvirtuado ou marginalizado. E esse é o grande desafio, porque há, é claro também uma futura versão 2.0 para a Internet (MEIKLE, 2002, p. 09, tradução nossa).

Esta perspectiva é, ao nosso ver, problemática, na medida em que confina o projeto comunicacional ciberativista no estrito espaço “conquistado” na mídia comercial, isto significa que as mesmo a originalidade das manifestações organizadas pela Internet ainda pode ser limitada pela apropriação/deturpação dos veículos de comunicação comerciais.

Apesar desta ter sido a tônica em algumas análises sobre o período, o pioneirismo conquistado pela rede de movimentos sociais que estreou em Seattle, em 1999, também foi percursor de uma forma de subversão desta lógica comunicativa, impondo pensar novas formas táticas de independência com relação aos meios de comunicação tradicionais: o projeto do *Centro de Media Independente* ou, como ficou conhecido, *Indymedia*.

Criado no contexto dos movimentos antiglobalização, o projeto *Indymedia* é uma entidade sem fins lucrativos, de base popular, coletiva e contrária à mídia global e corporativa. Originalmente concebido pouco antes dos protestos de Seattle, o projeto nasceu como uma ferramenta para garantia de cobertura “alternativa” ao noticiário “oficial” do protesto, além de prover informação jornalística sobre os fatos, o portal acabou por se converter em forma de documentar o enfrentamento com a polícia para previsíveis processos judiciais contra ativistas.

Com o *Indymedia*, as “batalhas” das ruas migraram para o plano comunicacional, pois o projeto visava, sobretudo, possibilitar a criação e o desenvolvimento de um mecanismo tecnológico que conseguisse fornecer informações confiáveis sobre os eventos e manifestos de forma mais direta e factual.

Voluntários do Indymedia viajaram de todo os Estados Unidos armados com câmeras de vídeo pessoais, gravadores, câmeras e

equipamentos de produção de qualidade profissional para marchar ao lado dos manifestantes e documentar os acontecimentos à medida que estes se desenrolavam nas ruas de Seattle. Fotos, vídeos e histórias de ativistas, manifestantes e jornalistas foram levados de volta à base, um escritório alugado por pouco tempo nas proximidades dos locais dos protestos onde os "repórteres cidadãos" produziam montagens de fotos e relatos altamente detalhados dos eventos de cada dia para ser postados o mais rapidamente possível na Internet para todo o mundo ver e comentar (MARTIN, 2005, p. 25, tradução nossa).

O papel destacado que o portal desempenhou em Seattle permitiu que muitos outros, de base regional, fossem criados em todo o mundo. "Hoje existem cerca de 100 ramificações em quase 40 países; todas seguindo os mesmos princípios, política editorial, e a mesma forma de organização (horizontal e não-hierárquica)" (RIGITANO, 2003, p. 06).

Neste segundo modelo comunicacional, a Internet como meio de comunicação protagonista, observa-se que a rede mundial de computadores é reconhecida como o principal meio de produção da ação política ativista, isto é, a ênfase está não somente no caráter de contra-informação promovido pela Internet, em face dos grandes veículos de comunicação, mas em sua centralidade no processo comunicativo da política dos movimentos sociais envolvidos.

Apesar desta base comum, essas campanhas não se fundiram em um único movimento. Em vez disso, elas são intrinsecamente e intimamente ligadas umas às outras, tanto quanto "hotlinks" conectam seus sites na Internet. Esta analogia não é mera coincidência e é, de fato, chave para entender a natureza mutante desta organização política. Embora muitos tenham observado que os recentes protestos [de Seattle, 1999] em massa teria sido impossível sem a Internet, o que tem sido esquecido é como a tecnologia de comunicação que facilita essas campanhas está moldando o movimento à sua própria imagem. Graças à Net, mobilizações são capazes de se desdobrar com a burocracia escassa e hierarquia mínima; o consenso forçado e o os manifestos trabalhosos estão desvanecendo para um segundo plano, substituídos não por uma cultura de constante, vagamente estruturada e às vezes compulsiva troca de informação. O que surgiu nas ruas de Seattle e Washington era um modelo ativista que espelha os caminhos, descentralizados, interligados, orgânicos da Internet: a Internet vem à vida (KLEIN, 2000, p. 01, tradução nossa).

Para além da articulação de contatos, o chamamento e a organização dos protestos, a Internet ocupa um papel central nas lutas sociais pelo globo na década de 2010, como veremos a seguir.

Enfim, qual é efetivamente o legado dos manifestos de Seattle para as estratégias de ação política no mundo tecnológico do começo do milênio? É o que também questionam McCaughey e Ayers:

Agora, mais além, e por vezes, em vez disso, as oposições políticas são organizadas e expressas *online*. Quando os manifestantes contra o Fundo Monetário e o Banco Mundial Internacional lotaram as ruas de Seattle, em 1999, os sites associados e projetos multimídia *online* que os apoiaram não puderam, de maneira nenhuma, ter substituído os corpos reais nas ruas. Então, como vamos distinguir estes tipos de ativismo? A Internet pode ser utilizada para protesto, ou ela simplesmente servirá para apoiar protestos reais? (2003, p. 05, tradução nossa).

Durante os anos seguintes, tais questões parecem ter ficado em suspenso, uma vez que, gradativamente, a Internet foi, ainda que de maneira incidental, convertendo-se em numa espécie de suporte dos movimentos sociais e coletivos políticos, sem que ainda tivesse impactado consideravelmente no modo de fazer política nos anos seguintes¹⁴⁹.

No início de 2000, os ativistas anti-globalização vão encontrar na rede das redes uma espaço particularmente adequados para a construção de novas formas de mobilização e de engajamento. Os recursos da Internet serão mobilizados tanto como suporte para coordenação, meio de informação e modo de ação através do novo repertório de ação do ciberativismo (CARDON; GRANJON, 2010, p. 86, tradução nossa).

Este momento de consolidação foi marcado pela expansão das tecnologias de conexão, pela criação de novos recursos, aplicativos e plataformas, como os celulares e *tablets* e *softwares* da *Web 2.0* que já aludimos. Ano após ano, estas “novidades” e, principalmente, o fluxo do mercado de telecomunicações e tecnologia, mesmo após o “estouro da bolsa” em 2001, foram modificando o cotidiano das populações pelo mundo e mesmo o processo da comunicação social. Este cenário vai permitir que, nos anos 2010, estas tecnologias ganhem proeminência na prática política.

6.2 Ciberativismo pelo mundo: a Primavera árabe, os Indignados e o Occupy

Os eventos de Seattle, em novembro de 1999, tiveram uma importância fundamental para a transformação da relação entre Política e Internet nos anos seguintes. Contudo, apesar do pioneirismo destes dias, os desdobramentos posteriores da política ciberativista conseguiram mudar de modo definitivo esta relação. Do “batuque de panelas” na Islândia, passando pelos “indignados”

---

¹⁴⁹ Exceto a expansão do uso da Internet para as ações de tipo ciberdemocrática, com o uso em campanhas eleitorais, experiências de votação direta, entre outras.

protestos europeus, até a chamada *Primavera árabe* e as *Jornadas de Junho* brasileiras, a segunda década do século XXI assistiu à uma onda intensa de protestos e insurreições políticas, fenômeno este que ocorreu quase que simultaneamente em diferentes países do mundo entre 2009 e 2013.

As características díspares destas revoltas pelo globo¹⁵⁰, porém podem ser unificadas se observarmos o formato do seu desenvolvimentos: todas estas revoltas foram alicerçadas nas ferramentas comunicacionais da Internet.

Castells, na introdução de seu texto sobre os movimentos sociais na era da Internet, parece escarnecer o leitor com a provocação: “o que há de comum entre a Tunísia e a Islândia?” A resposta evidente: absolutamente nada. E aqui o autor se justifica:

E no entanto, as insurgências políticas que transformaram as instituições de governança nos dois países em 2009-2011 tornaram-se o ponto de referência para os movimentos sociais que sacudiram a ordem política no mundo árabe e desafiaram as instituições políticas na Europa e Estados Unidos (CASTELLS, 2013, p. 23).

As diferenças culturais, políticas e econômicas, bem como os diversos contextos históricos que se inserem estas revoltas, impõe refletirmos sobre o tipo de metodologia que pode ser empregada para analisar estes movimentos políticos tão diferentes. A recente notoriedade desta temática também dificulta modelos teóricos que situem a questão nas abordagens consagradas academicamente.

Mas os mais recentes movimentos sociais interconectados, que tendem a ser muito menos estruturados, mais abertos e participativos, e articulados através de uma ampla variedade de questões, não podem ser facilmente compreendidos no âmbito dos quadros existentes (LANGMAN, et al, 2002). Temos, assim, elaborado sobre o maior corpo de teoria dos movimentos sociais para desenvolver modelos preliminares (LANGMAN, 2005, p.42, tradução nossa).

Em resposta a isso, podemos afirmar que, além do impacto político que estes fatos sociais desencadearam, a principal similaridade que liga estas improváveis revoltas é o uso extensivo, popular e engajado das ferramentas de conexão em rede, seja pelas plataformas de computadores, de *tablets*, de celulares e de *games* em lutas contra o sistema econômico, os regimes políticos, as instituições, os mercados e os governos.

---

¹⁵⁰ Os protestos intercontinentais tiveram diferentes pautas: luta por democracia representativa, discussão das desigualdades econômicas, combate a corrupção, batalhas por direitos humanos, entre outras.

Como afirma Fuchs, a explosão da mídia social como um novo chavão do *marketing* e de diferentes filosofias tecnológicas (visões tecno-otimistas e tecno-pessimistas) demonstra o forte impacto que estas plataformas digitais têm na vida cotidiana.

Plataformas de mídia social como o Facebook, Twitter e YouTube fizeram um impacto considerável na vida contemporânea. Um corpus crescente de pesquisa considera como essas plataformas têm afetado marketing, construção de identidade, coordenação social e privacidade. (...) Como as mídias sociais estão saturadas na vida contemporânea, tornaram-se uma ferramenta e um terreno de conflitos entre Estados e uma infinidade de atores organizados e autônomos. As mídias sociais são celebradas para "nivelar o campo de jogo", capacitando atores de outra forma impotentes. (...) Grupos políticos marginalizados agora podem promover a sua agenda em plataformas livres e fáceis de usar. Mesmo desordeiros e outros atores quebram a lei pode organizar e discutir suas façanhas nestas plataformas (FUCHS, 2014).

Antes de nos atermos aos aspectos político-comunicacionais destes eventos e seus desdobramentos, bem como o modo como podemos pensar esta disparidade de temáticas e contextos históricos pelo paradigma do antipoder, é preciso uma breve recuperação da recente história destas manifestações. Esclarecemos que a intenção é apenas discorrer de modo sucinto sobre estes momentos políticos, com base numa bibliografia recente, para que possamos compreender como o ciberativismo esteve implicado como um dos fatores de promoção/articulação destes.

À caça de um recorte que nos garanta um solo comum para os eventos que apresentaremos a seguir, elegemos os fatores abaixo relacionados como delimitadores desta escolha:

- a) Como marco temporal, escolhemos os eventos ocorridos entre os anos de 2009 e 2013;
- b) Como marco geopolítico, escolhemos eventos representativos de uma área extensa do mundo, que corresponda a uma macrorregião geopolítica;
- c) Com relação à intensidade da repercussão pública e do impacto político causado pelo evento em estudo, tomando em conta indicativos de um reconhecimento de sua importância na comunidade internacional;
- d) Com relação aos índices que denotem presença intensa das ferramentas comunicativas da Internet no processo de desenvolvimento dos eventos políticos escolhidos.

Assim sendo, com base nestes fatores de escolha, os eventos a serem tratados são quatro: a *Primavera árabe*, ocorrida nos países do Oriente Médio entre 2010-2012; o Movimento *Indignados* na Espanha, em 2011; o *Occupy*, movimento

realizado nos Estados Unidos, em 2011; e as *Jornadas de Junho*, no Brasil, em 2013. Enquanto os três primeiros iremos tratar na sequência, os eventos ocorridos no Brasil serão abordados de modo mais detido no item seguinte.

A *Primavera árabe* corresponde à uma série de protestos, insurreições e ações ciberativistas que ocorreram no mundo árabe entre os anos de 2010 e 2012. As manifestações sequenciais e simultâneas aconteceram, como resultados diferentes, na Tunísia, no Egito, na Líbia, na Argélia, no Bahrein, no Iraque, na Jordânia, na Síria, em Omã e no Iêmen. Alguns protestos menores também foram registrados em Djibuti, no Kuwait, no Líbano, na Mauritânia, no Marrocos, na Arábia Saudita, no Sudão e Saara Ocidental.

A violência da ofensiva estatal contra os manifestantes e a população em geral, os desdobramentos incertos na vida cotidiana, a pouca segurança política e instabilidade social também são algumas consequências registradas nos fatos que se seguiram à *Primavera árabe* (ANDERSON, 2011), (BEININ; VAIREL, 2013), (BROWN; SHANIN, 2010).

As principais consequências da *Primavera árabe* nos países protagonistas são: na Tunísia, primeiro país a ter protestos, houve a queda do regime de 24 anos do ditador Ben Ali; no Egito, perdeu o poder Hosni Mubarak e assumiu Mohamed Morsi, também deposto por protestos populares e golpe militar; na Líbia, o assassinato público do ditador Muammar al-Gaddafi; na Argélia, o governante Abdelaziz Bouteflika, no poder desde 1999, permaneceu à frente do país, apesar de suspender o estado de emergência em vigor desde 1992; no Bahrein, como consequência da forte e violenta repressão aos manifestantes, o país recebeu importantes restrições econômicas, devido à instabilidade política gerada; no Iraque, o premier Nouri al-Maliki, diante dos protestos, desiste de concorrer a um terceiro mandato; na Jordânia, o rei Abdullah II, sob pressão popular, dissolve o parlamento e realiza eleições; na Síria, os protestos resultam em guerra civil extremamente violenta entre opositores e simpatizantes do regime de Bashar al-Assad, o país tem sofrido forte pressão internacional devido a confirmação do uso de armas químicas nos combates; em Omã, diante dos manifestos, o sultão Qaboos bin Said Al Said que governa há 40 anos aumenta salários, reforma ministérios e amplia os direitos legislativos no país; e no Iêmen, o fim do “mandato” de 35 anos de Ali Abdullah Saleh.

Para alguns autores, a natureza da repressão política e a profunda revolta dos envolvidos nos protestos¹⁵¹ demonstram a gravidade das opressões milenares

---

¹⁵¹ Imolações públicas, mulheres vítimas de estupros coletivos que permanecem comparecendo aos eventos, a guerra química contra crianças, o massacre de centenas de milhares de manifestantes são

oriundas do caráter religioso dos estados islâmicos da região e da profundidade das desigualdades estruturais no plano econômico e jurídico.

Além disso, as disputas pelo petróleo, grande *commodity* do século XX, têm acirrado as interferências mercantis e o apoio internacional dado pelos Estados Unidos, Israel e seu aliados aos regimes ditatoriais. Esta legitimidade garantida pela comunidade internacional tem permitido que garantias e direitos individuais mínimos sejam constantemente violados por estes governos.

As tecnologias de comunicação e informação que, assim como em outros países do mundo, passaram a fazer parte da vida cotidiana dos povos árabes no começo deste século e têm sido um elemento de expressão desta revolta.

O uso extensivo de redes digitais por uma população de manifestantes predominantemente jovens teve efeito significativo sobre a intensidade e a potência desses movimentos, começando com um debate muito ativo sobre demandas políticas e sociais na mídia social antes de se iniciarem as manifestações (CASTELLS, 2013, p. 83).

Novas pesquisas têm podido relacionar o uso das redes sociais nos países do Oriente Médio com a articulação dos protestos. É o que demonstra o relatório do Dubai *School of Government* (2013) denominado *Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter*:

Este relatório fornece evidência empírica sugerindo que o crescimento das mídias sociais na região e a mudança nas tendências de uso têm desempenhado um papel fundamental na mobilização, no empoderamento, na formação de opiniões e influenciando a mudança. Há uma massa crítica de jovens e ativos usuários de mídias sociais no mundo árabe hoje. A isto se acrescenta uma mudança contínua de tendências de uso de natureza social para política em toda região (p. 30, tradução nossa).

A importância do ciberativismo árabe pode ser observada no modo como os governos lidaram com a Internet como catalizadora da revolta social.

Ao saber do início dos levantes e do uso das ferramentas tecnológicas como uma arma mais eficiente, tanto no Egito quanto na Líbia, o governo decidiu cortar o acesso à internet. Esta atitude foi sintomática ao fato de que era imprescindível a existência da internet e das redes sociais como uma ferramenta organizadora naquela região. Ou seja, o ato de encerrar com a comunicação significa admitir que de fato houvesse grande acesso à internet, às redes sociais e, conseqüentemente, às novas ideologias e que este mecanismo tinha grande força naquele contexto. Vale

---

fatos que simbolizam tanto a intensidade da revolta e da insatisfação com os regimes ditatoriais e as árduas condições econômicas de vida das pessoas, como a forma com que estes governos têm tratado os direitos humanos nos países do Oriente Médio. Cf. CAIRO INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS, 2013.

ressaltar que mesmo o Estado tendo bloqueado o acesso a esse meio de comunicação, o conteúdo nele colocado e não controlado pelo governo atingiu outras regiões, demonstrando assim a capacidade de disseminação da internet (TAVARES, 2012).

Diferente do que aconteceu no Oriente Médio, cuja repressão política representou importante elemento instigador das insurreições, na Europa o gatilho dos protestos foi o despontar da crise econômica que atingiu a zona do Euro em fins da década de 2000 e começo de 2010. A Islândia foi a primeira nação a sentir “o golpe do naufrágio” do capitalismo especulativo, que nos anos 1980 permitiu que os bancos e as instituições islandesas “flutuassem” num crédito desvinculado da economia produtiva nacional. Por esta razão, a Islândia foi pioneira na “onda” de manifestações ciberativistas europeias, com a *Revolução das Painhas*, desencadeada no ano de 2009, que manteve desde o começo sua vinculação com o aspecto viral, imagético e irônico da Internet¹⁵².

Como os limites da crise jamais respeitaram fronteiras nacionais, tal qual o capital especulativo que lhe deu causa, os fatos também não ficaram limitados à Islândia. A crise passa a desenvolver-se em países com grandes dívidas públicas e *déficits* orçamentários, e com ela veio também a profusão de protestos, como ocorreu na Grécia, em Portugal, na Irlanda e na Espanha, que trataremos em detalhe a seguir.

As críticas dos movimentos sociais e coletivos ativistas não se dirigiam apenas às altas taxas de desemprego, precarização das relações de emprego e aumento das desigualdades sociais nos países atingidos, voltavam-se, sobretudo, para as austeras medidas governamentais que garantiram enormes quantias para subsidiar a solvência de bancos, e de outro lado instituíram o corte de benefícios sociais e a elevação de impostos.

Assim, na Espanha surgem os *Indignados*, como ficou conhecido o movimento social ciberativista nascido da crise econômica que assolou o país a partir de 2008. A crise na Espanha acabou por desencadear *superávit* público decrescente, recessão econômica, desemprego na casa dos 20%, congelamento de salários, falências de empresas e bancos, perda de direitos trabalhistas, entre outros.

A origem da nomenclatura *Indignados* é inspirada na expressão provocativa de Stéphane Hessel na obra “Indigne-se!”, publicada no início do mesmo ano do surgimento do movimento. Hessel argumenta que o mundo complexo tem

---

¹⁵² Com as batidas das painhas e frigideiras, os manifestantes protestaram à frente do prédio do Parlamento impondo fortes críticas à gestão política e os modos de contenção da crise econômica. Renúncia de políticos e novas eleições foram algumas das exigências principais.

obsurecido as razões para a indignação. Apesar disso, “quando alguma coisa o indigna como eu era indignado pelo nazismo, então nos tornamos militantes, fortes e engajados. Nos juntamos então ao curso da história, e o grande curso da história deve seguir graças a cada um de nós” (HESSEL apud CABRAL FILHO; CARVALHO¹⁵³, 2013, p.13).

Neste cenário, o movimento *Indignados*, que ganhou publicidade em 2011, passou a representar não somente uma negação do modo como o governo tem permitido o dismantelamento do Estado de bem estar social e da relação sistêmica entre Estado e Mercado para garantia da sobrevivência do sistema capitalista diante da crise, mas, principalmente, foi uma insurgência contra o enfraquecimento do sentido social da política.

Na Espanha, a crise financeira que atinge o país desde 2008 levou também a uma crise social e política: a população, descrente em seus governantes e numa perspectiva de melhoria, se encontrava num estado de individualismo e pessimismo que dificultava uma mobilização coletiva efetiva (CABRAL FILHO; CARVALHO, 2013, p. 12).

O tipo de mobilização, o modo como promoveram os debates e a organização dos protestos introduziram novidades teórico-práticas no modo de ativismo praticado num mundo amplamente interconectado. No que diz respeito à forma de articulação e deliberação, o movimento *Indignados* conseguiu fazer um uso sistemático e politicamente orientando de algumas plataformas das tecnologias de comunicação e informação já bastante conhecidas, como por exemplo, conseguiram criar pelo *Facebook* a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã, utilizada para promover protestos e debates sobre os efeitos da crise europeia no país.

Inspiravam-se nas lutas que se espalhavam por toda a Europa contra as consequências sociais da crescente crise financeira, embora na Espanha as principais críticas se concentrassem na má administração da crise por um sistema político disfuncional e irresponsável. Os ativistas foram encorajados pelo exemplo da Islândia, pela possibilidade de confrontar com sucesso o conluio entre banqueiros e políticos por meio da mobilização de base (CASTELLS, 2013, p. 86-87).

Muito além da promoção dos protestos que reivindicaram a garantia da manutenção de direitos sociais e das denúncias contra as falhas no modelo de gestão pública, o movimento conseguiu pontuar o fracasso do sistema democrático

---

¹⁵³ HESSEL, S. *Indignez-vous!*. Montpellier: Ed. Indigène, 2011.

representativo, diante, sobretudo, da incapacidade dos governos de esquerda, depósitos históricos de esperança de projetos emancipadores, de conseguirem realizar as transformações socioeconômicas desejadas.

Em 15 de maio de 2011¹⁵⁴, dias antes das eleições presidenciais, a Espanha assistiu a ocorrência de diversos atos e eventos políticos que exigiam, sobretudo, *democracia real*. Com uma chamada inicial para a ação por desempregados, trabalhadores mal pagos, subcontratados ou em empregos precários, além de jovens, os atos aconteceram simultaneamente em mais de cinquenta cidades em toda a Espanha.

Segundo afirmam seus articuladores, *Indignados* é um movimento nascente que exige, sobretudo, uma mudança no sistema político, diante do fato incontestado de que os manifestantes não sentem-se representados pelos partidos tradicionais e sim marginalizados por suas políticas. As principais mudanças exigidas são eliminação de privilégios para políticos, aumento da regulação do setor bancário, redução de gastos com o Exército, democracia participativa, melhoria de medidas para combater o desemprego, promoção de direitos à acesso a serviços públicos como habitação, educação, saúde e transporte público.

O ciberativismo presente no movimento *Indignados* pode ser observado nos diversos portais que serviram como suporte estratégicos dos atos. Além disso, duas plataformas exclusivas e originais do movimento garantiram legitimidade e unidade das manifestações: uma rede social específica para ativismos, a “n-1.cc30”, e a organização de *virtual assemblies* feitas através do servidor “tomalaplaza.net.”.

As acampadas foram feitas fora do ciberespaço, mas organizadas, difundidas e estruturadas dentro dele, embora não tendo o *e-mail* como principal recurso de divulgação. O movimento fez forte uso da ferramenta para videoconferências em tempo real LiveStream e *Ustream*; do mediador de encontros Meetup; do Twitter e suas hashtags; do Tumblr; do Facebook com seus grupos e eventos; da plataforma para áudio-conferências Maestro (GOULART; PIMENTA, 2012, p.07).

Além das reivindicações e a recusa ao sistema capitalista, o movimento destacou a importância do *assembleísmo digitalmente sustentado*, o que significa dizer que, tanto a inexistência de lideranças como o caráter coletivista do processo decisório foram pensados tendo a Internet como fator principal para o processo de interação e construção de consenso. Como demonstra Castells (2013):

Não houve decisão formal, mas todos concordaram na prática, desde o início do movimento. Este não teria líderes, fosse no

---

¹⁵⁴ O movimento *Indignados* é também ficou conhecido como o *Movimento 15-M*, em razão da data do principal ato: 15 de maio de 2011.

âmbito local, fosse no nacional. A fonte deste antigo princípio anarquista, geralmente traído pela história, não era ideológica no caso desse movimento, embora ele se tornasse um princípio fundamental, aplicado a maioria de seus atores. Estava presente na experiência das redes da internet, em que a horizontalidade é norma e há pouca necessidade de liderança, porque as funções de coordenação podem ser exercidas pela própria rede, mediante a interação entre seus núcleos (p. 102, grifo nosso).

O *Occupy* foi outro importante movimento político subsidiado pelo processo de interação possibilitado pela Internet. Antes refletirmos como um movimento de ocupação de espaço público pode ter um forte caráter ciberativista, retomemos brevemente a história do movimento *Occupy*.

Originalmente denominado *Occupy Wall Street*, o *Occupy* é um movimento realizado a partir de 17 de setembro de 2011, na Praça *Liberty* e Parque Zuccotti, distrito financeiro de Manhattan, em Nova York. O contexto de seu surgimento remete a crise do desenvolvimento econômico americano das últimas décadas.

Desencadeada pela chamada crise dos *subprimes*, quando em 2006 houve a quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos responsáveis por empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: *subprime loan* ou *subprime mortgage*), a crise econômica subjacente no ano de 2008 atingiu diversos setores da economia americana, levando a quebra de instituições financeiras importantes como *Lehman Brothers* e a *American International Group* (AIG) nos EUA e perdas importantes outras corporações financeiras pelo mundo¹⁵⁵.

No dia 2 de abril de 2007, após dois anos de intensas atividades de empréstimos hipotecários de risco, a New Century Financial Corporation entrou com um pedido judicial de proteção, fundamentado no Capítulo 11 do Código de Falências dos Estados Unidos, perante o Tribunal de Falências de Delaware. Naquele momento, sem nenhum grande alarde, abafado pelo silêncio do *business as usual*, se desencadeava uma crise financeira e econômica que ainda se arrasta até hoje, quase sete anos depois. Como um jogo de dominós em queda, a crise das instituições que negociavam com créditos hipotecários de alto risco arrastou diversas empresas financeiras gigantescas para o torvelinho; outros estados nacionais atingidos comprometeram severamente suas contas públicas no resgate do sistema bancário em colapso; uma crise de dívida pública ganhou proeminência na Europa em 2011 e a sucessão de crises e colapsos continua (NASCIMENTO, 2014b, p. 19).

O socorro promovido pelo governo americano para “estancar” a crise previa destinar para estas empresas somas importantes de dinheiro público, pois “a

---

¹⁵⁵ Como a Citigroup, a Merrill Lynch, nos Estados Unidos; a Northern Rock, no Reino Unido; a Swiss Re e UBS, na Suíça; a Société Générale, na França, no Brasil, as empresas Sadia, Aracruz Celulose e Votorantim com perdas bilionárias.

grande massa de movimentação financeira foi evidentemente no socorro às instituições financeiras que estão quebrando. No início de 2009, a conta dos recursos mobilizados chegou à cerca de 4 trilhões de dólares (DOWBOR, 2009, p. 12). Esta “salvaguarda” também foi realizada por outros governos como a Alemanha, a França, a Áustria, os Países Baixos e a Itália que providenciaram pacotes que perfazem o total estimado de 1,17 trilhão de euros.

Assim, o movimento se coloca como contestação da concentração de renda, responsabilizando o capital especulativo, representado por Wall Street, pela crise econômica mundial. Num ciclo de retroalimentação, o movimento *Occupy* afirma sua inspiração nas revoltas populares no Egito e na Tunísia, objetivando promover uma luta contra “o 1% mais rico de pessoas que estão escrevendo as regras de uma economia global injusta que está impedindo em nosso futuro”.

Com uma articulação orquestrada pelos dispositivos de conexão em rede, o *Occupy* promoveu ocupações públicas em mais de cem cidades nos Estados Unidos e ações desencadeadas em mais de mil e quinhentas cidades em todo o mundo.

Os protestos Occupy Wall Street, de 2011 em Nova York, encontraram ecos de simpatia em quase todas as grandes cidades do mundo. De Santiago a Joanesburgo, Londres para Manila, manifestantes saíram às ruas para expressar sua frustração com o que vêem como as desigualdades internas do capitalismo global. (...) Os contextos específicos podem parecer muito diferentes uns dos outros, e as queixas podem ser redigidas de forma diferente de lugar para lugar. No entanto, a raiva pública deriva de uma única fonte: uma forma de progresso econômico que, voltado para a criação de riqueza privada, que é indiferente, se não desdenhoso, para ideias de bem estar coletivo, justiça social e proteção ambiental (MISHRA, 2012, p. 196, tradução nossa).

O modelo de articulação de contatos, organização de ocupações e promoção de debates levado a frente pelo *Occupy* tem profunda relação com seu surgimento. A propositura inicial das manifestações ficou a cargo da revista e *site* canadense *Adbusters*, fortemente inspirada nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo.

O projeto *Adbusters*, representa um *sui generis* manifesto anticonsumo e se define como: “uma rede global de artistas, ativistas, escritores, estudantes, educadores e empresários que querem desenvolver um novo movimento ativista social da era da informação. O nosso objetivo é derrubar a estrutura de poder existente e forje uma grande mudança na nossa maneira de viver a vida no século XXI”.

O movimento acaba por se basear nas experiências de intervenção político-artística como o *Adbusters*, que encontra na Internet um meio de subsistir: uma estratégia de resistência que chega a mesmo a constituir um modo específico de luta simbólica e política.

A dissidência pode ser pessoal, coletivo, criativo - o que você quer que ele seja. Revolta pode ser física ou espectral, um manchas pretas em um logotipo ou uma *mindbomb* digital postada online. Editar um *outdoor*, falar com um amigo. Não há limites, nem mínimo ou máximo. A centelha revolucionária é o mesmo que iluminou a existência humana. Está lá em todos nós. Então selvagem ao vivo. Reafirmar o fogo humano com um ato simbólico, um grito, um tiro, de qualquer maneira que você escolher (ADBUSTER, tradução nossa, grifo nosso).

O movimento *Occupy* acabou por edificar uma nova forma de espaço: espaços de lugares e também espaços de fluxos, como a Internet. A sua principal característica é o hibridismo que impedia de que o modo presencial não existisse sem sua manifestação virtual ou *online*. Além disso, produziu também uma nova forma de tempo em que a rotina cotidiana deu lugar a um “horizonte temporal indefinido”. Apesar da importância material de uma ocupação física dos espaços, foi o processo comunicacional que constituiu as ocupações e lhes garantiu coesão interna e apoio externo, isto porque “o *Occupy Wall Street* nasceu digital”¹⁵⁶ (CASTELLS, 2013, p. 130-131).

As redes sociais conseguiram viabilizar apoio para as ocupações e, depois de consolidadas, também conseguiram servir para promover as ocupações específicas dentro da Internet: páginas e *sites* com primor técnico e de conteúdo; *Tumblr*s com imagens, vídeos, fotos e fotomontagens, além de *links* e notícias; uso sistemático do *Twitter* e do *Facebook*; a utilização do *Livestreams* e suas ferramentas que permitiram a transmissão de vídeos em tempo real; o uso pioneiro do *Instagram* como ferramenta de edição e veiculação de imagens e fotos, entre outros recursos.

De modo rizomático e descentralizado, em relação a uma liderança estabelecida ou mesmo um núcleo decisório, as ocupações alimentavam seus próprios *sites* com as colunas: Contato (para relações com a Imprensa); Como participar (como listas de comitês, horários e locais de assembleias gerais); Recursos (com documentos sobre como realizar uma ocupação ou lidar com a polícia); Calendário de eventos e notificações de fóruns (contendo a programação

---

¹⁵⁶ O grito de indignação e o apelo à ocupação vieram de vários blogs (*Adbuster*, *AmpedStatus* e *Anonymous*, entre outros) e foram postados no *Facebook* e difundidos pelo *Twitter*. A *Adbuster* registrou a hashtag *#occupywallstreet* em 9 de junho de 2011 e o incluiu no primeiro apelo à manifestação veiculado em seu blog, que era ligado ao seu grupo no *Facebook* (CASTELLS, 2013, p. 131)

dos eventos públicos, bem como fóruns de discussão abertos ou mediante senha) (CASTELLS, 2013, p. 134).

A relação com a mídia comercial também foi um ponto importante no centro das pautas políticas do *Occupy*:

No coração do movimento Occupy Wall Street está a crítica de que a riqueza e as oportunidades não são equitativamente distribuídas e nosso sistema de meios de comunicação, em grande parte controlada por corporações, contribui para o *status quo*. Mas a Internet criou uma perturbação sísmica para o equilíbrio de poder na mídia (GOODMAN; MOYNIHAN, 2012, p. 262).

De modo geral, podemos destacar algumas características definem estes três movimentos sócio-políticos como parte de uma práxis ciberativista, apesar do reconhecimento de suas particularidades. Vejamos o esquema a seguir:

Tabela 4- Movimentos e os mecanismos de conexão utilizados

MOVIMENTO	MECANISMOS DE CONEXÃO UTILIZADOS
PRIMAVERA ÁRABE	Skype utilizado como meio de telefonia internacional; Twitter usado para a marcação de encontros e como mecanismo de disseminação de informações gerais sobre o protesto. Facebook era meio de promoção de debates políticos, de divulgação da programação dos protestos e veiculação de fotos e vídeos. YouTube mecanismo que permitia um armazenamento seguro de vídeos.
INDIGNADOS	Facebook foi amplamente utilizado com a criação da página Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã; A Rede n-1.cc30 foi criada como uma rede social específica para ativismo; O servidor tomalaplaza.net serviu para promover a organização de uma assembleia virtual; As ferramentas LiveStream e Ustream possibilitaram videoconferências em tempo real; O aplicativo Meetup que funcionou como mediador de encontros;

	A Maestro plataforma para áudio-conferências; A plataforma ¡Democracia Real Ya! que apresenta não somente os manifestos, como articula a rede de manifestantes; Uso contínuo das ferramentas principais (Twitter, YouTube, etc).
OCCUPY	A criação de uma rede de <i>sites</i> organizados por cada ocupação (Occupy Together); Livestreams e suas ferramentas que permitiram a transmissão de vídeos; O aplicativo Meetup também aparece como uma ferramenta importante para mediar encontros. São mais de 3056 comunidades registradas e que utilizam o aplicativo para conectar-se politicamente ao Occupy. Twitter foi uma importante ferramenta de organização; Facebook e o Tumblr aparecem como outras redes de produção de conteúdos e veiculação de mensagens importantes; O uso do aplicativo Instagram para apresentação de fotos foi uma importante ferramenta utilizadas no eventos Occupy.

Convém ressaltar que os movimentos ciberativistas não “empunham” bandeiras contra o trabalho abstrato ou reconhecidamente atuam contra o processo de fetichização que debatemos vastamente nesta pesquisa. Estes movimentos, na medida em que apresentam oposição ao sistema econômico vigente, não o fazem, necessariamente, realizando um processo de ruptura com este. O paradigma do antipoder e as ponderações formuladas pela crítica da *forma-valor* aqui apresentados servem com horizonte para compreendermos a importância política das ações ciberativistas, para além de suas pautas imediatas e suas conquistas imanentes na condição ímpar de representarem o que Holloway denomina fissuras ao capitalismo.

6.3 Ciberativismo no Brasil: Internet, redes sociais e as *Jornadas de junho* de 2013

A política ciberativista encontrou no Brasil um terreno fértil. Como veremos, esta constatação se deve a diversos fatores, mas o principal deles é o aumento do acesso à Internet no país nos últimos anos. São mais de 105 milhões de pessoas conectadas, o que coloca o Brasil como o quinto país como mais acessos à rede no mundo. Segundo dados do IBGE¹⁵⁷, o crescimento do acesso à Internet no Brasil, entre os anos de 2005 e 2011, é de 143% com relação aos usuários maiores de dez anos¹⁵⁸.

Gráfico 3 – Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, população de 10 anos de idade ou mais, Brasil, 2005-2011.

Se colocados numa perspectiva regional, estes dados revelam uma pulverização do acesso à Internet nas regiões brasileiras, diminuindo as grandes diferenças de conexão entre os estados. Esta é uma das conclusões da pesquisa recente:

Regionalmente, o crescimento do acesso à Internet foi bastante significativo. As Regiões Norte e Nordeste passaram a apresentar mais de 1/3 de sua população de 10 anos ou mais de idade tendo acessado a Internet em 2011, ante pouco mais de 1/10 em 2005.

¹⁵⁷ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

¹⁵⁸ Neste mesmo sentido, a pesquisa realizada pelo PNAD aponta que ainda 53% da população brasileira não faz uso da rede.

Em 2011, as Regiões Sudeste (54,2%), Centro-Oeste (53,1%) e Sul (50,1%) apresentaram mais da metade de sua população tendo acessado a Internet, contra 26,2%, 23,4% e 25,5%, em 2005, respectivamente (BRASIL, 2011, p. 33).

Além disso, uma particular cultura de sociabilidade própria do modo brasileiro de contato e relacionamento também permitiu que a Internet fosse uma novidade tecnológica rapidamente assimilada pela população brasileira.

Como podemos refletir a existência de uma práxis ciberativista num país que ainda enfrenta grandes problemas sociais, como a má qualidade da educação e a ainda vigente exclusão digital?

Diante desta dificuldade, em face das pouco expressivas manifestações ciberativistas organizadas no Brasil antes de 2013¹⁵⁹ e cientes da importância sócio-política dos eventos designados como *Jornadas de Junho*, vamos nos dedicar a discorrer brevemente sobre os protestos ocorridos no mês de junho de 2013 em mais de trezentas cidades brasileiras, investigando sua relação com o universo da política institucional, sua conexão com os movimentos políticos de outros países do mundo, bem como sua definição, a partir do paradigma do antipoder, como uma práxis ciberativista.

Bastante diferente de outros países, o Brasil não experimentava naquele momento qualquer tipo evidente de crise econômica: a inflação ascendente ainda não tinha ocupado o cenário de preocupações sociais, a Copa do Mundo era promessa de dividendos comerciais, as políticas sociais de um governo de esquerda permitiam uma mínima distribuição de renda para os mais pobres¹⁶⁰, mecanismos de desoneração de impostos para a classe média e para grandes empresas mantinha contida a crise internacional no Brasil com estímulo ao consumo, a bolsa de valores permanecia com bons índices e o preço do dólar encontrava-se relativamente estável¹⁶¹.

Então, qual foi a causa principal das revoltas ocorridas no Brasil no mês de junho de 2013, que levaram às ruas de trezentas cidades brasileiras centenas de milhares de manifestantes? Slavoy Zizek propõe o mesmo questionamento sobre os protestos brasileiros: qual seriam, efetivamente, suas motivações?

É o mesmo com os protestos que eclodiram no Brasil em meados de junho: foram sim desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas continuaram mesmo após essa medida ser revogada. Mais uma vez, os protestos explodiram em

---

¹⁵⁹ Vinculadas principalmente às manifestações internacionais como o *Occupy*, entre outras.

¹⁶⁰ O Programa Bolsa Família que visa, sobretudo, o combate à miséria e a fome.

¹⁶¹ O crescimento registrado no Brasil em 2013 foi de 2,3%, segundo dados do IBGE (SOARES; LIMA, 2014).

um país que, ao menos de acordo com os meios de comunicação, encontrava-se no seu ápice econômico, desfrutando da alta confiança depositada em seu futuro. Somou-se ao mistério o fato de que os protestos foram imediatamente apoiados pela presidente Dilma Rousseff, que afirmou estar “encantada” por eles. Sendo assim, quem são os verdadeiros alvos de inquietação dos manifestantes sobre a corrupção e desintegração dos serviços públicos? (ZIZEK, 2013, p. 102).

Parece pacífico entre os autores que dedicaram-se a pensar os eventos ocorridos no Brasil que um dos pontos fundamentais da insurgência brasileira foi a luta pelo transporte público¹⁶² (MARICATO, 2013; JUDENSNAIDER; LIMA; POMAR; ORTELLADO, 2013, FREDERICO, 2013).

A luta pelo transporte público no Brasil representa uma forma de canalizar as disputas contra as cerceações do direito à cidade promovidas pelo Estado brasileiro e pelo capital, baseadas em estratégias históricas de controle e segregação. Esta história remonta o modo colonial de gestão do espaço nas cidades brasileiras e a modernidade não possibilitou mudanças profundas neste cenário.

O processo de urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2003, p. 01)

Esta segregação urbana ou ambiental representa uma parte importante da desigualdade social brasileira e uma das razões principais da dificuldade de acesso aos serviços e infraestruturas urbanos (transporte, saneamento, abastecimento, serviços de saúde, educação e creches e, por fim, à exposição à catástrofes naturais como enchentes), bem como o acesso às oportunidades de emprego formal e profissionalização, o risco de sujeição à violência estatal ou criminosa, a incidência de discriminação racial, de gênero e infantil, dificuldade de recurso à justiça oficial e garantia do lazer e cultura (MARICATO, 2003).

Em face disso, no começo dos anos 2000, uma articulação de lutas regionais pelo transporte de qualidade e pelo passe livre estudantil vão consolidar-se num movimento politicamente orientado¹⁶³: nasce o *Movimento Passe Livre*, ou MPL

---

¹⁶² Celso Frederico em faz uma análise sociológica dos protagonistas dos eventos de Junho de 2013 no Brasil: “esses novos protagonistas habitam um território de localização geográfica imprecisa, que passou a ser designado pela polissêmica palavra periferia. Essa é a novidade que nega o propalado “vazio cultural”, diagnóstico que revela uma concepção restrita do que se entende por cultura. Esses novos protagonistas habitam um território de localização geográfica imprecisa, que passou a ser designado pela polissêmica palavra periferia. Essa é a novidade que nega o propalado “vazio cultural”, diagnóstico que revela uma concepção restrita do que se entende por cultura (2013).

¹⁶³ O Movimento Passe Livre vai reunir um conjunto de coletivos e movimentos organizados em todo Brasil em torno da temática do transporte coletivo a partir de diversos episódios e manifestações como: “as históricas Revoltas da Catraca, em 2004 e 2005 em Florianópolis, a Revolta do Buzú em Salvador,

Brasil em 2005, a partir de uma grande plenária de debates entre ativistas dos movimentos pelo transporte realizada no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Como podemos definir o MPL? Segundo, apresentação expressa no site do movimento:

Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (...) O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local (MPL-SÃO PAULO, 2013).

Observa-se que para o *Movimento Passe Livre* a questão do transporte público torna-se um eixo de crítica ao modelo de cidade proposto pelos governos brasileiros, pois “o transporte é entendido então como uma questão transversal as diversas outras pautas urbanas” (MPL-SÃO PAULO, 2013, p.16).

Com um modelo de práxis orientado pelo conselhismo, pela horizontalidade e pela autonomia (com estratégia de formação política de base realizada em escolas, comunidades e ocupações, por meio de alianças com outros movimentos sociais e eventualmente com partidos políticos e ONG’s, além do uso da Internet como mecanismo de convocatória e debate), o MPL vem construindo uma articulação transnacional de atos pelo transporte público gratuito e/ou pela redução de tarifas.

Paralelamente ao desenvolvimento político desigual e complexo do MPL, as avenidas do Brasil são tomadas de norte a sul por uma onda de mobilizações urbanas, ainda que espaçadas. Quase todas as capitais do país assistem, na última década, a alguma manifestação juvenil relacionada a transporte, ainda que não sejam sempre fruto de uma intervenção orgânica do Movimento Passe Livre. Cidades como Salvador e Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba; São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória; Aracajú, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Natal e Teresina; Belém, São Luis, Rio Branco e Manaus, Distrito Federal, Goiânia e Cuiabá registraram, em algum momento ao longo desta década, com maior ou menor intensidade, manifestações com a temática “passe livre” ou contra o aumento de tarifas. Além das

---

em 2003, e revoltas similares que derrubaram ou contestaram tarifas em Vitória (ES) 2005, Uberlândia (MG) 2005, Criciúma (SC) 2005, Fortaleza (CE) 2005, e Recife (PE) 2005, mostraram que essa é uma onda inevitável. Nesse momento Brasília (DF) e Aracajú (SE) estão em lutas contra aumento de tarifas nos transportes urbanos” (POMAR, 2009).

capitais, uma porção de outras cidades grandes e médias, como Joinville (SC) e Campinas (SP), para citar duas, entram nesta lista (POMAR, 2013, p.12-14).

Esta forte presença do MPL no cenário das lutas permitiu que este movimento social fosse o grande catalizador nos eventos de junho de 2013. Isto porque esta rede, historicamente construída por sobre a propositura de uma pauta única (tarifa zero¹⁶⁴ e o transporte público de qualidade) gerou o estopim para os protestos que tomaram conta do Brasil em junho de 2013.

Não dá pra entender a relevância das mobilizações de junho – que se iniciaram com uma passeata de cerca de 4 mil pessoas em São Paulo no dia 06, e duas semanas depois, já somavam 1,4 milhão de pessoas (...) – sem levar em consideração que não começaram como protestos “contra” algo, mas como uma expressão coletiva “a favor” de algo. O MPL colocou na pauta da discussão política a proposta da tarifa zero, isto é, do transporte público gratuito (PESCHANSKI, 2013, p. 59-60).

Diante do aumento na passagem de vinte centavos de real a ser implantado pela cidade de São Paulo, o MPL de São Paulo preparou para aqueles dias diversos atos visando pressionar o Prefeito Fernando Haddad para a redução da tarifa que, se em vigor, chegaria a representar uma porcentagem importante das despesas do trabalhador que percebe um salário mínimo.

Quando o MPL de São Paulo dá início a mais uma jornada de lutas¹⁶⁵, o gradativo aumento de participação popular nos atos realizados entre os dias 06 e 12 de junho, mesmo diante de forte repressão policial, começou a indicar que havia em latência uma profunda revolta contra a política brasileira.

Diante do grande aparato ideológico montando na mídia comercial, por partidos políticos no poder e por empresários do transporte, que legitimavam a violência policial que feriu e levou para prisão dezenas de manifestantes e jornalistas¹⁶⁶, o conflito chega ao seu ápice no dia 13 de junho, quando a violência física da polícia e violência simbólica dos veículos de comunicação não conseguem conter a mudança de opinião pública com relação aos protestos.

O Estado reagiu com violência, amparado por grandes veículos de comunicação do País, que endossavam as ações repressivas, afirmando que era necessário fazer o uso da força contra os “baderneiros” e “vândalos”, acusados de depredar o patrimônio público e cercear o direito de ir e vir do cidadão - como se os manifestantes, ao “perturbar a ordem pública”, automaticamente

---

¹⁶⁴ Sobre o tarifa zero, “trata-se de uma proposta bastante simples: abolir o regime de remuneração do transporte coletivo através de tarifas, adotando um regime de “gratuidade” do serviço a partir da sua remuneração por meio de outras fontes de receita, tais como impostos” (DIEHL, 2008, p. 12).

¹⁶⁵ A primeira jornada foi em 2006, depois em 2010 e 2011.

¹⁶⁶ Estima-se que centenas foram presos no mês de junho de 2013, porém, não existem dados oficiais que calculem o número de prisões em todo o Brasil.

estivessem destituídos de seus direitos e de sua cidadania. O resultado foi uma explosão de violência policial cujo ápice se deu na noite de 13 de junho, em São Paulo. Os manifestantes foram cercados pela tropa de choque da Polícia Militar, que tentou dispersar o protesto e impedir que chegasse à Avenida Paulista atirando bombas de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha contra 22 mil pessoas que seguiam o caminho entoando o coro “Sem violência!”. Muitas pessoas foram detidas por estarem portando tintas, camisetas de partidos ou movimentos sociais e, principalmente, pelo porte de vinagre - substância utilizada para atenuar os efeitos do gás lacrimogêneo (MARIE, 2013).

Este cenário de adesão coletiva às manifestações contra o aumento da tarifa em São Paulo possibilitou que, no dia 13 de junho de 2013, os atos localizados nas principais avenidas da metrópole paulistana passassem a ocorrer também em diversas cidades brasileiras, inclusive a contar com a solidariedade internacional (18 países, aproximadamente).

Segundo estimativa do Portal Terra, a partir de informação de coletivos ativistas, entre os dias 13 de junho à 21 de junho, ocorreram mais de 170 atos públicos nas 300 cidades participantes, com pico de 1,5 milhões de participantes no dia 20 de junho e média de 540 mil participantes nos cinco dias de maior adesão. Um dos momentos mais emblemáticos das *Jornadas de Junho* foi, sem dúvida, a ocupação do teto do Congresso Nacional em Brasília e as manifestações com mais de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro e São Paulo.

Com o recuo governamental que garantiu a redução de tarifa em São Paulo, no dia 19 de junho, (acompanhada das reduções alcançadas também em outras cidades, como Manaus, Natal, Campina Grande, Belo Horizonte, Goiânia, Aracajú, Rio de Janeiro, Curitiba, Cuiabá, Porto Alegre, Recife e João Pessoa), neste segundo momento, a pauta da redução da tarifa e contra a violência policial se amplia para uma revolta contra grandes temas da política brasileira: a falta de qualidade na prestação de serviços públicos, o endividamento e gastos com eventos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas) e a corrupção nos governos¹⁶⁷.

Este segundo momento, que ficou conhecido como a curiosa expressão “acordar do gigante”, em alusão ao Hino Nacional Brasileiro, significou uma mudança não somente nas pautas, mas também no tipo de solidariedade coletiva que ligava os militantes do “passe livre”.

---

¹⁶⁷ É sabido que algumas pautas “conservadoras” foram inseridas nos protestos, como é o caso da PEC 37 (projeto de emenda constitucional número 37) que versava sobre os poderes do Ministério Público.

O gigante adormecido das insatisfações brasileiras com os ganhos empresariais e, principalmente, com o estado e sua inoperância foi desperto pela luta do MPL, um movimento social que com intrincada organização horizontal e com uma solidariedade disposta a sacrifícios conseguiu dobrar os joelhos do governo estadual e municipal na maior capital do país. Mas este “gigante desperto” ainda continua confuso, sem conseguir articular sua insatisfação com meios e mediações de luta. Enfim, o gigante acordou zangado, desorientado e despolitizado (NASCIMENTO, 2013, p. 29, grifo nosso).

A marca fundamental desta fase foi a multiplicidade: se de um lado, os “novos” manifestantes (estudantes, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos) “tomavam o gosto” pela rua após anos de ausência de grandes eventos políticos de rua no Brasil¹⁶⁸ e começaram a reconhecer os limites da democracia representativa e do modelo brasileiro de política institucional¹⁶⁹; de outro, grupos conservadores, em número bem inexpressivo, viram na oportunidade um modo de expressão contra as (poucas) conquistas sociais obtidas nos anos de governo de esquerda no Brasil¹⁷⁰.

A despolitização brasileira, advinda de condições especificamente locais, (como a escolaridade baixa, o pouco investimento em produtos culturais, a dificuldade de articulação entre movimentos sociais de base e a população, uma aguda desigualdade econômica regional) foi a razão principal para que os eventos de junho de 2013 tenham apresentado um aspecto dual: lutas por direitos e garantias sociais colocadas juntamente com pautas reacionárias e liberais.

Nas manifestações de junho de 2013, a reivindicação original do “passe livre” nos transportes, reivindicação anticapitalista que entendia o transporte como um direito social, e não uma mercadoria, foi passada para trás pelas palavras de ordem aleatórias de uma multidão atomizada formada, sobretudo, por indivíduos das classes médias. A presença desses novos atores trouxe às ruas as reivindicações particularistas e festivas da “vontade de todos” - o somatório dos interesses particulares que não deve ser confundido com a rousseauiana “vontade geral”. Essa substituição de uma pauta unificada por reivindicações esparsas impediu que se atacasse a essência dos problemas, ficando-se, por assim dizer, na periferia, ou melhor, em suas manifestações visíveis, cultivando um fazer político performático bem ao gosto do pós-modernismo, que, no lugar da palavra, da argumentação persuasiva, prefere o culto da imagem (FREDERICO, 2013)

---

¹⁶⁸ Desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

¹⁶⁹ Cf. NOBRE, 2013.

¹⁷⁰ As principais conquistas são: diminuição da miséria e ampliação ao acesso à educação técnica e superior.

Esta miscelânea disforme não pode, contudo, esconder o fato de que houve no Brasil uma forte recuperação do sentido do ativismo. O ativismo brasileiro sempre foi representado por coletivos que orientavam-se por meio de suas reivindicações, como exemplos mais destacados temos o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MTST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento dos Desabrigados por Barragens, Movimento LGBT, Movimento Feminista, Movimento Negro, entre outros. A práxis deste tipo de ativismo sempre se relacionou de modo tradicional e pouco estratégico com as mídias disponíveis. Mesmo a criação de mídias alternativas foi sempre conduzida por uma forma peculiar de encarar o processo comunicacional, como discutimos antes.

Esta forma de entender o processo comunicacional e o modo de produção de conteúdo midiático, diante do desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação e da informação, denunciado por Enzensberger, impossibilitou avanços concretos na conquista de integrantes e na organização das ações para projetos políticos destes movimentos. Como argumentou Vizer, os novos meios de comunicação pediam novas militâncias:

Em boa medida, o paradigma emergente no século XXI vai demarcando novos modos de relação entre a militância, novas formas de ativismo social e os meios de comunicação. O primeiro se multiplicou até o ponto de armar redes para cobrir palcos mundiais e com agendas enormemente diversas. O militante pode ser membro de uma organização social, e também um indivíduo solitário com capacidade de acesso a uma bateria de meios: internet, páginas *web*, *e-mail*, e a emergente explosão da comunicação pelos telefones celulares (2007, p.36, grifo nosso).

Apesar disso, paradoxalmente, o Brasil foi pioneiro na consolidação dos esforços para a construção de uma rede de movimentos sociais e coletivos de luta por direitos sociais e de viés anticapitalista, com pode ser observado na consolidação do Fórum Social Mundial, inicialmente realizado em Porto Alegre. Este encontro internacional de movimentos, grupos políticos, partidos e sindicatos marcou o primeiro momento da construção de uma rede ciberativista no Brasil. Como afirma De Moraes (2001):

O Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre, no Brasil, consagrou um fenômeno de comunicação que vicejava na Internet: organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estão utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania. Joëlle Palmieri, presidente da Penélopes, um coletivo feminista atuante na *Web*, resumiu o consenso alcançado nos debates de Porto Alegre sobre o chamado ciberativismo digital (p. 01).

Neste momento, inicia-se um processo de ruptura com esta recusa dos movimentos sociais e políticos brasileiros em lidar com os recursos tecnológicos comunicacionais disponíveis.

Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. (...) Com a migração para a *Web*, as entidades aderem à comunicação em tempo real, sem centros fixos de enunciação. A cada nó, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações, em condições de serem consumidas a todo instante. A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on line*, murais, anéis de *sites* e árvores de *links*. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos (DE MORAES, 2001, p.02)

Outro importante momento no desenvolvimento do ciberativismo brasileiro pode ser observado na intensa participação no projeto dos Centros de Mídia Independente, que previa um jornalismo ativista alternativo à mídia comercial¹⁷¹, discutido anteriormente. Como afirma Rigitano, “o Centro de Mídia Independente (ramificação brasileira da organização), se constitui em um exemplo interessante para a análise do ciberativismo no Brasil” (2003, p. 06).

Somente com a ampliação do acesso à Internet no Brasil começa a se impor um processo de resignificação deste modelo, quando os movimentos sociais e coletivos passaram a reconhecer na rede um novo tipo de espaço público e a necessidade da utilização destas ferramentas para o processo de construção de plataformas de lutas. Pois, os movimentos “descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da grande mídia” (DE MORAES, 2001, p.125)

---

¹⁷¹ Sabe-se, porém que a rede CMI no Brasil conta com doze coletivos, nas cidades de Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Atuam em estreita relação com os movimentos sociais e organizações políticas em suas localidades, mantendo *sites* voltados a produção de notícias regionais e prestando também contribuições para o site nacional. Além dos *sites*, os CMI's atuam em diversos outros projetos de democratização da produção de mídia como as oficinas de capacitação tanto para indivíduos como para movimentos sociais com objetivo de auxiliar na produção independente de conteúdo midiático. Fora da rede, os coletivos também estão desenvolvendo alguns periódicos impressos como o *CMI na Rua*, com o formato de jornal-poste e o *Ação Direta*, bem como os programas de rádio denominados *CMI no Ar*.

É o que demonstra Orrico Rocha, em tese recentemente publicada, em que apresenta o depoimento de um dirigente *sem-terra* reconhecendo da importância da Internet para o MST, o maior movimento social da América Latina:

[...] o MST reconhece que a Internet é uma ferramenta de luta importante para os movimentos sociais da atualidade, e destaca que ela permite um rompimento com o olhar da mídia tradicional que enxerga no movimento uma negação da ordem legal da sociedade (ORRICO ROCHA, 2004, grifo nosso).

Apesar da existência de outras iniciativas ciberativistas no Brasil, realizadas durante os anos 1990 até os anos 2010, podemos determinar que somente em junho de 2013 o ciberativismo brasileiro encontra seu ápice. Três conjuntos de dados recolhidos sobre as *Jornadas de junho* justificam esta afirmação: a primeira, devido a importância da rede para a organização dos protestos, pois, segundo dados do IBGE, 78% dos manifestantes em todo o Brasil foram mobilizados pela Internet; segundo, a incidência de produção de material digital (*posts*, compartilhamentos, comentários, fotografias e imagens) sobre os protestos estabeleceu marcas impressionantes, uma vez que mais de 2 milhões de menções foram feitas nas redes *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e *Google* e mais de 132 milhões de pessoas tenham sido impactadas por essas postagens; e por fim, a quantidade de indivíduos produzindo conteúdo midiático, pois as mensagens foram criadas por, pelo menos, 940 mil usuários únicos (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 17).

Diversas características da práxis ciberativista estiveram presentes nos eventos brasileiros das *Jornadas de Junho*, são elas:

- 1) Uso coordenado das principais ferramentas e aplicativos de conexão remota: *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, entre outros;
- 2) Articulação profícua entre o ativismo digital e as manifestações nas ruas: enquanto os títulos relativos aos protestos apareceram nos temas mais comentados do *Twitter* (*#protesto*, *#vemprarua*, *#giganteacordou*) centenas de milhares ocupavam as ruas nas cidades brasileiras¹⁷²;

---

¹⁷² Dados sem comprovação encontrado nas redes sociais evidenciam a extensão dos protestos na Internet brasileira: em 16 de junho foram mais de 6.674 tweets com a hashtag *#protestorj* desde às 16h; em dia 17 de junho ficou nos Trending Topics mundiais a hashtag *#AbaixoRedeGloboPovoNaoÉBobo*, contra a emissora que criticava as manifestações; o vídeo produzido pelo jornal Folha de São Paulo em que jornalista Giuliana Vallone (atingida por uma bala de borracha no olho) relata a agressão sofrida pela polícia tem a marca de mais de 1.470.000 visualização e 19 mil curtidas no YouTube somente em junho de 2013.; ainda em junho o Instagram recebeu o compartilhamento de mais de 7.800 fotos com a hashtag *#protestosp*; somente no dia 17 de junho foram criados mais de 136 eventos no Facebook convocando as pessoas para participarem dos protestos em cidades brasileiras e no exterior foram 47; em junho foram mais de 16.700 compartilhamentos no *post* do *Portal Terra* sobre os manifestantes na rampa do Congresso.

- 3) Criação de plataformas de transmissão de notícias ao vivo por meio de *Livestream* e outras: no Brasil os ativistas do *Mídia Ninja* realizavam a cobertura dos protestos em tempo real chegaram a ter 25 mil espectadores *online* (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 15);
- 4) *Sites* e páginas que atuaram decisivamente na promoção dos protestos, na segunda fase do movimento, como o *Anonymous Brasil*, que em sua página no *Facebook* teve 301.210 compartilhamentos (FOSSA; PINTO; VALLE, 2014, p. 11).

O ciberativismo como vimos, é uma forma estratégica de uso das tecnologias de conexão, e não necessariamente o elemento fomentador do desejo de transformação social. Como sabido, os eventos de junho no Brasil revelam as questões políticas mais intrincadas da nação brasileira e os desafios postos por um sistema econômico desigual e, por isso, não podem ter sua motivação compreendida apenas pelo uso da Internet.

Paulo Arantes (2013a), e análise sobre o período, reafirma a importância do caráter presencial dos movimentos sociais já que são os vínculos fortes que estão no cerne das mobilizações, uma vez que a “multiplicação de coletivos em que esse vínculo forte para correr riscos reais tenha sido efetivamente mobilizado. Os riscos sendo a hostilidade da opinião pública e os perigos de uma sociedade disposta ao linchamento e ao apoio à repressão”. Além disso, o mito da democracia constitucional brasileira também foi desmontado em junho, pois:

[...] o segundo limiar transposto [pelas manifestações], diz respeito à ideia de manifestação. Desmontou-se, praticamente, o mito pós-ditadura segundo o qual vivemos em um estado democrático de direito. O dito Estado Democrático de Direito, que traduz-se no Brasil como “estado oligárquico de direito”, vale apenas para cima, pois “para baixo” tem se apenas o direito penal e social.

O ciberativismo presente nos eventos políticos ocorridos em junho de 2013 no Brasil está entremeado das mesmas contradições que constituem a política brasileira. Apesar disso, conecta-se com os demais movimentos sociais que estudamos nesta pesquisa.

O Movimento Passe Livre, como de resto seus congêneres nascidos da galáxia altermundista, sobretudo os descendentes da velha tradição da Ação Direta, discrepa dos movimentos sociais clássicos, para não falar é claro, dos partidos da esquerda histórica, embora seja igualmente temático como os demais movimentos, e obviamente de esquerda. É filho de Chiapas, Seattle, etc., das lutas contra a OMC, Alca & cia. Sua família é por certo a dos autonomistas. E, embora restrito a um foco único, é

maximalista, como estamos vendo agora: a meta é a tarifa zero. Cujas razoabilidade demonstrada nas suas cartilhas de clareza igualmente máxima são exemplares como introdução prática à crítica da economia política. Pelo tênue fio da tarifa é todo o sistema que desaba, do valor da força de trabalho a caminho de seu local de exploração à violência da cidade segregada rumo ao colapso ecológico. Simples assim, por isso, fatal, se alcançar seu destinatário na hora social certa, como parece estar ocorrendo agora (ARANTES, 2013b).

Observa-se que os eventos da *Jornada* brasileira representa a construção de um tipo de *fissura* capitalista, idealizada como modo de crítica da “dureza da vida” nos espaços urbanos brasileiros. A demanda *tarifa zero*, para além de uma mera luta pela conquista ao direito à cidade, pode também significar uma tentativa de rompimento com a lógica social do capital na cidade. Retomando a provocação de Zizek em *Problemas no paraíso*:

A arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente “realista”, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança seja que, embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. Era este o caso do projeto de saúde universal de Obama, razão pela qual as reações contrárias foram tão violentas, assim como as reivindicações do caso brasileiro, com o projeto Tarifa Zero (2013, p. 105).

6.4 Revolução e Internet: janelas ciberativistas

O problema da construção de um processo político revolucionário alicerçado na Internet foi tratado de maneira analítica no debatido texto de Malcom Gladwell, *A revolução não será tuitada*, paráfrase do vídeo *A revolução não será televisionada*, para quem o ciberativismo é uma:

[...] forma de organização que favorece as conexões de vínculo fraco que nos dão acesso a informações, em detrimento das conexões de vínculo forte que nos ajudam a perseverar diante do perigo. Transfere nossas energias das entidades que promovem atividades estratégicas e disciplinadas para aquelas que promovem flexibilidade e adaptabilidade. Torna mais fácil aos ativistas se expressarem e, mais difícil, que essa expressão tenha algum impacto. Os instrumentos de redes sociais estão aptos a tornar a ordem social existente mais eficiente. Não são inimigos naturais do *status quo* (2010).

A tese principal do texto é a de que uma conexão humana forte somente é possível diante da presença física dos indivíduos. Esta presença é o que garante o estabelecimento dos laços e vínculos sociais fortes e é a única garantia da “perseverança” dos ativistas diante da iminência dos “perigos próprios de uma

militância” (enfretamento físico contra a polícia, prisões, destruição de reputações, entre outros).

Incapazes de conseguir formar tais vínculos, as redes sociais conseguem apenas criar um tipo de militância que não exige “sacrifícios pessoas reais”, uma vez “essa estrutura torna as redes imensamente flexíveis e adaptáveis a situações de baixo risco” (2010).

Assim, o autor de *A revolução não será tuitada* reforça o velho adágio do marxismo ortodoxo: a necessidade de uma vanguarda que organize o processo revolucionário. Daí sobrevém esta crítica ao tipo de ativismo resultante de laços de solidariedade militante fomentados pelo contato virtual. Para o autor, o principal inconveniente do ciberativismo para uma práxis realmente emancipadora seria o caráter não-hierárquico, aberto e conselhistas, qualidades próprias do regime das redes.

Carecendo de uma estrutura centralizada de liderança e de linhas de autoridade claras, as redes encontram dificuldades reais para chegar a consensos e estabelecer metas. Não conseguem pensar de modo estratégico; são cronicamente propensas a conflitos e erros. Como fazer escolhas difíceis sobre táticas, estratégias ou orientação filosófica quando todo mundo tem o mesmo poder? (GLADWELL, 2010, grifo nosso).

O incômodo sentido por Gladwell pode ser o mesmo atestado por Holloway após a publicação de *Mudar o mundo sem tomar o poder*: a construção de um projeto de práxis que prescindia da hierarquização, institucionalização e do cupulismo, que subjaz à noção de vanguarda revolucionária, é a grande novidade, mas também o grande desafio do paradigma do antipoder.

No contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação, a questão posta é: de que forma cada um destes movimentos políticos que usam estratégias ciberativistas, tão díspares e particulares, podem ser compreendidos pelas conceituações propostas pelo que chamamos de paradigma do antipoder?

A resposta menos óbvia passa por definirmos como, individualmente, cada um destes movimentos se articulou como uma luta antipoder e antivalor, para retomarmos o debate teórico propostos em *Mudar o mundo sem tomar o poder* e *Fissurar o capitalismo* que apresentamos nesta pesquisa.

Até 2011, as mobilizações de massa dos indignados na Espanha, os enormes protestos anti-austeridade na Grécia, bem como a ressonância global do movimento *Occupy* haviam demonstrado inequivocamente que formas autônomas de autoorganização horizontal e os modelos de democracia direta de tomada de decisão tinham substituído em grande parte a esquerda tradicional como a principal fonte de resistência à ofensiva capitalista em

nossa dignidade humana - e, de fato, em nossas próprias vidas. Onde há uma década um livro como “Mudar o mundo sem tomar o poder” ainda podia ser considerado “polêmico”, hoje as idéias centrais de “Fissurar o capitalismo” são todas tomadas como certas por uma nova geração de ativistas e cidadãos politicamente engajados envolvido em lutas anticapitalistas por todo o mundo (HOLLOWAY, 2013b, grifo nosso).

A emergência da *Primavera Árabe* em 2011 é, sobremaneira, surpreendente, se considerarmos o contexto de seu despontar: em meio a regimes ditatoriais históricos, fundamentalismo religioso, com o islamismo radical, e o fundamentalismo econômico, com os pactos entre governos e grandes corporações internacionais (como as de exploração de petróleo e de pedras preciosas).

A proliferação de manifestações organizadas pela Internet, com centenas de milhares de participantes e com resultados políticos incertos, evidencia que as batalhas ciberativistas por direitos se constituem, substancialmente, como parte da luta primordial do antipoder que se dirige à busca por garantir dignidade humana.

A guinada ultraconservadora ocorrida em muitos países da *Primavera Árabe* tem imprimido um “gosto amargo” nas análises críticas que se propõe a pensar o processo de formação política e de construção de uma práxis emancipadora nos países islâmicos. Contudo, para Holloway, é o caráter imagético destas revoltas que interessa ao fomento das lutas que buscam *fissurar ao capitalismo*: a revelação, nem que seja momentânea, de que um outro mundo é possível:

Frequentemente tais explosões são vistas como fracassos, porque não levaram a uma mudança permanente. (...). Como lampejos ou um raio, elas iluminam um mundo diferente, um mundo criado, talvez apenas por algumas horas, mas a impressão que permanece em nosso cérebro e em nossos sentidos é a de uma imagem do mundo que podemos criar (e criamos). O mundo que ainda não existe se mostra como um mundo que existe como ainda-não” (HOLLOWAY, 2013a, p.32-33).

Com relação aos *Indignados* espanhóis é preciso retomarmos a metáfora do hollowayana do *grito* para compreender toda a negação contida na expressão “Democracia real já!”¹⁷³. Os *Indignados*, por meio de um *grito* semelhante ao *Basta!* zapatista, apresentam uma recusa derradeira ao *status quo*, pois estabelecem neste *já* uma nova forma de impor um desejo por dignidade humana em face da crise econômica.

O *já* é a constatação desta falência, que não está localizada num país, ou no regime de estado-nação; ou num governo, porque este ainda está a realizar políticas paliativas apenas para sua manutenção no poder; ou no mercado

---

¹⁷³ Um dos motes dos *Indignados*.

capitalista, que continua “sugando” o pouco que resta; mas esta falência significa a bancarrota das famílias espanholas que passam a reconhecer que o desemprego crescente e o desmonte das conquistas trabalhistas e sociais obtidas há décadas é o verdadeiro preço a pagar pela crise capitalista.

Além desta profusão de uma negação sistêmica, expressa nas palavras de ordem de “abaixo capitalismo” ou “toma a praça”, os *Indignados* apresentam um novo modo de práxis e engajamento: a criação do partido *Podemos*.

A originalidade da proposta do *Podemos* está na criação de um modelo de partido político que se articula como um partido-movimento, em visível conquista do espaço deixado pela política partidária eleitoral tradicional. O *Podemos* não esconde sua estreita veiculação com ferramentas políticas de conexão da Internet, pois estas não são mero suporte para ações e eventos políticos ou mesmo para a promoção do debate de pautas, mas também funcionam como um mecanismo de arrecadação de autofinanciamento para as campanhas, o crowdfunding¹⁷⁴.

Esta migração para o *partido-movimento* como instrumento de luta revolucionária antipoder é o resultado da incapacidade do Estado, principalmente em momentos de crise, de não corresponder às demandas dos protestos de rua.

Como analisa Holloway:

E eu acho que mais e mais pessoas estão sendo forçadas a reinventar sua política ou reinventar as suas idéias sobre política, tanto em termos de protestos -, mas também acho que em termos de criação de alternativas. Se o sistema não tem espaço para nós, se o sistema simplesmente deixa 50% dos jovens desempregados, se os benefícios estatais são cortados, se o Estado se recusa absolutamente a negociar, se a polícia se tornar mais repressiva, então eu acho que nós não somos obrigados a somente pensar formas criativas de protesto, mas também formas de como realmente sobreviver e como podemos realmente criar formas alternativas de viver. E vemos que muito em Espanha e na Grécia, onde as coisas estão indo nessa direção (HOLLOWAY, 2014).

Surpreendentemente, nesta direção encontramos as propostas de uma política antipoder numa perspectiva institucional com o partido *Podemos*, nascido e desenvolvido como uma iniciativa ciberativista dos *Indignados*:

Protagonismo popular. Isso é o que promete o Podemos, nova iniciativa política lançada (...) na Espanha, país cuja população sofre desde a eclosão da crise com o aumento vertiginoso do desemprego e da pobreza. Intelectuais e membros de movimentos sociais disseram que se trata de um novo método participativo, pensado para “transformar a indignação em

---

¹⁷⁴ *Crowdfunding* é a prática de financiar um projeto por meio de contribuições financeiras de um grande número de pessoas, normalmente através da Internet.

mudança política”. A principal plataforma de diálogo e construção da proposta? A internet (TERRA, 2014, grifo nosso).

No caso do *Occupy Wall Street*, o movimento teve um forte caráter anárquico, já que o regime de ocupação foi sempre não-hierarquizado e o modo de convocação pública realizado por um coletivo de intervenção político-artística baseado na Internet (o *Adbuster*).

Apesar do simbolismo que o *Occupy* representou, não havia na ocupação um conteúdo programático claro. É o que afirma Zizek, para quem deve-se “resistir precisamente a uma tradução apressada das energias das manifestações para um conjunto de demandas programáticas concretas” (ZIZEK, 2012, p.12). Isto quer dizer que nestes movimentos políticos sempre há que se evitar uma “captulação estratégica” em face de uma pauta, já que tudo que pode ser apresentado como reivindicação também poderá sofrer reversão.

É preciso, assim, localizar o interesse mais profundo por tras destas manifestações: a luta anticapitalista. O *Occupy*, pois, “deve ser, com um gesto formal de rejeição mais importante do que um conteúdo positivo – somente um gesto assim abre espaço para um conteúdo novo” (ZIZEK, 2012, p. 23).

Os eventos de Wall Street devem ser compreendidos, como o faz Zizek, à luz de uma negativa também das possibilidades da democracia liberal.

Mudanças radicais nesse quesito deveriam ser realizadas fora da esfera dos direitos “legais”, etc.: em procedimentos “democráticos” (que é claro, podem ter um papel positivo), não importa quão radical seja o nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos democráticos – os quais, não podemos esquecer, são parte do aparato estatal “burguês” que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista (ZIZEK, 2012, p. 23).

Esta perspectiva de análise é também assumida pelo pensador social e ativista David Graeber em seu estudo sobre democracia na América, que apresentamos acima. Graeber, tendo participado das ocupações em Wall Street, percebeu claramente que os eventos não tinham raízes em nenhuma outra tradição na história da democracia americana, inclusive o modelo de sua efetivação significou um instante de ruptura com esta história. Como afirma ele, para a maioria dos americanos, a democracia é em última instância uma abstração, um ideal, não algo que pode ser experimentado, pois

[...] é por isso que tantos, quando começaram a participar nas assembleias gerais e outras formas de tomada de decisão horizontal empregados no Occupy, sentiram (...) como se todo o seu sentido do que era possível politicamente havia se

transformado numa noite (GRAEBER, 2013, p. 17, tradução nossa).

Para o paradigma do antipoder, a recusa da aceitação da ideologia hegemônica da participação popular institucional, pilar da democracia liberal, que muito se sustenta na idéia de interação da ciberdemocracia, deve estar presente nos movimentos semelhantes ao *Occupy*.

Mas o movimento Occupy faz articular uma solução: ao ocupar, através da construção de formas de democracia direta, através da criação de diferentes modos de se relacionar um com o outro. Essa é a única solução possível. Talvez eles queiram dizer que o movimento Occupy deve definir sugestões para reconstruir o capitalismo, possivelmente para fazer um capitalismo mais justo. Mas por que deveríamos articular sugestões para reconstruir um sistema que, mesmo nas suas versões mais atraentes (Bolívia, Venezuela, talvez), constitui um ataque contra a humanidade e contra as condições da existência humana?(HOLLOWAY, 2012, tradução nossa).

As raízes históricas da articulação de movimentos sociais pela Internet, que tiveram destaque em junho de 2013 no Brasil, também apontam no sentido de estar em curso uma inovadora experiência de aproximação de lutas sociais emancipadoras: o Fórum Social Mundial.

Nos anos 1990 e 2000 houve uma desta intensa politização dos movimentos sociais no Brasil por meio do Fórum Social Mundial, o que possibilitou novas reflexões sobre as potencialidades suscitadas pela Internet, como argumenta De Moraes:

Joëlle Palmieri, presidente da Penélopes, um coletivo feminista atuante na *Web*, resumiu o consenso alcançado nos debates de Porto Alegre sobre o chamado ciberativismo digital: “Com a tomada de consciência sobre a importância da Internet para a difusão das reivindicações comunitárias, não precisamos mais nos isolar no gueto da contrainformação alternativa, e sim buscar novos modelos de trocas comunicacionais e de produção de informações afins com a idéia de se construir uma outra mundialização (DE MOARES, 2001).

Neste sentido, não foi gratuito o fato de que o principal deflagrador dos protestos no Brasil, o MPL, tenha encontrado no Fórum Social Mundial (2005) a oportunidade para unificar os diversos coletivos regionais de luta pelo transporte público. Contudo, e apesar disso, os anos seguintes no Brasil vão revelar um intenso processo de descrédito das formas tradicionais de agir político.

Assim, as *Jornadas de Junho* no Brasil apresentam algumas singularidades: ao mesmo tempo que foram desencadeadas por um movimento social, no transcurso dos acontecimentos, “as vozes das ruas” demonstraram um

descontentamento com as esferas tradicionais de luta, o que significava rechaçar organizações, movimentos sociais e partidos políticos.

Os gritos de “sem partido” que foram tomando os protestos em todo o país devem ser ressignificados no contexto de uma crise institucional da política representativa da democracia liberal brasileira. Ao nosso ver, isto revela um estado de desilusão diante fracasso propositivo das políticas progressistas, o que mesmo governos mais populares não tem conseguido alterar.

Os movimentos dos Indignados e os Occupy são parte da mesma explosão de cansaço e raiva. Temos aceitado este sistema que está nos matando por tanto tempo, mas já basta! É o grito da revolta zapatista de 1994 que está ecoando em um lugar após o outro. Basta! O sistema representativo é parte deste sistema obscuro, não faz nada para mudá-lo, só dá mais força. A desilusão segue na eleição de qualquer governo “progressista” (Lula, Dilma, os Kirchner, Obama), abre nos melhores casos outras perspectivas, as pessoas percebem que a mudança não pode ser feita por meio do Estado e começam a pensar na política de outra maneira (HOLLOWAY, 2013c, grifo nosso).

Porém, para além dos oportunismos políticos de ocasião que somente servem como tentativa de reversão do sentido histórico das rebeliões, os eventos em junho de 2013 no Brasil servem para mostrar que está em curso um processo único de recusa ao sistema econômico e que urgem *fissuras ao capitalismo* que se articulem concretamente em projetos políticos autogestionários, horizontais e pautados pela luta anticapitalista.

Uma constatação sociológica desta recusa pode ser observada nos dados apresentados pelo jornal *O Globo* e obtidos por meio de um *software* de estatística espacial¹⁷⁵ que apontam que existe uma relação entre a abstenção/votos nulos e brancos na eleição presidencial brasileira de 2014 e as manifestações nas cidades em 2013: “a alta proporção de brancos/nulos coincide, em boa parte dos casos, com áreas nas quais as manifestações de junho de 2013 foram mais intensas, caso especial do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul” (LIMA; VASCONCELOS, 2014).

Este resultado estatístico reforça a nossa argumentação: o descrédito com política democrática eleitoral é forte componente dos protestos brasileiros. Como afirma Safatle:

Há algo em comum: todos estes movimentos são feitos à margem de partidos. As estruturas partidárias – pelo menos as grandes – não têm mais força alguma para mobilizar as pessoas. E os pequenos partidos cobram caro pela mobilização: um tipo de adesão que acredito que boa parte dos jovens não está disposta

---

¹⁷⁵ Isto significa levar em conta a distribuição geográfica dos votos no primeiro turno nos mais de 5,5 mil municípios.

a dar, pelas melhores razões. Eles não querem virar instrumentos para uma lógica partidária. Essas mobilizações se fazem em torno de temas: você se organiza para certos objetivos, cria estruturas ou fóruns ligados a eles; depois, eles se dissolvem. É bem provável que isso seja cada vez mais utilizado (SAFATLE, 2012)

Holloway, em face dos protestos no Brasil que questionaram as tarifas dos transportes públicos e os gastos públicos na construção dos estádios para a Copa do Mundo, ao ser questionado sobre como as cidades podem ser um campo de produção de *fissuras no capitalismo*, respondeu:

Começa com as tarifas de transportes públicos ou gastos públicos, ou corrupção ou destruição de um parque – como em Istambul –, mas o que explode é realmente uma raiva contra um mundo obscuro, um mundo de injustiças grotescas, de violência que ultrapassa a compreensão, de destruição sistemática da natureza, um mundo que nos ataca em nossos interesses, mas que também nos insulta como seres humanos. Essas explosões que temos visto nos últimos meses ocorrem mais facilmente em cidades onde a obscenidade do sistema se impõe de forma muito agressiva. Mas o grande desafio é como ir construindo espaços para um mundo não obscuro, que vão contra e para além do capitalismo. Esta luta por um mundo digno é o que chamamos normalmente vida, ou amor, ou revolução (HOLLOWAY, 2013).

Assim, durante toda a segunda década do século XXI, assistimos a emergência de movimentos globais de contestação do modelo estatal e do sistema capitalista, como a *Primavera Árabe* no Oriente Médio, os *Indignados* na Espanha, o *Occupy* nos Estados Unidos e as *Jornadas de Junho* no Brasil. Como vimos, o principal fator de aproximação destes está no uso articulado dos mecanismos de conexão em rede e nas tecnologias de comunicação em geral. Mas não só.

Diante deste cenário, resta instaurarmos um processo de compreensão de novos caminhos para a práxis no mundo contemporâneo, de onde sobrevém a importância destas novas conceituações, como as que estudamos nesta oportunidade.

Como vimos, o paradigma do antipoder (Holloway), em sua articulação com a Nova Crítica do Valor (principalmente em Kurz, Jappe, Trenkle) e com os conceitos extraídos de uma teoria socioeconômica da Internet (Barbrook e Rifkin), tem nos permitido refletir de modo mais crítico sobre a relação entre Internet e Política.

Neste sentido, e a partir deste arcabouço, foi possível reunir elementos para que possamos compreender o ciberativismo e seu modo de representar uma luta por emancipação e dignidade humana diante dos desafios postos ao mundo contemporâneo (crises econômica e ambiental, enfraquecimento da democracia

representativa, fracasso das políticas sociais de partidos de esquerda subsidiados por desenvolvimentismo econômico).

Resta afirmarmos que o conceito de ciberativismo, inserido no contexto de uma *esfera pública oposicional*, se articula como o novo formato do ativismo político na atualidade, e como não poderia deixar de ser, como afirmava Adorno para quem a “a forma é o conteúdo sedimentado”, a nova forma do ativismo corresponde precisamente à um tipo específico de conteúdo político também: a forma histórica que expressa seu conteúdo. Daí a importância de termos compreendido as origens da cultura política presente no processo de desenvolvimento da própria rede e sua articulação com o vanguardismo.

O ciberativismo muito mais do que um modo inaugural de fazer uso da Internet (e suas maravilhas de conexão) acabou por designar um modo de fazer (e ser!) política, cujo mote é o de construir projetos de emancipação que contemplem um outro mundo livre do fetichismo da mercadoria e de suas consequências sociais.

7. CONCLUSÃO

Visando conseguir recompor de maneira mais breve e clara a argumentação que apresentamos até aqui, consideramos oportuno retomar os marcos fundamentais expostos nas seções que compõe esta pesquisa. Isto posto, poderemos, enfim, nos debruçar sobre nossas reflexões mais gerais sobre a temática, bem como encaminhamentos para possíveis propostas científicas futuras.

Na primeira parte de nosso trabalho, dedicamos atenção à apresentação do legado aristotélico sobre as formas ideais de atividades humanas (teoria, práxis e poiésis), em razão, sobretudo, do significado filosófico desta perspectiva para a história das ideias e mesmo para o mundo geopolítico ocidental.

Isto porque, como vimos, as correntes filosóficas posteriores dedicaram-se a pensar a ação humana a partir do sistema aristotélico e realizavam um movimento pendular: ora enfatizavam a primazia do político sobre o econômico; ora da teoria sobre a prática; ou mesmo da ação sobre a contemplação.

Este predomínio de um “movimento pendular” resultou na oposição histórica entre práxis e poiésis, pois o predomínio da poiésis, representava o pouco reconhecimento dado à práxis (atividade política) e vice-versa. Com relação ao trabalho humano, isso significou dizer que com a ascensão do trabalho (poiésis) como categoria primordial nas análises filosófico-econômicas liberais do século XVIII e XIX não houve a valorização da participação política (práxis) do trabalhador. É por isso que, no sistema filosófico-político liberal, a poiésis (produção) é a atividade humana proeminente em detrimento da práxis (política).

Este paradigma de compreensão da realidade sócio-política encontrou seu ápice na teoria de Adam Smith, para quem o trabalho (e não a terra, os metais preciosos ou a agricultura) seria a fonte de toda riqueza das sociedades. Preso as dicotomias aristotélicas, Smith não conseguiu perceber em seu sistema filosófico as contradições mais elementares (pois, para o autor, aquele que participa imediatamente da produção (trabalho) não teria as “condições ideais” para participar das decisões políticas).

Karl Marx, em meados do século XIX, consegue com o conceito de práxis revolucionária (*revolutionäre Praxis*) complexificar o sistema aristotélico, ao relacionar a ação politicamente orientada, os elementos da produção e criação de bens (poiésis), a noção de contemplação (teoria) e a criação da realidade por meio da ação política (práxis).

Somente assumindo uma perspectiva de análise original, Marx pode relacionar dialeticamente práxis e poiésis e com isso, superar a filosofia materialista/idealista do passado, bem como apresentar os fundamentos filosóficos para a defesa de um processo de autoemancipação do homem. Neste sentido, em síntese, podemos afirmar que o movimento da práxis revolucionária é o modificador das circunstâncias sociais e também instrumento de autotransformação do sujeito.

A partir de uma particular compreensão da teoria marxiana de práxis, de trabalho abstrato e do valor, apresentamos as teses fundamentais da Nova Crítica do Valor (os autores Robert Kurz, Anselm Jappe, Ernst Lohoff e Norbert Trenkle, que discutimos em detalhe nesta pesquisa, mas que também inclui Franz Schandl, Claus Ortlieb, Kojin Karatani e Roswitha Scholz). Para esta nova leitura da teoria do valor de Marx, que reflete as questões contemporâneas do capitalismo, é preciso um novo entendimento da dominação capitalista, para além das noções de mais-valia, luta de classe ou expropriação. Uma compreensão que reconheça a complexidade sistêmica do processo de fetichização por meio da mercadoria e da *forma-valor*.

Como vimos, a afirmação mais original destes pensadores é a de que a crítica da *forma-mercadoria* e do trabalho abstrato, e não a *luta de classe* ou a disputa “revolucionária” pelo Estado, é o maior legado da teoria filosófica de Marx e o que garante sua validade científica e seu poder contestatório ainda no século XXI.

Além disso, a defesa da superação do trabalho abstrato nesta leitura da teoria do valor busca transcender as aporias que o modo de contestação do marxismo ortodoxo recaiu ao não conseguir superar os limites impostos pelo fetichismo da mercadoria.

A partir de *História e Consciência de Classe*, de Lukács, estes autores refletem com a mercadoria envolveu toda a totalidade social, não somente como resultante de processos produtivos e como instrumento de troca, mas, como influência direta de toda a vida nas modernas sociedades capitalistas.

Continuando na trajetória de análise da Nova Crítica do Valor, discutimos o conceito de Theodor Adorno de *pseudo-atividade*, como consequência de uma práxis irrefletida e ainda presa à totalidade social comandada pela *forma-mercadoria*. A tese adorniana é de que é preciso construir um tipo de ativismo que supere este *falso movimento da práxis*, que coloque como objetivo primordial de toda práxis a superação do fetichismo e da *forma-valor*, como a única saída para a emancipação social e para a recuperação da dignidade humana.

Para Adorno, o fracasso das experiências socialistas representou a incapacidade do partido revolucionário em ser a “consciência do proletariado”,

promovendo uma completa separação da práxis e da teoria. Por isso, é preciso rever o conceito de luta de classe e localização do proletariado como único agente de transformação social. Assim, a teoria da práxis adorniana também demanda a superação do partido revolucionário como mediador, na medida em que enfatiza a autonomia dos indivíduos no processo de luta contra a modernização fetichista capitalista.

Como vimos, Guy Debord, na consagrada obra *A sociedade do espetáculo* (1967), discute o último grau do processo de fetichização da mercadoria: o *espetáculo*. Debord apresenta uma particular interpretação do legado de Marx, atualizando os pressupostos de sua crítica à fetichização. Uma vez que Marx compreendia o processo de produção de mercadoria e o fetichismo deste decorrente como uma forma de redução da vida humana à *forma-valor*, para Debord este processo encontra sua expressão máxima no desenvolvimento do *espetáculo*: na vida concreta tornada representação pela *imagem espetacular* do sistema de mercadorias, da qual a mídia é apenas um braço.

Demonstrando as principais contribuições formais e de conteúdo das vanguardas artísticas do século XX (no Dadaísmo, Surrealismo e Situacionismo) para o ativismo e para o desenvolvimento da Internet como projeto político-cultural, buscamos revelar raízes históricas da articulação do ativismo por meio de uma rede de contato horizontalizada, plural e aberta.

Como vimos, o espírito transgressor e não-conformista das vanguardas pode ser encontrado no ciberativismo, mas não só, pois muitas das técnicas, estilos e estratégias encontradas no Dadaísmo, Surrealismo e Situacionismo foram absorvidas na cultura digital atual, especialmente em projetos ativistas que visam emancipação social.

Observamos que o desenvolvimento da Internet como parte da política internacional militar norte-americana não encerrou as potencialidades das tecnologias nos limites estratégicos dos exércitos e dos Estados, apesar do caráter bélico do projeto ARPANET, pontapé inicial da Internet, não poder ser negado.

Como constatamos nesta pesquisa, três fontes principais se articulam para a formatação da rede de computadores e lhe garante uma particular faceta político-cultural: a primeira, as tecnologias militares financiadas pelo Estado, principalmente nos Estados Unidos (pesquisa militar); a segunda, a tradição acadêmica de cursos de computação de universidades de todo o mundo (*big Science*); e a terceira, a cultura *hacker* (cultura da liberdade).

Outras fases importantes na história da Internet, que permitiram o desenvolvimento das ferramentas políticas que desembocaram numa práxis

ciberativista, foram: primeiro, a criação dos principais instrumentos de interação em uso na Internet disponibilizados na década de 2000, as tecnologias denominadas *Web 2.0* (segunda geração de ferramentas e serviços disponibilizados na rede que permitiram a ampliação das formas de participação direta de usuários, incluindo a criação e o compartilhamento de informações e conteúdos *online*); segundo, o desenvolvimento dos “labirintos cibernéticos” da *Deep Web* ou *Black Web* (versão *underground* da rede, com nova plataforma de conexão que escapa aos controles institucionais e representa um espaço único para manifestações políticas, mas que também possibilita a prática de crimes e quebra de privacidade) .

A partir da obra do pensador britânico Richard Barbrook, especificamente do debate sobre *cibercomunismo* e *economia da dádiva high tech* (referenciado nas reflexões do antropólogo Marcel Mauss sobre *economia da dádiva* das sociedades pré-capitalistas), foi possível compreender como os processos de colaboração e trocas entre os usuários que ensejaram as tecnologias comunicacionais da Internet que temos hoje. Além disso, foi possível perceber como os elementos de crítica da *forma-valor*, que discutimos até aqui, podem ser encontrados num modo emancipador de conceber o projeto da Internet.

Neste sentido, Barbrook opõe dialeticamente duas forças políticas antagônicas que determinam o curso da práxis por meio da Internet: a *ideologia californiana*, ideologia político-econômica com fulcro no neoliberalismo que defendia ser a Internet um novo “impulso” para o capitalismo global, através das novas elites do *e-commerce* e de um sistema mercadológico gerador de valor; e o *cibercomunismo*, a operacionalização de um modo contestador de superar o capitalismo por meio da *economia da dádiva high tech* (por meio da prática de troca de informações e de intensa cooperação técnica para a produção de conhecimento como meio de subversão de direitos autorais e de imposições mercadológicas na rede).

Na quarta parte desta pesquisa tratamos do contexto político-econômico de surgimento da Internet: como elemento importante da ideologia da Terceira Revolução Industrial, da Globalização, da Sociedade em Rede; como recurso/fonte da economia política do neoliberalismo e de um capitalismo em crise; e da falência dos modelos de democracia liberal representativa. Neste sentido, as análises da Nova Crítica do Valor nos foram úteis para compreensão das atuais (e passadas) crises capitalistas de geração de valor, estabelecendo os marcos de um sistema em vias de superação ou de decaimento.

Além disso, apresentamos análises recentes que conseguem reconhecer modos de construção da práxis emancipadora em meio as condições econômicas

e ecológicas atuais, como teoria socioeconômica da tecnologia proposta por Jeremy Rifkin por meio dos conceitos de *Era Colaborativa*, *Sociedade do custo zero* e *Internet das Coisas*. Em sua suma, estas definições visam defender que a emergência da proposta de *commons colaborativos* (modo de organização da vida social legatário dos valores de participação em formato de redes propostos na origem da Internet) representam um sistema de gestão de bens coletivos (informação, mercadorias, bens naturais, energia) como um substituto ao sistema capitalista em crise.

De acordo com o que analisamos anteriormente, nos anos 1990, com a expansão da Internet se inicia um processo de interpretação dos papéis desempenhados pelas ferramentas de conexão no campo da Política. Estas primeiras pesquisas estiveram relacionadas com um contexto histórico particular (neoliberalismo econômico e da globalização). As duas primeiras fases dos *internet studies* demonstram a estrita veiculação destas análises a este contexto histórico, bem como um modelo de pesquisa comunicacional conservador: a *pesquisa administrativa* norte-americana ou *mass communication research*.

Por esta razão, estes estudos foram marcados por análises entusiasmadas, pouco científicas e atreladas fortemente ao financiamento (e por isso aos interesses) do mercado e dos Estados. A fase contemporânea dos *internet studies* apresentam uma tendência maior de compreender a Internet de um modo mais sofisticado e complexo, tomando em conta outras metodologias de pesquisa, principalmente, a *teoria crítica*. Este modo de compreender a Internet foi determinante para os estudos voltados à investigar a relação entre Internet e Política.

Assim, como afirmamos ao longo desta pesquisa, houve a prevalência do paradigma cívico-liberal nestas abordagens, e por esta razão, a política foi tomada de um modo bastante institucionalizado e pelo ponto de vista estrito da cidadania democrática-eleitoral. Com isso, o *velho* paradigma sócio-político liberal foi o principal modo de orientação para compreender um fenômeno inteiramente *novo e original*: a relação Internet-Política.

Esta premissa foi a base para que os pioneiros *internet studies* desenvolvessem o conceito de ciberdemocracia: um misto de republicanismo cívico com entusiasmo com uma suposta cidadania digital.

Vimos que mesmo as iniciativas ciberdemocráticas comunitaristas e de cunho mais consultivo (as redes cívicas, os projetos de *e-governo*, o uso da Internet nas campanhas eleitorais e o *e-voto*) evidenciaram os limites do conceito de ciberdemocracia por representarem experiências políticas de restrita capacidade

revolucionária, permanecendo sempre presas às determinações de Estados e do mercado e fortemente ligados à ideologia dominante nos anos 1990, a saber, a Globalização.

Assim, foram os primeiros desenvolvedores da rede, *hackers*, ativistas digitais e militantes de movimentos sociais que realmente conseguiram compreender as potencialidades políticas de uma rede global para a formação de uma *esfera pública oposicional* e desenvolver a práxis em rede, que neste trabalho denominamos ciberativismo.

Neste sentido, como vimos, dois paradigmas de interpretação da potencialidades políticas da Internet podem ser opostos: o conceito de ciberdemocracia, próprio do paradigma cívico-liberal, e o conceito de ciberativismo, com a ênfase na ação direta (como vimos em David Graeber), na democracia radical (na leitura de Laclau e Mouffe), na crítica anticapitalista da fetichização (na Nova Crítica do Valor) e no antipoder (John Holloway).

Conforme abordamos, o ciberativismo se apresenta como a nova forma da prática política em tempos de Internet, herdeira da contestação própria da Internet (contracultura das vanguardas, *economia da dívida high tech* e *cibercomunismo*), do modelo de participação da democracia radical e dos novos movimentos sociais, cujo paradigma antipoder representa tanto a crítica ao sistema fetichista da *forma-valor*, como uma práxis revolucionária para sua superação.

Apresentamos os conceitos de ciberativismo de dois modos: primeiro, demonstrando como houve a necessidade de uma “superação” pelos movimentos sociais e organizações políticas da chamada *tese da manipulação* (como demonstrou Enzensberger), permitindo o reconhecimento das potencialidades emancipadoras contidas nas novas tecnologias da comunicação e da informação; segundo, discutindo, por meio da história das primeiras formas de uso articulado da rede mundial de computadores (*Batalha de Seattle*), como aconteceram as pioneiras formas de ação ciberativista e a consequência de seu legado para o ciberativismo praticado nos anos seguintes.

Além disso, a partir do esquema proposto por Vegh, classificamos as práticas políticas ciberativistas em três categorias: *Conscientização/ Defesa*, *Organização/Mobilização* e *Ação/reação*, mais conhecidas pelo termo *hacktivismo*, ou *ativismo hacker*.

A seguir, definimos o que denominamos nesta pesquisa de paradigma de antipoder, delimitado a partir da teoria política de John Holloway em suas duas obras capitais: *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2003) e *Fissurar o capitalismo* (2011) por se tratar de um paradigma de interpretação da política praticada na

Internet mais condizente com a práxis ciberativista e seus pressupostos políticos e táticos.

Através das teses principais de *Mudar o mundo sem tomar o poder* de Holloway apresentamos tanto o conceito de antipoder (crítica da fetichização pela *forma-valor* e pelo trabalho abstrato; e do modelo revolucionário estatal do marxismo ortodoxo); como pudemos relacioná-lo com as teorias críticas mais contemporânea nas obras de Michel Foucault, Antonio Negri, Michael Hardt e Michael Löwy.

Além disso, problematizamos algumas das considerações “mais utópicas”, por assim dizer, propostas por Holloway nesta obra com a teoria crítica do valor e seu entendimento da crise econômica, por meio dos autores da Nova Crítica do Valor: Anselm Jappe, Robert Kurz e Norbert Trenkle.

Acrescenta-se também o debate em torno da obra *Fissurar o capitalismo*, onde o autor promove a elaboração de uma crítica do valor que toma as atuais crises econômicas e ambientais como estopim para que possamos construir um projeto político emancipatório, *fissurando o capitalismo*, por meio do que chamou *método da fissura* (método dialético, de uma dialética negativa, que afirma que a força para a práxis revolucionária deve vir deste sentimento de inadequação que os indivíduos experimentam nas sociedades capitalistas contemporâneas).

Destacamos as principais influências da teoria do antipoder de Holloway para os movimentos ciberativistas: a negação contínua da opressão por meio do *grito*, da afirmação de um *basta!*; a recusa do partido político como única instância representativa das pautas de movimentos sociais e coletivos de luta; não situar todo o processo revolucionário do Estado; a necessidade de autogestão nos movimentos sociais; a importância das ferramentas de conexão para a construção/organização dos projetos e estratégias de luta dos movimentos sociais.

Ao apresentar os principais eventos políticos articulados pela Internet ocorridos, representativos de uma onda intensa de protestos e insurreições políticas ocorridas no mundo entre 2010-2013 (*Primavera árabe*, nos países do Oriente Médio; Os *Indignados*, na Espanha, representando os protestos europeus; o *Occupy* nos Estados Unidos; e por fim as *Jornadas de Junho* brasileiras, representando a América Latina), buscamos discutir o impacto político que estes fatos sociais desencadearam, mas principalmente, compreender a similaridade que liga estas revoltas tão díspares: o uso extensivo, popular e engajado das ferramentas políticas de conexão em rede em enfrentamentos contra sistemas econômicos, regimes políticos, instituições, mercados e governos.

À luz do paradigma do antipoder (com base numa combinação particular da crítica do fetichismo na Nova Crítica do Valor com o modelo revolucionário horizontalizado e democrático de John Holloway) o intento foi compreender o que realmente existe de revolucionário (no sentido de ruptura com o capital) nos movimentos ciberativistas para contribuir para a formação de um arcabouço teórico capaz de servir de auxílio na edificação de projetos políticos realmente emancipadores.

Como vimos, para efeito, restou-nos discutir ao final desta pesquisa outra importante reflexão sobre o problema da construção da política revolucionária por meio da Internet. Assim, por esta razão, discutimos o texto de Malcom Gladwell *A revolução não será tuitada* que afirma existir na Internet muito pouca efetividade na edificação de uma práxis emancipadora.

Ao nosso ver, ao voltarmos a este texto, estamos respondendo à toda uma tradição marxista que foi historicamente incapaz de aceitar uma forma de práxis emancipadora não-hierárquica, aberta e estruturada numa gestão conselheira. Esta mesma dificuldade pode ser observada quando se trata do regime das redes de conexão. Pois, a Internet somente tem permitido a construção de um projeto de práxis que prescindia da hierarquização, institucionalização, própria do modelo de revolução do antipoder.

A questão da possibilidade de revolução, no mundo contemporâneo, perpassa compreendermos as perspectivas futuras que se apresentam: a primeira delas, é, sem dúvida, a perspectiva de uma crise ecológico-econômica que se define pela incapacidade ambiental de manutenção do capitalismo, pelo fim dos combustíveis fósseis e pelas consequências do aquecimento global; a segunda perspectiva diz respeito aos limites evidentes da democracia representativa, diante do fracasso cada vez mais visível das saídas políticas democráticas e da ascensão de partidos conservadores.

Este estado de coisas tem feito “soar os sinos” da urgência revolucionária e impactado fortemente na construção de alternativas que realmente representem saídas emancipadoras. Este número impressionante de revoltas pelo mundo, os seus resultados incertos, e muitas vezes até contraditórios (pois em muitos lugares a derrubada de ditadores representou a ascensão ao poder de regimes ainda mais violentos e encrudecidos) certamente não tendem a arrefecer. E sim revelam que esta urgência pela construção de um projeto político que garanta a dignidade humana (como na afirmação zapatista) já é sentida tanto pelos movimentos sociais, por militantes e por ativistas, como para as pessoas comuns no cotidiano aterrador do sistema capitalista experimentado de maneira cada vez mais dura nas

idades pelo mundo com uma tendência de piora a longo prazo, diante dos cenários de crises econômicas e ambientais.

Se a saída ainda parece distante, convém, como foi a tentativa desta pesquisa, retomarmos as esperanças e energias utópicas que as vanguardas artísticas legaram para a Internet e, embalada em suas promessas, construir nossas próprias utopias cibernéticas que sejam projetos tecnológicos futuros para a superação da mercadoria e de seu fetichismo.

Este horizonte de análise certamente não se esgota nessa proposta. O caminho para refletirmos sobre como estas novas tecnologias que hoje funcionam de maneira à reforçar o sistema que buscamos combater podem conter em germe sua destruição ainda está para ser trilhado. Os desafios científicos e políticos que esta empreitada apresenta são grandes, mas devem ser enfrentados para que a teoria possa, enfim, “dar as mãos”, como os militantes nas ruas de Seattle em 1999, à prática para que juntos possamos alcançar o verdadeiro sentido da práxis como propôs um velho pensador de um tempo ainda analógico: Karl Marx.

Esta é a condição para uma luta antipoder pelo empoderamento político de todos, esta é uma luta cibercomunista pelo nascimento de um comunismo digital, esta é uma luta anticapitalista pela edificação de uma sociedade em equilíbrio, entre os homens e o planeta.

REFERÊNCIAS

- ADBUSTERS. **Occupy Wall Street**. Disponível em: <https://www.adbusters.org/campaigns/occupywallstreet> Acesso em: 08 Dez. 2014
- ADORNO, T. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. **Notas marginais sobre teoria e práxis**. In: Palavras e sinais: modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVARENGA, R. A insatisfação com a sociedade da mercadoria não pode se transformar em mercadoria. Entrevista concedida ao site do Instituto Humanitas Unisinos. **Revista Instituto Humanitas On-line UNISINOS**. 16. Fev. 2009. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/19974-a-insatisfacao-com-a-sociedade-da-mercadoria-nao-pode-se-transformar-em-mercadoria-entrevista-especial-com-raphael-alvarenga>. Acesso em: 08 Dez. 2014.
- ALVES, A.R.C. O conceito de hegemonia de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- AMOROSO, Danilo. **O que é Computação em Nuvens?** Tecmundo, 13 Jun.2012. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/computacao-em-nuvem/738-o-que-e-computacao-em-nuvens-.htm#ixzz2xIK3aRj3>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- ANDERSON, L. Demystifying the Arab Spring. In: LEWIS, B. AJAMI, F. HAASS, R. **The New Arab Revolt: What Happened, What It Means, and What Comes Next**. Tampa, Florida: Foreign Affairs/CFR eBook, 2011. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67693/lisaanderson/demystifying-the-arab-spring>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- AQUINO, J. E. F. Espetáculo, comunicação e comunismo em Guy Debord. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 48, n. 115, 2007.
- ARANTES, P. O futuro que passou. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jun.2013. Entrevista concedida a Ivan Marsiglia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-que-passou,1045705>. Acesso: 02 dez. 2014.
- _____. Tarifa zero e mobilização popular. **Revista Contrapunto**. Centro de Formación Popular del Oeste de Montevideo, Especial Brasil. ago.2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4563282/Revista_Contrapunto_Especial_Brasil. Acesso em: 02 dez. 2014.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Mario Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- _____. **Aristóteles**, Coleção: Os Pensadores, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. **Órganon**. Bauru: Edipro, 2005.
- ASSANGE, J. Appelbaum, J. Müller-Maguhn, A. Zimmermann, J. **Cypherpunks: Liberdade e o futuro da Internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- AZAMBUJA, D. **Introdução à ciência política**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1967.
- BANGEMANN, M. **Recommendations to the European Council: Europe and the global information society**, 1994. Disponível em: <http://europa.eu.int/ISPO/infosoc/backg/bangeman.html>.
- BANKS, M. **On the way to the Web**. Berkley: Apress, 2008.
- BARBROOK, R. Cyber-Communism: How The Americans Are Superseding Capitalism In Cyberspace. **Science as Culture**, v. 9, n. 1, p. 5-40, 2000. Disponível em: <http://www.imaginaryfutures.net/2007/04/17/cybercommunismhowtheamericans-are-superseding-capitalism-in-cyberspace/>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- _____. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. Tradução e revisão Adriana Veloso. São Paulo: Peirópolis, 2009.
- _____. Manifesto Cibercomunista. **Folha de São Paulo**. São Paulo,

03out.1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0310199905.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. The high tech gift economy. **First Monday**, v. 3, n. 12, 1998. Disponível em: http://www.imaginary_futures.net/2007/04/19/the-hi-tech-gift-economy-by-richard-barbrook/. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. The high tech gift economy. In: NETTIME (org.). **Readme!: ASCII culture and the revenge of knowledge**. Nova York: Autonomedia, 1998.

_____. The Holy Fools a critique of the avant-garde. **Mute**, n. 11, p. 57-65, 1998. Disponível em: <http://www.cybersalon.org/the-holy-fools/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. CAMERON, A. **The Californian ideology**. In: LUDLOW, P. (org.). **Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias**. Cambridge: MIT Press, 2001. Disponível em: <http://www.imaginaryfutures.net/2007/04/17/the-californianideology-2/>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BECKER, T. SLATON C. D. **The Future of Teledemocracy**. Westport: Praeger Publishers, 2000.

BEININ, J. VAIREL. F. **Social Movements, Mobilization, and Contestation in the Middle East and North Africa**. Standford: Standford University Press, 2013.

BENKLER, Y. A economia política dos commons. In: SILVEIRA; S. A. (org.). **Comunicação digital e a construção os commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BESNIER, B. **A distinção entre práxis e poiêsis em Aristóteles**. In: *Analytica*, v. 1, n. 3, p. 127-163 1996. Disponível em: <http://www.analytica.inf.br/analytica/digramados/4.pdf> Acesso em: 10 jan. 2014.

BEST, S. J. KRUEGER, B. S Analyzing the representativeness of internet political participation. **Political Behavior**, vol. 27, no. 2, p. 183-216, 2005.

BEZERRA, S. R. Marxismo e Comunicação Social. **Revista Sinal de Menos**, ano 1, n. 3, p.152-153, 2009. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/BEZERRA_Silvia_Marxismo_e_comunicacao_social.pdf. Acesso:24 Mar.2014.

_____. A inspiração vanguardista no ciberativismo contemporâneo. In: 1º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia – Alcar CO, Unigran. 2012, Dourados-MS, **Anais...** Disponível em: www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/26.pdf. Acesso em: 29 jan. 2013.

_____. et al. **Interfaces das ferramentas da Web 2.0 na construção dos textos coletivos da disciplina CCVAP DE 2001 A 2010**. Disponível:http://ccvap.futuro.usp.br/TMP_UPLOAD/files/tcsecs1311771291087_nusp1111111.pdf Acesso em: 20 jul. 2011.

_____. **As Vanguardas Artísticas do Século XX sob o prisma da Teoria Estética de Theodor Adorno**. 2004. 132 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

BIMBER, B. DAVIS, R. **Campaigning On-line: The Internet in U. S. elections**. New York: Oxford University, 2003.

BOTELHO, R. **Pesquisa administrativa X Teorias críticas: Contrastes entre duas tendências**. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/botelho-ronaldo-duas-teorias.html>. Acesso em: 30 jan. 2013.

BOTELHO, M. Crise do capitalismo e “mundo do trabalho” em David Harvey. **Revista Sinal de Menos**. Ano 6, v. 11, n.10, p. 190-214, 2014. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/BOTELHO_Maurilio_Crise_do_capitalismo_e_mundo_do_trabalho_em_David_Harvey.pdf. Acesso em: 10 jan.2015.

BRAGA, L.RA. Anton Pannekoek e a auto-organização operária. In: Simpósio Trabalhadores e a Produção Social. Centro de Memória Operária e Popular.

Sumaré-SP, 2011. **Anais...** Sumaré-SP: Centro de Memória Operária e Popular, 2011. Disponível em: <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/504.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BRAIMA, M. SOTHIRAJAH, J. Doing the Traditional Media Sidestep: Comparing the Effects of the Internet and Other Nontraditional Media With Traditional Media in the 1996 Presidential Campaign. **Journalism and Mass Communication Quarterly**, v. 76, n. 1, p. 99-124, 1999.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: acesso à Internet**. PNAD, IBGE, 2011.

BRETTTHAUER, D. **Open Source: a History**. UConn Libraries Published Works. Connecticut: University of Connecticut Libraries, 2001. Disponível em: http://digitalcommons.uconn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=libr_publications. Acesso em: 12 jun. 2012.

BROWN, N. J. SHAHIN, E. (ed.) **The Struggle over Democracy in the Middle East**. London: Routledge, 2010.

CABRAL FILHO, A.V. CARVALHO, A. Da “alterglobalização” à “Indignação”: reconstruindo as redes sociais no início do século XXI. **Diálogos de La Comunicación**. Revista Académica de La Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. n.86, p. 1-33, 2013. Disponível em: http://www.dialogosfelacons.net/wp-content/uploads/2013/01/86_Revista_Dialogos_Da_alterglobalizacao_a_indignacao_reconstruindo_as_redes_sociais.pdf. Acesso em: 15 out. 2014.

CAIRO INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS. **Delivering Democracy: Repercussions of the 'Arab Spring' on Human Rights. Relatório anual**. 16 Mai. 2013. Disponível em <http://www.jadaliyya.com/pages/index/11923/delivering-democracy-repercussions-of-the-arab-spr>. Acesso em: 30 set. 2013.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: terceiro paradigma**. Tradução Ephraim Ferreira Alvez. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALDOW, J. **E-democracy: putting down global roots**. Institute for Electronic Government, IBM Corporation: União Europeia, 2004. Disponível em: <http://www.bm.com/industries/government/ieg/pdf/e-democracy%20putting%20down%20roots.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

CAMARGO, S. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. **Pensamento Plural**, n. 09, Pelotas, p. 37 – 56, julho/dezembro 2011. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/09/2.pdf>. Acesso em: janeiro/2015.

CASSIN, B. **Aristóteles e o Logos**. São Paulo, Loyola, 1999.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. I, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Redes de Indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, B. **A copesquisa no operismo autonomista**. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-copesquisa-no-operismo-autonomista/>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CARDON, D. GRANJON, F. **Médiactivistes**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

CHADWICK, A. HOWARD, P.N. **Routledge Handbook of Internet Politics**. New York: Routledge, 2009.

CLARKE, S. **Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State**. London: Edward Elgar Editor, 1988.

CLEAVER, H. The Zapatista Effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric. **Journal of International Affairs**. Austin, Texas, Nov.1997. Disponível em: <https://la.utexas.edu/users/hcleaver/zapeffect.html>. Acesso em: 29 ago. 2014.

COHEN J., FUNG A. Radical Democracy. **Swiss Journal of Political Science**, v.10, n.4, p. 23-34, 2004.

COLEMAN, S. GØTZE, J. **Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation**. London: Hansard, 2001.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexander P. & SILVA, Gerardo (orgs.). **Capitalismo cognitivo – trabalho redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

COUTINHO C. BOTTENTUIT JUNIOR, J. B. Blog e Wiki: Os Futuros Professores e as Ferramentas da Web 2.0. In: Congresso do SIE'2007. Braga- Portugal, 2007, **Anais...** Braga- Portugal: SIE, p. 199-2004, 2007.

CRUZ, P. M. **Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno**. 2009. Disponível em: http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/recife/politica_paulo_marcio_cruz.pdf. Acesso em: 02 mai. 2013.

CUNHA, D. Em busca do sujeito perdido. A superação do trabalho no novo livro de John Holloway. **Revista Sinal de Menos**. Ano 6, v. 11, n.10, p. 162-171, 2014. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/CUNHA_Daniel_Em_busca_do_sujeito_perdido.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.

D'ALESSIO, D. Use of the World Wide Web in the 1996 US Elections. **Electoral Studies**, v. 16, n. 4, p. 489-500, 1997.

DADA, D. The failure of e-government in developed countries: a literature review. **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries** Acesso em: maio/2013. Disponível em: <http://www.ejisdc.org/ojs2/index.php/ejisdc/article/viewFile/277/176>.

DAHLBERG, L. Democracy via Cyberspace: Examining the Rhetorics and Practices of Three Prominent Camps, **New Media & Society** n. 3, p. 187-207, 2001.

_____. SIAPER, E. (eds). **Radical Democracy and the Internet: Interrogating Theory and Practice**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

DALTON, J.R. **Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DANTAS, S. VITAL, T. **Cibercomunismo e a Economia da Dádiva: A Construção do Comum na Internet**, 2009. Disponível em: http://www.sigma.ufrj.br/UFRJ/SIGMA/jornadaIC/publicacao_foco/trabalhos/consulta/relatorio.stm?app=JIC_PUBLICACAO_TRABALHO&ano=2009&codigo=3230&buscas_cruzadas=ON. Acesso em: 10 mai. 2013.

DE MORAES, Denis. **O ativismo digital**. 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 24 nov. 2014.

DEBORD, G. A propósito do Partido Comunista. **Revista I.C.C.** v. 1. N. 7, Jun.1936. Disponível em http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/proposito-do-partido-comunista-i_11.html. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DI FELICE, M.; BRIGE, M. F.; MUÑOZ, C. (Org.). **A revolução invencível: Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – Cartas e Comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998.

DI FELLICI, M. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista Famecos**, v. 19, n. 1, Porto Alegre. 27-45, 2012.

DIAMOND, L. The Democratic Recession: before na after the Financial Crisis. In: BIRDSALL Nancy. FUKUYAMA, Francis (eds). **New ideas in development after the Financial Crisis**. Baltimore: Johns Hopkins Univesity Press, 2011.

DIAMOND, L. The Democratic Recession: before na after the Financial Crisis. In: BIRDSALL Nancy. FUKUYAMA, Francis (eds). **New ideas in development after the Financial Crisis**. Baltimore: Johns Hopkins Univesity Press, 2011.

DIEHL, D. A. **O Programa Tarifa Zero no transporte coletivo de Curitiba**. Monografia (Bacharelado em Direito) Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DOWBOR, L. **A crise financeira sem mistérios**, 2009. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/07/a-crise-financeira-sem-misterios-fev-2009-Atualizacao-jul-2009-pdf-2.html/>. Acesso em: 02 dez.2014.

DOWNING, J. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora São Paulo Senac, 2002.

DRYZEK J. **Deliberative Democracy and Beyond**. Liberals, Critics, Contestations, OxfordUniversity Press: Oxford, 2000

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter. **Arab Social Media Report**, v.1, n.2, p.1-30, Mai.2011. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan050860.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

ELIN, L. **The radicalization of Zeke Spier. How the Internet contributes to civic engagement and new forms of social capital**. In M. McCaughey & M. Ayers (Eds.). *Cyberactivism: Online activism in theory and practice*. New York: Routledge, 2003.

ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Trad. Cláudia S. Dornbusch. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

FERNANDES, E. ROSENO, R.F. **Protesta Brasil, das redes sociais às manifestações de rua**. São Paulo: Prata Editorial, 2013.

FERNANDEZ, R. **Campanhas eleitorais brasileiras na internet**. Campinas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

FLANNERY, K. MARCUS, J. **The creation of inequality**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

FOSSÁ, M. I. T. PINTO, R. C. VALLE, T. D. **Mobilização social e ativismo: a atuação da legião Anonymous Brasil e sua fanpage**. In: XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, Lima, Peru, 2014. Disponível em: <http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wpcontent/uploads/2013/09/GT8-Fossa-Pinto-Valle.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

FRANCISSSEN, L. BRANTS, K. **Virtually going places: square-hopping in Amsterdam's Digital City**. In: TSAGAROUSIANOU, R. (org.). **Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998.

FRANCO, R. A relação teoria e práxis segundo Adorno. **Revista Perspectiva**, São Paulo, n. 23, p. 85-99, 2000.

FREDERICO, C. **Lukács, um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

_____. TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. TEIXEIRA, F. **Marx e Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142013000300017&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 28 dez. 2014.

FUCHS, C. **Internet and Society Social Theory in the Information Age**

_____. MOSCO, V. **Marx is Back The Importance of Marxist Theory and Research for Critical Communication Studies. TripleC –Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society!** v.10 n.2. p. 127-632, 2012. Disponível em: <http://www.triple.at/index.php/tripleC/article/view/421> Acesso em: 23 jan. 2014.

_____. **Social Media, Politics and the State: Protests, Revolutions, Riots, Crime, and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube**. Disponível em: <https://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=196408> Acesso: 15 out. 2014.

FUKUYAMA, F (eds). **New ideas in development after the Financial Crisis**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

FURTER, P. **Educação permanente e desenvolvimento cultural**. Petrópolis: Vozes, 1974.

GALVÁN, I.E. TURRIÓN, P.I **The New Spartakists.The thought of Rosa Luxemburg to understand the Global Movement**. In: Social Movements Conference Alternative Futures and Popular Protest, Manchester Metropolitan University. Manchester, U.K., Março/Abril 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/4024511/The_New_Spartakists._The_thought_of_Rosa_Luxemburg_to_understand_the_Global_Movement. Acesso: 29 nov.2014.

GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, Jul./Dez., 2000.

GARCÍA, A. El Autonomismo y las luchas sociales. **EnLuita**. Mai. 2010. Disponível em: www.kaosenlared.net/noticia/autonomismo-luchas-sociales. Acesso em: 30 nov. 2014.

GARCIA, T.B. **A democracia na era do governo eletrônico**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29552-29568-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

GAUTNEY, H. Which Anarchism? Which Autonomism? Between Anarchism and Autonomist Marxism. **WorkingUSA**, v.12, n.3, Set/2009. Disponível em: <http://slackbastard.anarchobase.com/?p=12332>. Acesso em: 29 nov.2014.

GIACOBBO SCAVO, D. BEZERRA, E. M. A crise da democracia liberal e o os novos movimentos democráticos. In: II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. **Anais...** Disponível em: http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4151. Acesso em: 19 nov. 2014.

GILMAN-OPALSKY, R. **Spectacular Capitalism: Guy Debord and the Practice of Radical Philosophy**. Nova York: Minor Compositions, 2011.

GLADWELL. M. A revolução não será tuitada. Observatório da Imprensa. n. 620, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-revolucao-nao-sera-tuitada>. Acesso em: 02 dez. 2014.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, R. A.L. O direito humano à comunicação no contexto das indústrias culturais. **UNirevista**, São Paulo, v. 1, n.3, jul. 2006.

GOMES, W. FERNANDES, B. REIS, L. SILVA, T. Politics 2.0: a campanha on-line de Barack Obama em 2008. **Rev. Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, Out. 2009.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, Salvador, 2005. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepic>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. MAIA, R.C.M. MARQUES, F. P. J. (orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. 1. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOODMAN, A. MOYNIHAN, D. Occupy the Media: Journalism for (and by) the 99 percent. In: BYRNE, J. (edt.). **The Occupy Handbook**. Little, Brown and Company: New York, 2012.

GOULART, M.B. PIMENTA, F.J.P. **O Fenômeno da Global Revolution: uma Análise dos Manifestos de 15 de Outubro de 2011**. Revista ECO-POS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2012. Disponível em: http://www.revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/876. Acesso em: 02 dez. 2014.

GOULART, R. R. V. MONTARDO, S. P. Os mecanismos de busca e suas implicações em comunicação e marketing. **Líbero**. FACASPER, v. 1, São Paulo, p. 119-132, 2008.

GRAEBER, D. **The Democracy Project: a history, a crisis, a movement**. New York: Spigel & Grau, 2013.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUARNACCIA, Matteo. **Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura**. Tradução de Leila de Souza Mendes. São Paulo: Conrad, 2001.

GUIDI, L. E-Democracia em Bologna: a rede cívica Iperbole, e como construir uma comunidade participativa online. Trad. Cláudio Vieira Rocha. **Anais...** I Conferência Eletrônica do Centro Virtual de Estudos Políticos (CEVEP), v. Nov. 2000.

GURAK, L. J. LOGIE, J. Internet protests, from text to web. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**, Beacon Press: Boston, 1984.

HACKER, K. VAN DIJK, J. (Eds.) **Digital Democracy, Issues of Theory and Practice**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2000.

HAGGEN, M. **A typology of electronic democracy**, 1997. Disponível em: http://www.uni-giessen.de/fb03/vinci/labore/netz/hag_en.htm. Acesso em: 15 ago. 2014.

HARDING, L. Os **Arquivos Snowden**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

HARDT, M. NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HAUBEN, M. HAUBEN, R. **Netizens: On the History and Impact of the Net**. Disponível em: <http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/> Acesso: 15 mai. 2013.

HEEKS, R., Understanding e-Governance for Development. **I-Government Working Papers**. n. 11. Institute for Development Policy and Management, University of Manchester, 2001. Disponível em: www.man.ac.uk/idpm. Acesso em: 20 mai. 2013.

HILL, K. A., HUGHES, J. F. **Cyberpolitics: citizen activism in the age of the Internet**. New York: Rowman e Littlefield Publishers, 1998.

HILSENBECK FILHO, A.M. O zapatismo e o fim da história. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. Marília-SP: Unesp, v. 5, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/106/107>. Acesso em: 01 dez. 2014.

HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In: _____. MARTINO, L.C.; FRANÇA, V. V. (orgs). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOLLOWAY, J. Del grito de rechazo al grito de poder. In: _____. BONEFELD, W. GUNN, K R. (eds.). **Open Marxism, Vol. III: Emancipating Marx**, London: Pluto Press, 1995.

_____. La Revuelta de la Dignidad. **Chiapas**. Chiapas-México, n. 5, p. 7-40, 1997.

_____. **Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder: O Significado da Revolução Hoje**. 1ª Ed. São Paulo, Viamundo, 2003.

_____. Zapatismo Urbano. **Humboldt Journal of Social Relations**, Ano 29, n. 1, p. 168-178, 2005. Disponível em: <http://schoolsforchiapas.org/wp-content/uploads/2014/03/HollowayZapatismoUrbano.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. Autonomismo Negativo y Positivo. In: _____. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. (coord.). **Negatividad y Revolución: Theodor W. Adorno y la Política**. Buenos Aires y UAP Puebla: Herramienta, 2007.

_____. Mayo 1968 y la crisis del trabajo abstracto. Buenos Aires: **Herramienta**, n. 38, p. 43-51, 2008. Disponível em: <http://www.herramienta.com>.

ar/revista-herramienta-n-38/mayo-1968-y-la-crisis-del-trabajo-abstracto.Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Entrevista com John Holloway**. Revista Sinal de Menos, Ano 1, n.1, 2009. Entrevista concedida ao Grupo Fim da Linha.

_____. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. Why Adorno? In: **Negativity and Revolution: Adorno and Political Activism**. London: Pluto Press, 2009.

_____. Teoría Volcánica. MATAMOROS, F. TISCHLER, S. (coord.). **Movimientos sociales y reflexión crítica**. Buenos Aires y UAP, Puebla: Herramienta, 2010.

_____. **Doze teses sobre o antipoder**. Trad. Daniel Cunha, 2011. Disponível em: <http://www.deriva.com.br/?p=43>. Acesso: agosto/2014.

_____. Preoccupying: John Holloway. **The Occupy Times**. 03 Jul. 2012. Entrevista concedida a Occupied Times. Disponível em: <http://theoccupiedtimes.org/?p=5752>. Acesso: 28 set. 2014.

_____. **Fissurar o capitalismo**. Tradução de Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013a.

_____. John Holloway: "Não há modelos ou programas de como sair do capitalismo". **Revista Caros Amigos**. São Paulo, 05 Dez. 2013b. Entrevista concedida a Rafael Zanvettor. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/3741-john-holloway>. Acesso em: 15 set. 2014

_____. John Holloway: "Nossa força depende da capacidade de dizermos não". **Revista Fórum**. 09 out.2013. Entrevista concedida a Adriana Delorenzo. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/nossa-forca-depende-da-capacidade-de-dizermos-nao/>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. John Holloway: cracking capitalism vs. the state option. **ROAR Magazine**. 29 set.2014. Entrevista concedida a Amador Fernández-Savater. Disponível em: <http://roarmag.org/2014/09/john-holloway-cracking-capitalism-vs-the-state-option/>. Acesso em: 02 dez. 2014.

HOME, Stuart. **Assalto à Cultura**. Tradução de Cris Siqueira, São Paulo: Conrad, 1999.

http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha90critica20-R-lowy.pdf. Acesso em: 30 nov. 2014.

HUNTINGTON, S. **The Third Wave: democratization in the Late Twenty Century**. Oklahoma city: University of Oklahoma Press, 1991.

JAMBEIRO, O. BOLANO, C. BRITTOS, V. **Comunicação, Informação e Cultura**. Salvador: EdUFBA, 2004.

JAPPE, A. **As Aventuras da Mercadoria**. Trad. José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.

_____. **Crédito à morte. A decomposição do capitalismo e suas críticas**. Trad. Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013b.

_____. **Guy Debord**. Petropolis: Vozes, 1999.

_____. *Sic transit gloria artis*: o "fim da arte" segundo Theodor W. Adorno e Guy Debord. Trad. Iraci D. Poleti. **Revista Krisis**, n. 15, 1995. Disponível em: <http://arlindenor.com/2012/08/10/sic-transit-gloria-artis-o-fim-da-arte-segundo-theodor-w-adorno-e-guy-debord-2/>. Acesso em: 31 jul. 2014.

_____. Depois do fim do trabalho: rumo a uma humanidade supérflua. In: _____ **Conferências de Lisboa**. Lisboa: Antígona, 2013a.

_____. Estarmos livres para a libertação. In: **Conferências de Lisboa**. Lisboa: Antígona, 2013d.

_____. **Conferências de Lisboa**. Lisboa: Antígona, 2013c.

JUDENSNAIDER, E. LIMA, L. POMAR, M. ORTELLADO, P. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KACZMARCZYK, A. **Cybedemocracy: paradigm in the 21 St Century**. Toronto: The Key Publishing House, 2010.

KAHN, R. KELLNER, D. Globalization, technopolitics and radical democracy. In: _____. **The Internet and Radical Democracy: Interrogating Theory and Practice**. London: Palgrave, p. 17-36, 2007.

KAZENIAC, A. Social Networks: Facebook Takes Over Top Spot, Twitter Climbs. **Compete Pulse blog**, 09 fev. 2009.

KLEIN, N. **No Logo: taking aim at the brand bullies**. London: Flamingo, 2000.

KLOTZ, R. Virtual Criticism: Negative advertising on the Internet in the 1996 Senate Races. **Political Communication**, v. 15, n. 3, p. 347–365, 1998.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Trad. Heinz Dieter Heidemam e Claudio Duarte, 1999. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/mctp.htm>. Acesso em: 15 mai. 2014.

KUMAR, D. Mídia, cultura e sociedade: a relevância do método dialético de Marx. **Revista Sinal de Menos**, Ano 1, n. 3, p.154-169, 2009. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/KUMAR_Deepa_Midia_cultura_e_sociedade.pdf. Acesso em: 12 fev. 2014.

KURZ, R. O complexo de Harry Potter: **O conceito de trabalho imaterial e o neoutopismo reduzido à tecnologia**. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 out. 2005.

_____. A honra perdida do trabalho. *Die verlorene Ehre der Arbeit*. **Revista Krisis** n. 10, Erlangen, 1991. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz109.htm>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **A ruptura estrutural do capital e o papel da crítica categorial**. Revista Online Shift. Lisboa: Zion Edições, Fev. 2009. Entrevista concedida a Revista Online Shift.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. *Grau ist des lebens goldner baum und grun die theorie*. **Revista EXIT!: Crítica da Sociedade das Mercadorias**, Alemanha, Abr. 2007. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. LOHOFF, E. **O que é crítica do valor?** NASCIMENTO, J. (org.) Introdução à Nova Crítica do Valor. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Revista Marburg-Virus. Disponível em: <http://goo.gl/RYT0cr>. Acesso em: 06 nov.2014.

_____. O desvalor do desconhecimento. In: **Revista EXIT!: Crítica da Sociedade das Mercadorias**. Alemanha, Mai. 2008. Disponível em: <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz313.htm>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. O duplo Marx. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 Fev. 1998. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz8.htm> Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. O mais inebriante dos vícios. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 set.1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs280903.htm> Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Para além de Estado e mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 dez.1995. Disponível em: <http://www.galizalivre.org/?q=colaboracom/para-al-m-do-mercado-e-do-estado-transforma-o-da-economia-atrav-s-de-um-novo-modo-de-pro>. Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Para lá da luta de classes. *Jenseits des Klassenkampfs*. **Neues Deutschland**, Alemanha. 30 mai. 2003. Trad. de Nikola Grabski. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz139.html> Acesso em: 23 jan.2014

_____. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Aniteconomia e antipolítica (1997)**.

LABICA, G. **As teses sobre Feuerbach de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LACLAU, E. MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LANA, C. P. **Redes de reciprocidade. Uma abordagem das Redes Sociais a partir do Princípio da Reciprocidade de Marcel Mauss**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

LANDOW, G., **Hypertext: the Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

LANGMAN, L. Internet Mediation: A Theory of Alternative Globalization Movements. **Sociological Theory**, vol. 23, n. 1, p. 42–74, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.csudh.edu/dearhabermas/langmanbk01.htm> Acesso em: 15 out. 2014.

LAZZARATO, M. Du pouvoir à la bioploitique. **Multitudes**, n. 1, p. 45-57, 2000.

_____. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001.

LEMONS, A. Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”? **Contemporânea**, v.2, n. 2, p. 9-22, 2004.

_____. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEVY, P. Pela Ciberdemocracia. In: MORAES, Denis (org.) **Por uma outra comunicação**. Record: Rio de Janeiro, 2005.

LEWIS, S. Obama's Link Strategy Fuels Election Victory. **Search Engine Watch**, n. 6. Nov.2000. Disponível em: <http://searchenginewatch.com/3631588>.

LIBERATO, L.V.M. **Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LIEVROUW, L. A. **Alternative an activist new media**. Cambridge: Polity Press, 2011.

LIMA, A. **Economia política em Aristóteles e a perspectiva de Marx**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

LIMA, D. VASCONCELLOS, F. Cerca 15% dos municípios concentram metade dos votos brancos/nulos. **O Globo**, Rio de Janeiro. 23 out. 2014 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/base-dados/posts/2014/10/23/cerca-15-dos-municipios-concentram-metade-dos-votos-brancos-nulos-552978.asp>. Acesso em: 02 dez. 2014.

LOHOFF, E. Der Wert des Wissens. **Revista Krisis** Nº. 31, Erlangen, 2008.

LOPES, F.C.; FREIRE, G.C. **Ciberdemocracia: os novos rumos de uma democracia planetária**. Disponível em: http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/v_encontro_ciberdemocraciaosnovosrumos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

LOUREIRO, R. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 99, p. 522-541, Campinas, Mai./Ago., 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 27 mai. 2014.

LÖWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. HOLLOWAY, J. Intercambio entre Michel Löwy y John Holloway. **Bajo el Volcán**. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla México, v. 3, n. 6, p. 13-25, 2003.

_____. **Por um marxismo crítico**. In: _____. BENSÁID, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Resenha: Mudar o mundo sem tomar o poder. In: **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro: Editora Revan, n.20, p. 174-176, Abr.2005. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha90critica20-R-lowy.pdf. Acesso: 10 mai. 2014

LUCHMANN, L. H. H. A democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 33, Nov. 2002.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MAAR, W. L. Política, práxis e pseudo-atividade em Adorno. **Revista estudos e pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro v. 11, n. 11, p. 225-244, 2011.

MACLUP, F. Semantic Quirks in studies of information. In: MACLUP, Fritz. MANSFELD, U. **The studies of information: interdisciplinary messages**. New York: John Willey, 1983.

MACPHERSON, C.B. **The life and times of Liberal Democracy**, Cambridge: Inglaterra, 1970.

MADISON, J. Federalist Number. 10. In: **The Federalist Papers**, New York: New American Library Inc., 1962.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **Revista Aurora**, São Paulo, PUC-SP, v. 2, 2008. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/04_ROUSELY_MAIA.pdf. Acesso em: 23 mai. 2013.

MALINI, F. ANTOUN, H. **@ Internet e # Rua. Ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013,

MANOVICH, L. **What comes after remix?** 2007. Disponível em: <http://remixtheory.net/?p=169>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MARGOLIS, M.; RESNICK, D. TU, C-C. Campaigning on the Internet: Parties and Candidates on the World Wide Web in the 1996 Primary Season. **Press/Politics**, v. 2, n. 1, p. 59-78, 1997.

MARICATO, E. (et.al). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARIE, F. **13 de junho, o dia que não terminou**. Carta Capital, São Paulo, 16, set. 2013. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634.html>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MARQUES, L. Democracia radical e democracia participativa. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-78, Jan./Abr. 2008.

MARTIN, R. E. **Does increasing public awareness of the anti-globalization movement affect its growth?** Dissertação (Mestrado em Political Science) – University of South Florida, Florida, EUA, 2005.

MARTINS, P. H. (org.) **A dádiva entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

_____. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio Kothe. v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. v. 2, São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MAZETTI, H. M. Mídia alternativa para além da contra-informação. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, 2007, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Facasper, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/5o-encontro-2007-1/Midia%20alternativa%20para%20alem%20da%20contra-informacao.pdf> Acesso em: 26 nov. 2014.

MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003

MEIKLE, G. **Future Active: Media Activism and the Internet**. New York: Pluto Press, 2002.

MELO, J. Nem tudo são trevas: o lado bom da *Deep Web*. **Revista Galileu**. Rio de Janeiro, 21 fev. 2013. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,EMI331438-17770,00-EM+TUDO+SAO+TREVAS+O+LADO+BOM+DA+DEEP+WEB.html>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MELUCCI, A. Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales. In REVILLA, M. Movimientos sociales, acción e identidade, **Zona Abierta**. n. 69, 1994.

MERQUIOR, J. G. **O Liberalismo. Antigo e Moderno**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

MIGUEL, L.F. Promessas e limites da democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n.46, p.175-177, 2001.

MISHRA, P. Globalization e the Perils of Democracy. In: BYRNE, J. (edt.). **The Occupy Handbook**. Little, Brown and Company: New York, 2012.

MITRA, A. Marginal Voices in Cyberspace. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 3, n. 1, p. 29-48, Mar. 2001.

MOULIER-BOUTANG, Y. **Le Capitalism Cognitif: La Nouvelle Grande Transformation**. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

MOSSBERGER, K. TOLBERT, C. MCNEAL, R. **Digital citizenship: the internet, society and participation**. MIT Press: Cambridge, 2008.

MPL-SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. (et.al). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MPL-SÃO PAULO. **Sobre o MPL**. 2013. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso: 23 nov.2014.

MUSSE, R. **Roteiros para “sair do capitalismo”**. Blog da Boitempo. 25 Out. 2013. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2013/10/25/roteiros-para-sair-do-capitalismo>. Acesso em: 20 Jan.2014.

MYERS, D. New Technology and the Clinton Presidential Campaign. **American Behavioral Scientist**, v. 37, n. 2, p. 181-184, 1993.

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

NASCIMENTO, J. Apresentação. In: _____. (org.) **Introdução à Nova Crítica do Valor**. São Paulo, 2014a. Disponível em: <http://goo.gl/RYT0cr>. Acesso: 06 nov.2014a.

_____. **Crítica do valor, crítica do Direito**. São Paulo: Perse, 2014b.

_____. O colapso do arranjo brasileiro. **Revista Sinal de Menos**. Ano 5, Ano 5, Edição Especial, p. 27-33, 2013. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/NASCIMENTO_Joelton_O_colapso_do_arranjo_brasileiro.pdf. Acesso em: 20 mai. 2014.

_____. O valor como *fictio juris*. **Revista Sinal de Menos**. Ano 1, n.1, p.52-79, 2009. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Joelton1.pdf. Acesso em: 20 mai. 2014.

NEGRI, A. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

_____. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. n.19/20, p. 15-26, 2004.

NEGT, O. KLUGE, A. **O que há de político na Política**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

_____. **Public sphere and experience**. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

NOBRE, M. **Choque de democracia - Razões da Revolta**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

NOVO, A. Resenha: As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor. In: **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro: Editora Revan, n.24, p.173-176, 2007. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha104dossie5.pdf. Acesso em: 24 jul. 2014.

OGDEN, M. R. Politics in a Parallel Universe. Is there a future for Cyberdemocracy? **Futures**, n. 26, p. 713-729, 1994.

OLIVEIRA, A. F.M; BAZI, R. E. R. Sociedade da Informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdos. **Revista Digital de**

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.5, n. 2, p.115-131, Jan./Jun., 2008.

O'REILLY, T. **O que é Web 2.0? Padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software**. In: O'Reilly Media, Inc. Trad. Miriam Medeiros, 2006. Disponível em: <http://www.oreilly.com>. Acesso em: 13 jun. 2013.

ORGANISTA, J. M. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORRICO ROCHA, Maria Neblina. **Discurso e internet: o caso do MST**. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, n. 08, Coimbra, 2004.

OWEN, A.L., VIDERAS, J., WILLEMSSEN, C. Democracy, Participation, and Life Satisfaction, **Social Science**, Quarterly, Vol. 89, Issue 4, 2008, p. 987–1005.

PAGANINI, P. AMORES. R. **Deep Dark Web**. Rhode Island: Published by Paganini Amores at Smashwords, 2012.

PANNEKOEK, A. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

PESCHANOSKI, J.A. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, E. (et.al). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

POMAR, M. Introdução: não foi um raio em céu azul. In: JUDENSNAIDER, E. LIMA, L. POMAR, M. ORTELLADO, P. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

POMAR, M. **Tarifa zero! A realidade possível**. 07 set. 2009. Disponível em: <http://tarifazero.org/2009/09/07/tarifa-zero-a-realidade-possivel/>. Acesso em: 02 dez. 2014.

PONT, R. **A democracia representativa e a democracia participativa**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/62_raul_pont.html. Acesso em: 06 nov. 2014.

POSTER, M. **Cyberdemocracy: Internet and the Public Sphere**. Ms., University of California, Irvine, 1995. Disponível em: <http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html>. Acesso em: 19 nov. 2014.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

QUEIROZ, F.A. **A revolução (micro)eletrônica: história e utopias tecnotônica**. São Paulo. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 1999.

RAUEN, A. T. Ciência, tecnologia e economia: características frente à primeira e segunda revoluções industriais. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VI, n. 66, 2006.

REED, T.V. **The art of protest: culture and activism from the civil rights movement to the streets of Seattle**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.

REGATIERI, R. P. A concretude da abstração. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 325-328, Jul./Dez. 2009.

RIFKIN, J. **The Zero Marginal Cost Society: The internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalismo**. New York, Palgrave Macmillan, 2014.

RIGITANO, M. E. C. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. In: I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Ciberidades, Salvador, 2003, **Anais eletrônicos...** Salvador: Grupo de Pesquisa em Ciberidades, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rititano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

RUBBO, D. I. A. As veias abertas: acerca do debate em torno de Mudar o mundo sem tomar o poder de John Holloway. **Revista Aurora**, ano III, n. 5, Dez. 2009.

RUCHT, D. The quadruple A.: Media strategies of protest movements since the 1960s. In: VAN DE DONK, W. D LOADER, B. NIXON, P. G, RUCHT, D. (Ed.), **Cyberprotest. New Media, Citizens and Social Movements**. Routledge: London, 2004.

RÜDGER, F. **Introdução às Teorias da Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SAFATLE, V. **Safatle: juventude perdeu o medo do capitalismo**. Opera Mundi, São Paulo, 04 jul. 2012. Entrevista concedida a Beatriz Macruz, Guilherme Zocchio e Rute Pina. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/36311/safatle+juventude+perdeu+o+medo+do+capitalismo.shtml> Acesso em: 20 nov. 2014.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, C. T. G. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. **Estudos em Comunicação/ Communication Studies**, n. 9, p. 161-183, 2011.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática: as consequências sociais na segunda revolução industrial**. Arturo Obojes. 4ª edição. São Paulo: Editora da UNESP: Brasiliense, 1995.

SHENK, D. **Data Smog: Surviving the information glut**. São Francisco: HarperCollins, 1997.

SILVEIRA, S. A. **Ambivalences, freedom and control of the cyberliving**. In: _____. Cidadania e redes digitais. 1ª Ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

SILVEIRA, S. A. Hackers, monopólios e instituições panópticas. **Revista Líbero**, São Paulo, p. 74-81, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Trad. Luiz João Baraúna. v.1 e 2, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Trad. Teodora Cardoso e Luis Cristovão Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

SNIDER, J. H. Democracy On-Line. Tomorrow's Electronic Electorate. **The Futurist**, p. 15-19, Set./Out. 1994.

SOARES, P. LIMA, S. A economia brasileira cresce 2,3% em 2013. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev.2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/02/1418579-economia-brasileira-cresce-23-em-2013.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SOLIDARITY. **Paris: maio de 68**. São Paulo: Ed. Conrad, 2003.

STALLMAN, R. M. **Software, Free Society**. Boston: Free Software Foundation, 2002.

_____. **Free Software, Free Society**. Boston: Free Software Foundation, 2002.

STAROSTA, G. Commodity Fetishism and Revolutionary Subjectivity: A Symposium on John Holloway's Change the World Without Taking Power. Editorial Introduction. **Historical Materialism**. v.13, n. 4, p. 161-168, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/6712502/_Commodity_Fetishism_and_Revolutionary_Subjectivity_A_Symposium_on_John_Holloway_s_Change_the_World_without_Taking_Power._Editorial_Introduction_Historical_Materialism_13_4_161-8_2005. Acesso em: 23 nov. 2014.

TAVARES, V. B. A. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional**. Mundorama, Divulgação Científica em Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>. Acesso em: 20 out. 2014.

TEIXEIRA, Anísio. (prefácio) In: MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

TERRA, M. Usando a internet, iniciativa na Espanha quer mudar sistema com protagonismo popular. **Opera Mundi**, São Paulo, 17 jan.2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/33506/usando+a+internet+iniciativa+na+espanha+quer+mudar+sistema+com+protagonismo+popular.shtml>. Acesso em: 02 dez. 2014.

TOCQUEVILLE, A.D. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TONET, I. As tarefas dos intelectuais hoje. **Revista Novos Rumos**, n. 29, 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/1933/1586>. Acesso em: 20 set. 2014.

TOPS, P.; VOERMAN, G. BOOGERS, M. Political Websites During the 1998 Parliamentary Elections in the Netherlands. In: HOFF, J.; HORROCKS, I. & TOPS, P. (orgs.). **Democratic Governance and New Technology**. London: Routledge, 2000.

TRENKLE, N. **O que é o valor? E a que se deve a crise?** In: NASCIMENTO, J. (org.) Introdução à Nova Crítica do Valor. São Paulo, 2014b. Disponível em: <http://goo.gl/RYT0cr>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. As sutilezas metafísicas da luta de classes. **Revista Sinal de Menos**. Ano 6, v. 11, n.10, p. 172-189, 2014. Disponível em: https://dl.dropboxusercontent.com/u/65249844/TRENKLE_Norbert_As_sutilezas_metafisicas_da_luta_de_e_classes.pdf

TRONTI, M. **The Strategy of Refusal in Italy: Autonomia. Post-Political Politics**. Semiotext(e). v. 3. n. 3, Nova Iorque, 1980. ALTAMIRA, C. **Os marxismos do novo século**. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TSAGAROUSIANOU, R. TAMBINI, E. Eletronic democracy and the civic networking movement in context. In: TSAGAROUSIANOU, Roza. (org.). **Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998.

UGATE, D. **El poder de las redes: manual ilustrado para ciberactivistas**. E-book, 2007. Disponível em: http://teketen.com/liburutegia/El_poder_de_las_redes-David_de_Ugarte.pdf. Acesso em: 25 jan. 2012.

VAN DEUSEN, D. MASSOT, X. (edit.) **The Black Bloc Papers: An Anthology of Primary Texts From The North American Anarchist Black Bloc 1999-2000**. Shawnee Mission, Kansas: Breaking Glass Press, 2010.

VAN LAER, J. VAN AELST, P. Cyber-protest and civil society: the Internet and action repertoires in social movements. In: JEWKES, Y. YAR, M. **Handbook of Internet Crime**. Nova York: Routledge, 2008.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Filosofía de la praxis**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

VEGH, S. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. London: Routledge, 2003.

VENTURELLI, S. O. M. Considerações sobre a esfera pública. **Revista Centro de Ensino Superior de Catalão**. Ano XIII, n. 23, 2010, p. 37-50. Disponível em: http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/04a0281520e806f56ecf698833c22bc9.pdf. Acesso em: 08 Dez. 2014.

VIRNO, P. HARDT, M. (Orgs.). **Radical Thought in Italy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

VIZER, E. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. In: _____. FERREIRA, J. **Mídia e movimentos sociais. Linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

WARREN, M. E. Institutionalizing Deliberative Democracy. In: ROSENBERG, S. W. (ed.). **Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?** New York: Palgrave Macmillan, 2007.

WAYNE, M. **Marxism and Media Studies**. Londres: Pluto Press, 2003.

WELLMAN, B. Studying Internet throught the ages. In: BURNET, R. CONSALVO, E. M. C. **Handbook of Internet Studies**. Oxford: WileyBlackwell, 2011.

ZIZEK, S. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O superego pós-moderno. **Folha S.Paulo**. Caderno Mais!, São Paulo, 23 Mai. 2003.

_____. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. (et.al). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.